

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

DOSSIÊ IDENTIDADES



NÚMERO 72 E 73

FAPEMAT

Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso



Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IHGMT

Presidente *President*

Vinicius de Carvalho Araújo

Editor *Publischer*

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Editorial *Publisher's Council*

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT-FE/IHGMT)

Nileide Souza Dourado (UFMT/NDIHR)

Sônia Regina Romancini (UFMT/IHGMT)

Suise Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)

Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa (UFMT/IHGMT)

Diretoria 2012-2014

Presidente: Vinicius de Carvalho Araújo

1º Vice-Presidente: Aníbal Alencastro

2ª Vice-Presidente: Isis Catarina Martins Brandão

1ª Secretária: Sônia Regina Romancini

2ª Secretária: Nileide Souza Dourado

Tesoureiro: Fernando Tadeu de Miranda Borges

2ª Tesoureira: Suise Monteiro Leon Bordest

Conselho Fiscal *Fiscal's Council*

Joel Waner Leão

Nilza Queiroz Freire

Tereza Cristina Cardoso Souza Higa

Conselho Consultivo a Científico

Consult and Cientific Council

História *History*

Arno Welling (UFRJ/Unirio/UGF)

Giovani José da Silva (UFMS)

Leandro Mendes Rocha (UFG)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)

Luiza Rios Ricci Volpato – (USP-SP)

Geografia *Geographic*

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)

Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)

José Borzacchiello da Silva (UFC)

Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

Educação *Educacion*

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)

Cristina Teobaldo (UFMT)

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO



NÚMERO 72 E 73

FAPEMAT
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

© Copyright @ 2013 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso /
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 72 e 73. Cuiabá, 2013
172 p.: 16 cm.
Anual
Inclui bibliografia, índice e ilustração

CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT:
Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão:
Conselho Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:
Candida Bitencourt Haesbaert

IHGMT

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro)
Cuiabá-MT – 78050-500
ihgmt@org.br

Esta Revista foi publicada com o apoio da Fundação
de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso - FAPEMAT

FAPEMAT
Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso

ÍNDICE

EDITORIAL..... 7

ARTIGOS

RUSGA – SOBRE UM EVENTO POLÍTICO E SEU NOME..... 11
Ernesto Cerveira de Sena

UM FENÔMENO AVISTADO E ANOTADO POR AUGUSTO LEVERGER
EM 1846..... 29
Paulo Pitaluga Costa e Silva

A PRIMEIRA REPÚBLICA EM MATO GROSSO POR MEIO
DOS PERIÓDICOS 39
Lauro Portela

RITMOS URBANOS:ESPAÇO E CONSUMO NA CUIABÁ 24 HORAS..... 55
Silvina Maria dos Anjos
Sônia Regina Romancini

CRUCINA, DE JOSÉ DE MESQUITA 75
Yasmin Jamil Nadaf

40 ANOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS 107
Benedito Pedro Dorileo

A ALMA DE RONDON 113
Aecim Tocantins

A PALEOGRAFIA E A EVOLUÇÃO DAS LETRAS 121
João Euripedes Franklin Leal

DISCURSOS

DISCURSO DE ABERTURA DO V COLÓQUIO DOS INSTITUTOS
HISTÓRICOS BRASILEIROS..... 135
Arno Wehling

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO V COLÓQUIO DOS INSTITUTOS
HISTÓRICOS BRASILEIROS NA SESSÃO MAGNA DO ANO DE 2011.... 143
Arno Wehling

DISCURSO DE POSSE NO IHGMT..... 151
Nileide Souza Dourado

DISCURSO DE POSSE NO IHGMT 157
Vinicius de Carvalho Araújo

DISCURSO DE POSSE NO IHGMT..... 165
Suzana Schisuko Hirooka

NOTÍCIA

COLUNA PRESTES EM MATO GROSSO 171
Vinicius de Carvalho Araújo

CONTENTS

EDITORIAL.....	7
----------------	---

ARTICLES

QUARREL – ABOUT A POLITICAL EVENT AND ITS NAME.....	11
Ernesto Cerveira de Sena	

A PHENOMENON SEEN AND RECORDED IN 1846 BY AUGUSTUS LEVERGER.....	29
Paulo Pitaluga Costa e Silva	

THE FIRST REPUBLIC IN MATO GROSSO THROUGH THE NEWSPAPERS ...	39
Lauro Portela	

URBAN RHYTHMS: 24 HOURS OF SPACE AND CONSUMPTION IN CUIABÁ...	55
Silvina Maria dos Anjos	
Sônia Regina Romancini	

CRUCINA BY JOSÉ DE MESQUITA.....	75
Yasmin Jamil Nadaf	

40 YEARS OF ACCOUNTING.....	107
Benedito Pedro Dorileo	

RONDON'S SOUL.....	113
Aecim Tocantins	

THE PALAEOGRAPHY AND THE EVOLUTION OF LETTERS	121
João Euripedes Franklin Leal	

DISCURSOS

OPENING SPEECH OF THE 5TH SYMPOSIUM OF THE BRAZILIAN HISTORICAL INSTITUTES (OCTOBER 19, 2011).....	135
Arno Wehling	

CLOSING REMARKS OF THE V BRAZILIAN SYMPOSIUM OF HISTORICAL INSTITUTES IN MAGNA SESSION OF THE YEAR 2011 (21/10/2011) ...	143
Arno Wehling	

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT	151
Nileide Souza Dourado	

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT	157
Vinicius de Carvalho Araújo	

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT	165
Suzana Schisuco Hirooka	

NEW

PRESTES COLUMN IN MATO GROSSO.....	171
Vinicius de Carvalho Araújo	

EDITORIAL

A Revista do IHGMT de 2013 enfeixa os números 72 e 73, visto sua extensão e abrangência e inclui as seções de Dossiê, Artigos, Discursos e Notícias.

O *Dossiê* privilegiado teve como temática *Identidades*, entendidas enquanto representação material e imaterial das manifestações culturais de Mato Grosso. No interior do mesmo, estão inseridas as seguintes colaborações: *Identidades: Construção e silêncio no interior da heterogeneidade (O caso do Brasil e Mato Grosso)*, de autoria de Elizabeth Madureira Siqueira, que discute o projeto moderno e identitário formulado pelas elites nacionais e regionais, no século XIX, e no interior do qual foi desconsiderado o universo cultural das camadas menos desfavorecidas, constituindo-se em projeto único a ser adotado por toda a sociedade. *A Cultura Historiográfica em Mato Grosso de 1970 a 2010*, de autoria de Fernando Tadeu de Miranda Borges, Maria Adenir Peraro, Otávio Canavarros e Vitale Joanoni Neto, traz alguns apontamentos sobre a produção historiográfica em Mato Grosso, homenageando a Universidade Federal de Mato Grosso pelos seus quarenta anos (1970-2010), contribuindo, nessa medida, para o alargamento da pesquisa em região de fronteira. Segue *O Sítio arquitetônico da EFNOB e suas funções sociais na expansão da cidade de Campo Grande*, de Ana Cláudia Marques e Gilberto Luiz Alves, que analisa as funções sociais do Sítio Arquitetônico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na Vila de Santo Antônio, hoje Campo Grande-MS, colaborando para a recuperação da história das ferrovias no Brasil e em Mato Grosso uno. *Premissas de uma investigação: as comunicações em Mato Grosso*, de Lúcia Helena Gaeta Aleixo é mais uma colaboração historiográfica para o estudos das comunicações regionais, abrangendo correio e telégrafo, assim como telecomunicações. *Festa do Divino Espírito Santo em Cuiabá: identidade e religiosidade*, de autoria de Suíse Monteiro Leon Bordest e Elizabeth Madureira Siqueira, recupera historicamente a tradicional festa dedicada ao Senhor Divino e sua dinâmica temporal, incluindo vozes do passado e do presente. *Virgílio Corrêa Filho: a fronteira com o Paraguai para um historiador regionalista*, de autoria de Carla Villamaina Centeno, analisa a vasta

produção intelectual do mato-grossense Virgílio Corrêa Filho, um clássico da historiografia regional. O artigo *Entre Discursos e Práticas: as representações da capital Cuiabá e sua gente nos primeiros anos da República*, de autoria de Loiva Canova, problematiza as representações construídas sobre Cuiabá, capital de Mato Grosso, enquanto espaço ordenado, higienizado e moderno. Encerrando a revista uma discussão das *Identidades partidárias em Mato Grosso (1945-2002)*, de autoria de Vinicius de Carvalho Araújo.

Na seção de *Artigos*, duas colaborações, sendo a primeira, ricamente ilustrada, de Paulo Pitaluga Costa e Silva, com *O Descobrimiento do Rio da Prata*, ocasião em que o autor discute as diversas vertentes sobre a descoberta do rio da Prata, aquavia de extrema relevância para a história de Mato Grosso. *Sorriso, Mato Grosso: a verticalização residencial e a reprodução do espaço urbano*, de Zenilda Lopes Ribeiro, analisa a produção imobiliária de edifícios e o papel das construtoras e incorporadoras na reprodução do espaço urbano da cidade mato-grossense de Sorriso, identificando seus consumidores.

A terceira seção é dedicada aos *Discursos*, incorporando Discurso Inaugural - Presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), de *Vinicius de Carvalho Araújo*, em 26 de julho de 2012, seguido daqueles de posse de quatro sócios efetivos do IHGMT (21/06/2012), a saber, *Alex de Matos, Miramy Macedo, Fernando Tadeu de Miranda Borges e Neurozito Figueiredo Barbosa*.

A quarta seção é dedicada às *Notícias*, constitui um espaço para veiculação dos eventos regionais, assim como das atividades dos membros do IHGMT: *Naná Maciel*, de Aecim Tocantins, *Brasil – França: uma integração entre membros de Institutos Históricos*, de autoria de Alex de Matos, *Ranulpho Paes de Barros*, colaboração de Benedito Pedro Dorileo, *Instalação do Instituto Histórico e Geográfico Municipal de Jaciara-MT*, noticiado por Elizabeth Madureira Siqueira e *Placa para Dunga Rodrigues*, por Icleia Lima e Gomes.

A leitura dos números 72 e 73 desta Revista acrescentará informações derivadas de pesquisas dos membros do IHGMT e de seus colaboradores, aos quais agradecemos, assim como incorpora o registro de momentos marcantes do cenário mato-grossense veiculados através dos discursos e notícias.

Boa leitura.

Conselho Editorial

DOSSIÊ
IDENTIDADES

CONSTRUÇÃO E SILÊNCIO NO INTERIOR DA HETEROGENEIDADE

O CASO DO BRASIL E MATO GROSSO

CONSTRUCCIÓN Y SILENCIO DENTRO
DE LA HETEROGENEIDAD
EL CASO DE BRASIL Y MATO GROSSO

Elizabeth Madureira Siqueira¹

RESUMO: Foi no século XIX que as elites políticas construíram um projeto cultural e identitário para o Brasil. Embasado nos pressupostos modernos, ele se apresentou como o único e o melhor para toda a população. Nessa medida, os parâmetros culturais e de identidade das camadas menos favorecidas foi totalmente desconsiderado, porém bem conhecido das camadas mais elevadas. Para transpor a população do estágio da barbárie ao da civilização, os estabelecimentos escolares foram os laboratórios responsáveis por essa transformação. O que ocorreu em Mato Grosso, especialmente a partir de 1872, foi exemplar para revelar os discursos competentes das elites no momento de implantação do projeto moderno.

Palavras-chave: Modernidade. Cultura. Identidade. Educação. Mato Grosso.

RESUMEN: Fue en el siglo XIX cuando las élites políticas han construido una identidad cultural y para Brasil. Sobre la base de los supuestos modernos, se presentó como la única y la mejor de toda la población. En esa medida, la cultura y la identidad de los menos favorecidas totalmente fue descartada, por bien conocida capas superiores. Para transponer el escenario población de la barbarie a la civilización, las escuelas eran los laboratorios responsables de esta transformación. Lo que ocurrió en Mato Grosso, en especial a partir de 1872, fue ejemplar competente para revelar los discursos de las élites en el momento de la implementación de un diseño moderno.

¹ Curadora da Casa Barão de Melgaço – emsiqueira@terra.com.br

Palabras clave: Modernidad. Cultura. Identidad. Educación. Mato Grosso.



Fonte: Album Graphico de Mato-Grosso

A CULTURA MULTIFACETADA

As identidades tem na cultura sua base explicativa e derivada, uma vez que é no espaço cultural que são delineadas as molduras das identidades. Mesmo sendo a cultura utilizada no singular, ela é, por natureza plural, visto abrigar as diversidades que timbram as identidades.

Nessa medida, a compreensão da cultura deve sempre ser concebida enquanto múltipla e diversa, visto que geradora de identidades gestadas no interior de diferentes espaços sociais.

A trajetória cultural do Brasil é exemplar enquanto base explicativa visto ser fruto de diversas identidades que se confrontaram e se harmonizaram ao longo da história nacional.

O presente artigo tem como proposição fazer um exercício analítico das diversas etapas que marcaram a trajetória da cultura brasileira no século XIX, momento de constituição da nacionalidade, ocasião em que veio a tona a pluralidade cultural que marcou o cenário social da trajetória histórica do país na busca de suas identidades.

A necessidade de apresentar o país com identidade única, as elites brasileiras constituíram um projeto que tinha por base uma sociedade

letrada, moderna e civilizada. Mesmo tencionando homogeneizar a identidade nacional, esse projeto elitista se confrontou com um universo plural de culturas constituídas e gestadas ao longo da vivência dos diversos segmentos constitutivos da sociedade brasileira.

MODERNIDADE E A CONCEPÇÃO DE CULTURA BRASILEIRA

A palavra cultura tomou, nos séculos pretéritos, diferentes concepções. Recorreramos à versão do termo a partir da Ilustração, momento em que ganhou a significação que tomou na Modernidade. Para Rousseau, cultura englobava tudo que era natural, manifestação do espírito não pervertido, sendo que para Voltaire e Kant, a cultura estava intimamente ligada ao conceito de civilização, exprimindo “[...] o mesmo processo de aperfeiçoamento moral e racional, o desenvolvimento das luzes na sociedade e na história”. (CHAUI, 1986, p. 12). Nessa medida, o grau de civilização de uma sociedade se media pela evolução de sua cultura, sendo tanto mais elevado quanto maior fosse sua racionalidade e cientificidade “[...] na compreensão dos homens, da natureza e da sociedade para criar uma ordem superior (civilizada) contra a ignorância e a superstição”. (Idem, p. 13). Ao contrário do que entendia Rousseau, a natureza, na concepção do Iluminismo, passou a ser sinônimo de inércia e a de cultura dinamismo, capaz de interferir na natureza, transformando-a. Assim, cultura passou a ser o termômetro das sociedades modernas, de forma que um determinado segmento era classificado segundo o nível cultural por ele atingido. Chauí, ao analisar essa cultura utilizada no singular, antevia a exclusão de uma e a hegemonia de outra: “Em sentido restrito, isto é, articulada à divisão social do trabalho, tende a identificar-se com a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe, e leva à distinção entre cultos e incultos de onde partirá a diferença entre cultura letrada-erudita e cultura popular”. (CHAUI, 1986, p. 14).

Segundo Canclini, a cultura, opondo-se à natureza, teria a propriedade de uniformizar todas as manifestações, devendo ser pensada a partir de seus sentidos (CANCLINI, 1982, p. 29-30). A ideia de cultura na modernidade está intimamente relacionada à noção de progresso, entendido como sinônimo de civilização, conceito presente não apenas nas culturas “mais evoluídas”, mas existente em qualquer organização social, uma vez determinante do grau de sua evolução, enfim, classificadora do posicionamento da sociedade na escala ci-

vilizatória. Para Canclini, ao produzir cultura, as sociedades o faz de forma dinâmica, relacionando-se com o próprio grupo e com os demais. Nesse embate, entram em jogo dois tipos de capital, o capital cultural e o econômico, constituindo aquilo que ele definiu como *totalidade indissolúvel* (Idem, p. 30), o que significa entender que a produção cultural de um grupo está na relação direta de sua produção econômica. Canclini somente considera válido o entendimento das produções culturais em sua estreita relação com a produção material, não entendida como reprodução mecânica, mas enquanto poder de manifestar o herdado e transformá-lo. Isso justificaria, na visão desse autor, a hegemonia cultural exercida pelas elites no momento da constituição do Estado Nacional brasileiro.

Segundo Galetti, “A reprodução do sistema social implica não só a reprodução das relações de produção, mas, igualmente, a incessante adaptação dos trabalhadores à ordem social. Implica, também, na reprodução da capacidade, por parte dos agentes do sistema, de manipular corretamente a ideologia dominante”. (GALETTI, 1997, p. 3). A hegemonia econômica das elites teria determinado, nessa medida, a hegemonia cultural imposta à totalidade da população brasileira. Esta, no entanto, não fôra capaz de anular a cultura originária produzida no interior das diferentes camadas, cujo capital econômico diferenciado gerou um correspondente capital cultural.

No século XIX, a sociedade brasileira se apresentava desigual, cabendo a cada segmento exercer um determinado papel e reproduzir-se enquanto categoria, o que gerava universos culturais distintos e até certo ponto apartados. Apesar da existência simultânea de diferentes propostas culturais, uma delas, no entanto, se apresentava como hegemônica na determinação das grandes linhas de condução da novel nação brasileira, sendo seus pressupostos divulgados ao conjunto da sociedade através do que Canclini entendeu denominar de “aparelhos culturais”, representados pela família, escola, religião e organismos associativos (CANCLINI, 1982, p. 38). A função desses aparelhos era a de garantir a homogeneização necessária à sociedade, reproduzindo nas suas bases a existência de comportamentos, hábitos e costumes suficientemente similares que garantissem o tracejamento de um perfil do povo brasileiro. A hegemonia das elites não se processaria apenas no âmbito das condições materiais, mas também pelas significações culturais impingidas ao social. Galetti, recuperando Canclini, adverte que “essas condições básicas para o exercício da hegemonia, não assecuraram, por si só, a reprodução do sistema social. A mediação do ‘poder

cultural⁷ – poderíamos dizer da cultura como processo de produção de sentidos – é também uma condição necessária e indispensável da hegemonia”. (GALETTI, 1997, p. 4)

Nessa medida, a sociedade imperial se apresentava heterogênea econômica e culturalmente, e o usufruto dos seus bens econômicos e do patrimônio cultural era realizado de forma desigual, “[...] as práticas e formas de pensamento que os setores populares criam para si próprios, mediante os quais concebem e expressam a sua realidade, o seu lugar subordinado na produção, na circulação e no consumo.” (CANCLINI, 1982, p. 6) O projeto para o Brasil moderno, gestado e dirigido pelas elites, incluía somente os valores dessa camada, sendo que, em sua aplicação no social, desconsiderava a existência de outras instâncias do social.

Edward Thompson, ao analisar a classe operária inglesa, considerou a inexistência de uma correspondência direta e automática entre “[...] a dinâmica do crescimento econômico e a dinâmica da vida social e cultural.” (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 5). Para o historiador inglês, o mais relevante no processo histórico é o fenômeno de os homens se fazerem enquanto classe: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.” (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 10). Negava ele, nessa medida, a correlação esquemática entre forças econômicas e culturais. Essa posição emergiu de seu esforço de escrever sobre aspectos não trabalhados por Karl Marx, preenchendo aquilo que Suzane Desan qualificou de “silêncios”:

Thompson considera Marx silencioso particularmente no que diz respeito às mediações morais e culturais. Se, por um lado, não nega a importância dos fatores materiais, por outro Thompson rejeita explicitamente a metáfora de ‘base/superestrutura’ e procura examinar ‘o modo como essas experiências materiais são abordadas culturalmente’. (DESAN, apud HUNT, 1995, p. 68)

Até mesmo na concepção de classe social, Edward Thompson, alargando os limites do marxismo, considerou que: “Não podemos entender o que é classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural”. (THOMPSON, apud HUNT, 1995, p. 68) Mesmo tendo analisado as classes operárias inglesas num contexto diferenciado do brasileiro, o historiador inglês deixou-nos, especial-

mente na ótica da *história vista de baixo*, um legado incontestado para não só um alargamento do referencial marxista, mas, sobretudo, para entendermos as classes subalternas como constituídas de cultura e de um fazer histórico específico. Discordando parcialmente do conceito gramsciano de hegemonia, Thompson considera necessário relativizar a capacidade das elites em impor uma hegemonia cultural, concedendo “[...] a capacidade elástica das classes inferiores de limitar e reformular essas imposições culturais”. (DESAN apud HUNT, 1995, p. 81).

Peter Burke não abriu mão da existência de duas culturas diferenciadas, a das elites e a popular, porém, temendo a utilização dessas expressões de forma estanque e em oposição mútua, afirmava, “Quanto à cultura popular, talvez seja melhor de início defini-la negativamente como uma cultura não oficial, a cultura da não elite, das ‘classes subalternas’, como chamou-as Gramsci.” (BURKE, 1989, p. 25). Burke considera ainda que o termo “cultura popular” referencia as sociedades primitivas, objeto de conhecimento dos antropólogos, significando os grupos humanos que viviam isolados e que mantinham um tipo de organização que lhes garantia a autosuficiência (Idem, p. 50). Considera ainda o mesmo autor que esse “modelo” “[...] não se aplica à maior parte da Europa no nosso período. Na maioria dos lugares, existia uma estratificação cultural e social. Havia uma minoria que sabia ler e escrever e uma maioria analfabeta, e parte dessa minoria letrada sabia latim, a língua dos cultos”. (Idem, p. 50-51). Recuperando conceitos formulados pelo antropólogo Robert Redfield, Burke:

A grande tradição [que] é cultivada em escolas ou templos; a pequena tradição opera sozinha e se mantém nas vidas dos iletrados, em suas comunidades aldeãs [...] As duas tradições são interdependentes. A grande tradição e a pequena tradição há muito tempo têm se afastado reciprocamente e continuam a fazê-lo [...] Os grandes épicos surgiram de elementos de contos tradicionais narrados por muita gente, e os épicos voltaram novamente ao campesinato para modificações e incorporações nas culturas locais. (REDFIELD apud BURKE, 1989, p. 51).

Por esse modelo explicativo de Redfield, a pequena tradição, aquela gerada e dinamizada no mundo iletrado, corresponderia àquilo que denominamos de “cultura popular”, sendo a grande tradição circunscrita ao mundo letrado. Nesse esquema, a interpenetração cultural não existe, o que dificulta explicar as manifestações culturais das quais participavam tanto as elites como as classes menos favorecidas. Na

Europa, segundo Burke, o carnaval era um momento em que, mesmo mascarados, homens e mulheres das duas camadas se apresentavam dentro do mesmo circuito espacial e ritual. Assim, havia uma circularidade cultural entre as diversas camadas da sociedade, mesmo que seus universos fossem diferenciados.

Em Mato Grosso, vários espaços culturais foram compartilhados tanto pelas elites como pelos homens livres pobres, podendo ser destacadas as touradas e as inúmeras festas religiosas. Por outro lado, a Igreja exercia forte influência, enquanto segmento importante e atuante no interior da sociedade mato-grossense, uma vez que em seus ritos congregavam, no interior ou no exterior dos templos, elementos pertencentes às camadas sociais diferenciadas. As Irmandades religiosas, representando um espaço híbrido entre o sacro e o laico, constituíram-se em territórios de manifestação cultural intensa, seja através das festas ao santo ou santa padroeiros, ou nas missas, procissões, tiragem de esmolas e até mesmo nos rituais de enterramento, além das músicas e da culinária. Peter Burke, no entanto, adverte que trabalhar esses espaços de “participação” conjunta das camadas sociais diferenciadas é problemático, uma vez que cada qual mantinha seus signos de identificação e de comunicação:

[...] existiam duas tradições culturais nos inícios da Europa moderna, mas elas não correspondiam simetricamente aos dois principais grupos sociais, a elite e o povo comum. A elite participava da pequena tradição, mas o povo comum não participava da grande tradição. Essa assimetria surgiu porque as duas tradições eram transmitidas de maneiras diferentes. A grande tradição era transmitida formalmente nos liceus e universidades. Era uma tradição fechada, no sentido em que as pessoas que não frequentavam essas instituições, que não eram abertas a todos, estavam excluídas. Num sentido totalmente literal, elas não falavam aquela linguagem. Na pequena tradição, por outro lado, era transmitida informalmente. Estava aberta a todos, como a igreja, a taverna e a praça do mercado, onde ocorriam tantas apresentações. (BURKE, 1989, p. 55).

Nessa medida, para Burke o divisor de águas que se colocava entre as diferentes camadas era, sem dúvida, a diferença cultural, entendida como o desnível educacional e instrucional. O interessante na conceitualização de Redfield é que ele designa de pequena tradição – o espaço da cultura das populações pobres, majoritárias numericamente –

sendo que o universo cultural das elites, mesmo quantitativamente inferior, tinha sua cultura estendida a todas as camadas, “derramada” pela sociedade, como diziam os pensadores da Ilustração. Mas, se grande, deveria a cultura das elites ser realmente compartilhada pelo conjunto de toda a sua extensão – daí o atributo de extensa, porém, o que se observou é que essa cultura maior não pode ser compreendida como tendo sido apropriada democraticamente por todas as camadas, mas, ao contrário, vista como privilégio apenas das elites. Por que, perguntaríamos, o atributo de grande? Certamente por ser a “melhor”, ou, compreendida de outra maneira, por ser a única imposta como padrão “civilizado”.

Partimos do pressuposto de que no cenário mato-grossense expressavam-se variadas modalidades de cultura – aquela gestada no seio das elites e a que era vivenciada no universo do homem comum – sendo que o projeto de nação/província moderna foi assentado nos valores presentes no universo cultural das camadas mais elevadas, considerados válidos para o todo social. Mesmo assim, não anulou outras formas de expressão. Não nos parece relevante nesse novimento perceber a hegemonia do projeto cultural das elites como fruto de uma ação deliberadamente ‘perversa’, mas entender que seus integrantes acreditavam que os valores do seu próprio quadro cultural, emoldurado historicamente com os referenciais modernos europeus, constituiriam a ‘salvação’ e ‘regeneração’ da sociedade nacional no momento de sua gestação. Ao lado desses valores, um se sobressaía como fundamental, modificar a mentalidade dos trabalhadores nacionais, transformando-os, de “ociosos”, em operosos:

As elites, portanto, estavam preocupadas em evitar que os indivíduos fossem tentados a se entregar aos seus hábitos coloniais, ao ‘lado escuro’ das cidades, como, por exemplo, locais de prostituição e jogatina; tinham medo de que os estratos menos privilegiados da população se entregassem às atividades lúdicas classificadas como danosas ao corpo social, como era o caso do jogo do bicho, da briga de galo, da capoeira (HERSCHMANN, 1994, p. 27).

Não se deve, no entanto, isentar dessa proposta seu tom excludente, uma vez que o universo das camadas populares foi desconsiderado; da mesma forma, não se deve descartar o caráter impositivo e autoritário como a proposta elitista foi aplicada, nem relegar a segundo plano a existência de resistências brotadas no seio das comunidades

cujo universo cultural se apresentava diferenciado. Marilena Chauí, ao analisar o caráter autoritário do projeto cultural formulado pelas elites, admite que o autoritarismo foi a característica mais importante, não só porque o projeto era considerado o melhor e o único para toda a sociedade, desconsiderando a existência de outras culturas, mas também porque, através dele, processava-se “a interdição do acesso a essa cultura ‘melhor’ por parte de pelo menos uma das classes da sociedade.” (CHAUI, 1982, p. 40).

A noção de que a cultura dominante se apresentava, no século XIX, como a única válida para o todo social, sendo a cultura das camadas subalternas considerada imprópria, é a posição esposada também por Pierre Bourdier (1989, p. 10), para quem:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Esse efeito ideológico produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção e que legitima as distinções compelindo todas as culturas designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Nessa perspectiva, a violência se expressaria não só como anulação da cultura das camadas subalternas, mas, sobretudo, pela imposição de significações retiradas apenas do universo cultural das elites. Assim:

Em qualquer sociedade, o grupo dominante esforça-se por impor certas significações como legítimas, ‘dissimulando as relações de força que são o fundamento de seu poder’. Agindo assim, conforme postulam os autores [Bourdieu e Passeron], o poder dominante acrescenta a força das significações legítimas à sua própria força, e obtém um efeito de reprodução simbólica. (BORDIEU apud PETITAT, 1994, p. 32)

A vertente bourdiniana integra o conjunto das análises culturais, centrando o esforço explicativo no poder simbólico expresso através dos mecanismos utilizados pela cultura hegemônica para mascarar a existência de diversificado universo cultural, apresentando os referenciais e signos de sua cultura como o melhor a ser adotado por toda a

sociedade. Nessa medida, as representações culturais que divergiam do modelo imposto eram desconsideradas, senão tomadas, como expressão de “barbárie”. Por outro lado, a imposição do projeto cultural formulado pelas camadas dominantes se revestia de um caráter natural, dando a parecer que seria, em toda a sua extensão, apropriado pelo conjunto da sociedade. No caso da instrução pública, a palavra utilizada pelas elites no momento da expansão da escola pública era “derramá-la”, porém o que estava simbolicamente oculto é que sua extensão seria limitada e os benefícios usufruídos parcialmente de acordo com a posição dos segmentos sociais. Para si, toda a sua extensão, do básico ao superior; para as camadas médias, o básico e o médio, mas, para os segmentos populares, apenas seu piso básico.

Violência simbólica também foi manifesta no interior do projeto para o Brasil moderno através do aparato jurídico que o primou. A lei, como única para todos, simbolizava, ideologicamente, que ela se revestia de um caráter impessoal, pincelando-a com um enganador tom neutralizador. Para Bourdier (1989, p. 215):

O efeito de ‘neutralização’ é obtido por um conjunto de características sintáticas tais como predomínio das construções passivas e das frases impessoais, próprias para marcar a impersonalidade do enunciado normativo e para constituir o enunciado em sujeito universal, ao mesmo tempo imparcial e objetivo.

Bourdieu, no entanto, não descarta a resistência manifesta à ideologia veiculada pelas camadas hegemônicas, mas, contrariamente, admite sua expressão. Para as elites não interessava aclarar a existência dos múltiplos universos culturais, mas sim apresentar apenas um - o seu próprio - composto por signos e definições por elas formulados e dominados. Como esse universo simbólico era desconhecido, em sua grande parte, pela maioria da população, seria fácil fazê-lo reproduzir parcial e autoritariamente. Num primeiro plano, como detentores únicos desse saber específico, os dominantes poderiam, com facilidade, fazer reproduzir apenas uma parcela dele, dando a parecer que, em sua aplicação, seria o mesmo mais adequado para ser adotado por toda sociedade. Por outro lado, essa população-alvo, desconhecendo a amplitude e extensão desse projeto cultural e tendo o seu desconsiderado, via-se na contingência de, ou adotá-lo - o que a colocava numa situação de dependência e subordinação -, ou rejeitá-lo, alienando-se.

O discurso das elites, no momento da deflagração e expansão do

projeto modernizador nacional, era competente, pois versava sobre temas que conheciam teoricamente e/ou já os havia experimentado na prática. Isso outorgou a essa camada poder suficiente para impô-lo a toda a sociedade. Além de privilegiar apenas um único universo cultural, o projeto modernizante, carregado de paternalismo, acabava convencendo, pela fartura e competência dos argumentos, assim como pela racionalidade extrema, a validade, necessidade e urgência de sua adoção. Chauí admite que:

[...] a elite no poder, acredita-se não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o aparelho do Estado, mas porque tem competência para detê-los, isto é, porque detém o saber. Se enquanto ‘maior’, o dominante é representado como senhor, enquanto detentor do saber tende a ser representado como ‘melhor’.
(CHAUI, 1982, p. 49).

A hegemonia exercida pelas elites não implicou na superação dos conflitos no campo das representações culturais, mas, ao contrário, resultou no enfrentamento constante entre concepções de mundo divergentes (GALETTI, 1987, p. 10).

DE CULTURA A FOLCLORE: UMA SAÍDA “HONROSA”

Alguns estudiosos da cultura admitem não existir, no universo das camadas populares, aquilo que se convencionou denominar de “cultura”, posição esposada por Brunner. Em sua ótica, para a constituição de uma cultura seria necessária a existência de determinada concepção de mundo vivenciada social e cotidianamente, capaz de manter sobre o grupo um papel pedagógico, educativo, seja na sua produção ou reprodução. Pautado nessa definição, o fazer popular, sendo desprovido desses pressupostos básicos, não se constituiria em cultura, mas sim em folclore: “[...] una concepción de mundo no sistemática ni elaborada, va que el pueblo (es decir o conjunto de las clases subalternas e instrumentales...) por definición no puede tener concepciones elaboradas e centralizadas.” (BRUNNER apud GALETTI, 1987, p. 10) Nessa medida, a subordinação dos trabalhadores das classes menos favorecidas economicamente ao projeto hegemônico se deu como “[...] un principio crítico, una verdad negativa que permite oponerse a la mistificación traída consigo pela cultura oficial [...]” (BRUNNER apud GALETTI, 1987, p. 11)

Por outro lado, evitamos, no tratamento da questão cultural, conceber o universo popular como folclore, na medida em que essa

concepção apresenta-se carregada da visão discriminatória, mais precisamente uma negação das ações e transformações produzidas no fazer histórico por parte das camadas menos favorecidas.

Segundo Ortiz, não existiu interesse por parte das elites em recuperar o universo cultural das camadas menos favorecidas da Europa moderna, sendo que, nas práticas populares se tinha uma “[...] tolerância relativa, pois as manifestações populares devem ser preservadas, e até mesmo estimuladas, desde que previamente depuradas de sua dimensão explosiva”. (ORTIZ, s/d, p. 12). Dessa coleta, muitas vezes acompanhada de sentido policialesco, nasceu a figura do antiquário, aquele que colecionava o exótico e o possivelmente perdido, ou a se perder.

Como coleção, a cultura popular passou a ser conhecida e divulgada, facilitando a dominação por parte das elites dos séculos XVI e XVIII. Com a romantização do saber popular (séc. XVIII), o individual cedeu lugar ao coletivo, onde se privilegiou o espontaneísmo, diluído no anonimato. A volta ao passado representou uma forma de recuperação da história europeia ou até mesmo de sua constituição, como foi o caso da Alemanha independente, que buscou sua nacionalidade no saber popular (ORTIZ, s/d, p. 24-25) Esse movimento de volta ao passado, e mais, de recuperação das verdadeiras origens dos povos europeus, levou Eric Hobsbawn a intitulá-la como *a invenção da tradição*, pois “A ‘tradição criada’ confere a ilusão de perenidade, reabilitando o nexos entre o presente e o pretérito reconstruído”. (ORTIZ, s/d, p. 27). Mas, que significação teria, para Herder, a cultura popular alemã, senão que “A canção do povo não tem que vir da ralé e ser cantada para ela: povo não significa a ralé nas ruas, que nunca canta ou cria canções, mas grita e mutila as verdadeiras canções populares”. (ORTIZ, s/d, p. 26) Nessa medida, já se estabelecia uma distinção entre a malta, concebida como perigosa e destituída de sentido cultural, e a cultura dos homens laboriosos. A origem dessa distinção remonta ao século XVIII, quando as elites políticas europeias estabeleceram nítida distinção entre a plebe e o povo:

[...] escritores políticos e tendências filosóficas, religiosas e políticas diferentes concordarem na designação da Plebe como vulgo, canalha, ralé, populacho, povinho, arraia miúda, enquanto o Povo, distinguido positivamente da nobreza e do populacho, é constituído ‘pela parte mais útil, mais virtuosa e, conseqüentemente, mais respeitável da nação. Composto de fazendeiros, artesãos, comerciantes, financistas, homens de letras e homens da lei [...]

(CHAUI, 1986, p. 15-16)

Nessa medida, a Modernidade estabeleceu essa divisão entre a plebe, sinônimo de ignorância e barbárie, e o povo, significativo de racionalidade e civilização. Caberia aos Estados Nacionais e, mais tarde, às Repúblicas educar, regenerar e civilizar a camada inferior da sociedade.

Sob essa ótica, tornava necessário estabelecer uma clara definição da categoria cultura: estaria ela designando o universo da racionalidade, da barbárie, ou os dois? Não é por acaso que a palavra folclore nasceu no momento em que a Modernidade, pelo cientificismo, racionalidade e positividade, criou a ideia de progresso, paradigma novo que distinguirá um tipo de cultura como hegemônica, tornando-se, senão a melhor, a única a ser adotada pelas sociedades ditas “civilizadas”. Levar os ensinamentos científicos a todas as classes sociais corresponderia à dominação do saber do segmento burguês sobre os populares, cujo cotidiano, por se diferenciar dos parâmetros preconizados pelo universo cultural hegemônico, passou a ser rejeitado, por “incivilizado”, mas não totalmente descartado, por folclórico. Os folcloristas, segundo Ortiz (s/d, p. 30), “[...] encontram-se a meio caminho entre o universo das ciências e a popularização do saber”. As práticas sociais das classes populares, na visão da cultura burguesa, não se revestiam de valor, mas representavam motivo de temor, uma vez que:

A burguesia via no proletariado uma plêiade de atributos negativos como o nomadismo da mão-de-obra, a vida imunda, o abuso da bebida, as doenças venéreas; práticas que deixadas em liberdade constituíam uma ameaça, pois reforçavam a separação de um grupo, do restante da sociedade. O perigo provinha de um conflito potencial entre civilização e barbárie. (Ibidem, p. 35)

A saída para os folcloristas modernos foi o estudo do elemento selvagem, o ancestral de todos os homens e de todas as sociedades, visto que a Modernidade, em seu processo de homogeneização de práticas e saberes, senão anulou, fez por ocultar o universo cultural das camadas originárias. Esse modelo explicativo foi disseminado na Europa tendo como veículo a escola estatal, passando, em seguida, a ser imitado pela maioria dos territórios para onde a cultura burguesa europeia foi exportada, dentre eles o Brasil.

Hobsbawn adverte que, mesmo tentando ocultar a cultura popular, ela pode ser percebida e recuperada, dependendo da escolha

do historiador, pois:

Uma boa parte da história dos movimentos populares é como vestígio do antigo arado. Poderia parecer extinto para sempre com os homens que araram o campo muitos séculos atrás. Mas todo aerofotogrametrista sabe que, com certa luz e determinados ângulos de visão, ainda se podem ver as sombras e sulcos há muito esquecidos. (HOBSBAWN 1998, p. 224)

Mesmo tentando ocultar um tipo saber construído historicamente, a cultura burguesa não foi capaz de apagar os vestígios da cultura popular, presentes no fazer cotidiano. Por outro lado, essas mesmas camadas incorporaram, voluntariamente ou não, os referenciais do universo cultural das elites. A origem da separação entre cultura popular e de elite foi, segundo Hobsbaws, nascida no cenário Iluminista, quando no século XVIII: “[...] o saber, o estabelecimento de um sistema universal de tais regras e normas de comportamento moral, corporificado nas instituições dos Estados e dedicado ao progresso racional da humanidade: à Vida, Liberdade e Busca da Felicidade, à Igualdade, Liberdade e Fraternidade ou seja lá o que for”. (Idem, p. 268).

Objetivando superar essa ambiguidade, Gramsci lançou o conceito de hegemonia que, correndo em raia oposta às construções iluminista e dos românticos, trabalhou com o conceito marxista de luta de classes, tendo a ideologia como conceito central de análise. Para o pensador italiano, a hegemonia não seria um parâmetro afeto apenas às elites, mas se estenderia à totalidade social, pois:

[...] o conceito de hegemonia inclui o de cultura como processo social global que constitui a ‘visão de mundo’ de uma sociedade e de uma época, e o conceito de ideologia como sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata.” Na ótica gramsciana, a hegemonia consiste num “corpo de práticas e de expectativas sobre o todo social existente e sobre o todo da existência social: constitui e é constituída pela sociedade sob a forma da subordinação interiorizada e imperceptível. (GRAMSCI apud CHAUI, 1986, p. 21-22)

Nessa perspectiva, a hegemonia, entendida em sua dinâmica, geraria a *contra-hegemonia*, instância onde se podem detectar reações à hegemonia com o surgimento de resistências à internalização de valores adversos aos interesses de classe.

A par de tantas definições e conceituações, buscaremos, no entrecruzamento delas, entender as manifestações sociais em sua totalidade, evidenciando os valores hegemônicos veiculados pelas elites a serem válidos por toda sociedade, assim como perceber e evidenciar as formas de resistência manifestas no processo de modernização. Nessa medida, um “padrão” de comportamento se apresentava como o único e o melhor a ser adotado por toda a sociedade, servindo como termômetro para medir o grau de desenvolvimento de um povo. Todos os comportamentos, valores morais e formas de expressão que fugissem aos limites dessa padronização eram considerados “barbárie”:

Diferenciados, esses universos mantinham embricamentos ou, como preferiu expressar Duby (1989, p. 143), “*entrecruzamentos*” representados pelos espaços culturais ocupados tanto pelas elites quanto pelas camadas populares, uma vez que a cultura das elites, imposta ao todo social, certamente, no momento em que ela foi “derramada”, passou a ser adotada pelas camadas subalternas, mas que, segundo Chauí (1986, p. 43) “[...] não é porque algo está no povo que é do povo”.

Assim, grande parte do universo cultural das elites penetrou e modificou a cultura originalmente existente no seio das camadas inferiores, não chegando, no entanto, a apagar os vestígios de sua cultura originária. O que estamos buscando entender é como os padrões hegemônicos penetraram no universo cultural do homem comum, nele operando transformações – fruto de um processo dinâmico, onde se sobrepõem diferentes concepções e visões de mundo e suas respectivas significações. Por outro lado, esse embate gerou, igualmente, modificações na proposta originalmente pensada pelas elites, uma vez que, das resistências e adaptações à realidade mais ampliada, a proposta ganhou, certamente, outra conformação. Marilena Chauí adverte ainda que as ideias das elites “[...] não são dominantes porque abarcam toda a sociedade, nem porque a sociedade toda nela se reconheça, mas porque são ideias dos que exercem a dominação”. (Idem, p. 44).

O PAPEL DAS ESCOLAS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE MODERNA

Uma vez formatado o projeto moderno, qual seria o laboratório ideal para que suas ideias pudessem circular e atingir a maioria da população, a fim de que ela saísse do território da barbárie e ingresasse no espaço civilizado? Certamente os estabelecimentos escolares.

A escola, fazendo parte de um universo mais ampliado e por envolver esferas diferenciadas do social, como a Presidência da Província, Assembleia Legislativa, Inspetores-Diretores Gerais e Inspetores Paroquiais, Políticos, Professores, Alunos e suas Famílias, além dos membros do Conselho Literário, não pode ser entendida sem o conhecimento do perfil dos homens que lideraram e encaminharam o projeto da instrução pública mato-grossense.

Francisco José Cardoso Júnior foi, indubitavelmente, aquele que, a partir de 1872, introduziu as mais expressivas alterações no cenário provincial, podendo ser destacados o início dos serviços de abastecimento de água, iluminação pública, instalação de matadouro e, no âmbito da instrução pública, marcou, de forma irreversível o seu processo de modernização fornecendo os parâmetros para sua organização e fiscalização. Esse governante não somente anunciou as reformas essenciais para a instrução, concretizadas pelo Regulamento de 1872, mas agiu vigorosamente deixando, ao final de seu governo, fincados, os marcos que norteariam o moderno sistema instrucional mato-grossense daí para frente.

Em seu discurso inaugural à Assembleia Legislativa Provincial, no ano de 1872, anunciou a intenção de reformar a instrução mato-grossense que, sob sua ótica, se encontrava atrasada e defasada com relação às províncias litorâneas, especialmente o Rio de Janeiro, onde ela se realizava exemplarmente. Por isso tomou, desse universo, os três princípios homogeneizadores da instrução nacional: **liberdade, gratuidade e obrigatoriedade** do ensino. Além de ocupar-se do ensino regular que atingia crianças entre 7 e 14 anos, foi ele também o introdutor do ensino noturno e das escolas carcerárias, instituições que objetivavam não somente instruir, mas principalmente educar a população adulta para atuar no espaço social moderno.

Para manter o controle, criou um sistema único de fiscalização das escolas através da organização de uma rede hierárquica que tinha no topo um organismo proposto por ele, o Conselho Literário, instância de encaminhamento e julgamento das causas da instrução. A figura que, no escalonamento hierárquico, se colocava abaixo desse organismo era representada pela autoridade maior da instrução, o Inspetor, denominado, a partir da década de 1880, de Diretor Geral da Instrução Pública. Cabia a este traçar os rumos políticos da instrução, propondo alterações que iam desde a questão dos horários, grades curriculares, disciplina, métodos e compêndios de ensino, até a regulamentação das escolas, estabelecendo de forma clara os direitos e deveres dos

professores, sua seleção e contratos. Imediatamente após os Diretores seguiam os Inspectores Paroquiais, autoridades que atuavam no âmbito das vilas e freguesias visitavam escolas, redigiam, em livro, os termos de inspeção e visita, tomavam lições aos alunos, verificavam a frequência destes e de seus mestres, enfim, colaboravam para que as normas estabelecidas nos regulamentos fossem cumpridas. Esse funcionário não recebia qualquer gratificação ou salário, sendo sua escolha recaída entre os membros mais conceituados das localidades que, em troca, recebiam privilégios e insígnias que os destacaria no seio da sociedade.

A missão maior de Cardoso Júnior foi a convencimento sobre a necessidade de se organizar, regulamentar e implantar uma instrução pública moderna e eficiente. Mas, uma sociedade somente compreenderia as vantagens de instrução se conseguisse perceber os vínculos que a atrelavam à sociedade de compromisso. Recorrendo às célebres e firmes palavras do Ministro do Império, Paulino José Soares, considerava o mesmo Presidente da Província mato-grossense:

Não há muito tempo enunciava uma das ilustrações do país, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, as palavras com que começarei este artigo - servindo-me delas como de uma chave de ouro, para entrar no humilde albergue de minhas reflexões. 'O regime representativo é a forma de governo característica do século em que vivemos. Nele, a lei feita pelos representantes da Nação é a expressão da vontade popular, e governo do país mantém-se pelo apoio da opinião. Se, como exprime um pensador contemporâneo, o governo de cada nação não é mais do que a imagem e o reflexo dos indivíduos de que ela se compõe, e se, portanto, qualquer governo que quiser ir adiante do povo que dirige, tem inevitavelmente de retroceder para tornar ao nível do meio de que saiu, a instrução pública é o grande motor do adiantamento nacional, o estímulo a cujo impulso a direção da sociedade se encaminhará para a realização das mais nobres e elevadas aspirações do patriotismo. Ao passo que se desenvolve a instrução pública, que a sociedade vê acumularem-se maiores cabedais intelectuais pelo alargamento de compreensões em todas as classes, novos elementos de prosperidade concorrem a bem da efetividade das liberdades políticas, da moralidade, da indústria, de todos os interesses sociais, do bem-estar dos cidadãos.' A simples referência destas verdades implanta a convicção no espírito de quem não encara indiferentemente para as grandes questões sociais que o

século XIX tem agitado, elucidado, aprofundado e proclamado. (RELATÓRIO... 20 de agosto de 1871)

Externando suas ideias em favor da instrução para todos, Cardoso Júnior destacava, aos Deputados mato-grossenses, a irreversibilidade de sua ação e os benefícios que dela emanariam:

Não há, Srs., não há quem hoje em boa fé desconheça e conteste as vantagens provenientes da instrução pública. Não se pode mesmo opor barreiras à torrente desprendida do alto; seria requintada loucura recusar à vista aos esplendores do astro que desponta belo e deslumbrante, que faz penetrar seus vivificantes raios na frente do indivíduo, no lar doméstico, nos comícios, nos centros populosos, na comunhão social - no universo enfim. É mister reconhecer que a perfectibilidade humana provém da ilustração da inteligência. É mister confessar que sem essa ilustração a vida seria um perpétuo retrogradar aos idos tempos em que o homem - qual outro autômato - passava ignorado e inútil, sem desprender de si o menor lampejo revelador de uma essência material e sublime. Já lá vão essas épocas, Srs., perdidas entre as brumas do passado. (RELATÓRIO... 20 de agosto de 1871)

Colocando a educação e a instrução de Mato Grosso como projeto a ser desenvolvido a médio e longo prazo, o mesmo Presidente utilizou palavras do grande filósofo francês Tocqueville, dando, portanto, maior peso ao seu discurso de convencimento, tendo por base referências bíblicas:

O rico, o proletário, o nobre, o plebeu, o homem, a mulher, todos correm para os mananciais puros e cristalinos, todos procuram o novo Jordão, a fim de receber o segundo batismo da instrução, indispensável a todas as classes, a todos os estados e em todas as condições da vida. 'Esclarecei os homens - dizia Tocqueville, porque eu sinto aproximar-se o tempo em que a liberdade, a paz pública e a ordem social não poderão passar sem luz'. Esse axioma profético realizou-se. O tempo chegou.

É mister dissipar as sombras que a ignorância projeta. É mister que o presente seja o corolário do futuro. É mister semear hoje para colher amanhã. Não colheremos nós, mas colherão os nossos filhos. Não gozaremos nós, porém, gozarão os nossos descendentes. Leguemos um enorme tesouro à geração que nos há de suceder. (RELATÓRIO... 20 de agosto de 1871)

Incitando os cidadãos mato-grossenses a perpetuarem seus nomes, para sempre, nos umbrais da história, arremessando-os rumo a um futuro promissor, reforçava:

Plantemos a grande árvore onde ela se abrigará. Ergamos o majestoso areópago que ateste um esforço assíduo e uma vontade sincera. Deixemos nas colunas do edifício os nossos nomes.

Obreiros do progresso, simbolizemos em monumentos indestrutíveis os mais nobres sentimentos do coração. Hoje o trabalho. Amanhã a paz tranquila da consciência. Hoje o sacrifício. Amanhã a justa retribuição. Hoje a luta. Amanhã a glória.

E Deus abençoará os nossos intuitos; e a posteridade, bendirá a nossa memória. (RELATÓRIO... 20 de agosto de 1871)

O apoio político recebido por Cardoso Júnior se deveu à sua estreita ligação com a elite mato-grossense, no interior da qual buscou apoio para suas realizações, nomeando representantes para apreciar suas reformas:

Pretendo reformar a Instrução. Para isto e para reunir o convenientes dados nomeei uma Comissão composta do Sr. Inspetor Geral dos Estudos Manuel José Murtinho, Comendador Joaquim Gaudie Ley, Capitão João Roberto da Cunha Bacelar e Dr. José da Costa Leite Falcão para darem-me o seu parecer a respeito do sistema atualmente adotado nas escolas. (OFÍCIO reservado.... 12 de agosto de 1871).

TROCA DE FAVORES ENTRE PARES: UMA HISTÓRICA PRÁTICA POLÍTICA

Para garantir esse apoio, Cardoso Júnior utilizou um dos mecanismos usuais na época, qual seja, a indicação do nome de cidadãos para receber títulos honoríficos, como se pode observar através da correspondência sigilosa com o Ministro do Império, Paulino José Soares. O primeiro indicado foi o mato-grossense Barão de Diamantino, que administrou a província mato-grossense, na categoria de Vice-Presidente, de maio a outubro de 1870:

Devo, porém, apresentar a V. Exa. os importantes serviços prestados pelo Coronel Antônio de Cerqueira Caldas, hoje Barão de

Diamantino serviços que, a meu ver, o tornam credor da Munificência Imperial. Conta o arquivo da Secretaria desta Província que aquele Cidadão foi Capitão da Guarda Nacional do Município de Cuiabá desde 1851, na reorganização dos Corpos cívicos - Que, como tal, comandou companhias até 1863, fardando praças a sua custa e contribuindo com vários donativos para a caixa da música de seu Batalhão - Que em 1863 foi reformado por ato do Governo de então - Que a pedido do ex-presidente Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, prestou-se a servir de fornecedor a 3.700 praças aquarteladas, quando todos a isso se recusavam pela deficiência de capitais, ele não recusou o serviço que atinge elevadas proporções pela vantagem que trouxe aos cofres públicos e em consequência da modicidade dos preços que estabeleceu, nada faltando a força e realizando-se grande economia para o Estado. Em 1868 foi nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional do Município da Capital e anexos, e desde então dedica-se inteiramente a reorganização dos Corpos. Terminada a guerra com o Governo do Paraguai, a Guarda Nacional da Província esteve em serviço ativo até setembro do ano próximo passado; os Batalhões ficaram completamente desorganizados. Para reorganização deles tem o Barão de Diamantino trabalhado com muito zelo, afínco e rara dedicação, já fardando á sua custa praças, já contribuindo de novo com donativos pecuniários para colocar em bom pé a música da referida Guarda. (OFÍCIO reservado.... 12 de agosto de 1871).

Outros elementos da elite cuiabana também mereceram indicação como foi o caso do Comendador Henrique José Vieira, do Tenente-Coronel João de Sousa Neves, do Capitão Antônio Rodrigues do Araújo, dos Médicos José Antônio Murinho, Augusto Novis e Carlos José de Sousa Nobre que receberam o Oficialato da Ordem da Rosa; o Alferes do Exército João Antônio d'Ávila, o Hábito de Cavaleiro da Ordem da Rosa; os Cônegos João Leocádio da Rocha, Cura da Freguesia da Sé, e José Joaquim Graciano de Pina e também Antônio Henriques de Carvalho Ferro, com o Hábito da Ordem de Cristo (OFÍCIO reservado.... 12 de agosto de 1871). Esse procedimento adotado pelo Presidente Cardoso Júnior certamente selou seu pacto com as elites regionais, tendo sido esse mecanismo reproduzido em gestões posteriores. Até mesmo a escolha de personalidades que ganhariam maior relevo na instrução pública fôra objeto de considerações sigilosas entre o Presidente da Província, José de Miranda da Silva

Reis, sucessor imediato de Cardoso Júnior, e o Ministro do Império. Antes de indicar os nomes dos prováveis escolhidos, não deixou ele de fazer a ressalva de que:

Há nesta Capital e em toda a Província uma sensível falta de pessoal idôneo para tais cargos, com não será estranho ao conhecimento de V. Exa., não obstante passo a fazer algumas indicações seguindo as observações que tenho colhido acerca de cada um dos indivíduos, cujos nomes me é dado presentemente apresentar. OFÍCIO reservado.... 12 de agosto de 1871

Foi o que ocorreu no momento em que a Corte resolveu escolher um emissário do governo imperial para fazer, na província mato-grossense, as vezes de Delegado do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte. Indicou Miranda Reis quatro nomes na seguinte sequência:

Em primeiro lugar menciono o nome do Exmo. Sr. Barão de Melgaço², cuja ilustração probidade e independência de caráter constitui uma sólida garantia para o fiel e exato cumprimento dos deveres inerentes ao cargo de Delegado do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária - Faria o Governo ótima aquisição se se prestasse ele a esse serviço, o que certamente não sucederá pelo que tenho depreendido das conversações que com ele tenho tido sobre o melhor modo de execução do supracitado Direito nesta Província - Em 2º lugar indico o nome do Dr. Antônio Gonçalves de Carvalho, Juiz de Direito da Comarca da Capital, em que reconheço não vulgar ilustração, inteireza de ânimo e em alto grau um caráter imparcial e justo. Parece-me que a escolha desse nome será altamente útil e proveitosa à fiel e inteira observância das disposições do mesmo Direito. Em 3º lugar lembro-me que poderia recair a escolha do Governo Imperial sobre o Dr. Joaquim Januário dos Santos Pereira, mas vendo-o resolvido a retirar-se da Província em breve tempo, não julgo acertada a sua nomeação. Em 4º e último lugar o Reverendo Protonotário Pe. Ernesto Camilo Barreto que desempenha satisfatoriamente nesta Província o lugar de Inspetor Geral de Estudos, no exercício do qual muito tem auxiliado a esta Presidência e prestado relevantes serviços à

2 O Barão de Melgaço dirigiu a Província em quatro ocasiões – maio a julho de 1863; agosto de 1865 a fevereiro de 1866; desta última data a maio do mesmo ano a de março de 1869 a fevereiro de 1870.

Instrução Pública; cumpre-me, porém, ponderar que militando ativamente na política e sendo representante da Província da Câmara temporária, não é por isso o mais próprio para ocupar esse cargo que, para seu rigoroso e fiel exercício, exige uma tal ou qual independência e uma efetiva estabilidade nesta Capital. (OFÍCIO reservado.... 12 de agosto de 1871)

Corroborando sua assertiva inicial, Miranda Reis reforçou estar Mato Grosso às raias da barbárie, onde as luzes e a civilização sequer haviam ainda chegado:

Alguns nomes mais poderia declinar, abstenho-me escrupulosamente de fazer porque os vejo intimamente ligados aos interesses políticos, que a tudo corrompem e amesquinham nestes pequenos lugares afastados dos centros de luz e de civilização, e serão portanto inábeis para realizarem o pensamento elevado, moralizador e justo que teve em vista o ilustrado Governo de S. M. o Imperador com a promulgação do citado Decreto. Certo de que o perfeito conhecimento que tem V. Exa. do pouco ou nenhum pessoal habilitado desta e de outras Províncias pequenas do Império dispensará a exiguidade das indicações que acabo de fazer, a elas me limito. (OFÍCIO reservado.... 12 de agosto de 1871).

Mesmo tendo indicado com ressalvas, o nome do Protonotário Apostólico Ernesto Camilo Barreto, que era na ocasião, o Inspetor Geral da Instrução Pública, foi o escolhido pelo Ministério do Império para representar em Mato Grosso na Corte. A força política do clérigo aliada ao poder da Igreja católica, certamente, definiram a escolha. Quando deixou a Inspeção, por ter sido eleito Deputado Geral, em 1872, Ernesto Camilo Barreto ou Ernesto de São Joaquim Barreto assumiu temporariamente o cargo o cônego João Leocádio da Rocha. Já em 1873, na gestão Miranda Reis, o Padre Ernesto veio a reassumir cargo, nele permanecendo até 1878. As argumentações inteligentes do presidente da província, assentadas nos princípios e práticas europeias, colava o discurso emitido em pleno sertão sul-americano como possibilidade:

Na educação da mocidade de hoje está toda ventura da sociedade futura.

A lei, que vela todos os interesses dos menores, não deve ser indiferente a este que também lhe interessa de perto.

O segredo da preponderância da Alemanha, da felicidade da Suíça está na escola alemã e na escola Suíça.

Na Prússia todo menino é obrigado a frequentar escolas desde que atinge a idade de 7 anos, e dela não pode retirar-se antes de 14, e o legislador previne os meios de assegurar a frequência e assiduidade dos alunos, punindo os pais negligentes com castigos mais ou menos severos desde a reprimenda até a prisão, e por último, com a nomeação de um tutor lhe, que substitua o pai degenerado.

Na Baviera a saída da escola antes dos 12 anos é proibido; e o casamento mesmo é vedado aos que não sabem ler.

No Connecticut os que não sabem ler são privados do direito eleitoral. é a rigor no ensino que a maior parte do continente europeu deve hoje o progresso da educação intelectual dos seus povos. (RELATÓRIO... 14 de abril de 1874).

Somente o exemplo da Europa não bastava. Olhar de frente se tornou imperativo para os presidentes da província de Mato Grosso que, na década de 1870, encaminharam sua administração no sentido de instituir normas e procedimentos a serem válidos para o futuro. Assim, em 1876, em relatório com que o Barão de Diamantino, vice-presidente da província, passou a administração a Hermes Ernesto da Fonseca, em 3 de maio do citado ano, pregava aquele administrador o princípio da obrigatoriedade do ensino, sem o qual estariam as escolas vazias, uma vez que os pais pouco davam importância à instrução de seus filhos:

Posto que poucas ainda as escolas da Capital, em relação à sua população, o número de alunos matriculados é diminuto: infelizmente provém isto da irresolução, da má vontade de certos pais, e de sua ignorância que fá-los desconhecer as vantagens de uma instrução mais desenvolvida: grande parte dos homens se satisfaz com que os filhos cheguem a saber somente aquilo que eles sabem: enquanto o ensino não for obrigatório as escolas estarão vazias. (RELATÓRIO... 14 de abril de 1874)

Essa assertiva estava centrada na ideia de que a população livre trabalhadora, em sua maioria pobre e analfabeta, espontaneamente, não procuraria o espaço escolar, mantendo-se no mundo da oralidade. Considerando que se tornava essencial para o projeto do Brasil moderno retirar essa população do estágio da “barbárie” conduzindo-a à civilização, especialmente após o desencadeamento do processo abolicionista, os discursos se tornaram ainda mais enfáticos.

Tomada como perigosa, visto que distantes do projeto moderno, essa população, além de maioria, poderia, caso não recebesse educação escolar, ameaçar o Império. Porém, que nível de instrução seria oferecido à esse segmento social? Descentrando da problemática primordial, qual seja, a de que o Estado brasileiro não tinha condições de bancar a educação pública nos limites impostos pela realidade, assim como encobrendo a questão de que o processo educacional, em toda a sua extensão, não poderia ser percorrido por toda a população, mas que à maioria seria oferecido apenas o nível mais elementar dessa escala. E ainda mais, ocultando que o dever primeiro da escola seria o de educar e moralizar a população pobre, o discurso justificativo dessa realidade acabou sendo direcionado para as famílias, consideradas culpadas. Jamais os discursos aclaravam que essa diferenciação tinha explicação no processo de constituição histórica da sociedade brasileira, onde poucos mereciam privilégios, sendo que à grande maioria não foram oferecidas tais condições.

João José Pedrosa, presidente da província, em relatório de 1º de novembro de 1878, reforçava a ideia de que o fracasso escolar se devia à incúria dos pais que não viam na educação formal melhoria de vida para seus filhos. Porém, a população iletrada, quase sempre, era convocada como jurado que, nos oitocentos, era considerado uma punição:

Vós todos sabeis que para este atraso do ensino muito contribui a incúria dos pais de família, os quais, tendo vivido ignorantes sempre, desconhecem toda a utilidade da instrução, e alguns até alimentam prevenção contra ela!

Ouvi dizer, e custa-me a crê-lo, que mesmo homens que receberam alguma instrução, e em razão disso são chamados para o serviço do júri, uma das mais preciosas garantias da liberdade e da vida dos cidadãos, por vezes maldizem do seu saber, incomodados com esse serviço prestado à sociedade; e, na explosão de seu estulto egoísmo, ameaçam privar seus filhos do ensino primário, para que a pátria não lhes tenha um dia de roubar o tempo!

Em tese, sou apologista da escola obrigatória, mantido o ensino livre, porque tenho para mim, adaptando a opinião de notáveis escritores, que a obrigação de aprender, embora com o direito de receber o ensino por este ou aquele sistema, deste ou daquele mestre, diplomado ou não, uma vez que mereça a confiança desse

tutor nato que Deus a todos dá - o pai. (RELATÓRIO.... 1º de outubro do ano de 1879)

Mesmo sendo apologista do princípio da obrigatoriedade do ensino, João José Pedrosa considerava que este princípio, por si só, não garantiria o ingresso e a frequência das crianças na escola pública, especialmente daquelas oriundas das camadas mais pobres. Caberia ao Estado, fornecer as condições para que a obrigatoriedade do ensino pudesse ser colocada em pleno prática:

Mas, a obrigatoriedade da escola não pode, na prática, deixar de sofrer certas restrições determinadas pelos princípios de justiça e pelas condições especiais de cada povo. Assim, o pai pobre, que não tem recursos para vestir decentemente seus filhos, nem para ministrar-lhes livros e mais utensis indispensáveis, não pode ser compelido a mandá-los à escola, sem que o Estado de incumba de fornecer-lhes a roupa e mais objetos precisos. Às municipalidades ou à província deve caber esse nobre encargo. Desde que, porém, nem as Câmaras nem a província dispõem dos meios para ocorrer à toda despesa que tal encargo acarreta, impossível se torna a obrigação imposta aos pais proletários, sempre numerosos, de mandarem seus filhos à escola. *Ad impossibilia nemo tenetur* - é princípio de direito. Ainda mais, a distância da escola da casa paterna, quando o chefe da família não sendo mesmo proletário, contudo, não dispõe em pessoal para acompanhar seus filhos até a escola, - também traz uma restrição importante ao princípio da obrigatoriedade. (FALA... 1º de novembro de 1878).

Para ilustrar a realidade mato-grossense, Pedrosa considerou que as condições geográficas e populacionais de Mato Grosso contribuíam para obstar o cumprimento do princípio da obrigatoriedade do ensino:

Aqui, em Mato Grosso, onde a população vive disseminada e os cofres municipais e provinciais com dificuldade, suportam as despesas imprescindíveis, - mais talvez que em outra qualquer parte, as restrições aludidas não devem ser desprezadas.

[...] Estou convencido de que nesta província o ensino obrigatório encontrará grandes barreiras, como há se suceder em qualquer outra parte do Império, senão mais ainda.

[...] Podeis decretar a obrigatoriedade da escola, como uma medida vantajosa para a instrução da mocidade, mas tende em vista essas restrições, e quaisquer outras mais porventura razoáveis.

Nas cidades, vilas e freguesias, numa circunferência de meia légua, os pais ou tutores devem ser obrigados a mandar seus filhos ou pupilos à escola.

Resolvem-se, na cominação das penas aos desobedientes, as escusas, mediante provas provenientes de tais restrições, e creio que já ficará estatuída alguma coisa de útil, em benefício da difusão do ensino.

Assim se conciliarão as vantagens da obrigatoriedade com os preceitos de justiça e as conveniências sociais.

A exibição das provas para essas escusas, pela penúria de meios da parte dos pais, servirá para que a província possa ir avaliando o ônus que lhe incumbirá tomar, quando suas circunstâncias financeiras permitam essa proteção. [...] E então mais facilmente veremos a coadjuvação dos particulares à causa da instrução primária, seja por atos individuais, seja pelo influxo de associações patrióticas.

Enfim, é necessário que cesse o fatal indiferentismo que se nota na província pela propagação do ensino; é preciso que se opere contra este mal incalculável uma tal ou qual reação, de modo que todos os bons cidadãos se interessem pelo progresso da instrução.

Legislai, pois, sobre o assunto com o acurado zelo e a profunda meditação que ele exige, porque nem um outro tem mais transcendente importância.

Asseguro-vos que esforçar-me-ei para, por meio de regulamentos adequados, completar a vossa meritória obra. urge levantarmos uma santa cruzada contra a ignorância. (FALA... 1º de novembro de 1878).

Em 1879, o mesmo presidente da província, João José Pedrosa, em Relatório subsequente, ao discorrer mais uma vez sobre a obrigatoriedade do ensino, argumentava sobre suas vantagens, tendo por base o exemplo dos países mais avançados da Europa e da América do Norte. Evidenciando estar o governo brasileiro assentado no estado de compromisso, a população teria o dever, antes ao direito, de se instruir, enquanto que o governo, por outro lado, igualmente, teria o dever de fornecer, como o fazia, o ensino primário gratuito. Nessa medida, direitos e deveres passaram a constar do temário das discussões sobre instrução pública, servindo como forte argumento de sustentação do princípio da obrigatoriedade:

A obrigatoriedade do ensino, embora combatida por muitos, tem sido bem aceita em grande parte da Europa e na América, com os mais significativos resultados em favor da sua adoção. Já vô-la recomendei, sob certas restrições, no meu relatório anterior, e abundo nas ideias que então sobre o assunto expendi. Para mim não pode sofrer séria contestação o direito que tem o Estado de decretar a obrigatoriedade do ensino: vai nisso uma condição imprescindível de prosperidade social, uma arma poderosa, única eficaz para ele livrar-se dos perigos que podem ameaçar a ordem e tranquilidade pública. Isto basta para fundamentar tal direito.

[...] O ensino obrigatório não é outra coisa mais do que a legítima proteção que, com proveito próprio, o poder público dispensa à infância abandonada à ignorância, e ameaçada de perder-se na senda do vício e do crime. (RELATÓRIO... 1º de outubro de 1879)

Encaminhando seu discurso para a confluência de duas concepções complementares – obrigatoriedade e gratuidade - e dando maior legitimidade à sua argumentação, o presidente Pedrosa, apoiando-se no pensamento francês, especialmente naquele veiculado pelos reformistas Guizot e Cousin, responsáveis pelas transformações das condições educacionais europeias, particularmente a prussiana e a francesa, considerava:

Há quase meio século já Cousin dizia: ‘Tempo virá em que a instrução popular será considerada um dever social, e imposta a todos, no interesse geral’. O sábio Guizot, que a princípio combateu a obrigatoriedade, - em 1872, declarava-se por ela, não baixando ao tûmulo sem tirar aos adversários desse salutar princípio o apoio de seu nome autorizado. As maiores ou menores dificuldades para a execução da ideia, na aplicação do princípio, constituirão questão à parte. [...] Mas, uma vez ele implantado por lei, sob condições apropriadas, com as precauções que sempre exigem as tentativas de qualquer importante cometimento, - há de ir pouco a pouco produzindo seus benéficos resultados, tanto mais crescentes, se os encarregados de fiscalizá-lo souberem proceder com prudente energia. Gratuita, como é, a instrução dada nas escolas como um serviço público, ela irá, quando obrigatória, infundindo certo respeito ao povo, merecendo-lhe certa consideração, que, afinal, transformará talvez em verdadeiro hábito o dever de não subtrair ao ensino as crianças que estejam nas condições de recebê-lo. Refere Laveleye, em seu livro “L’instruction du peuple”, que

viajando uma ocasião por Engandine, encontrara uma mulher de aldeia, com a qual veio travar conversação; e que, falando nos seus filhos, perguntou-lhe se eles iam à escola. Pois, são a isso obrigados! respondera-lhe a aldeã, admirada, e acrescentando: ‘Não sucede o mesmo em vossa terra?’ Essa aldeã custava a crer que houvesse país onde se pudesse impunemente cometer a grave desobediência às leis de não enviar os filhos à escola. Tal já era a força do hábito. Trabalhando com perseverança, tenho fé que dia virá também em que esse feliz hábito substituía a incúria, a imperdoável indiferença dos nossos compatriotas pela instrução de seus filhos. (RELATÓRIO... 1º de outubro de 1879)

OBRIGATORIEDADE E LIBERDADE: CONTRADIÇÕES DO MUNDO MODERNO

A década de 1880 foi marcada também pelas discussões, agora mais acaloradas, sobre a obrigatoriedade e liberdade do ensino, princípios, por si, incompatíveis e contraditórios, visto que se resvalavam na questão dos direitos e deveres, importantes pontos a serem definitivamente resolvidos naquele momento em que o processo abolicionista se revestia do caráter irreversível. Quando o Barão de Maracaju implementou a reforma da instrução pública de 1880, o discurso moderno ganhou força, assim como, os espaços do saber, contornos mais acentuados. Inaugurava-se, naquele ano, o primeiro estabelecimento de instrução pública secundária, o Liceu Cuiabano. Assim, o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 4 de março de 1880 teve como fios condutores três proposituras básicas: a obrigatoriedade, a liberdade gratuidade.

A liberdade de ensino, por outro lado, ganhava uma forte conotação democrática e até mesmo utópica, pois seria ela a responsável pela expansão da instrução popular, “[...] de modo que a mais humilde choupana se tornasse uma fonte de educação para nivelar pobres e ricos”. (RELATÓRIO... 1º de outubro de 1879) Nessa perspectiva, tendo a instrução como elemento nivelador e homogeneizador da sociedade, como se explicariam as diferenças de classe?

O sucessor do Barão de Maracaju, José Maria Alencastro, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, a 15 de junho de 1882, tomando os princípios fincados desde 1872 por Cardoso Júnior e reforçados por seus sucessores, especialmente pelo Barão de Maracaju, considerava que:

A obrigatoriedade do ensino já é na província um preceito legal, mas não tem passado de uma teoria escrita para simples advertência aos pais de família pelo grave erro que cometem condenando a prole à ignorância. Urge, pois, fazer-se efetiva a obrigatoriedade dentro de certos limites que devem ir-se alargando à medida que o forem permitindo as condições a que esse preceito tem de subordinar-se. Seria trabalho escusado justificar tão salutar medida.

Conheço a respeito os direitos do homem na sociedade, mas desconheço o direito à ignorância. Se, como diz um escritor, essa medida não fosse claramente ditada pela própria moral e religião, bastava o ser ela considerada uma necessidade social tão imperiosa, como um elemento de ordem e de progresso, para constituir-se um direito, um dever do Estado. (RELATÓRIO... 15 de junho de 1882).

Dormevil José dos Santos Malhado, reforçando as palavras do Presidente, classificava como crime comum o ato dos pais de deixar de colocar um filho na escola:

O filho tem direito incontestável à educação, e o pai o dever indeclinável de promovê-la a uma realidade. Desde que não trata dessa obrigação, o poder público deve intervir; a ele cumpre manter e garantir o império do direito ou o cumprimento do dever, como condição essencial à prosperidade comum e à justiça social. O cidadão que priva seu semelhante da vida física é punido; não o deve ser menos o que não cuida de esclarecer o espírito da criança que Deus ou a sociedade confiou-lhe, e deixa perecer no embrutecimento e cegueira completa à sua razão. (ARTIGOS... 3 de dezembro de 1879)

Assim, o discurso das elites acabou criminalizando os pais pelo analfabetismo dos filhos, o que levou Joaquim Galdino Pimentel, em 1886 a considerar: “Não se pode deixar de ser conceito no ânimo de todos que o crime de não saber ler e escrever reverte contra a sociedade que o comete premeditadamente ou ao menos por imperícia e desleixo, e não contra o indivíduo que é a vítima”. (RELATÓRIO... 12 de julho de 1886).

De 1872 a 1889, a direção da instrução pública esteve, em Mato Grosso, sempre em mãos de indivíduos cultos, formados em cursos superiores e, em sua maioria, bacharéis ou “cientistas” que não somente comungavam com as diretrizes emanadas da presidência da província, como propunham importantes transformações nessa esfera adminis-

trativa. Considerando que a instrução pública constituía um vigoroso mecanismo no processo de transformação da sociedade moderna brasileira, não é de se estranhar que para ocupar o cargo máximo de sua direção fossem escolhidos indivíduos dentre aqueles que melhor coadunassem com a proposta transformadora, racional e científica.

Não só os Inspetores e Diretores esposavam as ideias educacionais modernas, mas também os professores, principais divulgadores e difusores das mesmas. Em ocasiões raras e especiais, externaram eles esse ideário, como foi o caso dos discursos pronunciados por ocasião das formaturas e aberturas de períodos letivos. Tomaremos por exemplo dois desses momentos.

Egídio Ângelo Bueno Mamoré iniciou sua carreira como mestre de escola particular, passando, mais tarde, a atuar junto à pública. Ao discursar, em 1884, por ocasião da abertura das aulas do Colégio Conceição, instituição onde lecionava, sobrelevou a sua própria tarefa, a de ser professor:

O professor primário, Srs., a quem é confiada a honrosa tarefa de instruir a mocidade, deve possuir-se da importância de suas elevadas atribuições, para que do restrito desempenho dos seus espinhosos deveres resulte a civilização do povo e a prosperidade do país; portanto a escola é a fonte em que começamos a sorvir as primeiras gotas daquele precioso néctar, que produzindo o desenvolvimento das nossas faculdades intelectuais, vai gradualmente dissipando as densas nuvens em que jazem envoltas as brilhantes luzes da nossa razão; é a escola, também, assim como a família, a pequena sociedade em que devemos começar a prática dos nossos atos na vida social, guiados por um preceptor que investido da autoridade paternal, nos deve fazer compreender e observar todos aqueles preceitos da boa educação, que com a instrução fazem o ornamento do homem na sociedade. (JORNAL “O Expectador” Nº 29)

Fazia esse professor um importante esclarecimento aos pais dos alunos com relação à dupla função da escola e, conseqüentemente, da tarefa do mestre:

A educação e a instrução, Srs., são duas palavras que, ainda que tenham a mesma significação, não se deve, contudo, confundir seus efeitos, portanto, esta é a base fundamental da nossa felicidade e da prosperidade de um país; e aquela a da união entre os homens na sociedade, por isso que é fundada nos princípios da moral que

nos prescreve deveres a cumprir desde para com o Eterno Criador, até para com a mais humilde e fraca criatura, mas como a fiel observância de tão sagrados deveres não dependa tanto da teoria como essencialmente da prática exercitada desde a infância, no seio da família e no recinto da escola, por mais instrução que o homem adquira, não estando habituado a constante prática de tão importantes deveres, facilmente cairá no desgosto daqueles com quem viver na sociedade; porque destituído daquelas maneiras afáveis e delicadas, jamais poderá atrair o geral afeto de que se deveria fazer credor, desde a sua primeira idade. Logo, Srs., o preceptor não se deve limitar unicamente em guiar seus alunos nos exercícios práticos e teóricos das matérias do ensino elementar, como ainda no caráter de delegado da autoridade paternal, deve procurar imprimir-lhes no espírito os sentimentos da moral e da Religião e a prática da civilidade, para que possam torná-los membros dignos da sociedade, pois que é das primeiras impressões da infância, que devemos colher os mais proveitosos frutos da nutrição do nosso espírito, assim como da terra, cuidadosa e convenientemente cultivada pela mão do experiente lavrador colhemos os abundantes e variados frutos nutritivos do nosso corpo. (JORNAL “O Expectador” Nº 29)

A educação e a instrução, certamente, forneceriam aos alunos as regras ditadas pela legislação escrita, assim como condições de discernir entre o vício e a virtude, para o quê deveriam concorrer os pais, colocando seus filhos na escola:

A nossa felicidade não depende somente do gozo das nossas faculdades físicas, como essencialmente do desenvolvimento das intelectuais; pois que estas descortinando-nos o vasto horizonte da vida, nos fazem conceber aquelas aspirações, que, se não chegam a colocar o homem na mais elevada posição pela sabedoria, ao menos lhe fazem adquirir a necessária instrução para evitar o contágio dos vícios e as lamentáveis consequências da ignorância, fonte perene de tantos e de tão acerbos males.

Quando não são dignos de lástima, tantos infelizes que, ou por incúria de seus pais ou pela sua própria, deixando passar-se indolentemente a deliciosa primavera da vida na mais brutal ignorância, são atraídos aos sedutores caminhos dos vícios e das paixões, que finalmente os precipitam aos abismos insondáveis da sua perpétua desgraça!

Portanto, Srs., rendendo-se hoje à instrução o devido culto pelo triunfo daqueles que, superando todas as dificuldades que nos embaraçam os passos no caminho da glória, acabam de provar a sua dedicação aos estudos, tornando-se por isso dignos dos nossos louvores, não posso deixar de manifestar-lhe a minha satisfação por tão fausto motivo e congratulando-me com eles e com seus pais, faço voto ao Todo Poderoso, não só para que seus esforços, então nobres tentames, sejam sempre coroados de viventes louros, como para que os ruídos deste brilhante festejo despertem aos espíritos abatidos do pesado sono da perseguidora indolência incitando-lhes o amor aos estudos, e o desejo à felicidade. (JORNAL “O Expectador” Nº 29)

Uma outra fala bastante significativa foi a proferida pelo professor primário da freguesia de São Gonçalo de Pedro 2º, Francisco da Costa Ribeiro, apresentada na festividade escolar de premiação dos alunos do curso elementar. Tendo sido escolhido, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, dentre os professores primários, para discorrer sobre o papel da escola e dos mestres, iniciou ele o seu discurso rememorando história das conquistas humanas. Nenhuma delas, no entanto, se equiparava àquelas ocorridas no mundo moderno, somente entendidas através da instrução e da educação, ou melhor, através da escola:

A navegação a vapor, esse sublime invento, que tem permitido à Europa estar de mãos dadas com a América, África e Oceania, esse magnífico invento que tem confraternizado os povos cultos, e que muito tem contribuído para o derramamento do néctar civilizador no seio dos povos incultos, não será isso progresso?

Essas linhas telegráficas, que hoje em dia cortam os mares em todas as direções e que consentem, por assim dizer, às nações hodiernas conversarem à meia voz, será isto uma químera? [...] se tudo isto não é progresso, senhores, não sei o que é progredir; não compreendo o que valem as conquistas morais de que nos orgulhamos, não concebo porque tanto se trabalha e clama pela perfectibilidade.

Mas se assim é, se a geração atual ajoelha nos degraus do trono da inteligência; se em todos os países pelejam neste momento nas lutas das ciências que devem abrir caminho à perfeita moral, o espetáculo que tendes diante de vós deve inspirar justo entusiasmo

e sedutoras esperanças a todos os homens de coração. [...] as flores cobriram já as frentes daqueles que, trabalhando, conseguiram romper um bem espesso véu que lhes vendava os olhos da ignorância. (JORNAL “A Província de Mato Grosso”, nº 164)

Enaltecer o esforço dos alunos e mestres nessa empreitada seria fundamental para que os espectadores presentes e, também, os leitores dos jornais onde a fala foi publicada, pudessem avaliar que os esforços despendidos valeram a pena, pois a “luz”, entendida como a instrução, fora derramada no território mato-grossense:

Com que dificuldade não têm eles hoje chegado ao termo da jornada, esta festa, onde são laureados segundo o merecimento de cada um. Comparai agora, meninos, as penas e trabalhos escolares, as repreensões e admoestações de vossos mestres, que vos pareciam impertinentes, com as alegrias de que agora devem estar cheios vossos corações, comparai o vosso estado intelectual de então com o pouco saber, que já tendes, comparai-o com essa luz, ainda turva, que nos alumia, e dizei com todo o entusiasmo ‘Mil vezes o saber’, ‘Mil vezes a luz’.

[...] E vós, meus colegas e companheiros de trabalhos, não precisais de encômios meus; não precisais de elogios deste mundo, pois é tão nobre a nossa missão, que nenhum mortal o poderá fazer devidamente: as recompensas daqui da terra nem uma vez estarão paralelas com os vossos labores, bem sabemos: não obstante, com zelo e dedicação, que tendes manifestado no cumprimento de vossos deveres, continuai, enfim, a trabalhar, como até aqui, para que tenhamos sempre igual, senão maior colheita. (JORNAL “A Província de Mato Grosso”, nº 164)

A instrução pública primária era obrigatória e gratuita e a ela podia atingir, segundo pensamento das elites, grande número de crianças egressas dos mais variados segmentos sociais, porém, o nível secundário, ao contrário, somente seria acessível àquela camada, sendo que o superior, especialmente restrito a esta. Em termos de escola pública secundária, o Liceu Cuiabano desempenhou um importante papel na formação das elites mato-grossenses e cuiabana de forma mais estreita. Colaborou também, e efetivamente, para a emancipação da mulher a quem, naquele tempo somente era permitida, e ainda com restrições, a profissão de preceptora primárias. Durante a formatura dos normalistas, o discurso de uma formanda revelou esse aspecto:

[...] Srs. A instrução está elevada a uma verdadeira reforma social; ela se tem muito adiantado em relação aos séculos passados, mas ainda não chegou ao grau de perfeição desejável porque se entende desnecessário o saber da mulher, condenada, desde tempos imemoriais, a um papel todo passivo na sociedade que ela orna unicamente por encantos físicos.

Engano manifesto, erro sem nome!... A influência da mulher sobre o homem em qualquer estado da vida é incontestável. Filha, ama seus pais, carícia seus irmãozinhos e cerca-os de cuidados e atenções; esposa, assiste moléstias, consola mágoas, aplaca iras, amacia agruras de costumes; mãe, finalmente, serve de modelo a seus filhos, anima-os nos primeiros passos, incute-lhes os primeiros sentimentos, desenvolvem neles os germes do amor, do reconhecimento e da confiança. Criatura predestinada a tão nobres fins pode ter o espírito obscurecido pelas trevas da ignorância? Não, mil vezes não. As mulheres tem em suas mãos o futuro das nações, dai-lhes instrução, que elas darão à pátria heróis. (JORNAL “A Província de Mato Grosso”, nº 164)

Na década de 1880 foi reafirmado o tripé básico onde se assentou o discurso sobre a instrução pública, lançado por Francisco José Cardoso Júnior nos primeiros anos da década de 70: **obrigatoriedade, gratuidade e liberdade** de ensino. Por outro lado, avançando nas primitivas propostas, 1880 ampliará o campo de atuação do Estado, com a implantação do ensino público secundário. Paralelamente, duas propostas anteriormente fracassadas, o ensino noturno e o misto, serão retomados e levados à frente a partir dos 80, visto que um contingente cada vez maior de homens livres integraria o cenário nacional, os ex-escravos.

Os pressupostos da instrução pública mato-grossense mantiveram consonância com aqueles veiculados na Corte, onde a trilogia - obrigatoriedade, gratuidade e liberdade de ensino - representou a base segura e o norte maior no encaminhamento da proposta educacional para o Brasil moderno. Num movimento igualmente trinário – Europa, Rio de Janeiro e Mato Grosso – o discurso iluminista, emoldurando a política no campo da instrução pública, fará do Estado nacional seu propugnador e majoritário condutor, função reproduzida na esfera provincial. No discurso de convencimento, direitos e deveres serão as estacas justificativas da imposição do projeto moderno a todo o conjunto da sociedade:

O interesse manifesto da sociedade brasileira, espalhada por imenso território quase desconhecido, é assegurado pelo concurso útil, eficaz de todos os seus membros: mas é ao mesmo tempo seu dever moral não imolar o indivíduo aos seus próprios interesses, ajudar cada um a crescer em dignidade humana. A sociedade, dizia o sábio ministro [*João Alfredo*], não tem o direito de privar a imensa maioria de seus membros da vida da inteligência, da cultura moral. É uma obra de justiça social, para a qual o Estado deve levar em conta não só seu próprio interesse como também a necessidade das coisas que se impõem.

É deste interesse e ao mesmo tempo deste dever social que nasce, para o Estado, o dever de tomar nas mãos a causa da instrução pública. Para qualquer profissão, humilde ou elevada, que o indivíduo seja destinado, deve ser preparado pela instrução para exercê-la bem; deve ser formado pela instrução para ser um homem digno do nome homem. (ALMEIDA, 1989, p. 157).

Assim, o “desconhecido” território, a que aventava a autoridade, diz respeito ao universo cultural dos homens pobres, totalmente desconsiderado pelas elites, mas perfeitamente conhecido delas.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. São Paulo: Difel, 1989 (Memória e Sociedade).

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: EdUNESP, 1992. (Biblioteca Básica).

_____. *Cultura popular na Idade Moderna*. 2 ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1982 (Coleção Contemporânea).

DUBY. Problemas e métodos em História Cultural. In: *Idade média, Idade dos homens*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 143

GALETTI, Lylia da S. Guedes. *Cultura e política*: um debate entre Canclini, Brunner e Thompson. São Paulo: USP, 1997. (mimeo)

_____. Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2012.

HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno*: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre a História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. São Paulo: Olho D'Água, s.d.

PETITAT, André. *Produção da escola, produção da sociedade*: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Trad. Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*: a origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Documentação

Artigos, Programa e discursos relativos ao ato de instalação do Liceu Cuiabano criado pela Lei provincial nº 536 de 3 de dezembro de 1879. Discurso pronunciado por Dormevil José dos Santos Malhado, p. 14.

Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia. Cuiabá, 1º de novembro de 1878. APMT – Relatórios.

Jornal “A Província de Mato Grosso”, nº [rasurado], p. 3. Discurso proferido pelo professor Francisco da Costa Ribeiro por ocasião da diplomação dos alunos formandos no curso primário. Cuiabá, 20 de fevereiro de 1881. APMT – Coleção de jornais.

Jornal “A Província de Mato Grosso”, nº 164 - “Discurso pronunciado no Liceu Cuiabano pela aluna da escola primária, abaixo assinada, por ocasião da abertura das aulas e da entrega das cartas aos alunos-mestres no dia 3 de fevereiro de 1882. Cuiabá, 19 de fevereiro de 1882. APMT – Coleção de jornais.

Jornal “O Expectador” Nº 29 - p. 3. Discurso por ocasião da abertura das aulas do Liceu Cuiabano no dia 4 do corrente, pelo professor particular do Colégio da Conceição, Egídio Ângelo Bueno Mamoré. Cuiabá, 1º de maio de 1884. APMT – Coleção de jornais.

Ofício reservado do Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, avaliando a situação da Província de Mato Grosso. Cuiabá, 12 de Agosto de 1871. APMT - Livro Nº 252 - Livro de Registro da Correspondência Reservada da Presidência da Província com o Governo Imperial - Ministério do Império, p. 6

Ofício reservado do Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, indicando as personalidades da Província que deveriam ser agraciadas com títulos honoríficos. APMT – Livro nº 252 - Livro de Registro da Correspondência Reservada da Presidência da Província com o Governo Imperial - Ministério do Império. p. 7.

Ofício reservado do Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, indicando as personalidades da Província que deveriam ser agraciadas com títulos honoríficos. Cuiabá, 12 de agosto de 1871. APMT – Livro nº 252 - Livro de Registro da Correspondência Reservada da Presidência da Província com o Governo Imperial - Ministério do Império - p. 32-33.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, pelo Presidente da Província, Francisco José Cardoso Júnior, no dia 20 de agosto de 1871. - APMT – Relatórios.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província de Mato Grosso, José Maria de Alencastro. Cuiabá, 15 de junho de 1882. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Joaquim Galdino Pimentel, à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 12 de julho de 1886. Relatório com que o Exmo., Sr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembleia, Cuiabá, 1º de outubro do ano de 1879. ACBM – Relatórios.

A CULTURA HISTORIOGRÁFICA EM MATO GROSSO DE 1970 A 2010

THE HISTORIOGRAPHICAL CULTURE IN MATO
GROSSO FOR 1970 TO 2010

Fernando Tadeu de Miranda Borges¹

Maria Adenir Peraro²

Otávio Canavarros³

Vitale Joaroni Neto⁴

RESUMO: Este artigo traz alguns apontamentos sobre a produção historiográfica em Mato Grosso, homenageia a Universidade Federal de Mato Grosso pelos seus quarenta anos (1970-2010) e contribui para o alargamento da pesquisa, em uma região de fronteira, que conta com a presença de pesquisadores dos mais diversos campos da história dedicados ao ofício da escrita da história regional.

Palavras-chave: Mato Grosso. Pesquisa Histórica. História Regional.

ABSTRACT: This article offers some notes on historiographical production in Mato Grosso. It honors the Federal University of Mato Grosso for its forty-year anniversary (1970-2010) and contributes to the extension of research on a frontier region, marked by the presence of researchers from the most diverse fields of history, dedicated to the craft of writing regional history.

Key-words: Mato Grosso. Historical Research. Regional History.

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da UFMT. Mestre em Economia e Doutor em História Social pela USP.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em História ICHS/UFMT. Mestre e Doutora em História pela UFPR.

3 Professor aposentado pelo Departamento de História e pelo Programa de Pós-Graduação, ICHS/UFMT. Mestre e Doutor em História Econômica pela USP.

4 Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, ICHS/UFMT. Mestre e Doutor pela UNESP.

A ESCRITA HISTORIOGRÁFICA EM MATO GROSSO

A Universidade Federal de Mato Grosso foi criada em 10 de dezembro de 1970, e configura-se como o marco divisor na arte da escrita historiográfica e da pesquisa científica na região.

O estado de Mato Grosso foi dividido em 1977⁵. Com fronteiras geográficas específicas, a divisão não eliminou as fronteiras culturais, as semelhanças e os traços específicos de um modo de viver em um espaço de fronteira. Espaço esse, cabe enfatizar, marcado ao longo dos séculos XVIII e XIX, por semelhante política de ocupação e de povoamento das fronteiras, contra o avanço espanhol.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, portanto, constituem-se em partes de um mesmo processo histórico. Tais Estados encontravam-se entrelaçados à época colonial, quando da política expansionista do Império colonial português, imbricados na construção do Estado Nacional, envolvidos, durante a Guerra Brasil e Paraguai, nas discussões sobre Tratados de Limites, na consolidação da Primeira República e, na segunda metade do século XX, como cenário da política de reocupação da Amazônia.

Importante ainda refletirmos sobre o significado do “fazer pesquisa histórica em Mato Grosso”. Trata-se, pois, de proceder às operações históricas, de pesquisar com objetos e temas, levantar fontes e analisá-las como parte de um todo nacional conectado com o internacional. Ou ainda, de operar com o específico e o particular, como parte de um universo mais amplo com a qual este se articula.

Assim, cabe observarmos que o estudo proposto contempla e fornece apontamentos sobre o quadro historiográfico de Mato Grosso, sem a pretensão de esgotar a tarefa, dada a quantidade de produção historiográfica realizada.

Nas nossas reflexões optamos por centrar com maior ênfase o olhar nos Arquivos e Instituições de pesquisas, trazendo parte da produção realizada, dentro da diversidade de temáticas propostas. Primeiramente chamamos a atenção para a produção da pesquisa histórica ocorrida no âmbito de instituições, como o Arquivo da Casa Barão de Melgaço (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)⁶ e Academia Mato-Grossense de Letras⁷), Arquivo Público de Mato

5 A respeito do tema divisão recomendamos leituras dos textos de: Alisolete Weigartner, Jovam Vilela da Silva, Marisa Bittar, Maria Manuela Renha Novis, Eugenia Coelho Paredes, Fernando Tadeu de Miranda Borges.

6 O IHGMT foi fundado em 1919.

7 A Academia Mato-Grossense de Letras data de 1932, tendo sua origem no Centro Mato-Grossense de Letras, criado no ano de 1921.

Grosso (APMT)⁸ e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Pesquisadores de Mato Grosso têm-se beneficiado com os artigos das revistas do IHGMT e da Academia Mato-Grossense de Letras, os catálogos⁹, as publicações avulsas¹⁰, as homenagens a escritores, com destaque para Lenine Póvoas¹¹ e os álbuns comemorativos aos jubileus¹². Nas revistas localizam-se informações sobre a Biblioteca da “Casa de Barão de Melgaço” (sede do IHGMT), coleções documentais que compreendem registros da produção de memorialistas, profissionais liberais, bibliógrafos, políticos, geógrafos e historiadores.

Por fim, um conjunto de obras de sócios e patronos¹³, pode ser encontrada, como as do escritor e magistrado José de Mesquita¹⁴, que nos últimos anos tem “saído” do IHGMT, para acompanhar, sem ranços, os estudos de historiadores e interessados em pesquisar a respeito da história das origens e práticas jurídicas em Mato Grosso¹⁵, das transformações nas práticas de enterramento¹⁶, sobre mulheres¹⁷ e famílias¹⁸ e guerra e doença.¹⁹ Exemplo disso, é a tese de Renilson Rosa Ribeiro, sobre o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império*, em que discute a nacionalidade, a partir de Francisco Adolfo de Varnhagem.

8 O Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) é um dos arquivos estaduais que possui o maior volume de documentos sobre os períodos colonial, imperial e republicano.

9 SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Org.). *Catálogo das Revistas do Centro Mato-Grossense de Letras e da Academia Mato-Grossense de Letras (1922-1996)*. Casa Barão de Melgaço. Cuiabá: Gráfica Defanti, 1999.

10 A coleção *Publicações Avulsas* destaca-se pelas “Monografias” pelos “Relatos” e “Biografias”.

11 PÓVOAS, Lenine de Campos. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2000.

12 Jubileu dos 90 anos do IHGMT (Jubileu de Álamo) 1919-2009. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá: Entrelinhas/FAPEMAT, 2010.

13 Citamos o português José Barbosa de Sá, patrono nº 1 do Centro Mato-Grossense de Letras que escreveu uma das crônicas basilares dos primórdios das minas e do povoamento de Cuiabá, denominada *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*.

14 Consultar: Revista do IHGMT. Cuiabá, TOMO CXXXVII-CXXXVIII, Ano LXIV, 1992.

15 MACHADO FILHO, Oswaldo. Os jogos da responsabilidade penal e da determinação psicológica em José de Mesquita: as mulheres e os crimes célebres em Mato Grosso - século XIX. *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v. 05, n.2, 2004, p.171-206.

16 ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramento - Cuiabá, 1850-1889*. Cuiabá: Central de Textos, 2005.

17 PINTO, Luiz Renato de Souza. *Rica/Bendita; Pobre/Mal-dita*: As cores da mulher em José de Mesquita (1915-1961). Cuiabá, 2005. Dissertação (Mestrado) Departamento de História, Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, ICHS, UFMT.

18 ALENCAR, Adauto. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso. Volumes 1-4*. Cuiabá: Genus; Defanti, s.d.

19 VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMT, Cuiabá, 2001.

O Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), é um dos arquivos estaduais que possui o maior volume de documentos sobre os períodos colonial, imperial e republicano. Das publicações do APMT, encontram-se as revistas do Arquivo Público, editadas ao longo da década de 1980, e o livro organizado por Yumiko Takamoto Suzuki²⁰, *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719-1830*. Citamos alguns dos livros publicados pelo APMT em parceria com instituições, das quais destacamos o Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (IPHAN). Desta parceria encontram-se livros referentes ao processo de tombamento dos prédios do Centro Histórico, como *Centro Histórico de Cuiabá. Patrimônio do Brasil*, de Conte e Freire²¹ e *Patrimônio histórico-cultural de Mato Grosso. Bens edificados pelo Estado e União*, organizado por Leilla Borges de Lacerda²² com a colaboração de Cláudio Quoons Conte e Maria Teresa Carrión Carracedo. E também, em parceria com historiadores, o de Elizabeth Madureira Siqueira²³, *Cuiabá: de vila a metrópole nascente; Patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso*. O APMT, em parceria com o Departamento de História da UFMT, sob a coordenação de Cândido Moreira Rodrigues²⁴, organizou, em 2008, o Colóquio *200 anos da vinda da Família Real para o Brasil: Mato Grosso na formação da nação brasileira*.

Tratam-se, portanto, essas iniciativas, de uma “reconciliação” com os paradigmas da história tradicional a partir de uma outra forma de narrativa e de um novo exercício do olhar da parte de historiadores e pesquisadores sobre os acervos e as fontes.

A PESQUISA HISTÓRICA EM MATO GROSSO DE 1970 A 2010

Nos últimos quarenta anos do século XX, em Mato Grosso, um dos marcos da pesquisa histórica diz respeito à criação do Departamento de História e do Núcleo de Documentação e Informação Histórica

20 SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719-1830*. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso: Entrelinhas: Secretaria de Administração do Estado de Mato Grosso, 2007.

21 CONTE, Claudio Quoons e FREIRE, Marcus Vinicius D. *Centro Histórico de Cuiabá*. Patrimônio do Brasil. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

22 LACERDA, Leilla Borges de et. al. *Patrimônio histórico-cultural de Mato Grosso*. Bens edificados pelo Estado e União. Cuiabá: Entrelinhas: APMT: Governo de Mato Grosso, 2008.

23 SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *Cuiabá: de vila a metrópole nascente*. Cuiabá: Entrelinhas: APMT: Governo de Mato Grosso, 2006.

24 RODRIGUES, Cândido Moreira. (Org). *200 anos da vinda da Família Real para o Brasil: Mato Grosso na formação da nação brasileira. Cadernos de Memória*. Cuiabá: APMT, 2009.

Regional (NDIHR)²⁵, em 1975, na Universidade Federal de Mato Grosso, no campus de Cuiabá. Também, como marco destes últimos quarenta anos, na década de 1980 foram criados, no campus Pedagógico de Rondonópolis, da Universidade Federal de Mato Grosso, o Departamento de História e o Núcleo de Documentação Otávio Canavarros²⁶ e, em Cáceres, o Departamento de História, criado em 1993, e o Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral (NU-DHEO), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Em 1978, o Departamento de História, na cidade de Cuiabá, foi inserido no Plano Institucional de Capacitação Docente (PICD) da CAPES, enviando professores para cursos de pós-graduação *stricto sensu* em instituições de nível superior, nacionais e estrangeiras.

Na década de 1980, algumas linhas de pesquisa foram desenvolvidas no Departamento de História e NDIHR da UFMT, e permitiram que professores e técnico-administrativos se alinhassem em torno das mesmas: “Política colonial portuguesa na fronteira Oeste do Brasil”; “As minas de Cuiabá: primeiros tempos”; “A inserção do índio na sociedade nacional”; “A economia açucareira em Mato Grosso – séculos XVIII, XIX e XX”; “Elaboração de material didático instrucional de História de Mato Grosso para o ensino de 2º grau”; “Preparação de Instrumentos de trabalho para os estudos sobre a região”; “Levantamento de Fontes Primárias do Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda de Mato Grosso”.

Importante observar que essas linhas demarcaram os primeiros e seguros passos de pesquisadores com formação em História, Filosofia, Antropologia e Estudo dos Problemas Brasileiros, pois o Departamento de História, em sua formação, congregava professores e técnico-administrativos de várias áreas do conhecimento.

Tratou-se de uma época em que a UFMT recebeu os seus primeiros professores, oriundos, na sua maior parte, dos mais variados estados brasileiros, que acompanhavam o movimento de deslocamento populacional rumo ao Centro-Oeste do país, com um imenso desejo de “conhecer”, de criar, e de engajar-se no mercado de trabalho. Do

25 O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional-NDIHR - teve seu projeto elaborado e aprovado no ano de 1975, tendo na equipe de elaboração: Célia Camargo De Simone, Therezinha Arruda, Maria Cecília Guerreiro de Sousa, Oswaldo Seva e consultores: Ana Maria de Almeida Camargo, Célia Camargo De Simone e Raquel Glezer.

A Revista eletrônica do NDIHR, *Documento/Monumento*, criada no ano de 2009, pode ser acessada no site: <http://ufmt.br/ndihr/revista/e> Mato Grosso no Período Colonial (1728 - 1744):??

26 O Departamento de História, campus de Rondonópolis, foi criado no ano de 1985. Em 2005, o Colegiado de Departamento aprovou um projeto que criou o Núcleo de Documentação *Otávio Canavarros*. Dentre a produção deste Departamento, destacamos o periódico *Coletâneas de Nosso Tempo*, cujo primeiro número remonta ao ano de 1997.

encontro desses professores, no Departamento de História, frutificaram pesquisas, dissertações e teses, com objetos de estudos sobre a “Política Colonial Portuguesa na Fronteira Oeste do Brasil”, “Mão de Obra Indígena”, “Escravidão”, “Criança Negra”, “Movimentos Sociais”, “Atividades Industriais”, “Relação Cidade-Campo” e “Política Internacional”, discutidas em Cursos de Especialização, apresentadas em seminários e publicações²⁷.

Tais pesquisas encontravam-se relacionadas, na sua quase totalidade, ao campo da História Econômica Brasileira e Regional, preocupadas com a história enquanto modo privilegiado de acesso à compreensão/explicação do social. Nesse aspecto, cabe observar, o campo econômico era considerado como lugar privilegiado para as transformações.

Enveredando por esta seara, localizamos as pesquisas de Alfredo de Mota Menezes²⁸, voltadas ao cenário das relações do Brasil com países sul-americanos, particularmente, o Paraguai, a exemplo de *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai: 1955-1980* e *Do Sonho à Realidade: a integração econômica latino-americana*.

Nesse período, a Universidade de São Paulo, destacava-se como centro de produção do conhecimento e dotada do único curso de doutorado em História do país. Para a Universidade de São Paulo, dirigiam-se grande parte dos professores da UFMT cuja produção, aqui, registramos algumas.

Citamos primeiramente *A conquista da terra no universo da pobreza: a formação da fronteira Oeste do Brasil*, de Luiza Rios Ricci Volpato²⁹, e *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, de Lúcia Helena Gaeta Aleixo³⁰. O trabalho de Volpato é considerado determinante para os estudos de Mato Grosso Colonial, por contribuir com as discussões acerca de Mato Grosso no âmbito do quadro do Antigo Sistema Colonial e do conceito de “política de fronteira”. Na pesquisa de Aleixo, vem à tona, a discussão sobre economia mato-

27 BOAVENTURA, Tomás de Aquino S. *A visão do governo português do Mato Grosso da segunda metade do século XVIII: uma análise das Instruções de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres*. Cuiabá: PROED/UFMT, 1987. ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT: PROED, 1988; BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco-estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988; CASTRO, Maria Inês Malta; ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Memória histórica da indústria de Mato Grosso*. Cuiabá: FIEMT: UFMT, 1987.

28 MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil e Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987; ———. *Do Sonho à Realidade: a integração econômica latino-americana*. São Paulo: Alfa Ômega, 1990.

29 VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista da terra no universo da pobreza: a formação da fronteira Oeste do Brasil*. São Paulo: Hucitec: Brasília: INI, 1987.

30 ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1860-1888)*. Brasília: Ministério da Fazenda, Divisão de Documentação, 1983.

-grossense e diversidade de atividades agrícolas e fabris, desenvolvidas pelos homens livres e escravos na Província de Mato Grosso.

Valmir Batista Corrêa³¹, Lúcia Salsa Corrêa³² e Gilberto Luiz Alves³³ destacam-se, igualmente, ao trazer para a academia estudos acerca da formação, desenvolvimento e navegação fluvial da Província sob a égide do capital financeiro, respectivamente.

Outros importantes estudos são lembrados, principalmente, por traduzirem a pujança das linhas de pesquisa do Departamento de História e do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFMT, dentre os quais ressaltamos os estudos históricos de Carlos Francisco Moura³⁴, Therezinha de Jesus Arruda³⁵ e Carlos Alberto Rosa³⁶ sobre o período colonial, notadamente, o arraial de Cuiabá, os aspectos do comércio³⁷ e as nações indígenas do Pantanal.

Elmar Figueiredo de Arruda,³⁸ em *Formação do Mercado Interno de Mato Grosso, século XVIII*, contribui para o debate sobre Mato Grosso Colonial, ao rebater a noção divulgada na historiografia sobre o declínio da mineração no século XVIII.

O livro, *Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso, 1870 a 1930*³⁹, de Fernando Tadeu de Miranda Borges, tornou-se referência, ao discutir a inserção do Centro-Oeste na ordem capitalista mundial. No livro *Economia Bra-*

31 CORRÊA, Valmir Batista. *Mato Grosso: 1817-1840* e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província. São Paulo, 1976. Dissertação (Mestrado) Departamento de História, FFLCH; _____. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)* São Paulo, 1981. Tese (Doutorado). Departamento de História, FFLCH.

32 CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso, 1870-1920*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, FFLCH.

33 ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso e a História: 1870-1929* (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, v. 2, n.6, 1984, p. 5-81.

34 MOURA, Carlos Francisco. *D. Antonio Rolim de Moura - Primeiro Conde de Azambuja*. (Biografia). Cuiabá: UFMT, 1982; _____. *Arraial do Cuiabá*, Vila Real do Senhor Bom Jesus (1719-1727). Cuiabá, 1979; _____. *A contribuição naval à formação do Extremo Oeste*. Rio de Janeiro, 1986.

35 ARRUDA, Therezinha de Jesus; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Mão de obra ao pé da obra: a presença do índio no processo produtivo do Brasil Colônia. *Revista Universidade*. Cuiabá, ano IV, n. 2, 1984 e ARRUDA, Therezinha de Jesus. Mato Grosso colonial: pistas para uma abordagem alternativa. *Revista Universidade*. Cuiabá, ano III, n.1, 1983.

36 ROSA, Carlos Alberto. O comércio da conquista. *Revista Universidade*. Cuiabá, ano II, n.01,1982, p.33-42.

37 BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso, 1870 a 1930*. São Paulo: Scortecci, 1991.

38 ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *Formação do Mercado Interno em Mato Grosso, século XVIII*. São Paulo: PUC, 1987.

39 Dissertação de mestrado defendida na USP em 1991 e publicada em forma de livro no mesmo ano: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a História Econômica de Mato Grosso, 1870 a 1930*. São Paulo: Scortecci, 1991.

sileira: Posições Extremas, de Borges⁴⁰, um debate importante merece ser refletido e ampliado no âmbito da historiografia mato-grossense, tendo em vista que as concepções que prevaleceram sobre o desenvolvimento mato-grossense em grande medida tenderam “[...] a se polarizar, alguns privilegiando os ‘fatores externos’ e outros os ‘fatores internos’, embora grande parte dos autores reconheça que ambos atuam simultaneamente como determinantes das características do desenvolvimento de Mato Grosso”. Em tais pesquisas, o sistema capitalista, continuaria a ser a grande explicação para a realidade social. Eventos e fatos seriam relacionados às fases do capitalismo. Do ponto de vista teórico-metodológico, as referidas pesquisas revelavam a influência do marxismo, atentando na compreensão das sociedades tomadas para estudo, no caso, Mato Grosso.

Essas pesquisas acompanhavam os interesses acadêmicos de analisar a natureza das relações entre Portugal e a Colônia portuguesa na América. Nessa linha de pesquisa, trazemos a importância do diálogo do Departamento de História com Alcir Lenharo, que em sua estada como professor visitante na UFMT, no final da década de 1970, dentre várias contribuições, deixou como legado os livros *Crise e Mudança na frente Oeste de colonização: um estudo sobre as relações mercantis de Mato Grosso com o litoral e Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*⁴¹.

As dissertações de mestrado de Maria de Fátima Costa⁴², Tanque Novo: a dimensão política de um movimento religioso – MT (1930 – 1934) e *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*, de Elizabeth Madureira Siqueira⁴³, permitiram a demonstração da pujança dos arquivos locais, como o APMT e o Arquivo da Casa Barão de Melgaço. Aqui as massas, mergulhadas na obscuridade, foram recuperadas em meio ao movimento messiânico liderado por “Dona Doninha”, e “Rusga”, este, um movimento regencial ocorrido em Cuiabá na Regência, ainda a ser revelado no âmbito da

40 BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Economia Brasileira: Posições Extremas*. Cuiabá: Genus, 1992, p. 29-33.

41 LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente Oeste de colonização*. Cuiabá: Imprensa Universitária: UFMT: PROEDI, 1982. (Coleção Ensaios) e _____. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2ª ed. Campinas: EdUNICAMP, 1986. Sobre o legado de Alcir Lenharo para a historiografia de Mato Grosso, consultar: Revista *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v. 2, n. 2, Jul/Dez., 2001.

42 COSTA, Maria de Fátima. *Tanque Novo: a dimensão política de um movimento religioso, MT 1930 a 1934*. Brasília, 1987. Dissertação (Mestrado). Departamento de História da Universidade de Brasília, UNB.

43 SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. São Paulo: 1992. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, FFLCH.

historiografia nacional. Com Elizabeth Madureira Siqueira⁴⁴, em *O Processo Histórico de Mato Grosso*, passa a ocorrer uma aproximação mais consistente entre o saber acadêmico e o saber escolar, para além dos muros da UFMT.

E, ainda, alguns outros trabalhos tornaram-se igualmente referência na historiografia regional por expressarem com toda força as marcas das relações conflituosas entre cidade-campo, como os de João Mariano de Oliveira,⁴⁵ *A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de SINOP*; Regina Beatriz de Guimarães Neto⁴⁶, *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo* e Eudson de Castro Ferreira⁴⁷, *Posse e Propriedade: a luta pela terra em Mato Grosso*. Inovaram sob o ponto de vista teórico-metodológico, seja pela temática ou por incorporar o uso de fontes orais, ainda escassas nas universidades brasileiras da época.

Da década de 1990, lembramos de Luiza Rios Ricci Volpato, em *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850-1888*⁴⁸, por contribuir de maneira decisiva na abertura de novas frentes para a interpretação da escravidão urbana em Mato Grosso.

Os estudos sobre as nações indígenas foram implementados por Edir Pina de Barros, Joana Fernandes⁴⁹, Maria de Fátima Roberto Machado⁵⁰ e Denise Maldí Meireles⁵¹, que desenvolveram atividades de ensino e pesquisa junto ao Departamento de História, e atividades de extensão, junto ao *Museu Rondon* (Museu do Índio), da UFMT.

Outras pesquisas tornaram-se importantes referências na elaboração de trabalhos sobre a temática indígena, como o de Lilya da Silva Guedes Galetti⁵², que em sua tese de doutorado, *Nos Confins*

44 Siqueira, Elizabeth Madureira. *O Processo Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. Guaicurus, 1990.

45 OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente: contribuições ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop*. São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, FFLCH.

46 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEM, 2002. (Coleção Tibanaré de estudos mato-grossenses 2).

47 FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas, 1986. Dissertação (Mestrado). UNICAMP.

48 VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero: Cuiabá: EdUFMT, 1993.

49 FERNANDES, Joana. *Índio-Esse Nosso Desconhecido*. Cuiabá: EdUFMT, 1993.

50 MACHADO, Maria de Fátima Roberto. *Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos Waimare e Kaxintí, grupos Paresi*. Tese de Doutorado defendida na UFRJ, 1994.

51 MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989.

52 GALETTI, Lilya da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado). Departamento de História, FFLCH.

da “Civilização”: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso, discutiui as imagens construídas pelos olhares dos viajantes e autoridades provinciais de Mato Grosso. Dentro da mesma temática, ressaltamos os trabalhos de Paulo Augusto Mário Isaac,⁵³ *Educação Escolar Indígena Bóe-Bororo - Alternativa e Resistência em Tadarimana e Modo de Existir: Terenas na Comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso*; a dissertação de mestrado de Odemar Leotti⁵⁴, *Labirinto das Almas: Política Indigenista em Mato-Grosso (1831-1895). A Diretoria Geral dos Índios*; a tese de doutorado de Thereza Martha Borges Presotti⁵⁵, *Nas Trilhas das Águas. Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII)*; e a dissertação de mestrado de Maria Inês Malta Castro, *O Preço do Progresso. A Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*, pormenorizando tensões e extermínio da população indígena em uma relação de confronto entre civilização e barbárie de nome “progresso”.

No âmbito dos estudos sobre “Documentação”, as publicações *Percorrendo manuscritos: entre Langsdorff e D’Alincourt*, de Maria de Fátima Costa, e *Viajando nos bastidores: documentos de viagem da expedição Langsdorff*, da mesma autora e Pablo Diener, inauguraram a linha de pesquisa, “Viajantes nos séculos XVIII ao XIX na América Meridional”⁵⁶.

Ainda na linha “Documentação”, elencamos pesquisas voltadas aos estudos sobre “Educação e Memória”, de Elizabeth Madureira Siqueira e Nicanor Palhares Sá, com desdobramentos na confecção de arranjo de arquivos voltados à preservação da memória local e regional. Também de Elizabeth Madureira Siqueira a tese de doutorado, *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso*⁵⁷. A temática

53 ISAAC, Paulo Augusto Mauro. *Educação Escolar Indígena Bóe-Bororo - Alternativa e Resistência em Tadarimana Cuiabá*, 1997. Dissertação (Mestrado) Instituto de Educação da UFMT; _____. *Modo de Existir Terenas na Comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado). PUC/SP.

54 LEOTTI, Odemar. *Labirinto das Almas: Política Indigenista em Mato Grosso (1831-1895). A Diretoria Geral dos Índios*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado). UNICAMP.

55 PRESOTTI, Thereza Martha. *Nas Trilhas das Águas. Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII)*. Brasília, 2008. Tese (Doutorado). Departamento de História da UNB.

56 COSTA, Maria de Fátima (Org.). *Percorrendo manuscritos: entre Langsdorff e D’Alincourt*. Cuiabá; Editora Universitária, 1993; _____. COSTA, Maria de Fátima e DIENER, Pablo. *Viajando nos bastidores: documentos de viagem da Expedição Langsdorff*. Cuiabá: EdUFMT, 1995;

57 Tese defendida no Instituto de Educação, UFMT, em 1999 e publicada: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1890)*. Cuiabá: INEP: COMPED: EdUFMT, 2000.

“Educação e Memória” foi ampliada com os estudos dos historiadores Laci Maria Araújo⁵⁸, em *O processo de expansão escolar em Mato Grosso (1910-1946): uma abordagem histórica e Memória e Patrimônio histórico em Rondonópolis*; Maria Elsa Markus Alves⁵⁹, em *Conselho de pais e mães: o desafio participativo numa proposta de democratização da escola pública*, e Ivanildo José Ferreira, em *Direitos Humanos e Educação Popular*. Carlos Américo Bertolini⁶⁰, em *Encenações patrióticas: a educação e o civismo a serviço do Estado Novo (1937-1945)*, abordou o caráter pedagógico das encenações que representavam as imagens de unanimidade nacional e harmonia social, diretrizes teóricas da ação educacional do Estado Novo.

O guia de pesquisa, *Os Mapas de Habitantes de Mato Grosso (1768-1872)*, de Edvaldo de Assis⁶¹, e estudos embasados em registros eclesiásticos, de Maria Adenir Peraro⁶², possibilitaram a abertura de linhas de pesquisa voltadas à temática sobre “população” e “instituições”, famílias, igreja e exército. Também na linha de pesquisa sobre “população”, insere-se o trabalho de Jovam Vilela da Silva⁶³, ao discutir a composição da população de Mato Grosso no período colonial, caracterizada pela fusão inter-étnica.

Nos finais da década de 1990 e primeira década do século XXI, localizamos pesquisas relevantes voltadas aos séculos XVIII e XIX, com temáticas sobre a vida urbana colonial, montagem da estrutura institucional de poder nos primórdios da Vila de Cuiabá, narrativas de representações de naturalistas sobre o Pantanal brasileiro, formas de ocupação ao sul da província de Mato Grosso, famílias e sociedade.

Carlos Alberto Rosa⁶⁴, em *A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, (Vida Urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)*,

58 ARAÚJO, Laci Maria. *O processo de expansão escolar em Mato Grosso (1910-1946): uma abordagem histórica*. Dissertação, 1994 (Mestrado). Instituto de Educação da UFMT.

59 ALVES, MARIA ELZA MARKUS. *Conselho de pais e mães: o desafio participativo numa proposta de democratização da escola pública*. Cuiabá, 1997. Dissertação (Mestrado). Instituto de Educação da UFMT.

60 BERTOLINI, Carlos Américo. *Encenações patrióticas: a educação e o civismo a serviço do Estado Novo (1937-1945)*. Cuiabá, 2000. Dissertação (Mestrado). Instituto de Educação da UFMT.

61 ASSIS, Edvaldo de. *Os mapas de habitantes de Mato Grosso (1768-1872)*. Guia de pesquisa. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, FFLCH.

62 PERARO, Maria Adenir. *A população de Cuiabá no final do século XIX (1871-1890), segundo os registros paroquiais (considerações preliminares)*, Cuiabá, 1992 (mimeo).

63 SILVA, Jovam Vilela. *Mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso, século XVIII*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

64 ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Vida Urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)*. São Paulo, 1996, Tese (Doutorado). Departamento de História, FFLCH.

contribuiu para avançar os estudos voltados à vida urbana colonial como uma das dimensões do processo colonizador. Otávio Canavarros⁶⁵, em *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*, retomou os estudos sobre a formação do Império colonial lusitano e analisou a montagem da estrutura institucional e o exercício do poder político na Vila de Cuiabá.

Uma pesquisa que merece ser destacada como resultado do trabalho realizado pelo Departamento de História com o NDIHR refere-se à *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, dos autores Eliane Maria Oliveira Morgado⁶⁶, Nileide Souza Dourado, Otávio Canavarros e Vera Lúcia Duarte Macedo, pesquisa inspirada no projeto *Inventário de Documentos Históricos sobre o Centro-Oeste, Coleção Documentos Ibéricos*.

Maria de Fátima Costa⁶⁷, em *História de um país inexistente. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*, trouxe para os estudos históricos a preocupação com as representações de leituras sobre o espaço sul-americano, denominado *Pantanal*. Situamos também os estudos de Leny Caselli Anzai⁶⁸, *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira, sobre doenças endêmicas que atingiram os moradores da Capitania de Mato Grosso, em fins do século XVIII*. E ainda de Leny Caselli Anzai, em parceria com Janaína Amado⁶⁹, a publicação *Anais de Vila Bela, 1734-1789*, com informações sobre a memória cronológica da região do Guaporé nos oitocentos.

Sobre o século XIX, João Antonio Botelho Lucídio⁷⁰, em *Nos Confins do Império. Um deserto de homens povoado por bois. (A ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870)*, trouxe à tona diferentes visões de “sertão” para detectar as formas de organização de vida no

65 Tese de doutorado defendida na USP em 1998 com o título: *O Poder Metropolitano e seus objetivos geo-políticos no Extremo Oeste (1727-1752)* e publicada: CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: Editora UFMT, 2004.

66 MORGADO, Eliane Maria Oliveira et al. *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*. Volumes I, II, III, IV. Cuiabá: EdUFMT e Entrelinhas, 2007.

67 MARIA de Fátima Costa. *História de um país inexistente. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

68 ANZAI, Leny Caselli. *Doenças e práticas de cura na Capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília, 2004. Tese (Doutorado). Departamento de História da UNB.

69 AMADO, Janaína e ANZAI, Leny Caselli (Orgs.). *Anais de Vila Bela – 1734-1789*. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

70 LUCÍDIO, João Antonio Botelho. *Nos Confins do Império. Um deserto de homens povoado por bois. (A ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870)*. Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado). Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Fluminense.

planalto central brasileiro. Lucídio⁷¹ também escreveu o livro *Ofício e Arte. Fotógrafos e Fotografias em Mato Grosso (1860-1960)*, trazendo no trabalho uma reflexão sobre as mudanças ocorridas no espaço mato-grossense através de imagens fotográficas. Maria Adenir Peraro⁷², em *Bastardos do Império. Família e sociedade em Mato Grosso na segunda metade do século XIX*, percorreu caminhos engendrados no contexto da reprodução da bastardia, durante o período de vigência da Guerra com o Paraguai, e introduziu estudos sobre concubinato, casamentos e imigração paraguaia em Mato Grosso a partir de registros eclesiásticos. Na linha de estudos sobre imigração encontram-se os trabalhos de Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes⁷³, a exemplo de *Viveres, fazeres e experiências de italianos na cidade de Cuiabá (1890-1930)*. As temáticas “guerra” e Mercosul tiveram os resultados publicados na revista *Coletânea do Nosso Tempo*, do Departamento de História do campus da UFMT de Rondonópolis.⁷⁴

O livro de Oswaldo Machado Filho⁷⁵, *Ilegalismos e Jogos de Poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*, é exemplo de como a história do acontecimento pode ser rica combinando a história do tempo curto com as conjunturas e estruturas. Ernesto Cerveira de Sena⁷⁶, com o livro *Entre anarquizadores e pessoas de Costumes. A dinâmica política nas fronteiras do Império. Mato Grosso, 1834-1870*, fornece vozes aos atores do cenário partidário mato-grossense.

A diversificação dos centros de produção do conhecimento histórico no país contribuiu para a multiplicação das tendências historiográficas, confirmadas na década de 1990 com a implantação de novos Programas de Pós-graduação, mestrados em História, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Dentre os Programas de Mestrados criados no final da década de noventa, destacamos o Programa de Pós-

71 LUCÍDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e Arte. Fotógrafos e fotografia em Mato Grosso (1860-1960)*. Cuiabá: EdUFMT e Carlini & Caniato Editorial, 2008.

72 PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

73 GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá (1890- 1930)*. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2005.

74 Revista *Coletâneas do Nosso Tempo*. Departamento de História, campus de Rondonópolis. n. 4 e n.5, 2000-2001.

75 MACHADO FILHO, Oswaldo. *Ilegalismos e jogos de poder. Um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006.

76 SENA, Ernest Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de Costumes. A dinâmica política nas fronteiras do Império. Mato Grosso, 1834-1870*. Cuiabá: EdUFMT e Carlini & Caniato, 2009, p.09.

-graduação, Mestrado em História - *História: Territórios e Fronteiras*, do Departamento de História do ICHS/UFMT, cuja implantação ocorreu no ano de 1999.

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM MATO GROSSO

No âmbito da Pós-graduação, Mestrado em História da UFMT, as teses e os projetos de pesquisa dos docentes que viabilizaram a implantação da proposta do Programa em seus primeiros cinco anos e os que a ela se agregaram posteriormente, deram uma importante contribuição à área de concentração *História, Territórios e Fronteira* e foram decisivas na afirmação das linhas de pesquisa: *Território e Fronteiras: Temporalidades e Espacialidades* e *Fronteiras, Identidades e Transculturação*, conforme quadro 01.

Quadro 01 - Projetos de Pesquisa do PPGHIS/UFMT entre 1999-2003

Movimentos populacionais, cidades e culturas no ambiente amazônico mato-grossense. 1999.	Regina Beatriz Guimarães Neto
A Terra da conquista: posses, datas, sesmarias e chão urbanos na parte mais central da América do Sul (1721-1752). 1999.	Carlos Alberto Rosa
Arranjo e catalogação do arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (1756-1956). 1999.	Maria Adenir Peraro
Da roça da mandioca para a lavoura de soja: a modernização agrícola e suas consequências para o homem e o meio ambiente em Diamantino. 1999.	João Carlos Barrozo
Demarcadores e naturalistas. A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira no Pantanal e Amazônia Mato-Grossenses. 1999.	Maria de Fátima Costa e Pablo Diener
Naturalistas e viajantes na América do Sul nos séculos XVIII e XIX. Narrativa, Cartografia, Iconografia. 1999.	Maria de Fátima Costa e Pablo Diener
Representações sobre a infância pobre em Mato Grosso, segunda metade do século XIX. 1999.	Matilde Araki Crudo
Identidade, Fronteira e Nacionalidade entre os Chiquitanos. 2000.	Joana A. Fernandes Silva
Levantamento de fontes censitárias – o Censo de 1890 nas paróquias de Cuiabá, APMT. 2000.	Maria Adenir Peraro
O sonho da terra: migração de agricultores do Sul do Brasil para Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso. 2000.	João Carlos Barrozo

Mulheres no mundo das letras: trajetórias de vida, gênero e sociabilidade intelectual em Cuiabá na primeira metade do século XX. 2000.	Lylia da Silva Guedes Galetti
História da leitura em Mato Grosso no século XX. 2001.	Otávio Canavarros
A repressão além-fronteiras: o serviço secreto do Ministério das Relações Exteriores – Centro de Informações do Exterior (CIEEX), 1966-1988. 2001.	Pio Penna Filho
Fragmentos urbanos: a produção da cidade (e de suas poéticas). 2002.	Ludmila Brandão
Gente do Pantanal: registro de sua história e cultura. 2002.	Mário César Silva Leite
Desenvolvimento de sistemas agroflorestais sustentáveis com base em conhecimentos indígenas e de quilombolas na região das Guianas e do Alto Guaporé. 2003.	José Carlos Leite
Corpo, História e Verdade. 2003.	José Carlos Leite
Catálogo e organização do acervo bibliográfico do Prof. João Mariano de Oliveira. 2003.	Elizabeth Madureira Siqueira, Lylia da Silva Guedes Galetti e Maria Adenir Peraro
Do Sul para Diamantino (MT). A migração de italianos e descendentes como estratégia para garantir a reprodução camponesa. 2003.	João Carlos Barrozo

Fonte: PERARO, Maria Adenir (Org.). *A Igreja Católica e os Cem Anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

Tais projetos estimularam o debate intelectual no sentido de identificar novos e velhos postulados trazidos pela historiografia geral e brasileira em consonância com a proposta original do Programa e em direção a uma concepção mais abrangente da “noção de fronteira”.

A viabilização e desdobramento dos projetos do PPGHIs da UFMT tornou possível o aprofundamento de pesquisas relacionadas a temas multifacetados como: *Cidades de Mineração*⁷⁷, *Vivências Urbanas*⁷⁸, *Rios e Cidade*⁷⁹, *Garimpos*⁸⁰, *Arquivos Eclesiásticos*⁸¹,

77 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da Mineração*: memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT: Carlini & Caniato, 2006.

78 ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria (Orgs.). *A terra da conquista*: história de Mato Grosso. Cuiabá: Adriana, 2003; MACHADO FILHO, Oswaldo. *Legalismos e jogos de poder*. Um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006.

79 COSTA, Maria de Fátima e DIENER, Pablo. *Cuiabá*: rio, porto, cidade. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura; Secretaria Municipal de Cultura, 2000; BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A casa subjetiva*: matérias, afetos e espaços. São Paulo: Perspectiva; Cuiabá: SEC de Mato Grosso, 2002.

80 BARROZO, João Carlos. Garimpos de diamante do Alto Paraguai-Diamantino. Revista *Territórios e Fronteira*. Cuiabá, v.1, n.1, 2000, p.95-124.

81 PERARO, Maria Adenir. As fontes paroquiais: uma experiência de pesquisa. Revista *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v.1, n.1, 2000, p.11-24.

Arsenal de Guerra e Infância pobre⁸²; Viajantes nos Séculos XVIII ao XIX na América Meridional⁸³, Indígenas e quilombolas⁸⁴, Mitos do Pantanal⁸⁵, Migração e Colonização⁸⁶, Igreja Católica⁸⁷, História da Leitura⁸⁸, Cidades da Amazônia⁸⁹ e Relações Internacionais.⁹⁰

A partir de 2004, essas pesquisas temáticas afirmaram-se no Programa e outras foram sendo elaboradas, dando origem a grupos⁹¹ e núcleos de pesquisa⁹², que fomentaram a produção científica, conforme quadro 02.

82 CRUDO, Matilde Araki. *Os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: trabalho infantil e educação*. Cuiabá, 1999. Tese (Doutorado). Instituto de Educação, UFMT.

83 COSTA, Maria de Fátima. Entre Xarai, Guaicuru e Payaguá: ritos de vida no Pantanal. In: PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos. *Os Senhores dos Rios*. Amazônia, Margens e História. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2003.

84 LEITE, José Carlos. *Agricultura dos quilombolas no Guaporé*. Conferência no II Seminário Nacional-Fronteiras: Identidades, integração regional e transculturação em Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2006.

85 A respeito ver Revista *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v.1, n.1, 2000, onde consta artigos de: LEITE, Mário César. Silva. O grande livro encantado: aspectos e percepções da natureza, p.191-218; SILVA, Joana Aparecida Fernandes. Tempo, mito e história em Mimoso, Revista *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 1, n. 1, Jul/Dez de 2000, p.253-282.

86 BARROZO, João Carlos. *Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna*. Cuiabá: Albert Editora, 2004.

87 JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença: da libertação ao carisma: a presença católica na cidade de Juína (1978-1998)*. Assis, 2004. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras/UNESP/Assis.

88 CANAVARROS, Otávio. Práticas de leitura na Biblioteca Universitária. *Coletâneas do Nosso Tempo*. Ano VI, n.6, 2003, p.161-170.

89 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia-Mato Grosso. *Revista de Pós-Graduação da PUC*. São Paulo, v. 27, 2003, p.49-69.

90 PENNA FILHO, Pio. Itamaraty e a repressão além-fronteiras: o Centro de Informações do Exterior- CIEEX (1966-1986). In: FICO, Carlos et al. (Org.). 1964-2004 – 40 anos do Golpe-Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004, p. 163-169.

91 Grupos de pesquisa e respectivos coordenadores: *Fronteiras: Identidades, Integração Regional e Transculturação*, desenvolvido no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), por Pio Penna Filho, entre os anos de 2004 a 2006; *Migrações, Culturas e Cidades, na Amazônia Meridional-MT*, coordenado por Regina Beatriz Guimarães Neto de 2004 a 2008; *Mulheres paraguaias, militares e Guerra do Paraguai*, por Maria Adenir Peraro, de 2004 a 2009 e depois por Fernando Tadeu de Miranda Borges; *História e Leitura em Mato Grosso*, por Otávio Canavarros, de 2004 aos dias atuais; *História, Arte, Ciência e Poder*, coordenado por Maria de Fátima Costa, de 2005 aos dias atuais; *História, Terra e Trabalho* coordenado por Vitale Joaroni Neto, de 2005 aos dias atuais; Grupo *Laboratório de Estudo da Antiguidade e do Medievo (VIVARIUM)*, coordenado por Marcus Cruz, de 2008 aos dias atuais.

92 Núcleo de Pesquisa: *Núcleo de Pesquisa em História* coordenado por Vitale Joaroni Neto, de 2005 aos dias atuais.

Quadro 02 - Projetos de Pesquisa do PPGHIS/UFMT entre 2004-2010

Fronteiras: identidades, integração regional e transculturação em Mato Grosso nos séculos XVIII, XIX e XX. 2004.	Pio Penna Filho
Memória e narrativas de espaço: estratégias de ocupação, práticas urbanas e violência – Amazônia - Mato Grosso (1970-2003). 2004.	Regina Beatriz Guimarães Neto
Memória e narrativas de espaço: estratégias de ocupação, práticas urbanas e violências – Amazônia/ Mato Grosso (1970-2003). 2004.	Vitale Joanoni Neto
A Igreja Católica Brasileira entre 1960 e 1980. As muitas faces de um mesmo corpo. 2004.	Vitale Joanoni Neto
Família e Política em Mato Grosso, séculos XIX e XX. 2004.	Fernando Tadeu de Miranda Borges
A constituição do contemporâneo: pensamento e arte. Cidades e subjetividades. 2004.	Ludmila Brandão
Mulheres paraguaias, militares e Guerra do Paraguai. 2004.	Maria Adenir Peraro
A transformação do espaço urbano em Cuiabá (1840-1940): medidas profiláticas do discurso moral e seu acompanhamento cartográfico. 2004.	Oswaldo Machado Filho
Imagens filosóficas: a paisagem do interior da América Portuguesa conforme os riscadores Freire e Codina (1783-1792). 2004.	Maria de Fátima Costa
Relações entre a Capitania de Mato Grosso e as Missões Religiosas de Chiquitos. 2004.	Leny Caselli Anzai
Integração e Identidade: Fronteiras Brasil-Bolívia – Paraguai-Argentina em perspectiva histórica. 2004.	Pio Penna Filho, Oswaldo Machado Filho, Regina Beatriz Guimarães Neto e Leny Caselli Anzai
Rondon e a imagem da nação. 2004.	Leny Caselli Anzai e Regina Beatriz Guimarães Neto
A História da leitura em Cuiabá através da imprensa – 1910/1940. 2005.	Otávio Canavarros
Primeiras vistas da paisagem do Pantanal: as aquarelas de Miguel Ciera na década de 1750. 2005.	Maria de Fátima Costa
A contribuição de Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) para a formatação das viagens científicas. 2005.	Pablo Diener
Ocupação e reespecialização em território amazônico: um estudo sobre as novas cidades, os movimentos migratórios e a violência. 2005.	Vitale Joanoni Neto
Correspondência e obras de Alceu Amoroso Lima no período pós-1964. 2008.	Cândido Moreira Rodrigues
Mídia, Memória e Ensino de História. 2008.	Marcus Silva da Cruz

Pagãos e cristãos na Antiguidade Tardia. A questão da identidade no discurso historiográfico no IV século. 2008.	Marcus Silva da Cruz
A fronteira entre o Império do Brasil e a Bolívia (1825-1850). 2008.	Ernesto Cerveira de Sena
“Integrar para não entregar”. A política de integração do regime civil-militar e suas implicações para o Estado de Mato Grosso (1964-1984). 2008.	Vitale Joanoni Neto
Historia & Natureza: A questão ambiental e os professores de História da rede pública de ensino de Cuiabá. 2009	Ely Bergo de Carvalho
- Feminismo d’ A Violeta: mulheres e narrativas feministas (Cuiabá: 1916-1946). 2010.	Ana Maria Marques
Revisitando a Reforma Gregoriana ou Papal: uma reavaliação da constituição política do Papado medieval (1046-1130). 2009.	Leandro Duarte Rust
Hagiografia e História. 2009.	Leandro Duarte Rust
Diversidade étnico-racial no ensino de História em Mato Grosso: estudo de caso nas escolas públicas dos municípios de Cáceres e Rondonópolis; 2010	Renilson Rosa Ribeiro
As escritas de Francisco Adolfo de Varnhagen e a história da História do Brasil nas páginas da Revista do IHGB (1840-1878).2010.	Renilson Rosa Ribeiro
Área fronteira de Mato Grosso e Bolívia: o papel dos arranjos produtivos e das relações socioeconômicas nas diferentes formações territoriais locais. 2010.	Tereza Cristina de Souza Higa
Corredor de Integração Cuiabá - Portos do sul do Peru e Norte do Chile: Análise ocupacional e perspectivas de desenvolvimento intra e inter. 2010.	Tereza Cristina de Souza Higa

Fonte: PERARO, Maria Adenir (Org.). *A Igreja Católica e os Cem Anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: EdUFMT, 2010 e Coleta CAPES PPGHIS-UFMT.

A título de ilustração, informamos que o Programa de Pós-graduação, Mestrado em História, desde a sua implantação, em 1999, ao final de 2010 apresentou-se com 137 dissertações defendidas, denotando um momento muito próprio da historiografia brasileira que foi o da reaproximação dos historiadores com a documentação, os novos arquivos e acervos e, o reforço da interdisciplinaridade. Ao longo de onze anos de produção historiográfica do Programa torna-se possível notar a tendência de pesquisas identificadas com os paradigmas da História Cultural.

O levantamento realizado no ano de 2007, por Rosani Kellen dos Santos Silva⁹³, sob orientação de Otávio Canavarros, continua

93 SILVA, Rosani Kellen dos Santos. *Levantamento estatístico das dissertações de mestrado em História da UFMT*. Cuiabá, 2008. Monografia (Graduação). Departamento de História, ICHS, p.10.

sendo validado para os anos de 2008 a 2010, quando afirmou que do total das então 83 das dissertações estudadas e defendidas entre dezembro de 2000 a fevereiro de 2008, o maior interesse voltou-se para a História Cultural com 37,34%, vindo a seguir a História Política com 26,52% e a História Social com 20,48%. Quantificadas as dissertações por temáticas, a preferência priorizou estudos sobre colonização/migrações/povoamento, fronteiras, indígenas, mulheres e saúde/doença.

Dentre as dissertações, a pesquisa de Ana Carolina da Silva Borges⁹⁴, *Nas margens da História – Meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeirinhas” do Pantanal Norte (1870-1930)*, sob a orientação de Oswaldo Machado Filho, foi premiada com a publicação em forma de livro, em comemoração aos dez anos de existência do Programa.

Esses estudos permitem que tenhamos em mãos um instigante painel de como está sendo escrita a História de Mato Grosso em tempos históricos distintos, a partir de perspectivas e enfoques diferenciados.

Nesse contexto, podemos situar a contribuição historiográfica de Regina Beatriz Guimarães Neto⁹⁵, com o livro *Cidade de mineração*, na qual a autora traz fontes orais e fotográficas da ocupação do antigo leste de Mato Grosso, na primeira metade do século XX por migrantes vindos da Bahia. Outra pesquisa sobre mineração, que destacamos, refere-se ao trabalho *Em busca da pedra que brilha como estrela*, de João Carlos Barrozo⁹⁶, onde o autor aborda os garimpos de Alto Paraguai e Diamantino (MT), e recuperou as rotas migratórias de garimpeiros entre Bahia e Mato Grosso. Também organizado por João Carlos Barrozo⁹⁷ ressaltamos o livro *Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna*, em que são tratados aspectos históricos e sociológicos dessa cidade e de seu entorno, passando pela presença da Igreja Católica e pela questão agrária. João Carlos Barrozo⁹⁸ organizou ainda a coletânea *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*, uma amostragem do potencial da produção de pesquisas resultantes de dissertações do

94 BORGES, Ana Carolina da Silva. *Nas margens da História – Meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeirinhas” do Pantanal Norte (1870-1930)*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2010.

95 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades de mineração*. Memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do séc. XX. Cuiabá: EdUFMT e Carlini & Caniato, 2006.

96 BARROZO, João Carlos. *Em busca da pedra que brilha como estrela*. Garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2007.

97 BARROZO, João Carlos (Org.). *Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna*. Cuiabá: NERU: UFMT: SMEC: Diamantino, 2002.

98 BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

PPGHIS. Também o referido autor⁹⁹, em co-autoria, junto à equipe do *Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU)*, publicou o livro *Colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*, em que traz resultados de pesquisa sobre o processo de ocupação da BR-163, por iniciativa da colonização dirigida.

Vitale Joanoni Neto¹⁰⁰, em *Fronteiras da crença*, abordou o processo de colonização, no noroeste de Mato Grosso, entre o final de 1970 e meados de 1980, discutiu as experiências de ocupação realizadas pelo governo estadual, com destaque para a presença da Igreja Católica, e mediante documentos orais, trouxe as vicissitudes e estratégias da vida dos migrantes.

No livro *Esperando o trem: Sonhos e Esperanças de Cuiabá*, Fernando Tadeu de Miranda Borges¹⁰¹ fez um amplo levantamento dos sonhos e das esperanças dos habitantes de Cuiabá, Centro Geodésico e Geográfico da América do Sul, que espera, desde 1852, por um trem que nunca chegou. Em *Prosas com Governadores de Mato Grosso (1966-2006)*, Borges¹⁰² apresentou os relatos colhidos entre 14 ex-governadores de Mato Grosso, mapeando o cotidiano do contexto histórico através da memória dessas lideranças políticas.

As relações internacionais foram foco da atenção dos professores do PPGHIS. No livro de Alfredo da Motta Menezes¹⁰³ e Pio Penna Filho, *Integração regional – Os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*, o conceito de integração econômica foi discutido, assim como os seus principais estágios de desenvolvimento em termos de abrangência e profundidade no âmbito da “Associação Latino Americana de Livre Comércio”. Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa¹⁰⁴ organizou o livro *Estudos Regionais Sul-Americanos*, resultante de pesquisas apresentadas no *I Seminário Internacional de Estudos Sul-Americanos*, realizado na cidade de Cuiabá, em 2005.

99 CASTRO, Sueli P. et. al. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

100 JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença*. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. EdUFMT: Carlini & Caniato, 2007.

101 BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: Sonhos e Esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005. Este livro inspirou a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira (carnaval de 2013), no desenvolvimento do seu enredo, “Cuiabá: um paraíso no Centro da América.”

102 BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Prosas com governadores de Mato Grosso (1966-2006)*. Cuiabá: Carlini & Caniato: 2007.

103 MENEZES, Alfredo da Motta e PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional - Os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

104 SOUZA HIGA, Tereza Cristina Cardoso de (Org.). *Estudos regionais sul-americanos*. Sociocultura, economia e dinâmica territorial na área central do continente. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

Laci Maria Araújo¹⁰⁵ em *Movimentos sociais em Mato Grosso: desafios e conquistas*, traçou um panorama da história dos movimentos sociais em Mato Grosso, particularmente em Rondonópolis, tendo como foco central as Comunidades Eclesiais de Base e suas lutas no período de 1974 a 1989. Flávio Antonio da Silva Nascimento¹⁰⁶, em *Aceleração temporal na fronteira: estudo do caso de Rondonópolis, MT*, fez um estudo sobre a ocupação territorial do Vale de São Lourenço combinada à expansão do capitalismo no território nacional.

Maria Adenir Peraro¹⁰⁷, Elizabeth Madureira Siqueira e Sibele Moraes elaboraram o livro *Memória da Igreja em Mato Grosso. O arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá*. No trabalho, foram contempladas discussões metodológicas sobre a montagem do arranjo documental, e formas de acesso aos códices, livros de batismo, crisma, óbitos, casamentos e acervo fotográfico. Em *Educação e Modernidade: os salesianos em Mato Grosso, 1894-1919*, Adilson José Francisco¹⁰⁸ discutiu o ideário educativo dos religiosos de Dom Bosco atuantes em Mato Grosso desde a Primeira República, em sintonia com a disciplina, racionalidade e educação para o trabalho.

Na dinâmica da produção foram organizadas coletâneas com a participação de pesquisadores do Programa do PPGHis/UFMT, em conjunto com pesquisadores de outros Programas de Pós-graduação. Para citar alguns exemplos, *História, cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil*, organizada por Antonio Torres Montenegro¹⁰⁹, Antonio Paulo Rezende, Isabel Cristina Martins Guillen, Flávio W. Teixeira, da UFPE, e Regina Beatriz Guimarães Neto e Leny Caselli Anzai, da UFMT. *Mulheres e Famílias no Brasil* foi organizada por Maria Adenir Peraro¹¹⁰ e Fernando Tadeu de Miranda Borges, reunindo diversos professores e pesquisadores, a exemplo de Nanci Leonzo, da FFLCH/USP, com o artigo *O casamento e a moral doméstica*, e Flávio Azevedo

105 ARAÚJO, Laci Maria. *Movimentos sociais em Mato Grosso: desafios e conquistas*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

106 NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. *Aceleração temporal na fronteira: estudo do caso de Rondonópolis, MT*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado). Departamento de História da FFLCH.

107 PERARO, Maria Adenir et al. *Memória da Igreja em Mato Grosso. O arquivo da Cúria Metropolitana em Cuiabá*. Catálogo de documentos históricos. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

108 FRANCISCO, Adilson José. *Educação e Modernidade - Os salesianos em Mato Grosso (1894-1919)*. Cuiabá: EdUFMT: Entrelinhas, 2010.

109 MONTENEGRO, Antonio Torres et al. *História, cultura e sentimento*. Outras Histórias do Brasil. Cuiabá/Recife: EdUFMT: EdUFPE, 2008.

110 PERARO, Maria Adenir e BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Orgs.). *Mulheres e Famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

Marques de Saes, da FEA/USP, com o artigo *A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira*. Em *Sonhos e Pesadelos na História*, Fernando Tadeu de Miranda Borges e Maria Adenir Peraro também reuniram diversos outros professores e pesquisadores, dos quais ressaltamos Otavio Canavarros, docente da UFMT, com o artigo *Sob o signo do segredo e do pesadelo: cultura política e Império*, José Carlos Sebe Bom Meihy, docente da USP, com o artigo *Para sonhar uma outra história*, Alexandre Macchione Saes, docente da USP, com o artigo *No ascender das luzes: a light e o limiar da modernização na cidade de São Paulo* e Pio Penna Filho, com o artigo *Do sonho socialista ao pesadelo das ditaduras: o cone sul e os regimes militares*. E a coletânea *Trajetórias de Vidas na História*, organizada por Fernando Tadeu de Miranda Borges¹¹¹, Maria Adenir Peraro e Viviane Gonçalves da Silva Costa, publicou, de Juliano Moreno Kersul de Carvalho, o artigo *Do sertão ao litoral: a trajetória do escritor Ricardo Guilherme Dicke e a publicação do livro Deus de Caim em 1968*, de Lauro Virginio de Souza Portela, o artigo *O rio Cuiabá abaixo de açúcar, coronéis e revoluções: a trajetória política do coronel usineiro Antônio Paes de Barros*, de Vinícius de Carvalho Araújo, o artigo *Corumbá, Campo Grande, Brasília e Cuiabá: quatro capitais na vida de José Fragelli*, de Nileide Souza Dourado, o artigo *Por toda uma vida: a trajetória de uma mulher nordestina*, e de Gabriel Novis Neves, em reminiscências, *A pracinha do vovô*, e ampliou o intercâmbio com outros diferentes professores e pesquisadores, dos quais destacamos de Hilda Pívaro Stadniky, docente da Universidade Estadual de Maringá, o artigo *História, gênero e cinema: reprodução simbólica da masculinidade hegemônica e subversões do desejo em duas trajetórias de vidas*. Na coletânea *Política, Ambiente e Diversidade Cultural*, Vitale Joanoni Neto¹¹² publicou trabalhos apresentados no VI Seminário do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Maria Adenir Peraro¹¹³ organizou a coletânea *Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*, com artigos e dossiês sobre a Igreja Católica. Vitale Joanoni Neto¹¹⁴, na coletânea *Da esperança do El Dorado à*

111 BORGES, Fernando Tadeu de Miranda et. al. *Trajetórias de Vidas na História*. Cuiabá: EdUFMT e Carlini & Caniato Editorial, 2008.

112 JOANONI NETO, Vitale (Org.). *Política, ambiente e diversidade cultural*. VI Seminário do ICHS. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

113 PERARO, Maria Adenir (Org.). *Igreja Católica e os Cem Anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

114 JOANONI NETO, Vitale (Org.). *Da esperança do El Dorado à degradação do humano*. Mapeamento das redes de resistência e convivência em pólos irradiadores de trabalho escravo no estado de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

degradação do humano, reuniu relatórios de bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação Científica ligados a projeto desenvolvido pelo Grupo de Estudos *História, Terra e Trabalho*, com temas relacionados à ocupação do Estado e efeitos sociais sobre trabalhadores migrantes. Na coletânea *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisa*, Marluza Marques Harres¹¹⁵ e Vitale Joanoni Neto, apresentaram os resultados das pesquisas desenvolvidas no Vale do Araguaia mato-grossense, tendo como focos a Igreja Católica, a exploração da força de trabalho migrante e a pequena propriedade de produção familiar. Maria de Fátima Costa¹¹⁶ e Pablo Diener organizaram o livro *Rios e Cidade*, e publicaram os resultados na Revista *Documento/Monumento*, do NDIHR/UFMT, onde apresentaram importantes investigações realizadas por pesquisadores estrangeiros e brasileiros de instituições de ensino superior.

Além das coletâneas destacamos o livro *Uma devassa nas Minas, imigração e moralidade na fronteira mais remota da colônia: Mato Grosso, 1785*, de Maria Amélia de Assis Alves Crivelente, aluna egressa do PPGHis/UFMT, discutindo os aspectos da constituição das famílias escravas e portuguesas na capitania de Mato Grosso, e o livro de Nileide Souza Dourado, que recuperou histórias de vida de uma categoria de itinerantes, baianos e outros migrantes, publicada sob o título, *Entre Caminhos e Memórias: narrativas e cotidiano de itinerantes rumo a Poxoréu. Primeira metade do século XX*.

Para este conjunto de trabalhos sobre Mato Grosso contemporâneo, cabe frisar que consideramos também alguns dos livros que foram produzidos fora do Estado. Nessa direção o livro de Ricardo R. Figueira¹¹⁷, com outros pesquisadores, sobre a exploração do trabalho no Brasil. Nele, Mato Grosso está presente, com o texto de Vitale Joanoni Neto, *Mapeamento das redes de resistência e convivência em pólos irradiadores de trabalho escravo contemporâneo no estado de Mato Grosso*. No livro *Relações cidade-campo: Fronteiras*, Luiz Sérgio Duarte da Silva¹¹⁸ reúne contribuições de vários pesquisadores sobre fronteira em seus muitos significados, com destaque para Lyliá da Silva

115 HARRES, Marluza Marques e JOANONI NETO, Vitale (Orgs.). *História, Terra e Trabalho*. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Cuiabá: Oikos; UNISINOS/EdUFMT, 2009.

116 COSTA, Maria de Fátima e DIENER, Pablo. *Rios e Cidade*. Revista *Documento/Monumento*, NDIHR. Edição Especial. Cuiabá, v.03, n.1, 2010.

117 FIGUEIRA, Ricardo R. *Pisando fora da própria sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

118 Luiz Sérgio Duarte da (Org.). *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: EdUFG, 2000.

Guedes Galetti, com *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*, e Regina Beatriz Guimarães Neto, com *Cidades de fronteira*, docentes do Departamento de História da UFMT.

Regina Beatriz Guimarães Neto e Maria do Socorro de Souza Araújo apresentaram um capítulo no livro *Escrita de si, Escrita da História*, organizado por Ângela de Castro Gomes, intitulado *Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini, em que aborda a ditadura militar no Brasil*. No trabalho *Territórios de ocupação recente na Amazônia*, presente no livro *História em cousas miúdas*, sob a organização de Chalhoub, Souza Neves e Miranda Pereira¹¹⁹, Regina Beatriz Guimarães Neto analisou as várias faces da preocupação recente do Estado de Mato Grosso, privilegiando a memória dos migrantes como fonte para suas investigações.

Consideramos ainda a produção de livros em Mato Grosso ocorrida a partir de órgãos oficiais como: Assembleia Legislativa e Igreja Católica.

A Assembleia Legislativa destaca-se com a publicação *Amazônia: das ameaças históricas à ocupação do cerrado*, na qual os parlamentares manifestam sua preocupação com a atuação de agências internacionais e a perda da soberania sobre o território. Na publicação *Por Mato Grosso, sempre*, produzida pela Câmara dos Deputados Federais, com pronunciamentos e projetos apresentados pelo deputado Gilson de Barros, no início dos anos 1980, é possível recuperar episódios como o atentado a D. Pedro Casaldáliga, o assassinato de líderes rurais e prefeitos, entre outros fatos. A Igreja Católica de Mato Grosso produziu importante material para a compreensão do processo de ocupação recente do Estado, com destaque para o livro de D. Pedro Casaldáliga, publicado em 1971, com o título *Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Casaldáliga foi o responsável direto pela criação e organização do acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia, com massa documental digitalizada e que se encontra disponível para pesquisa. Os registros localizados no referido acervo referem-se aos últimos 40 anos da História do Brasil.

Poderíamos citar ainda trabalhos como o de Albina Pedó, ou Irmã Anete, que, como memorialista, coleta, organiza e registra a História de Paranatinga, município do Estado, ou o pequeno registro biográfico sobre a vida de Padre Firmo Pinto Duarte, elaborados pelos

119 CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas*. Campinas: EdUNICAMP, 2005.

Salesianos. Padre Firmo foi o último sacerdote ordenado por Dom Francisco de Aquino Corrêa.

Dentre os historiadores da nova geração que têm ou tiveram vínculos com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), passamos a destacá-los a seguir.

Domingos Sávio da Cunha Garcia defendeu na UNICAMP, em 2001, a dissertação *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*, uma pesquisa importante para compreender a situação de Mato Grosso como um território na fronteira e as suas interfaces com essa questão, e em 2005, defendeu na UNICAMP a tese de doutorado *Território dos negócios na era dos Impérios: os Belgas na fronteira Oeste do Brasil*, trabalho importante pelo fato de refazer a trajetória do capital internacional numa área de fronteira.

Romyr Conde Garcia, em sua dissertação de mestrado defendida em 1995 na USP, *Nos descaminhos dos reais direitos: o contrabando entre as capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1770 – 1790)*, examina o problema dos desvios ou descaminhos dos produtos das extrações, na área das Minas Gerais e do litoral fluminense, com todas as implicações, dos agentes, dos mecanismos, da legislação, das práticas, das representações e seus desdobramentos. E na sua tese de doutorado, defendida também na USP, em 2003, *Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial*, caracteriza Mato Grosso “como uma região de encontro das águas”. Discorre também sobre os principais mitos da historiografia da região, com destaque para o “mito do isolamento” e o “mito do não isolamento”, entrando a seguir nos estudos da demografia e da economia.

Maria de Fátima Mendes Lima de Moraes, na dissertação de mestrado defendida em 2003, *Vila Maria do Paraguai: espaço planejado para consolidar a fronteira Oeste 1778-1801*, estudou o planejamento e a estruturação do espaço urbano, com enfoque para as estratégias utilizadas por Portugal para efetivar a política de edificação de povoações, vilas e fortificações na Capitania de Mato Grosso.

Otávio Ribeiro Chaves, com a tese defendida em 2008, sob o título: *Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*, dá prosseguimento aos seus estudos fronteiriços, iniciados por ocasião da defesa da pesquisa de mestrado, na Universidade Federal da Bahia, no ano de 2000, com a dissertação *Escravidão, Fronteira e Liberdade – Resistência escrava em Mato Grosso (1750-1850)*. Nesse trabalho, Otávio Chaves examina os sertões de Mato Grosso, sob as

perspectivas da colonização, escravidão e fronteira, com seus conflitos e como espaços de liberdades, principalmente para os cativos.

Nauk Maria de Jesus produziu, em 2001, a sua dissertação de mestrado no PPGHis da UFMT com título, *Saúde e doença: práticas de cura no Centro da América do Sul (1727 – 1808)*. E, em 2006, defendeu a tese de doutorado *Na trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*, no PPGH da Universidade Federal Fluminense. Também de Nauk de Jesus¹²⁰ a coletânea: *Ensino de História, trajetórias em movimento*, na qual colaborou com o capítulo *Olhares e reflexões sobre africanos e afrodescendentes em Mato Grosso – Séculos XVIII e XIX*. O propósito é de auxiliar a reflexão, em função das Diretrizes Curriculares Nacionais, sobre o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Adentrando a problemática oitocentista na província de Mato Grosso, esmiuçando os seus meandros, entre 1842 e 1888, recorte do último período escravista, destacamos o trabalho de Clementino Nogueira de Sousa, *Entre a vida e a morte no jogo das paixões – mulheres e homens no espaço urbano de Cuiabá no Século XIX*, dissertação de mestrado, defendida no PPGHis/UFMT, em 2001. Nela, Clementino de Sousa privilegiou as figuras femininas de Cuiabá, analisando experiências de mulheres livres e escravas.

Ainda sobre o século XIX, Maria de Lourdes Fanaia Castrillon, apresentou em 2006, o trabalho *O Governo local na fronteira oeste do Brasil: A Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)*, dissertação de mestrado defendida no PPGHis da UFMT. É uma pesquisa de história política, da administração pública de uma região de fronteira. Seu objetivo mais geral foi dar visibilidade à Câmara Municipal de Cáceres, no período recortado, onde os “bons desejos” dos políticos locais se chocavam com os “recursos diminutos” da administração. Nesse estudo registram-se os comportamentos e atitudes das autoridades locais frente à emergência da Guerra do Paraguai. No período mais recente, a autora organizou em co-autoria, a coletânea *História e Memória*, múltiplas experiências de pesquisas históricas sobre o portal da Amazônia e do Xingu. Nessa coletânea, Castrillon contribuiu com um capítulo.

Recortando o Século XX, encontramos a dissertação de mestrado de Adson de Arruda, defendida no PPGHis da UFMT, em 2002,

120 JESUS, Nauk Maria de (Organizadora). *Ensino de História, trajetórias em movimento*. Cáceres: Editora da UNEMAT, 2007.

sob o título: *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)*. É um estudo pioneiro de formas de representação da urbanidade em Mato Grosso, através da utilização do método de levantamento dos periódicos, da história da imprensa e dos registros oficiais municipais, como relatórios, ofícios, posturas e discursos dos intendentes.

Acir Montechi, com *Teatro de imagens. A bandeira de Anhanguera através das lentes de Antonio Scatori (1937)*, contribuiu com a leitura historiográfica regional ao introduzir novos olhares sobre a temática em pauta.

Maria do Socorro de Sousa Araújo, na dissertação de mestrado defendida na UFMT, em 2002, com o título *Paixões Políticas em Tempos Revolucionários: nos caminhos da militância, o percurso de Jane Vanini (1964-1974)*, auxiliou na ampliação do conhecimento sobre as práticas de militância de esquerda ocorridas durante as ditaduras na América Latina, tendo como fio condutor as ações de uma cacerense, Jane Vanini, cujo percurso de vida foi traçado mediante documentação escrita e depoimentos de familiares a respeito da vida da militante entre Europa, Cuba e Chile. E, em 2013, Maria do Socorro de Sousa Araújo, concluiu, na UNICAMP, sua tese de doutorado intitulada *Territórios Amazônicos e o Araguaia mato-grossense: configurações de modernidade, políticas de ocupação e civilidade*.

Com a dissertação de mestrado, defendida em 2006, *Pérolas Negras: as mulheres de Vila Bela na luta pela afirmação da identidade étnica, 1970-2000*, Silviane Ramos Lopes da Silva analisou os espaços de luta delineados pelas mulheres no âmbito da comunidade de Vila Bela, dando visibilidade às lutas travadas pela comunidade vilabelense, com destaque para as narrativas femininas da comunidade, que remontam à criação de Vila Bela e sua constituição enquanto comunidade negra.

Adriana Cristina Venturoso Aleixo, ao analisar a trajetória do personagem “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato, privilegiou em sua dissertação de mestrado o diálogo da literatura com a história, contribuindo para o aprofundamento dos estudos sobre essa imagem emblemática que ainda hoje povoa o imaginário social brasileiro e que parece sustentar a presente indagação, *Um país de Jecas Tatús: uma imagem do trabalhador nacional?*

Aparecida Deliberaes Montecchi, em *Entre os labirintos da ficção, uma história para o Brasil em Quarup, de Antonio Callado*, discutiu as fronteiras entre as narrativas da ficção e os discursos da história. Tendo como fio condutor a citada obra, Montecchi, ao reler o panorama

nacional que precedeu ao golpe militar, a partir dos acontecimentos políticos, sociais e culturais das décadas de 1950 e 1960, possibilitou que viesse à tona, o pensamento intelectual da época em relação à cultura nacional.

Em 2006, João Edson Arruda Fanaia defendeu sua dissertação de mestrado na UFRJ, com o título *O Estado de Mato Grosso e a formação de uma nova liderança política (1930-1937)*, e a tese de doutorado, no ano de 2006, também na UFRJ, com o título *Elites políticas em Mato Grosso na primeira República (1889-1930)*. Carlos Edney de Oliveira, em 2009, defendeu a tese *Migração e escolarização: história das instituições escolares de Tangará da Serra, MT (1964 – 1976)*, na Universidade Federal de Uberlândia.

Fruto de dissertação de mestrado defendida no PPGHis da UFMT, *Cidade e Loucura*, de Rachel Tegon Pinho, abordou uma Cuiabá submetida aos projetos modernizadores do final do século XIX e início do XX e a loucura transformada em problemática no âmbito de projeto de construção da nação.

Pesquisando a problemática da fronteira, contribuiu para o debate da diversidade cultural relacionada à escolaridade e aprendizagens, numa perspectiva multiculturalista, a tese de doutorado de Elias Renato da Silva Januário¹²¹, publicada em forma de livro, com o título *Caminhos da Fronteira – Educação e diversidade cultural em Escolas da Fronteira Brasil – Bolívia (Cáceres, MT)*, em 2004.

Célio Pedraça lançou, em 2010, *O universo ideológico de Dom Aquino e os anos Vargas: entre a Igreja e o Estado (1930-1945)*, editado em Cuiabá, pela EdUFMT: FAPEMAT, 2010. Esse trabalho, originalmente, é fruto das pesquisas para a dissertação de mestrado defendida no PPGHis/UFMT, em 2006. Dando prosseguimento às suas pesquisas, Célio Marcos Pedraça organizou em co-autoria, a coletânea *História e Memória*, sobre pesquisas históricas do Xingu e da Amazônia, lançada em Cuiabá pela EdUNIC, em 2008, na qual o autor contribuiu com um capítulo intitulado *O universo mítico e ideológico da Marcha para o Oeste: reflexos de uma política de colonização*.

Registramos, ainda, Rubens Gomes Lacerda, cuja dissertação de mestrado, *Os artesãos da memória das tramas e retramas da História: Cáceres no limiar do Século XX para o Século XXI*, foi defendida no

121 JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. *Caminhos da Fronteira – Educação e diversidade cultural em Escolas da Fronteira Brasil – Bolívia (Cáceres, MT)*. Cáceres: EdUNEMAT, 2004.

PPGHIs da UFMT, em 2009. Nela, Lacerda expõe e examina o discurso identitário de moradores, nos lugares da memória da Cidade, demonstrando as intencionalidades legitimadoras de falsas tradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos relacionados demonstram a vitalidade e a dinâmica ascendente das pesquisas desenvolvidas e estimuladas pelo corpo docente do PPGHIs da UFMT e que tem envolvido discentes de graduação e pós-graduação, docentes da UFMT das mais diversas áreas, egressos do mesmo programa, e pesquisadores de outras instituições federais e estaduais. Da História Econômica à História Cultural, em Mato Grosso, os trabalhos regionais referenciados neste artigo caracterizaram-se pela interdisciplinaridade e apontaram para um momento mágico na estética do fazer história. Importante registrar que somou-se a produção realizada pelos discentes egressos da Pós-graduação, Mestrado em História, os intercâmbios interinstitucionais do Programa de Pós-graduação e os trabalhos com as instituições voltadas à preservação da memória local, regional e nacional.

O SÍTIO ARQUITETÔNICO DA EFNOB E SUAS FUNÇÕES SOCIAIS NA EXPANSÃO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE¹

THE EFNOB SITE OF ARCHITECTURAL AND SOCIAL
FUNCTIONS IN THE EXPANSION OF THE CITY OF
CAMPO GRANDE

Ana Claudia Marques²

Gilberto Luiz Alves³

RESUMO: O presente trabalho tem por objeto as funções sociais do Sítio Arquitetônico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na Vila de Santo Antônio, hoje Campo Grande, MS. Descreve historicamente a importância desse Sítio Arquitetônico, desde a chegada da NOB, em 1914, até sua decadência. Avalia, também, as transformações ocorridas, as funções sociais desempenhadas por ele, o processo de tombamento da área e de que forma está sendo tratado. No passado, ele foi expressão do domínio da NOB, que centralizou e polarizou o desenvolvimento da cidade, enquanto suas unidades arquitetônicas, no presente, são restauradas e refuncionalizadas para servir a projetos predominantemente da área cultural.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano. Ferrovia. Patrimônio arquitetônico. Refuncionalização.

1 Trabalho de conclusão no Mestrado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera – Uniderp. Defendida em 17 de fevereiro de 2013.

2 Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera – Uniderp e graduada em arquitetura e urbanista pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atualmente professora nos cursos de arquitetura e urbanismo, engenharia civil e engenharia sanitária e ambiental na Universidade Católica Dom Bosco. anamarques.arq@hotmail.com

3 Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp. gilbertoalves9@uol.com.br

ABSTRACT: The present work has as object the social functions of the Site Architectural railroad northwest of Brazil in the Village of St. Anthony today Campo Grande, MS. Describes the importance of this historical site architecture, since the arrival of NOB in 1914, until its decay. It also evaluates the changes occurred, the social functions performed by him, the process of declaring the area and how it is being treated. In the past, it was the expression domain of the NOB, which centralized and polarized the city's development, while its architectural units, at present, are restored and new functionalising projects predominantly to serve the cultural area.

Keywords: Urban Development. Railroad. Architectural heritage. New functions.

Este trabalho destaca a influência da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – EFNOB para a história, formação e economia da cidade de Campo Grande, antes Vila de Santo Antônio, localizada no sul do antigo Mato Grosso. Essa importância se explica devido ao fato de, antes de 1914, ano de chegada da NOB, os habitantes perceberem a região como uma área isolada e abandonada pelas instâncias governamentais.

As pessoas que habitavam Campo Grande, na época, tinham ligações de amizade ou de parentesco. Inexistia a presença do governo, pois o contato com a capital era restrito, inclusive pela ausência de lideranças ativas. A Região sentia-se abandonada, sem disciplina, sem conforto, inteiramente balda dos mais elementares recursos (MACHADO, 2008).

A instalação da NOB, em 1914, transformou a Vila de Santo Antônio, trouxe novas ideias e novas necessidades, mudou as relações dos homens que aqui viviam. A população cresceu, o comércio expandiu e sua importância econômica e política começou a tomar vulto em todo o estado.

A criação de novos núcleos populacionais, à margem dos trilhos da Noroeste, e a espantosa rapidez com que se povoavam, constitui, para Fernando de Azevedo (1950), um dos mais interessantes fenômenos provocados pela construção da estrada.

Os trilhos da Noroeste do Brasil transformaram profundamente a estrutura econômica de Mato Grosso, colocando por terra a hegemonia das casas comerciais dos portos. Com a NOB, Campo Grande passou a assumir a função de grande entreposto comercial do Estado.

A chegada dos trilhos na Vila de Santo Antônio trouxe a ideia do progresso. Evoluíram suas relações econômicas, ultrapassando os acanhados limites dominantes, até então, no pastoreio, na agricultura,

no comércio e ensejando condições para que a região se iniciasse na indústria.

Campo Grande se tornou cidade. Ela reproduziu a mesma trajetória histórica de outras cidades. Surgiram necessidades de administração, de polícia, de cobrança dos impostos, em suma, da organização que envolve a coletividade e, portanto, da política em geral.

A chegada do progresso e o contato com outros Estados mais desenvolvidos, modificou o pensamento e as relações sociais locais. Os imigrantes, os profissionais liberais, o comércio e os serviços concentrados na cidade atraíram cada vez mais investimentos para o setor de destaque local, a pecuária. Através da criação de gado bovino e dos interesses gerados pelo capital monopolista, a produção passou a atender a demanda do setor industrial do estado de São Paulo.

O traçado da ferrovia atendeu interesses políticos e econômicos. O sul de Mato Grosso, próximo da região sudeste do país, nesse momento, era mais favorável a um futuro desenvolvimento que o norte de Mato Grosso e a região vizinha à Bolívia. O período áureo dos investimentos na ferrovia acompanhou o auge do café. Exportada em grandes quantidades, os lucros propiciados por essa mercadoria permitiram cobrir os *déficits* do trecho mato-grossense da NOB, decorrentes de sua grande extensão e baixo lucro por transportar o gado em pé para São Paulo.

Por não cobrir seus custos, após a queda do café, durante as décadas de 50 e 60, a ferrovia já se encontrava em processo de decadência, que se intensificou com o incentivo do governo à abertura de estradas de rodagem.

A PRODUÇÃO E INFLUÊNCIA DO SÍTIO ARQUITETÔNICO NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E SEU PROCESSO DE DECADÊNCIA

No dia 28 de maio de 1914, os trilhos que partiram de Porto Esperança atingiram a Vila de Campo Grande. Junto com eles chegaram trabalhadores em grande quantidade. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil teve sua inauguração oficial na vila no dia 14 de outubro de 1914. A chegada dos trilhos trouxe novos parâmetros sociais. A influência foi tão grande que, em 1918, a vila foi elevada a cidade, confirmando a chegada do progresso.

Para se ter uma ideia do estágio de desenvolvimento em que Campo Grande se encontrava, antes da chegada da ferrovia, imagens são

esclarecedoras. Ao comparar as fotos dos grandes centros econômicos da época, verifica-se o quanto eram precárias as infraestruturas locais e escasso o povoamento. É notável a diferença no fluxo de pessoas nas ruas e no perfil da arquitetura, tanto na proporção das obras quanto nos materiais e acabamentos utilizados.

As ferrovias no Brasil representavam a projeção de um futuro promissor, a ideia de integração nacional e zelo pelas terras do país, pelas suas fronteiras. O ideal da república era modernizar o país e alcançar o nível de desenvolvimento de países europeus. A partir de 1889, a República Velha abraça a ideia de industrialização do País. O comando político da burguesia agrária do período era constituído por mineiros, paulistas e cariocas. Nesse momento, o Brasil era grande exportador de café e a indústria teve relativo crescimento.

O estado de São Paulo, no período, já possuía um grande destaque econômico, por conta do investimento no café. O Brasil era dono de oito pés de cafés, a cada dez pés mundiais. Ganhou hegemonia na exportação desse produto, que se estendeu até a grande crise de 1929, após a quebra da bolsa de Nova Iorque.

Até esse momento, Mato Grosso criava o gado e vendia a produção para frigoríficos de São Paulo. Nesse Estado, a carne e o couro eram beneficiados e comercializados com maior lucro ou valor agregado.

Com a NOB, as terras ao sul do estado valorizaram e o dinamismo com que se formaram cidades ao longo do trilho foi notório. Essa ferrovia resultara de uma estratégia geopolítica conduzida pelo Estado, que realizava a integração econômica de sua região de influência com o polo São Paulo-Santos. Nesse período, a burguesia paulista assumiu o controle da economia nacional, estabeleceu laços comerciais com diversos territórios brasileiros e, por consequência, acabou determinando a divisão regional de trabalho no país.

A chegada dos trilhos à comarca de Campo Grande, em 1914, fez muita coisa mudar. Segundo um cronista, “a 14 de outubro (...) teve lugar a inauguração oficial da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, datando da sua chegada o extraordinário desenvolvimento, o vertiginoso progresso da localidade”. (CONGRO, 2003). A vila passou a servir de ligação entre duas pontas do mercado no país: o estado de São Paulo e o Porto de Corumbá. O fluxo de pessoas, que começou a acontecer por conta da estação local, era muito grande. A vila recebeu povos de origens e culturas diversas, de forma muito acelerada. Passou a conhecer novas tecnologias, mercadorias finas, trazidas por mascates e novos comerciantes. Com o aumento do movimento local

e o trânsito de pessoas, a vila passou a ter a preocupação de organizar seu espaço urbano. Esse desenvolvimento desencadeou, em 1918, a elevação de vila de Campo Grande a município.

A cidade começou a se organizar e novas ruas surgiram ao redor da ferrovia. A chegada do trem na gare criou um ponto de encontro. As pessoas passaram a se reunir nas proximidades da ferrovia para passar o dia e conversar. Percebendo o movimento no local, muitos comerciantes se mudaram para as proximidades, sobretudo na Rua 14 de Julho.

No final da década de 10, a cidade já possuía algumas construções de alvenaria de tijolos e telhas de barro. A primeira casa foi construída na Rua Velha, hoje 26 de Agosto. Com a Estrada de Ferro chegaram migrantes portugueses, espanhóis, árabes, italianos, japoneses e paraguaios. Os árabes deram origem a casas comerciais. Japoneses plantaram hortas. A música e a culinária que se tornou comum na região estão associadas a esses migrantes. Entre eles havia construtores, o que possibilitou a mudança da paisagem urbana da cidade. As casas começaram a ostentar traços de arquitetura clássica e novas técnicas construtivas.

Viver próximo das instalações da ferrovia tornava-se traço de distinção para as pessoas aí estabelecidas. A Rua 14 se tornou a rua principal para o comércio e para o tráfego de carros de praça que atendiam aos viajantes recém-chegados. Todas as características de uma urbe e seus setores começaram a ser delimitados de forma bem precisa nesse período.

O coração da cidade, então, era o Sítio da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Ao redor do corredor da estação ferroviária, das casas de funcionários e de respeitosos engenheiros da ferrovia, a cidade orbitava. Com a instalação, em seguida, de dois bancos, incluindo o Banco do Brasil, começou uma fase de transição, quando as casas comerciais passaram a perder seu domínio financeiro da região.

A passagem do século XIX para o século XX testemunhou a “viragem do velho capitalismo para o novo”, a transição “da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro. Em outros termos, a livre concorrência, que na sua realização levou a uma progressiva concentração do capital, foi, ela própria, superada numa determinada etapa da evolução histórica desse processo de concentração ao ser gerado o monopólio. Dessa forma, o capitalismo atingiu sua “fase superior”, o imperialismo (ALVES, 1984).

Nessa nova etapa, os bancos passaram a exercer uma nova função. Já não eram meros intermediários nos pagamentos, pois a concentração bancária havia permitido que dispusessem de somas gigantescas de capital e que aumentasse significativamente seu movimento. Liberaram-se, dessa forma, para novas modalidades de operações, passando a encarnar não mais o capital bancário, mas sim o capital financeiro.

Com a queda do poder das casas comerciais e o desenvolvimento da cidade de Campo Grande por conta da chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a cidade de Corumbá sofreu um progressivo processo de decadência.

O período em questão compreende, inclusive, a primeira guerra mundial, que, apesar de causar uma grande crise nos países envolvidos no conflito, deu a Mato Grosso a possibilidade de exportar charque, couro e erva-mate.

Ainda em 1920, Campo Grande passou a ter planejamento. O Estado já era detentor do quarto maior rebanho bovino do país. Com o promissor progresso, a cidade planeja seu primeiro bairro e passa a pensar o seu crescimento e suas projeções urbanísticas.

Suas edificações começaram a seguir alguns padrões da época e fazer uso, na arquitetura, dos estilos ecléticos e *art déco*. Surgiram hotéis, cinemas, edifícios. Nos relatórios levantados por Cimó, foi encontrada anotação de Ubaldo de Medeiros, que dizia: “De um modo geral, verifica-se grande surto de progresso na zona servida pela estrada, especialmente no trecho mato-grossense.” (R56, 1957, p. 4 apud QUEIROZ, 1999).

Durante o período de 1930 a 1945, Getúlio Vargas criou um movimento que incentivava a ocupação do Centro-Oeste e levou o nome de Marcha para o Oeste. A intenção era preencher os vazios demográficos. Foi incentivada a migração de excedentes populacionais de outras regiões, que serviam de força de trabalho para aumentar o fornecimento de matérias-primas direcionadas às indústrias que se implantavam na região Sudeste. Os principais estados que serviram dessa política foram Goiás, Paraná e Mato Grosso, todos encarregados da produção de alimentos.

No mesmo período, final da década de 30, Campo Grande só dispunha do bairro Amambai, criado na década de 20, e o Cascudo, criado posteriormente. Por essa época, o engenheiro Saturnino de Brito foi chamado para fazer o plano de uso do solo da cidade. O mapa ilustra como a cidade se distribuiu, com áreas de comércio, prestação de serviços e áreas residenciais.

Seu traçado em xadrez, tendo sua organização inicialmente com as costas voltadas para os rios, foi uma solução muito presente em todas as colônias de descendência portuguesa. Privilegiando o aspecto urbano, a área natural das margens dos rios e os próprios rios eram vistos como locais para dejetos.

As manchas do mapa se dividem em ocupação 1 e ocupação 2 e correspondem a etapas de ocupação do espaço. A ocupação 1 foi a parte onde se instalaram os primeiros moradores e onde se concentravam todas as atividades da Vila, antes da chegada da ferrovia. A ocupação 2 veio *a posteriori*, com a chegada da ferrovia. Todas as atividades econômicas da cidade se deslocaram para as proximidades da estação.

O movimento que anteriormente acontecia nas Ruas 26 de Agosto e 7 de Setembro, rumou para o norte, fixando-se na Av. Calógeras. Ela passou a sediar as pensões. Nela também se encontravam carros para traslados dos recém-chegados a Campo Grande. A Rua 14 concentrou a área de comércio e cafés. A maior parte dos estabelecimentos comerciais era pertencente a emigrantes que aqui se fixaram após a chegada do trem. Construíam suas casas comerciais no térreo e, em um piso superior, suas residências.

A área coberta por uma mancha verde era dominada por hortas. Foi ocupada por emigrantes japoneses. Eles vinham com um grande número de familiares e acabaram se dedicando ao plantio de hortaliças. Essa atividade econômica foi providencial, pois atendeu a demanda por alimentos de moradores, cujo contingente aumentara consideravelmente após a chegada da NOB.

A mancha em cinza escuro, denominada área militar, foi onde se instalou o exército na década de 20, parte, portanto, da ocupação 2. Para atender as famílias desses militares, foi criado o primeiro bairro residencial de Campo Grande, o bairro Amambaí. Era um local distante da área central da cidade, mas próximo do local de trabalho dos seus moradores. Não havia nenhum planejamento de convívio ou lazer. O bairro não foi criado dentro do ideal modernista das cidades da pós-revolução industrial.

O bairro Cascudo foi o segundo projetado e ficou ao Norte do mapeamento, ladeando a Estação Ferroviária. Foi um bairro criado para abrigar trabalhadores. Nele se instalaram prestadores de serviços, operários de olaria, barbeiros, sapateiros, açougueiros e ferreiros, que também residiam no mesmo local em que trabalhavam. O bairro sediou, igualmente, a Santa Casa e o Colégio Dom Bosco.

A grande mancha em cinza claro corresponde ao local onde se instalaram os profissionais liberais, médicos e advogados. As grandes casas dos fazendeiros da região também ocuparam essa área. Era a área nobre da cidade. Seus residentes eram pessoas de elevado poder aquisitivo. A área contava com duas praças e também com um clube, onde aconteciam todas as festas e reuniões. O Rádio Clube, de acesso restrito a esse público, foi o ponto de encontro e recreação das famílias que residiam nas proximidades.

A Estação Ferroviária teve muitas de suas casas construídas nesse mesmo período. Outra parte delas, a mais antiga, acabou sendo refeita, pois as primeiras instalações não eram de alvenaria. É possível, através de arquivos do IPHAN, identificar os moradores e as diferenças dos materiais empregados na sua construção. Dentro do Sítio da Ferrovia, os espaços, as casas e suas ornamentações se adequavam aos cargos que os residentes exerciam dentro da hierarquia ferroviária.

A ferrovia era lucrativa no trecho paulista, mas, no trecho mato-grossense, frequentemente, fechava seu orçamento com débitos. No estado de São Paulo, a ferrovia teve como principal fonte de lucro o transporte de café. O carregamento de grãos nos vagões era proveitoso, esgotando toda sua capacidade. Com a crise do café, a ferrovia deixou de sanar os frequentes déficits anuais do trecho sul mato-grossense.

Dessa forma, era muito importante que os locais onde a ferrovia estivesse instalada conseguissem gerar lucros que cobrissem os gastos da ferrovia. Mas nem todos os povoados tinham esse potencial, principalmente no sul de Mato Grosso.

Campo Grande, por seu lado, se expandia cada vez mais e grandes criadores de gado acabaram se estabelecendo na cidade, onde construíam suas casas e acomodavam suas famílias. O transporte de gado, em Mato Grosso, era feito em grande parte para Minas Gerais e São Paulo. Mesmo com a chegada da ferrovia, as boiadas ainda eram levadas para esses centros por meio de comitivas. Os vagões para o transporte de gado eram poucos e o fato de o boi ser levado em pé gerava espaço ocioso.

A ferrovia facilitou o transporte de gado, principalmente nas épocas de chuva, pois as estradas tornavam-se pouco propícias ao tráfego. Mas há vários registros de que era exígua a quantidade de vagões em relação à demanda.

Até a década de 50, a cidade de Campo Grande não tinha as ruas pavimentadas. Apenas as proximidades da Estação eram cobertas por paralelepípedos. A implantação da Base Aérea ocorreu nesse mesmo

período. Logo depois, para atender essa região, foi construído mais um bairro, Vila Alba. A região leste concentrava sua vida econômica da cidade. Nela ocorriam as transações comerciais e a contratação de serviços. Ao norte, a prefeitura criou loteamentos, paulatinamente, para atender à demanda gerada pelo crescimento da cidade.

À época, a divisa do plano econômico de JK, “50 anos em 5”, tornou-se lugar comum. Seu governo investiu no desenvolvimento de indústrias no país, acelerou a economia e atingiu as regiões mais distantes. Com a expansão das rodovias, atraiu grandes indústrias como a Volkswagen, Ford e General Motors. Abriu a economia brasileira para o capital estrangeiro, construiu rodovias transregionais, incentivou o povoamento do Brasil Central, edificou Brasília em tempo recorde, mas acabou deixando o país com uma grande dívida externa. Em nome da estratégia de atrair investimentos e gerar empregos, as ferrovias, que tiveram tanta importância no ciclo do café, foram sucateadas e desprezadas em favor das rodovias.

Nos anos de 1970, enquanto o País passava a ser cortado por estradas de rodagem, a rodoviária local começou a ser construída. Campo Grande passava a ter o fluxo das viagens dividido entre as estações ferroviária e rodoviária. O acesso ao Pantanal continuava restrito à ferrovia. Neste período, a cidade atingiu uma população de 131.110 habitantes e o crescimento dobrava a cada década.

Em 1995, aconteceu o último traslado de passageiros pela NOB e, assim, extinguiu-se os trens de passageiros. No mesmo ano, o prefeito Juvêncio Cesar da Fonseca moveu ação para a preservação do sítio da NOB, postulando sua condição de patrimônio histórico. Em 13 de maio de 1996, foi publicada no Diário Oficial a Lei nº 3.249, que tratava do tombamento do sítio histórico da Vila Noroeste.

Com a privatização das empresas estatais, no ano de 1996, a Ferrovia Novoeste S.A arremata a ferrovia. A partir deste momento, o que já estava abandonado e sucateado, só piorou. Muitos funcionários foram demitidos, outros coletivamente se demitiram. A maioria das casas do sítio foi a leilão. Parte delas foi comprada pelos próprios ferroviários e outras por particulares .

O PLANURB, foi o órgão que a prefeitura designou, a partir deste momento, para a realização da proposta de revitalização da área. A medida de retirada dos trilhos e limpeza da área, já valorizaria a região do centro velho, que, pelo descaso, estava há anos em decadência e marginalizada.

Desde 2001, quando o sítio arquitetônico da NOB já estava

tombado pelo governo federal, os moradores, antigos ferroviários ou descendentes dos mesmos, em conjunto com a Câmara de Vereadores, reivindicaram que, qualquer proposta que viesse a ser feita para aquela, fosse, previamente, discutida com os ferroviários que continuavam a morar no sítio e os demais residentes.

Em entrevista com um morador e ex-ferroviário, porta-voz dos moradores, ele afirma que são 135 as casas tombadas e que grande parte delas pertence a pessoas que participaram de alguma maneira da Ferrovia. São ex-funcionários, viúvas, filhos de pessoas que trabalharam na NOB, pessoas que tiveram alguma ligação com o espaço, à época, de funcionamento da NOB. O restante dos moradores são denominados por eles como “particulares”. No seu entendimento, são pessoas estranhas, que compraram suas casas em leilão, mas não participaram da vida da Ferrovia, nem do cotidiano daquele espaço.

É bastante forte, nesses moradores, o saudosismo com relação ao passado da Ferrovia. Há uma espécie de ressentimento entre alguns deles a respeito do processo de decadência pelo qual a Vila passou. Ver o espaço sem uso, marginalizado, foi um impacto muito grande para eles. Em levantamento de campo o Entrevistado 2 disse:

O povo diz que a Ferrovia tá no meio da cidade, mas é a cidade que tá no meio da Ferrovia.

Isso nada mais é do que reflexo de um sentimento de exclusão, cultivado por eles, depois de a cidade ter o seu desenvolvimento desvinculado da ferrovia. O centro antigo entrou em decadência, mas, no presente, tenta se renovar e busca realizar novas funções sociais.

A Ferrovia foi, por um bom tempo, a grande atração da cidade e, com ela, toda a área central, na qual despontava a Rua 14 de Julho e arredores, destinados ao comércio e ao *footing* de domingo.

Após a chegada dos *shoppings*, a cidade assistiu à marginalização de sua área central. O espaço ficou descuidado, o que incluiu o Sítio da Ferrovia e a antiga Rodoviária, hoje desativada. Os espaços possuem uma vida útil dentro da cidade capitalista, ou seja, conforme mudam os interesses econômicos, muda-se o foco. As mudanças em Campo Grande, por exemplo, mesmo com a construção de vários parques, transformaram os *shoppings centers* em locais privilegiados de lazer.

Em 2006, a primeira iniciativa efetiva de restauração do sítio da NOB veio do Ministério do Turismo, que participou com R\$500 mil reais. A FUNDAC (Fundação Municipal da Cultura) acompanhou o restauro de dois imóveis. Um deles, a antiga casa do chefe da esta-

ção, que faz parte da Esplanada Ferroviária, na esquina da Avenida Mato Grosso com a Avenida Calógeras. Hoje, estão instalados nestes imóveis o Gabinete do Prefeito e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

O restauro das casas principais e do Armazém Cultural já fez uma grande diferença no espaço do sítio. A iluminação, a limpeza dos prédios e os novos usos vão afastando gradativamente o esquecimento e a marginalização em que se encontrava. Porém, ainda se encontram várias casas na Vila que precisam de reforma, algumas até suportadas por escoras. Os forros e madeiramento de telhados precisam de atenção, pois estão desmontando. Mas, muitos moradores desconhecem as normas para restauro, outros não possuem renda para fazer o investimento e uma grande parte desconhece as possibilidades de financiamento que podem ser feitos para realizar a restauração.

O Sítio da Ferrovia foi incluído no programa *Reviva Centro*, que é responsável pela revitalização do centro antigo da cidade e outras áreas, como o Museu José Antônio Pereira, a Comunidade Quilombola Tia Eva e a Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado. Dentro da proposta realizada pela PLANURB, a área da Esplanada Ferroviária se tornaria uma área de Lazer Cultural. Uma parte seria reservada para um museu histórico, que exporia antigos objetos da ferrovia, e, ao longo de todo o espaço do Sítio, parques, praças, áreas de esporte e de cultura para a população da região, que é carente desse tipo de lazer.

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, na sequência, implantou o projeto *Parque Esplanada*. Foi produzido em conjunto com o PLANURB. A proposta foi discutida em dezembro de 2010 e nela está explicitada a importância da participação maciça dos moradores do Sítio para definir as soluções de refuncionalização da área e buscar formas de captação de recursos que possibilitem, também, a recuperação das casas do entorno da Esplanada Ferroviária.

O pressuposto para essa iniciativa era o de que a restauração do bem tombado, sendo de interesse coletivo, exige acompanhamento e controle da sociedade. Momentaneamente, este projeto está no plano da concepção. O que se espera é que a próxima administração municipal, empossada no início de 2013, o coloque em execução.

Por muito tempo, o Sítio sofreu com a ação do tempo e da degradação humana. Lentamente tem sido reinserido no cotidiano da cidade, começando pela instalação da Feira Central, que hoje está funcionando dentro do sítio e é intensamente visitada todas as semanas.

O Sítio da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi tombado como Patrimônio Histórico e o IPHAN determinou que todas as propriedades nele contidas devem ser preservadas e manter o mesmo estilo original anterior ao período de 2009.

Ao comparar a situação patrimonial do Sítio da NOB de Campo Grande com o Sítio da NOB de Bauru, se verificou que a manutenção dos prédios está bastante parecida. Por serem projetos construídos na mesma época, com estilos e até mesmo plantas semelhantes, fica muito mais fácil realizar tal comparativo. As construções do Sítio em Campo Grande, apesar de precisarem de manutenção, conseguem manter o projeto original com poucas alterações. Já as de Bauru sofreram algumas descaracterizações mais profundas.

Durante o levantamento de campo, ao dialogar com os moradores que trabalharam na ferrovia, ficou muito evidente a existência de um patrimônio imaterial naquele espaço, pois os ferroviários criaram seus próprios costumes, hábitos, vocabulário, que, com o fim da ferrovia, talvez não passem à próxima geração e desapareçam com o passar do tempo.

Os costumes e a organização social diferenciavam os ferroviários do restante da cidade tanto nos hábitos como no linguajar. “[...] pois se compõe de um território delimitado, com cultura própria, incluindo particularidades na linguagem coloquial: termos, palavras que são usadas na vida diária, distinguindo esta comunidade ferroviária dos demais habitantes da cidade. Faz parte da cultura ferroviária.” (GRECO, 2011, p. 17).

Sem dúvida, os ferroviários fizeram parte da história da cidade e é imprescindível que o patrimônio ao qual estão associados seja expressão da memória de todos os campo-grandenses. Isso contribuirá para manter vivo o espaço urbano. Não existe a possibilidade de retrocesso como querem alguns saudosistas. As mudanças rápidas que acontecem no mundo moderno não guiam para a volta do funcionamento da Ferrovia. É preciso entender a história e valorizar o patrimônio, dando a ele vida nova, sem descaracterizá-lo. Para isso é necessário que a população local participe, busque a melhoria e valorização de seus bens e que os descendentes também se adaptem sem perder sua memória.

A cidade moderna é fruto do capital que, após a Revolução Industrial, atraiu grande fluxo de pessoas. Esse crescimento alterou a maneira de entender a urbes. O urbanismo não pode mais se preocupar só com o belo, precisa entender as transformações na estrutura social, econômica e humana.

O Sítio Arquitetônico da NOB se tornou Patrimônio Municipal assim que foi privatizado e esta reivindicação partiu da união de moradores e simpatizantes da causa. Se este fato não tivesse ocorrido de imediato, em 1996, talvez aconteceria o risco de demolição de suas unidades, para atender interesses de empresas privadas. As leis que regem o patrimônio nacional são claras e guardam aquele espaço como bem da sociedade. Hoje está estabelecido como Patrimônio Histórico nas três esferas, Municipal, Estadual e Federal. É de responsabilidade do IPHAN realizar fiscalizações periódicas no espaço e propostas de restauro, em conjunto com os órgãos competentes de planejamento urbano do município, para manter o patrimônio vivo e original.

Quando uma obra arquitetônica deixa de servir para o uso do homem, ela perde a sua principal razão de ser e vai sendo consumida pelo tempo. As paredes, que antes tremiam ao silvo das locomotivas, não escutam mais nada além de um murmurinho de buzinas ao longe; estão à espera de novas histórias. O espaço, ao ser sentido, conta para que veio, sem precisar falar uma palavra. Isso acontece quando pisamos nos paralelepípedos daquelas ruas, quando avistamos aquelas casas.

As políticas públicas para o desenvolvimento da cidade deveriam ser discutidas levando em conta as questões sociais, ambientais e urbanísticas. Todas as mazelas dentro do espaço urbano, em grande parte, são consequência de ações inadequadas, mal resolvidas. Isso se refere tanto aos vazios urbanos, periferias, favelas, segregações sociais, quanto ao mau uso do solo e degradação do meio ambiente. Para que haja o equilíbrio dos espaços, é preciso pensar o ambiente em toda sua amplitude, tenha sido ele construído pelo homem ou não.

O Sítio Arquitetônico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil é um ambiente histórico, bem da sociedade e deve ser mantido. Dar a ele novo uso, de forma a incentivar a cultura local e o turismo, o torna participativo nas relações sociais da cidade. A restauração da Estação e a instalação da Feira Central foram fortes ações para tirar aquele espaço da marginalidade em que se encontrava. Mas o quadro ainda pode melhorar.

A participação da sociedade na evolução do espaço urbano, grande parte das vezes é apenas uma intenção. A busca por uma cidade melhor, organizada e saudável é um processo árduo, deve fazer parte de uma política de formação para a cidadania. Deve gerar discussões, pesquisas e planejamento contínuo. Isso é válido tanto para o projeto do Sítio Arquitetônico da NOB, numa visão micro, como para o desenvolvimento da cidade, numa visão macro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870 – 1929 (ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). *Boletim Paulista de Geografia*, n. 61. São Paulo: AGB, 1984. 76 p. Ensaio.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Campo Grande: arquitetura e urbanismo na década de 30*. Campo Grande: Uniderp, 2000.
- AYALA, C.; SIMON, F. *Álbum gráfico do Estado de Matto-Grosso*. Campo Grande: HInstituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011. 3v.
- AZEVEDO, Fernando. *Um trem corre para o oeste*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A, 1950.
- CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003. [1920].
- GRECO, Maria Madalena Dib Mereb. *A menina e o trem*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. [1845 – 1846]
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a Estrada de Ferro Noroeste*. Tese de Doutorado em História, USP. São Paulo, 1999.

PREMISSAS DE UMA INVESTIGAÇÃO: AS COMUNICAÇÕES EM MATO GROSSO

AN INVESTIGATION OF PREMISES:
COMMUNICATIONS IN MATO GROSSO

Lúcia Helena Gaeta Aleixo¹

RESUMO: O dinamismo conferido ao sistema de comunicação nos dias de hoje fez com que as cidades adquirissem uma nova feição social. O pioneirismo da Comunicação iniciado pelo eminente Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon através da telegrafia, ganhou impulso com o estabelecimento de linhas telegráficas que cortando todo Estado de Mato Grosso chegando ao Amazonas. Insistimos em estudar a comunicação em Mato Grosso compreendendo o momento histórico nacional. Todo trabalho de pesquisa histórica requer certa intimidade com a fonte, com os documentos, a tal ponto que ao elaborar o trabalho ele se torna o fator primordial que levará à compreensão do fato histórico.

Palavras-chave: Comunicação. Sociedade. Pesquisa Histórica. Mato Grosso

ABSTRACT: The momentum given to communication system these days made the cities acquire a new social feature. The pioneer of Communication initiated by the eminent Marshal Cândido Mariano da Silva Rondon by telegraphy, gained momentum with the establishment of telegraph lines that slashing state of Mato Grosso to the Amazon. Is that we study communication in Mato Grosso comprising the historic moment. All work of historical research require a certain intimacy with the source, with the documents, to the point that when drawing up the work it becomes the primary factor that will lead to the understanding of historical fact.

Keywords: Communication. Society. Historical research. Mato Grosso.

¹ Doutora pela USP, Professora de História do UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande.

INTRODUÇÃO

A história age na consciência e atua na elaboração do futuro.
(J.H. Rodrigues)

Reconstruir os diferentes momentos da comunicação do Estado de Mato Grosso exigiu a compreensão da História mato-grossense envolvendo seus vários momentos; desde o colonial ao período imperial e ao republicano. Isso aliado ao processo socioeconômico da nação e, ao mesmo tempo, priorizando as especificidades decorrentes do desenvolvimento e progresso do homem nas questões da comunicação. Introduzir Mato Grosso no contexto nacional e refletir na sua situação de capitania, de província e de estado periférico, situado na área do Centro-Oeste do país foi nosso propósito. Tal fato não nos impediu de visualizar este Estado como parte de um todo maior, não nos esquecendo de que as comunicações deveriam ser vistas através de uma perspectiva histórica mais ampliada.

Entendemos que, ao rememorar o fato histórico, o pesquisador depara com a questão metodológica, e somos partidários da ideia de que a pesquisa em história só se faz mediante uma reflexão mais apurada entre ciência e história, pesquisa e análise.

Temos consciência de que, nas sociedades, as situações existentes são decorrentes da ação concreta dos homens, que naturalmente surgem das condições socialmente dadas. A análise que se deve fazer é tentar compreender as situações particulares e o conjunto do sistema social para se ter noção da totalidade. É neste sentido que procuramos estabelecer uma relação entre a ciência e a práxis. Dessa forma é que insistimos em estudar a comunicação em Mato Grosso compreendendo o momento histórico nacional. Todo trabalho de pesquisa histórica requer certa intimidade com a fonte, com os documentos, a tal ponto que, ao elaborar o trabalho, ele se torne o fator primordial que levará à compreensão do fato histórico.

O documento é, pois, o instrumento pelo qual o historiador busca refazer a realidade histórica. A metodologia consiste na pesquisa, no exame crítico, na interpretação e análise da documentação. Por outras palavras, trata-se do estudo das fontes. Neste artigo utilizamos documentos de diferentes origens, tanto oficiais, que representam o discurso do poder constituído, como informações contidas nos periódicos e revistas dos períodos mencionados.

O INÍCIO, A MALA POSTAL

Em 1890, era dada a partida para o desenvolvimento da telecomunicação em Mato Grosso. Foi instalada a primeira Estação Telegráfica em Cuiabá. Naquele mesmo ano, uma das mais importantes invenções do homem contemporâneo chegava à capital, o Telefone. Instalava-se a primeira linha telefônica ligando a estação telegráfica da Rua 11 de Julho ao Palácio do Governado. Treze anos após a invenção do telefone, por Alexandre Graham Bell, chegava ele a Cuiabá.

Durante, praticamente, um século e meio, somente a mala postal servia Mato Grosso, trazendo e levando notícias.

No governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro foi introduzido, na então capitania de Mato Grosso, o serviço de Correio. O primeiro funcionário deste órgão, o sargento-mor Gabriel da Fonseca e Souza, que deu início, em 1799, a esse importante serviço, fazendo a ligação a princípio entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, Cuiabá e Goiás, e posteriormente com as Capitânicas de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia.

Transcrevemos aqui um trecho do documento composto pelo sargento-mor Gabriel da Fonseca e Souza, em dezoito de setembro de 1799, no qual estabelece alguns valores para a cobrança de taxas de serviços de correio. Diz ele:

[...] o cálculo, do que deviam pagar de frete as encomendas, conduzidas pelo correio, estava muito bem feito e racional, contudo, fazendo mais reflexão e considerando, que elas eram para tão internas distâncias pelas vias, porque se podem ir, assim por águas, como por terra obrigaram a maiores embarcações, e mais bestas e gente e despesas sendo:

Do Rio de Janeiro, a Bahia por terra até o Cuiabá, 1/8 por arroba, de Minas-Gerais e S.Paulo, 3/8 de Goiás 2/8, do Pará por água até esta Vila 3/8 do Rio Negro 2/8 e da Vila Bela a Cuiabá e de Cuiabá para Vila Bela 1/8 e ½ arrobas. Coloco assim na presença de V. Exa para qualquer exame mais que sobre isso se queira mandar fazer.

No documento, notamos as distâncias que eram percorridas para se levar notícias e encomendas desta capitania a outras regiões do Brasil. Há de se perceber que o serviço deveria ser feito em lombo de burros, a cavalo, através das monções ou até mesmo isoladamente.

As respostas às cartas, os avisos transmitidos e as correspondência em geral, aqui chegavam com 4, 5 até 7 meses de atraso. Não havia outra maneira de se transmitir ou receber notícias.

A preocupação das então autoridades era manter uma ligação estreita da capitania de Mato Grosso, primeiro por ser ela ponto de fundamental importância para a definição e segurança da fronteira, garantindo, ao domínio português, terras que pelo tratado de Tordesilhas pertenciam à Espanha. Por outro lado, a riqueza mineral desta área despertava nos portugueses a necessidade da extração do ouro existente em territórios que aos poucos vinham ocupando ao longo dos rios Cuiabá, Coxipó, São Lourenço, Guaporé entre outros.

Após a separação das Coroas portuguesa e espanhola, conhecida como Restauração, as finanças de Portugal se encontravam extremamente abaladas. Perdera parte de seus domínios em África, bem como o monopólio do açúcar, pois as Antilhas passaram a produzi-lo de forma racional. Restava, contudo, ao reino português, o Brasil, colônia pouco explorada, com boas perspectivas e grande potencial econômico. As descobertas de ouro em Minas Gerais e Mato Grosso trouxeram à Metrópole a solução de seus problemas financeiros. Seria necessário, portanto, investir, pois ali os empreendimentos seriam altamente lucrativos e o retorno do capital imediato e a peso de ouro. A partir de então, foi necessário investir na comunicação entre a Metrópole e as capitanias mineradoras. Estas ganharam legislação especial que permitiam seu maior controle. Nobres portugueses foram mandados para administrar as terras mais longínquas, munidos de instruções da Coroa para assegurar e expandir os territórios, avançando nas possessões espanholas. Basta verificar as instruções trazidas, em 1749, por Antônio Rolim de Moura, quando assumiu o governo da capitania de Mato Grosso.

As notícias iam e vinham pelas monções até o litoral, e daí seguiam pelas grandes caravelas até a Metrópole. A afirmação é bastante pertinente, pois, em 1740, o circuito das minas mato-grossenses contava com aproximadamente 40 mil habitantes.

As malas postais tiveram papel significativo para as comunicações em Mato Grosso. Ficavam sob as ordens das Companhias de Pedestres.

Em 1837, o presidente da província, José Antônio Pimenta Bueno, estabeleceu um correio entre a cidade de Mato Grosso (hoje Vila Bela da Santíssima Trindade) e Chiquitos, com o intuito de manter a comunicação regular entre o Brasil e a Bolívia. Esse serviço atendeu Mato Grosso até a primeira metade do século XIX. A abertura da navegação do rio Paraguai, em 1856, acelerou de modo expressivo o ritmo do progresso em Mato Grosso.

Após o conflito armado com o Paraguai e restabelecimento da franca navegação fluvial desde os portos do Prata até Cuiabá, as ligações tornaram-se mais fáceis.

Contatos com Buenos-Aires, Assunção e Montevideu eram mantidos através das malas postais que seguiam pelos navios que trafegavam pela Bacia do Prata. Era mais fácil comunicar-se com os outros países latinos do que com a Capital do Império, situada no Rio de Janeiro.

As notícias chegavam a Mato Grosso com alguns dias e, às vezes, meses após o ocorrido. Foi o caso da proclamação da República, por exemplo, chegou a Cuiabá em 9 de dezembro, transmitida pelo comandante do navio Coxipó.

As malas postais saíam com certa regularidade. Os jornais noticiavam a sua chegada e divulgavam para a população as datas corretas de sua saída.

A reabertura da navegação do Rio Paraguai trouxe a Mato Grosso um surto de progresso e desenvolvimento tecnológico. Isso implicou, sem dúvida, no fato de a comunicação com a Província tornar-se mais fácil e economicamente mais rentável. Não podemos nos esquecer que todos os produtos manufaturados, aqui consumidos, eram importados. Verificando as guias de importação percebemos que uma gama variada de mercadorias que chegavam eram colocadas no mercado local, vinham de portos mais diversos, de Hamburgo, Liverpool, Anvers ou Montevideu, sendo os produtos também variados, que iam desde livros, cristais, pianos, azeites bolachinhas, casimiras, caldeiras, prensas, perfumes, pregos, instrumentos agrícolas, tecidos lavrados, chapéus, sapatos, toda espécie de aviamentos, e muitos outros.

Os custos com os transportes de mercadorias foram reduzidos, concorrendo para o aumento do lucro e estímulo à movimentação da economia. A isenção dos direitos cobrados pela exportação de mercadorias que passavam pela alfândega de Corumbá encorajou ainda mais a atividade mercantil.

Houve épocas que se via nos portos de Cuiabá e Corumbá três, quatro navios com bandeiras estrangeiras.

Cuiabá passou a ser receptora destas mercadorias e responsável pela distribuição no Estado e nos países vizinhos, como o Paraguai e a Bolívia.

Esse movimento incitou o mercado local a produzir a borracha, ipecaanha, o açúcar, mate e derivados da pecuária. Todos esses produtos eram vantajosamente conhecidos e procurados no mercado externo.

A produção mato-grossense passou a engrossar a produção nacional, que naquele momento, tinha como tônica básica a economia agroexportadora.

Dois anos após a reabertura da navegação do Rio Paraguai, Cuiabá começou a sentir os efeitos da medida.

Em 1874, foi contratado o serviço de uma linha de bondes puxado a cavalos, para o transporte de passageiros e cargas, ligando o centro da cidade de Cuiabá ao Porto Geral. No entanto, ele só se efetivou em 1891, quando a Cia Progresso Cuiabano foi agraciada com a concessão da referida exploração. Esse melhoramento propiciou as comunicações internas da capital de Mato Grosso. Assim, entendemos que a Capital crescia expandindo o seu traçado urbano.

Naquele mesmo ano inaugurava-se a barca-pêndulo, construída de ferro, para executar a passagem de passageiros e cargas, do Porto á outra margem do rio Cuiabá, visto que não existia ainda ponte que ligasse Cuiabá ao atual município de Várzea Grande. O que, sem dúvida representou fator de grande importância, uma vez que Várzea Grande já se estabelecia como núcleo populacional responsável pela produção de carne e couro.

Pressionada pelo desenvolvimento de outras regiões do país e do mundo, e estimulada pelo consumo da produção local, os proprietários dos engenhos iniciaram também sua modernização, adotando a energia a vapor, transformando os antigos engenhos em prósperas usinas, ampliando a produção e favorecendo a expansão das roças de cana-de-açúcar ao longo do rio Cuiabá.

O capital acumulado e o trabalho viabilizaram, portanto, as transformações que se processaram nas comunicações em Mato Grosso no final do século XIX.

O progresso começava a exigir novas formas de comunicação, pois não havia mais condições de se esperar meses para receber notícias vindas de outras regiões do país e do mundo. Precisavam se efetivar negócios com a máxima urgência.

Somente a mala postal não mais satisfazia aos interesses comerciais e particulares das pessoas. O nível de aspiração da sociedade avançava com os mesmos passos do progresso.

O governo imperial, preocupado com a posição ocupada por Mato Grosso frente a fronteira com o Paraguai e a Bolívia, e porque o Estado ainda não se havia recuperado da invasão provocada por Lopes, resolveu construir uma linha telegráfica que chegasse até Mato Grosso. Tal empreendimento resultaria em benefício para a economia nacional e possibilitaria as comunicações mais estritas entre as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais. Para a sua efetivação, a linha telegráfica sairia da cidade de Franca, no Estado de São Paulo, cortaria o Triângulo Mineiro, pequena porção do estado de Goiás, chegando até Cuiabá e, posteriormente, à Cáceres. Estes planos, no

entanto, só se concretizariam no governo republicano. Sem dúvida, a ligação telegráfica de Mato Grosso representava grande investimento do país nas comunicações.

O TELÉGRAFO DE RONDON

[...] não sou responsável pela instalação da telegrafia, fui somente um instrumento que na busca de servir ao meu país trouxe-me o reconhecimento público.

Marechal Rondon.

O responsável pelo desenvolvimento da comunicação brasileira foi Cândido Mariano da Silva Rondon, nascido a 5 de maio de 1865, em Mimoso, município de Santo Antônio do Leverger. De origem indígena, tanto pelo lado materno, que lhe legou o sangue Guaná, e Terena, pelo lado paterno, Rondon se sentiu comprometido com as questões indígenas desde o início de suas andanças pelos sertões.

Diplomou-se, aos 16 anos, pelo Liceu Cuiabano, como professor, mas pela pouca idade não conseguiu a regência de uma escola.

Traçou o seu destino quando ingressou no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos. Em 1883, conseguia chegar à Escola Militar e, em 1889, a Escola Superior de Guerra. Foi nomeado nesse mesmo ano, pelo Ministro da Guerra, para ajudante da Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia, que estava sob o comando do Major Gomes Carneiro. A partir deste momento começava a consolidar as conquistas do extremo ocidental do Brasil.

O primeiro governo republicano, retomando as iniciativas do Império, cujo objetivo era o de ligar os estados centrais à corte por Comunicação Telegráfica de Mato Grosso, acolhia as metas traçadas por Gomes Carneiro para a exploração geográfica com fins telegráficos. Esse plano visava a ligação do território do Acre, estendendo-se desde os confins do noroeste até ao Madeira.

O estabelecimento de linhas telegráficas em Mato Grosso tornava-se uma realidade. Pouco a pouco, as estações iam sendo inauguradas. Em 1891 estavam concluídos 514 km da linha entre Cuiabá e o Araguaia.

Mais tarde, foram feitas as necessárias ligações telegráficas com as zonas da fronteira. Avançando pelos extremos do Estado, chegavam a Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista, Cáceres. Seguindo para o sul, alcançou Coxim, Nioaque, Miranda, Coimbra. E, nas proximidades da capital, Livramento e Poconé. Foram completados, portanto, um total aproximado de 1.779 quilômetros de linhas telegráficas.

Em 1914, o estado de Mato Grosso contava com 3.000 quilômetros de linhas e postes telegráficos configurados em dois grandes setores, composto por 14 seções e 31 estações.

Não há dúvidas quanto à importância dessas instalações para a Comunicação estadual que, a partir daquele momento, conseguia manter contato mais efetivo com seus municípios. Com a conclusão, em 1915, da construção da linha Cuiabá-Amazonas, o Brasil ficava definitivamente ligado ao norte do país.

A consideração que podemos fazer a propósito desse evento está, sem dúvida, no fato de que a criação da Comissão das Linhas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas concorreu para o enriquecimento do país em diversas áreas de conhecimento. No dizer do próprio Rondon, em discurso proferido a 25 de março de 1935:

[...] Essa já lendária Comissão composta do que o Exército tem de mais seletivo em entusiasmo republicano, e explorou e levantou todos os rios de Mato Grosso; assim como a maior parte dos mesopotameos, correspondentes; construiu a sua Carta Geográfica, estudou a sua flora, sua fauna e a sua geologia, com a colaboração de professores e naturalista do Museu Nacional e serviço Geográfico Brasileiro; recompôs a sua geografia física e humana; organizou e levou a termo a Expedição Científica Roosevelt-Rondon. Ligou por Comunicações Telegráficas a sua capital a todas as cidades e povoados da região as fronteiras do Brasil com Paraguai e Bolívia [...]

O projeto desenvolvido por Rondon proporcionou a Mato Grosso avançar nas questões das comunicações, abrindo novos caminhos, podendo receber e transmitir notícias para as outras regiões do país.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O dinamismo conferido ao sistema de comunicação nos dias de hoje fez com que as cidades adquirissem uma nova feição social.

O pioneirismo da Comunicação de nosso Estado, iniciado pelo eminente Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, através da telegrafia, ganhou impulso com o estabelecimento de linhas telegráficas que, cortando todo Estado, chegaram ao Amazonas.

A telefonia urbana trazida para Mato Grosso, pela iniciativa de João Pedro Dias, acompanhava o surto econômico impelido pela cultura da cana-de-açúcar, da exploração da borracha e pelo movimento comercial resultante da abertura da navegação do rio Paraguai. Será

o progresso econômico que irá determinar a evolução das comunicações em Mato Grosso. Desta forma, podemos visualizar quatro fases de desenvolvimento do Estado. A primeira delas está associada ao crescimento da produção açucareira, quando a demanda do mercado interno suportava a proliferação e produção das usinas de açúcar, localizadas ao longo do rio Cuiabá. Esse fato foi de grande relevância, considerando que o processo de produção modernizou-se para suprir o mercado do açúcar e da aguardente. Tal modernização se iniciou no final do século XIX, tornando-se efetiva a partir dos primeiros anos do novo século. Surgiram com mais força as Usinas de Flechas, Ressaca, Itaicy, Conceição, entre outras, que representam um complexo fabril com casas de máquinas, canaviais, destilarias, casas de operários, escolas, hortas, serrarias, porto no rio Cuiabá, possuindo chatas e lanchas para o transporte de sua produção e do que era necessário à própria manutenção. Seus proprietários representavam a força política local, alternando-se no poder. A economia açucareira foi responsável pelo progresso que a capital mato-grossense sentiu naquele momento. Junto com a cana-de-açúcar veio a borracha que, pela procura internacional, trouxe as condições para a movimentação das cidades de Corumbá, Cáceres, Diamantino, Rosário Oeste e Barão de Melgaço. Excetuando Corumbá, que era o porto fluvial mais importante do rio Paraguai, a cidade de Cáceres foi a que mais cresceu das quatro cidades. Em 1912, possuía 18 ruas e quatro praças, com 37 casas comerciais, 42 tabernas, 8 açougues, 4 padarias, 7 alfaiatarias, 8 pedreiros, 5 sapatarias, 3 ferreiros, 2 latoeiros, 2 ourives, 2 barbeiros, 1 dentista, 1 dentista, 1 drogaria, 1 farmácia, 38 canoeiros, 1 carroceiro, 5 olarias, 1 fábrica de sal, 1 tipografia e 1 cinematógrafo. No grupo escolar estavam matriculados 250 alunos.

Convém lembrar que Cáceres e Corumbá eram duas cidades de fundamental importância para garantia das fronteiras do Brasil com a Bolívia. O momento era propício, pois a Europa e a América necessitavam da borracha para manter o seu mercado em franca expansão. Tal ato promoveu a movimentação da economia mercantil em Mato Grosso, trazendo consigo o processo de acumulação de riqueza responsável pelo desenvolvimento fabril e comercial da região. A construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, que no dizer da Companhia representava “uma obra civilizadora, assentando os trilhos no sertão e semeando a riqueza em sua passagem” FONTE chega a Campo Grande dinamizando o transporte de passageiros e de cargas.

Dessa forma, Mato Grosso conseguiu absorver os novos inventos

produzidos no mundo. Após a década de 1930, com os movimentos políticos nacionais e o reflexo da II Guerra Mundial, a criação de mecanismos de controle da produção do açúcar pelo governo federal, por meio do Instituto do Açúcar e do Alcool, associado à recuperação da economia paraguaia e do próprio mercado de fronteira, Mato Grosso passou por uma fase de estagnação econômica, com a produção muito baixa, tanto do açúcar, como da borracha, chegando a ver fechadas várias usinas açucareiras. Esses fatores contribuíram para a decadência da navegação do Rio Paraguai. As cidades, sem dúvida, sofreram com a crise. Os serviços urbanos ficaram praticamente paralisados, chegando a um colapso na produção de energia. O serviço de telefonia urbana estagnou, não se expandiu, e a sua conservação tornou-se péssima. O telegrafo nacional ficou limitado às linhas que já haviam sido construídas.

A recuperação da economia só se deu com a política de interiorização de Getúlio Vargas, promovendo a famosa Marcha para o Oeste, favorecendo a ocupação das terras. A pecuária (charqueada) foi a grande responsável por esse momento, sendo aos poucos substituída pela agricultura.

O ponto estratégico da ocupação foi a região sul do estado, tendo como referencial básico a cidade de Campo Grande. Nessa segunda fase, percebe-se um novo surto de desenvolvimento propiciado pela movimentação da capital. Há o aproveitamento de novas formas de produção, modernização das indústrias com a importação de máquinas mais sofisticadas, dando um novo incremento à produção açucareira. Foi implantado o Correio Aéreo Nacional e a utilização do telefone a magneto e, posteriormente, do telefone automático e do sistema telefônico interurbano.

A terceira fase se inicia em 1970, com a ocupação da área norte de Mato Grosso, impulsionada pela exploração agrícola polarizada pela produção da soja, movimentando novamente a capital. Mato Grosso aproveitou-se do desenvolvimento nas comunicações. Aos poucos, foi atingindo o ponto ideal em matéria de telefonia e rádio telefonia.

A criação do sistema TELEBRAS deu novos impulsos à Comunicação por telefone, incorporando as antigas companhias telefônicas particulares ao sistema, criando a TELEMAT, com o objetivo de dar uniformidade no sistema de comunicação, refletindo a política do Ministério das Comunicações em vista da racionalização do sistema.

Após a criação da TELEMAT, o sistema de telecomunicações aos poucos, se modernizou e se adequou às necessidades decorrentes do crescimento populacional.

As novas cidades que surgiram no norte de Mato Grosso ganharam, pouco a pouco, o sistema interurbano de telefonia.

As duas capitais – Cuiabá e Campo Grande - tomaram novo impulso, dinamizando as suas centrais telefônicas.

Não podemos nos esquecer de que novas áreas para produção agroindustrial foram abertas a partir de 1990, impulsionado Mato Grosso para a sua quarta fase de desenvolvimento. O século 21 foi inaugurado com uma produtividade inegável. Conforme dados fornecidos pelo IBGE/ 2004, a produção de algodão, em 2001, alcançou a cifra de 58% da produção nacional, fazendo de Mato Grosso o primeiro estado brasileiro produtor do setor algodoeiro. O mesmo fenômeno se repetiu na produção de soja, que passou a representar 1/5 da produção nacional, e 11% na produção de arroz.

Os investimentos decorrentes do PIN (Plano de Integração Nacional de 1970), com sua política de estímulo à formação de polos agrícolas (DROULERS, 1995), trouxe facilidades de créditos aos plantadores que, se aproveitando dos juros baixos, se fixaram na região Centro-Oeste, especialmente na Chapada do Parecis (WANIEZ, 1992). Os recursos advindos do PIN promovem ainda a abertura e conservação de vias de comunicação como a Rodovia MT-170, aumentando as linhas de transmissão de energia e possibilitando a criação de importantes unidades de armazenamento de grãos. A despeito dos problemas decorrentes da grande agricultura mecanizada, a região se transformou em polo de desenvolvimento regional, reconhecida com principal responsável pela produção de soja, algodão e cana-de-açúcar do Brasil.

Compreender as comunicações em Mato Grosso através de uma visão retrospectiva da memória histórica, foi o objetivo deste artigo. Não há dúvidas que o avanço tecnológico experimentado pelas comunicações só se concretizou graças ao desenvolvimento socioeconômico da região.

Os dados apresentados neste ensaio foram resultados de uma busca sistemática em diferentes fontes documentais. Ricas foram as informações e dados colhidos nos jornais de época, nos boletins, nos relatórios dos intendentes e prefeitos.

A busca por documentos proporcionaram-me, uma vez mais, a satisfação de estreitar o diálogo com o passado desvelando o cotidiano da sociedade e favorecendo novas e importantes descobertas.

REFERÊNCIAS

Documentos Manuscritos

ACBM/IPDAC Caixa 23 - Pasta 74 – env. 1642

Instruções de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, capitão-general da capitania de Mato Grosso, regulamentando, pela primeira vez, os correios da capitania.

Vila Bela, 26 de janeiro de 1799

ACBM/IPDAC Caixa 23 - Pasta 74 – env. 1642

Instruções de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, capitão-general da capitania de Mato Grosso, regulamentando, pela primeira vez, os correios da capitania.

Vila Bela, 26 de janeiro de 1799

ACBM/IPDAC Caixa 23 - Pasta 78 – env. 1586

Regulamento provisório para os trabalhos do correio entre a cidade de Mato Grosso e a Província de Chiquitos, elaborado pelo presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno.

Cuiabá, 26 de agosto de 1837

NDIHR/UFMT. Guias de |Importação e Exportação referente aos anos de 1889 e 1892, Acervo da Delegacia do Ministério da Fazenda.

APSP. Livro de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, dirigida pelo Presidente do Estado D. Aquino Corrêa, 1915/1920.

Fontes Impressas

ALBUM GRAPHICO DO ESTADO DE MATO-GROSSO. Hamburgo: janeiro de 1914. S. Cardoso Ayala e F. Simon.

ALMANACH COMMERCIAL MATTO-GROSSENSE. São Paulo: Mello e Cia, 1916.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal de Cuiabá em 5 de novembro de 1919 pelo coronel Alexandre Magno Addor, Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO de 1900 a 1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do estado de Mato Grosso pelo major Cândido Mariano da Silva Rondon, publicado pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro 1969/1970.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal da Capital em sua sessão ordinária de 8 de novembro de 1924, pelo Coronel Antônio Manuel Moreira. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

RELATÓRIO Apresentado à Câmara Municipal da Capital em sua sessão ordinária de novembro de 1917, pelo tenente coronel José Antônio de Souza Albuquerque. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal em Cuiabá 6 de novembro de 1926 pelo Coronel Antônio Manuel Pereira , Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal em Cuiabá pelo engenheiro Fenelon Müller em sessão de 11 de janeiro de 1929, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Relatório apresentado ao senhor Intendente Federal pelo engenheiro João Ponce de Arruda, prefeito da Capital em 14 de abril de 1935. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Jornais

O CORREIO DO ESTADO. Cuiabá, 31/12/1924 e 18/4/1924.

A CAPITAL. Cuiabá, 23/12/1924; 12/01/1925; 1/03/1925; 26/12/1926.

O COMMERCIO. Cuiabá, 04/08/1910; 18/08/1910; 19/01/1911.

O JORNAL. Cuiabá, 6/06/1922; 3/08/1922.

A REAÇÃO. Cuiabá, 4/01/1914; 18/10/1914; 20/9/1928.

A TRIBUNA LIBERAL. Cuiabá, 06/7/1964; 29/11/1964; 11/7/1965; 27/01/1966.

REVISTA BRASIL OESTE. São Paulo, jan 1956; maio 1956; set 1957; junho 1960; fev 1961; mar 1959; agosto 1962.

Bibliografia

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta e CASTRO, Inês. **Memória histórica da indústria de Mato Grosso** Cuiabá: IEL/UFMT, 1987.

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Vozes no silêncio**: Subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá: EdUFMT, 1995.

BARROS, João Moreira de. **Cuiabá e seu Passado**. São Paulo: Resenha Tributária. 1982.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL, 1969.

DROULERS, M. **L'Amazonie**. Nathan, 1995:

MARTINS, Demosthenes. **Marechal Rondon**. Cuiabá: Brasil Oeste, 1963.

MENDONÇA, Rubens de. **História do Comércio de Mato Grosso**.

Goiânia: Rio Bonito, 1973.

RONDON, Cândido Mariano. **Conferências**. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1920

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

WANIEZ P. **Les Cerrados, un espace-frontière” brésilien**. Montpellier, GIP-RECLUS, ORSTOM, Coll. Territoires, 1992

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

ABREU, Leonardo Alves de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310214_05_cap_02.pdf. Acesso em 13/6/2012

LOPES, Gonçalo Alexandre- <http://www.gta.ufrj.br/grad/goncalo/historia.htm> acesso em 14/6/2012.

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM CUIABÁ

IDENTIDADE E RELIGIOSIDADE

*Suíse Monteiro Leon Bordest*¹

*Elizabeth Madureira Siqueira*²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir sobre os temas *identidade e religiosidade* no enfoque da “Festa do Divino Espírito Santo”, considerada patrimônio imaterial da cultura mato-grossense. A pesquisa documental foi realizada no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, sediado no Centro Histórico da cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. A leitura dos documentos, com registros de autores locais e regionais sobre a Festa do Divino Espírito Santo, buscou amparo no aporte teórico fenomenológico, que possibilitou reflexão sobre identidade na atualidade.

Palavras-chave: Festa do Divino Espírito Santo. Identidades. Casa Barão de Melgaço.

RESUMEN: Este Artículo es reflexionar sobre “identidades” al Tiempo el cuestiona ese sentido es “tradicición” en Los Tiempos Actuales, centrándose en la “Fiesta del Espíritu Santo”, como patrimonio cultural inmaterial de Mato Grosso. La Investigación en el documental da cuenta si Archivo de la Casa del Barón Melgaço, con sede histórica en la ciudad de Cuiabá, capital de Mato Grosso. La Lectura de los documentos, los registros con autores locales y Regionales en la Fiesta del Espíritu Santo en el refugio es la teoría fenomenológica, por lo que permitio Reflexión Sobre la Identidad y la Tradición en la Actualidad.

Palabras-Clave: Fiesta del Espíritu Santo. Identidades. Casa Baron Melgaço.

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFMT – Sócia efetiva do IHGMT. bordest@uol.com.br

2 Curadora da Casa Barão de Melgaço; professora colaboradora do PPGE/UFMT, Sócia efetiva do IHGMT e da AML. bethmsiqueira@gmail.com

PALAVRAS INICIAIS

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os temas *identidade e religiosidade* no enfoque da “Festa do Divino Espírito Santo”, considerada patrimônio imaterial da cultura mato-grossense. A pesquisa documental foi realizada no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, sediado no Centro Histórico da cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. A leitura dos documentos, com registros de autores locais e regionais sobre a Festa do Divino Espírito Santo, buscou amparo no aporte teórico fenomenológico, que possibilitou reflexão sobre identidade e na atualidade. A Festa do Divino é tema que tem merecido, nos últimos anos, estudos sob olhares diversos, sendo que o enfoque deste artigo terá como centralidade religiosidade e identidade.

Teixeira & Nogueira (1999, p. 239) lembram que a subjetividade permeia as diversas análises e visões de mundo, resgatando a importância da identidade de pessoas e lugares. Na visão das autoras citadas a leitura fenomenológica propicia a análise da relação entre a identidade do espaço e o mundo vivido, e retomam a afirmação de Betannini (1982, p. 240), “[...] os objetos que constituem o tecido das relações espaciais foram dotados pelo homem de significados: o espaço, portanto, fala...”. Cabe à leitura fenomenológica desvendar os diversos sentidos da fala, seja através de representações e mapas mentais, de representações de conceitos espontâneos ou valores atribuídos à geografia e ao espaço.

Considerando que a atribuição de significados do ambiente que nos cerca é fruto da cultura, a qual também pode ser representada na atitude dos humanos em relação ao meio ambiente, fundamentamos nossas considerações em autores que perpassam o acolhimento do lugar.

Lugar e espaço são categorias valorizadas por Tuan (1983) ao considerar as múltiplas maneiras pelas quais as pessoas sentem e pensam a esse respeito. Para o autor lugar é segurança enquanto espaço é liberdade. “Topofilia” é o termo por ele difundido para designar a relação afetiva do indivíduo ao lugar.

Carlos (1996, p. 25) mostra que se pode buscar o “entendimento do lugar nas práticas mais banais e familiares, o que incita pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural como patrimônio imaterial da cultura mato-grossense”.

Assim considerado e com base nos autores citados especialmente em Tuan (1983), busca-se neste texto compreender o significado do

percebido, vivido e construído pelos homens e mulheres nos dias da Festa do Divino Espírito Santo em Cuiabá.

Ao recuperarmos nos relatos escritos, aspectos de vivências cotidianas do povo cuiabano no espaço religioso, propõe-se compreender identidades de pessoas e lugares num dado tempo de sua história. Para isso buscamos apoio em Hall (2003) ao discutir algumas questões sobre a identidade na modernidade tardia:

[...] o homem da sociedade moderna tinha identidade definida e localizada no mundo social e cultural. Mas, uma mudança social está fragmentando e deslocando as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Se antes estas identidades eram sólidas localizações, nas quais os indivíduos se encaixavam socialmente, hoje elas se encontram com fronteiras menos definidas que provocam no indivíduo uma crise de identidade.

Para tratar o assunto deste artigo buscou-se refletir sobre alguns aspectos conceituais e práticos referentes à *mudança de identidade* no âmbito do patrimônio imaterial de Mato Grosso. No contexto da religiosidade do povo mato-grossense, a Festa do Divino está entre as manifestações de maior devoção, de modo especial, nas áreas de ocupação mais antigas, como Cuiabá, cidade setecentista, capital do Estado de Mato Grosso. (Fig. 1)



Fig. 1. Insígnia do Divino Espírito Santo. Fonte: Loureiro, 2006.

Localizada no centro histórico de Cuiabá, que já foi o mais nobre da cidade, a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, cuja arquitetura foi remodelada através dos tempos, é o lugar onde se realiza tradicionalmente a Festa do Divino Espírito Santo (Fig. 2).



Fig. 2. Igreja e Praça da Matriz, hoje demolida. Década de 1950. Fonte: Cuiabá de vila a metrópole, p. 78.

Para comentar o assunto, retomamos em Hall (2003) algumas questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia, “as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como unificado”. (HALL, 2003, p. 7).

CONTEXTO ESPACIAL DA FESTA DO DIVINO

Carlos Rodrigues Brandão acredita que o costume de festejar o Divino Espírito Santo no Brasil veio de Portugal, trazido pelos missionários jesuítas e primeiros colonos. As festas do Divino, semelhantes ou não, em diferentes regiões do Brasil, acontecem na Região Centro-Oeste, sendo uma das mais famosas, a festa da cidade goiana de Pirenópolis. Referindo-se aos preparativos da comemoração em Pirenópolis, que demanda o envolvimento de muitas pessoas e diversas atividades, certifica Brandão (1989, p. 12), que esses personagens “[...] trabalham um ano quase inteiro para colocar na rua, na casa do *império*, na praça da cidade e até na igreja seus dias de reza da novena e, no auge de tudo, o fim de semana dos *dias de festa*”. O ritual que caracteriza o tempo de festa do Senhor Divino, de acordo com Brandão (1989, p. 12):

[...] apresenta uma parte religiosa que é *composta invariavelmente de novena, missa e procissão* [...] e a segunda parte resolve-se nas ruas, nas praças em visitasões cerimoniais de casas na cidade, num campo de futebol, por três dias transformando no terreno dos jogos e da batalha simbólica das cavalcadas de Cristãos e Mouros como em Pirenópolis ou em São Luís de Paraitinga.

Contemplando a descrição de Brandão, percebe-se que a Festa do Divino no estado de Mato Grosso, apresenta semelhança nos principais atos, os quais são articulados em dois momentos: o religioso e o profano. Ocorrem tradicionalmente nas cidades mato-grossenses de Vila Bela da Santíssima Trindade, Poconé e Cuiabá, para citar alguns exemplos.

Na cidade pantaneira de Poconé, a tradição da batalha simbólica das Cavalcadas de Cristãos e Mouros e a dança de Mascarados, continuam acontecendo, atraindo um número expressivo de participantes (Fig. 3).



Fig. 3. Cavalcadas de Cristãos e Mouros. Fonte: Foto Internet.

A FESTA DO DIVINO EM CUIABÁ

Maria de Lourdes Silva Ramos foi uma das intelectuais que dedicou o livro *Relembrando os festejos do Senhor Divino* (2000) para colocar em evidência esse ritual tão típico do Centro-Oeste e, especialmente, de Cuiabá, a festa do Divino. Seus escritos dizem respeito às festas realizadas entre os anos de 1926 e 1930. Para iniciar os festejos, bandos percorriam as ruas anunciando as festividades e convidando a população a participar das mesmas.



Fig. 4. Bloco canavalesco de Cuiabá, em carro alegórico, déc. 1920. Fonte: ACBM/Acervo da Família Rodrigues.

Tudo tinha início com o levantamento do mastro na Praça da República, em frente à igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, momento de uma festa e alegria.



Fig. 5. Centro de Cuiabá. Em primeiro plano, Igreja Matriz, déc. 1970. Fonte: ACBM/Acervo da Família Rodrigues.

Recorrendo à definição de bando, na concepção de Ferreira Mendes: “Duzentos, trezentos e mais cavaleiros fantasiados com os corcéis ajaezados de prataria, os xairéis matizados de fitas multicores, tendo à frente um arauto que declamava em versos o programa das solenidades e nos quais a crítica delicada anatematizava costumes pessoais da sociedade, erros dos homens políticos, e enchia a tarde de uma alegria expansiva de festa (FERREIRA MENDES apud RAMOS, 2000, p. 12).

É ainda Silva Ramos que transcreve um interessantíssimo bando que, pelo seu tom humorístico, marcava indelevelmente a festa do Divino:

Eu, Sinfrônio Simplício Sinforoso,
 Capitão da Briosa, destemido,
 Tenho fama de bravo e valoroso,
 Embora viva aqui, sempre esquecido
 Venho agora por parte do Festeiro,
 E por ser dentre os mais – o mais ladino,
 Anunciar para o povo muito ordeiro
 Que chegada é a festa do Divino

Embora seja fraco na chalaça
 E não tenha de graça nem um triz,
 Engoli alguns copos de cachaça
 Para ficar com carmim no meu nariz
 E como permitir ‘a força humana’
 Que é uma força aliás que sempre presta,
 Vou ler pra toda a gente cuiabana
 O colosso programa desta festa

No dia 27, finalmente.
Grande missa haverá e procissão.
À noite, um rasta-pé muito imponente
Pra rematar de vez toda a função...
E agora que já dou por terminada
Minha parte também nesta folia,
Vos digo certo: pra frente rapaziada,
Vamos pregar em outra freguesia... (RAMOS, 2000, p. 14)

As moças que participavam da festa do Divino se faziam representar com trajes de gala e extremamente elegantes. Comentando sobre isso, Dunga Rodrigues assim se expressou:

Neste ano, a juíza ou rainha ostentou um guarda-roupa luxuoso, e o vestido do dia foi obra de D. Carolina. Costureira sóbria, faria inveja ao Cardin dos nossos dias. A Casa Eufrosina faturou alto; nesse ano houve touradas. E até as moças da Mandioca usaram chapéus. Não quiseram ficar por baixo do pessoal do Lavapés, que quebrava chapéu nos três dias, cada qual diferente do outro. (RODRIGUES apud BASTOS, 2000, p. 16)

O *footing* servia de passarela para que moças e rapazes pudessem expor seus trajes de gala. Relembra Maria de Lourdes:

Para mim, ele se transforma em legítima passarela. Passarela de elegância, pois senhoras, senhoritas e cavalheiros com certeza estrearão hoje trajes novos, *toilettes* especialmente feitas para a ocasião, submetidas ao rigor da moda, já que grande número dos presentes considera as touradas o ponto alto das comemorações da festa do Senhor Divino. As senhoras exibem chapéus de curiosos modelos, alguns muito elaborados de fitas e flores, enquanto as mais moças faziam questão de ostentar um chapéu a cada dia.

As moças que chegavam de Corumbá para a festa causavam sensação ao apresentar finos trajes (creio que vindos alguns de Montevidéu, via rio da Prata, como acontecia), trajes esses que se completavam com finas joias em que o ouro não se fazia de rogado.

A elegante D. Eufrosina também comprava em Montevideú, abastecendo sua tradicional loja com o que havia de mais moderno, proporcionando à mulher cuiabana todo um apreciável estoque de tecidos: fló, georgetes, musselinas e *romains*. Rendas, fitas, fivelas e botões (artigos vindos da Europa, via Montevideú), indispensáveis à confecção dos bem adornados vestidos, *douchese e plissés*. Meias, sapatos, chapéus e sombrinhas. (RAMOS, 2000, p. 32)

Para realização da festa do Senhor Divino necessário se fazia arrecadar verba para amparar os diversos momentos, especialmente àqueles em que se oferecia à população, além de chás com bolos, jantares e bailes. Para isso, a coleta das esmolas se tornava um momento decisivo na garantia do brilho das festividades. É Dunga Rodrigues que relembra a jocosidade desse momento:

As esmolas foram à folia de sempre. No último dia o comércio fechou, a Prefeitura não funcionou, até o Tesouro do Estado suspendeu o pagamento de aposentado, para que todos desfrutassem daquele verdadeiro piquenique ambulante, verdadeiro assalto às chácaras do Bufante e do Baú. Nunca se chupou tanta laranja. (DUNGA apud BASTOS, 2000, p. 21).

Outros cuiabanos, como Clóvis Corrêa da Costa, dedicou escritos sobre a coleta das esmolas: “As casas eram visitadas uma a uma, de todas as ruas da cidade e de bairros distantes, por isso duravam três dias. [...] Quem não pudesse dar dinheiro contribuía com galinhas, porcos, cabritos, frutas, bolos.” (CARDOSO apud BASTOS, 2000, p. 21)

Outra característica marcante de Cuiabá são os fogos que, desde o século XIX, foram lembrados pelo viajante alemão Karl von den Steinen, e lembrado por Dunga Rodrigues: “Rodinhas, mirabolantes, pistolões lacrimosos, rojões tonitruantes preparados cuidadosamente pelo Dedêo, culminando pela apoteose do Senhor Divino, que emergia na bandeira de morim, após os estardalhaços da rajada de busca-pé, que varavam o céu, deixando nítida figura do pombo simbólico estampada no branco”. (RODRIGUES apud BASTOS, 2000, p. 23).

Em 1923, a festa do Senhor Divino finalizava numa grande apoteose, com a encenação das touradas, encenadas naquela época no Campo do Ourique (atual Praça Moreira Cabral). Conta-nos em detalhes Maria de Lourdes Silva Ramos, que delas participou:

Compunha os numerosos camarotes, engrinaldando-os a alguns metros do chão por todo o frondoso Campo do Ourique.

O espaço que lhe cabia, cada família haveria de transformar no mais bonito, no mais fresco, no mais confortável, no mais romântico dos camarotes – mesinhas e cadeiras trazidas de suas residências.

Ornamentados alguns com guirlandas de flores, repuxados e laçarotes vistosos, em pouco tempo esses alpendres se transformariam em palcos de elegância, já que senhoras e cavalheiros, envergando o melhor de seu guarda-roupa, por eles transitavam.

Eram as touradas!

[...] Armados os camarotes (os melhores lugares eram voltados para a caixa d'água da cidade, o lado da sombra), delineados os vários espaços, era construído um enorme curral, onde os touros permaneciam até o momento em que, passando pelo mangueiro, iriam ter às arenas.

Como num passe de mágica, sem contar com empresas de espécie alguma, em pouco tempo o local seria servido de restaurantes e pequenas doceiras, com boa variedade de bolos típicos da terra, doces, bebidas onde não faltavam as gasosas tão apreciadas pelos mais jovens, contidas em suas bonitas garrafinhas e sempre refrescadas por enormes barras de gelo. (RAMOS, 2000, p. 27-28)

Costuma-se dizer que o mundo atual está mudando muito rapidamente e de uma maneira complexa, sendo difícil distinguir as alterações mais significativas e que terão maior influência na sociedade futuramente.

Na esteira da reflexão de Hall (2003), indagamos: As novas identidades híbridas estão tomando o lugar de antigas identidades regionais em Mato Grosso?

Obtida através do levantamento realizado no acervo do Arquivo da Casa Barão de Melgaço, a interpretação de autores locais, como Firmo Rodrigues, Dunga Rodrigues Maria de Lourdes Silva Ramos e Rubens de Mendonça, dentre outros que recuperaram a Festa do Divino no início e meados do século XX, pode aguçar nossa imaginação, levando às considerações de Hall quanto à tensão entre o global/local e da compressão espaço-tempo e identidades.

Além de inúmeros fatos consta ainda nos registros da Família Mendonça trechos de orações e cânticos de louvor ao Divino Espírito Santo da década de 1960, como segue:

Oração:

Vinde Espírito Santo, enchei os corações dos Vossos fiéis e acendei neles o fogo do vosso amor. Enviai o vosso Espírito e tudo será criado. E renovareis a face da terra.

OREMOS: Deus que instituístes os corações dos vossos fiéis com a luz do Espírito Santo. Fazei que apreciemos retamente todas as coisas segundo o mesmo Espírito e gozemos sempre da sua consolação. Por Cristo nosso Senhor. Amém. (ACBM – FM, doc. 128).

Rubens de Mendonça se refere ao **Edital** que convidava para as tradicionais festas do Divino, no ano de 1969, data em que a capital mato-grossense completou duzentos e cinquenta anos de sua fundação e que transcrevemos alguns trechos do programa:

As festas se iniciam no dia 15 de maio com o levantamento solene do mastro com sua bandeira pelo Capitão de Mastro. Do dia 16 a 24 do mesmo mês, sejam efetuadas as esmolos e que a gloriosa bandeira do Divino Senhor e suas insígnias sejam levadas piedosamente em todos os lares desta legendária cidade como mensageiras de paz e amor.

Que nos dias 19, 20, 21, 22, 23 e 24 haja festivas barraquinhas sempre às 19 horas e trinta minutos no piso da nova Catedral.

E, que no dia 25, se realize além das ditas barraquinhas, um pomposo leilão no mesmo local e horas.

E que em todos os dias da novena na Igreja Catedral seja celebrado o santo sacrifício da missa invocando o Espírito Santo no horário do atual costume, isto é, às 19 horas.

E que o dia 25 - Domingo da Festa- revista-se de grande solenidade.

Além das missas de costume, a missa das 9 horas e 40 minutos seja solene e celebrada pontificalmente. Para tanto que se convide para officiar este ato Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo Metropolitano Dom Orlando Chaves e todo o clero e seminaristas. Às 16 horas seja novamente convidado o venerando Arcebispo para administrar o santo sacramento da Crisma.

Às 17 horas e 30 minutos que o povo cuiabano acompanhe a procissão, durante a qual Suas Majestades, que Deus guarde, carregarão as insígnias juntamente com o Príncipe e Princesa.

Ao recolher a procissão, celebre ainda o santo sacrifício da missa e haja o leilão mencionado.

Todos os que deste edito tiverem conhecimento e se esforçarem para que ele seja fielmente cumprido recebam a paz do Divino Senhor.

E que também seja abençoado esta cidade toda do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, relíquia doirada de tantos feitos gloriosos do passado e principal esperança da imensa pátria brasileira. (ACBM-FM doc. 982).

A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E O PROCESSO DE MUDANÇA

Nos dias atuais, assim como já considerado nas referências à Festa de São Benedito (vide PASSOS; BORDEST, 2009), observa-se no contexto da celebração da festa do Divino Espírito Santo, a permanência do sentimento de fé ao sagrado, embora quase sempre amalgamado a um novo ideal consumista. Hoje, a celebração da missa se torna um “acontecimento”, cenário da manifestação religiosa. Uma representação, emocionante e capaz de contagiar o público presente.

Com base no depoimento do dia 10/06/2013, concedido por João Carlos Vicente Ferreira, na modalidade de Imperador da Festa do Divino em 2010, o calendário litúrgico a festa contemporânea acontece entre o final de maio e início de junho, devendo finalizar no Domingo de Pentecostes, 50 dias após o domingo de Páscoa, quando se comemora, segundo a Igreja Católica, a volta de Cristo ao Pai, na Ascensão e envio do Espírito Santo, celebrado com alegria e exaltação. Apesar das alterações, ainda hoje o ritual da festa continua, sem que possam comprometer o andamento das cerimônias.

Do comentário de Ferreira (2013) e das anotações do fascículo com a Programação da Festa do Divino de 2013, extraímos um resumo dos ritos: A **Abertura da Festa** na Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, começa na segunda-feira às 18h00 com o Cenáculo com MSM (Movimento Sacerdotal Mariano); às 18h30 Missa e às 19h30 com o **Levantamento da Bandeira** do Divino Espírito Santo. Iniciando na terça-feira e prolongando-se durante nove dias, acontecem a **Esmola**, que percorre as ruas da cidade em dois turnos, pela manhã às 7h30 e a tarde às 13h30 e a **Novena** na Catedral às 19h30 e ainda a **Missa** às 18h30. Finalizando a programação, na sexta-feira, além da esmola e missa, às 18h30 é realizada uma

Sessão Solene na Câmara Municipal de Cuiabá, instituída por meio da Resolução 004, de 24 de maio de 2012, e o Baile dos Festeiros, que atualmente acontece no Hotel Fazenda Mato Grosso; no sábado às 18h30 Missa e Vigília de Pentecostes na Catedral, e no Domingo de Pentecostes, Missa Solene realizada pelo Arcebispo às 16h00 e Procissão em seguida. As 19h00 encerra-se a Festa com realização da Quermesse na Praça Alencastro.

Entendemos, assim, que a festa do Divino, impregnada de imaginário que lhe traz o sentido de permanência e recordação, apresentou significativas alterações no seu ritual, ao longo de dezenas de anos, evidenciando as novas tendências de cada momento histórico, mas, concordando com Ferreira (2013), sem comprometer o andamento das cerimônias e, portanto, conservando suas identidades mutantes.

Realizada desde os primórdios em um templo sagrado que apresentava uma geografia definida, com a igreja sediando as cerimônias religiosas, a festa do Divino Espírito Santo continua existindo, mas, diferentemente de épocas passadas. Hoje, as missas, as procissões já não ostentam o *glamour* de antanho, cujo magnetismo arrastava a população por inteiro. Como acontece com a festa de São Benedito, “fragmentos dos festejos dos anos cinquenta e sessenta se repetem, porém num contexto de mudanças próprias do mundo atual, que aos nossos sentidos parece ocorrer com incrível celeridade”. (PASSOS; BORDEST, 2009).

A loja Eufrosina, que abastecia com tecidos, adornos, toilettes e aviamentos as costureiras cuiabanas, já não mais existe, porém uma praça foi batizada com seu nome, um canto da tradição cuiabana.

As touradas foram extintas na década de 1930, visto terem sido condenadas por causa da violência que se procedia com o animal, e com ela deixaram de existir os camarotes e o footing no Campo do Ourique.

Resistiram ao tempo, no entanto, a encenação do levantamento do mastro, coleta de esmola e o baile, além dos fogos durante toda a Festa.

Fiquemos outra vez com Hall (2003, p. 12): “o sujeito previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceituado como não tendo identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade

se revela numa “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). É definida histórica e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em momentos distintos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Insistimos nas ponderações de Hall (2003, p. 13): Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se nós sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”.

A rapidez e complexidade de mudança do mundo atual torna difícil distinguir quais mudanças serão mais significativas e terão maior influência nas sociedades futuras. Entretanto, nem tudo muda com a mesma rapidez, a exemplo da Festa do Divino Espírito Santo em Cuiabá, que continua sendo uma das mais expressivas manifestações culturais de Mato Grosso. Mas, até que ponto a interpretação dessa festa, considerada patrimônio imaterial mato-grossense, pode exemplificar o significado de mudança?

Muito apropriadamente, sugere Hall (2003, p. 39): Ao invés de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento.

Para calçar nossa argumentação, valemo-nos de alguns exemplos que identificam a tensão entre o passado e o presente e que nos situa diante dos problemas atuais. As festas do Divino Espírito Santo, tidas como práticas individuais ou coletivas, sejam as de outrora, sejam as atuais, evidenciam um contínuo processo de mudança.

Conforme Tuan (1983, p.151) “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”.

A descrição da festa do Divino Espírito Santo, na interpretação de autores locais do início e meados do século XX, obtidos através de registros nos arquivos das Famílias Rodrigues e Mendonça, entre outros autores cuiabanos, como Maria de Lourdes Silva Ramos pode estimular nossa imaginação, quanto ao significado da Festa do Divino nos diferentes momentos da História e da cidade. Encaminhando nosso olhar, conforme Tuan (1983), para um “mundo vivido, percebido e construído” pelos participantes no dia a dia da festa.

Sem descurar da enorme complexidade que envolve o assunto, conforme lembra Escosteguy 2001, e ancorada nos autores referen-

ciados, foi possível, ainda, concordar que a subjetividade permeia as diversas visões de mundo, reconhecendo que são as diferenças e não as semelhanças que definem as identidades.

É nesta dimensão que a Festa do Divino Espírito Santo tem identidades/identificações construídas por condições tradicionais, sociais e étnicas em contínua mudança.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Confrontando o passado e o presente da festa do Divino busca-se rememorar as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, ora para atender os motivos da Igreja, ora para a adequação da cidade às “normas” de eficiência e modernidade necessárias à dinâmica da capital. A antiga Igreja Matriz do Bom Jesus de Cuiabá, hoje a Catedral Metropolitana, edificada em estilo barroco no centro histórico da cidade, defronte a Praça da República, é marco de onde aflorou o núcleo do povoamento urbano de Cuiabá e local da celebração da festa do Divino.

Nos anos sessentas do século XX, assistimos com perplexidade a demolição da Igreja setecentista, reconstruída e ampliada em estilo neoclássico. Os casarões coloniais do entorno, paulatinamente foram sendo substituídos por prédios de vários andares, comerciais ou residenciais. As ruas, praças e demais logradouros públicos, antes arborizados com palmeiras e jardins, também se transformaram, vestindo-se de asfalto, cimento e ferro. Os transeuntes das ruas do centro comercial e de lazer, hoje são predominantemente faces estranhas, de migrantes que se integram à população endógena e contribuem na construção de múltiplas identidades. (Bordest & Passos, 2009).

Evidentemente, nos últimos 50 anos o mundo mudou. Mudaram, também, as pessoas que hoje se movimentam com mais facilidade entre cidades, Estados e países. As palavras de Hall (2003, p.70) não são sem propósito: “Diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo”. Outrora a festa do Divino Espírito Santo ocorria dentro da minúscula igreja, mesmo que abarrotada de gente. As mulheres, com seus missais, terços e véus recobrando a cabeça, dividiam o espaço com os homens vestidos a caráter para a ocasião. Após a missa, o tradicional *chá com bolo*. No domingo da festa de encerramento, realizada a cerimônia religiosa, havia também o almoço. À noite, o baile. Todos faziam roupas novas para a ocasião. E eram três mudas: para a missa, para o almoço e para o baile, encerrando os festejos.

Hoje, a celebração desta festa continua existindo, mas, diferentemente de épocas passadas, já não ostenta o glamour de então. Fiquemos outra vez com Hall (2003, p.12): “o sujeito previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”.

A descrição de trechos da festa do Divino Espírito Santo interpretada por autores locais do início e meados do século XX, obtidos através de registros dos arquivos de Dunga Rodrigues, Rubens de Mendonça, Maria de Lourdes Bastos, entre outros autores cuiabanos, pode aguçar nossa imaginação, levando à identificação da tensão entre o global/local e da compressão espaço-tempo e identidades. Pergunta-se: As novas identidades – híbridas - estão tomando o lugar de antigas identidades regionais?

REFERÊNCIAS

- BETANNINI, T. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São paulo: Hucitec, 1996.
- BRANDÃO, C. R. *A cultura na rua*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- ESCOSTEGUY, A. C. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.
- _____. Minimal Selves. In: *Identity: The Real Me*. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987.
- HARLEY, J. B. *A nova história da cartografia*. *O correio da Unesco*, v. 19, n. 8, p. 4-9, 1991.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Gaston Bachelard, *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais*. Brasília, DF: IPHAN, 2012.
- LEFEBVRE, H. *Espacio y Política: el Derecho a la Ciudad II*. Barcelona: Península, 1976.
- MATO GROSSO. Museu de Arte e de Cultura Popular. Centro Cultural: Patrimônio Imaterial Mato-Grossense. Exposição: 17/3-16/4/2º11. (Catálogo).

PASSOS, Luiz Augusto; BORDEST, Suíse Monteiro Leon. Percepção ambiental nos espaços de cultura: centro histórico de Cuiabá. In: Revista eletrônica: *OLAM*, 2009.

RAMOS, Maria de Lourdes Silva. *Relembrando os festejos do Senhor Divino*. Cuiabá: Terra Editora, 2000.

TEIXEIRA, Salete Kozel & NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. A Geografia das representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida. In: Geografia 13. São Paulo: Humanitas, 1999. P. 237-257.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia d Oliveira. São Paulo: Difel: 1983.

_____. Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valorização do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel: 1980.

FESTA DO SENHOR DIVINO. Cuiabá: Gráfica Print, 2013 (Fascículo).

Documentação

• **Arquivo da Casa Barão de Melgaço**

- *Acervo Família Mendonça*

- ACBM/FM 41 – texto sobre a realização da festa do Divino, sem autor. Cuiabá, s/data.

- ACBM/FM 128 – Panfleto contendo a oração do Divino Espírito Santo. Cuiabá, s/data.

- ACBM/FM 981 – Trova intitulada *Senhor Divino*, sem autoria. Cuiabá, 1969.

- ACBM/FM 982 – Edital convidando os fiéis para a festa do Senhor Divino, em comemoração dos 250 anos de fundação de Cuiabá. Cuiabá, 1969.

- ACBM/FM 991 – Cópia do texto *Senhor Divino*, s/autor. Cuiabá, s/data.

- *Acervo Família Rodrigues*

- ACBM/FR/DUNGA/PI/49. Textos inéditos e já publicados sobre a Festa do Senhor Divino.

- ACBM/FR/DUNGA/PI/51 – Poesia sobre a Festa do Divino

- ACBM/FR/DUNGA/PI/316 – Texto sobre a Festa do Divino

- *Entrevista*

FERREIRA, João Carlos Vicente. Cuiabá, 10 de junho 2013. Entrevistadora Suíse Monteiro Leon Bordest.

THOMPSON, Kenneth. Social pluralism and post-modernity. In: HALL, Stuart; HELD, David; MC GREW, Tony (Orgs.). *Modernity and its futures*. Cambridge: Polity Press/Open University Press, 1992.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: A FRONTEIRA COM O PARAGUAI PARA UM HISTORIADOR REGIONALISTA¹

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: THE BORDER WITH
PARAGUAY FOR A REGIONALIST HISTORIAN

Carla Villamaina Centeno²

RESUMO: Este artigo analisa a concepção de Virgílio Corrêa Filho, historiador mato-grossense, sobre a fronteira de Mato Grosso com o Paraguai. Corrêa Filho teve editadas mais de 30 obras e foi o estudioso que mais se aprofundou nos estudos históricos sobre o Estado. Bastante citado pela historiografia, foi também o autor que mais se destacou fora de Mato Grosso, sobretudo pelas suas atividades ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e ao Conselho Nacional de Geografia – CNG. Dirigiu o grosso de sua pesquisa ao período colonial e imperial e, quando tratou do período mais recente, época em que a fronteira sul foi ocupada, suas análises escassearam. Seus escritos temáticos sobre a fronteira, à época de sua colonização, visavam a atacar o monopólio da Matte Larangeira. Por mais que tenha se projetado nacionalmente, esse autor não conseguiu se desvincular de suas raízes cuiabanas e sua ligação com a fração burguesa contrária ao domínio dos monopólios, originária do comércio em Mato Grosso, é determinante nesse sentido. Corrêa Filho tornou-se a mais pura expressão do intelectual orgânico da burguesia comercial mato-grossense.

Palavras-chave: Fronteira com o Paraguai, Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho, Historiografia.

1 Este artigo foi publicado na Revista *Eletrônica Documento*, v. 7, n. 1 de 2012.

2 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Doutora em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

ABSTRACT: This article analyses the conception of Virgílio Corrêa Filho, a historian of Mato Grosso, about the border between Mato Grosso and Paraguay. Corrêa Filho had more than 30 works edited and was the scholar who most deepened into the historical studies of the state. Often quoted by historiography, he was also the author who was most noticed out of Mato Grosso, especially for his activities related to the Brazilian Historical and Geographical Institute – IHGB and the National Council of Geography – CNG. He led most of his research to colonial and imperial period and, when he discussed about the most recent period, a time when the border south was occupied, his analysis became scarce. His thematic writings about the border, at the time of its colonization, aimed to attack the monopoly of Matte Larangeira. As much as this author had been countrywide projected, he did not detach from his Cuiabá roots and his connection with the bourgeois faction against the dominance of monopolies, which are originary from the trade in Mato Grosso, is determinant in this regard. Corrêa Filho became the purest expression of organic intellectual of the commercial bourgeois of Mato Grosso.

Keywords: Border with Paraguay, Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho, Historiography

INTRODUÇÃO

Embora a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso - IHMT, em 1919, tenha incentivado o aumento do número de publicações sobre Mato Grosso, é possível verificar que poucas se referiram ao sul do estado e, sobretudo, à fronteira, no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A exceção refere-se aos estudos de Virgílio Corrêa Filho, autor de importância para o estudo da região na época tratada. Foi ele o primeiro historiador não acadêmico a abordar a fronteira, nesse período, mesmo que apenas nos seus trabalhos temáticos.

Historiador autodidata de vasta produção bibliográfica, tanto sob a forma de livros quanto de artigos sobre a história regional, Virgílio Corrêa Filho é merecedor de destaque dentre os nomes aqui focalizados. Foi ele o estudioso de Mato Grosso que, em seu tempo, produziu mais sistematicamente; foi o autor que mais se aprofundou nos estudos históricos sobre a região por força dos cargos que ocupou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e no Conselho Nacional de Geografia - CNG. Os cargos que ocupou, tanto na administração pública quanto em instituições culturais, facilitaram o acesso a inúmeras fontes, tanto primárias, quanto secundárias. Suas obras revelam uma grande riqueza de informações positivas.

Possui mais de trinta obras editadas sob as formas de compêndios históricos, biografias de figuras da memória local e nacional e de variadas temáticas, sem contar os inúmeros artigos produzidos em revistas de âmbito nacional e regional.

Nascido em Cuiabá em 1887, Virgílio Corrêa Filho era filho de família influente, os Alves Corrêa, e genro de Pedro Celestino Corrêa da Costa, importante chefe político local, ligado aos interesses das casas comerciais, no final do século XIX e início do século XX1. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Exerceu vários cargos na administração pública como engenheiro das Estradas de Ferro Noroeste do Brasil em Três Lagoas, de Rodagem da Chapada, da Central do Brasil e de Maricá. Foi diretor da Repartição de Terras em Cuiabá, em 1921, no governo de Dom Aquino. Em 1922, ocupou dois cargos no Governo de Pedro Celestino: Secretário de Finanças e Secretário Geral do Estado. A partir de 1925, segundo Saboya (1999, p. 4), passou a morar no Rio de Janeiro, mas “continuou prestando serviços ao seu Estado”, em especial pelas indicações para o exercício de cargos públicos após a implantação das Interventorias, em 1930. Foi membro fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso - IHMT e da Academia Mato-grossense de Letras, bem como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, ocupando, ainda, nesta instituição, o cargo de secretário. Durante 30 anos colaborou com o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Em 1950, ocupou o cargo de secretário geral do Conselho Nacional de Geografia - CNG e, em 1956, a cadeira que pertenceu a Oliveira Vianna na Academia Portuguesa de História.

Para Saboya (1999, p. 138), seu papel como colaborador no IHMT e na Academia Mato-grossense de Letras estava comprometido com a formação de uma identidade mato-grossense, tendo permanecido, ainda hoje, como parâmetro para os pesquisadores. Mais tarde, vinculado a instituições como IHGB e CNG, órgãos que colaboraram no sentido de estabelecer um consenso à política getulista de centralização do poder e de construção do Estado Nacional, Corrêa Filho teria sido um intelectual aliado do regime, cuja finalidade era a legitimação da ditadura de Vargas.

Segundo essa historiadora, a maioria de suas publicações “expressam seu interesse pela realização da propaganda de Mato Grosso, cuja finalidade seria a defesa da integração nacional” (SABOYA, 1999, p. 5). Corrêa Filho é subentendido como um intelectual orgânico de uma genérica “classe dominante”, que colaborava, pela forma exposta, com a

propaganda varguista. A autora não especifica a qual fração de classe que ele servia, nem quais os interesses que concretamente a informavam.

Em artigos levantados por Saboya (1999), Corrêa Filho expressaria a preocupação com a nacionalização da fronteira; teria defendido a colonização dos terrenos fronteiriços por meio de núcleos constituídos por “brasileiros natos”. A atividade, para ele, já estava sendo concretizada pelo governo com o Instituto de Colonização Nacional, projeto desenvolvido pelo Major Frederico Rondon (SABOYA, 1999, p. 58). A adesão ao nacionalismo, por Corrêa Filho, ainda segundo a autora, é demonstrada não somente pelo seu apoio ao Governo Ditatorial, mas pela sua inscrição como sócio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, criada em 1932, que, conforme a autora, era contra a permanência de estrangeiros nas fronteiras (SABOYA, 1999, p. 59).

Embora a incorporação do nacionalismo, indicada por esta autora, não possa ser excluída, é importante apontar a necessidade de deslindar quais são as teses do nacionalismo que o autor incorpora. Parece que o ideário bem como a adesão ao governo Vargas só interessaram a Corrêa Filho à medida que muitas ideais defendidas pelo regime se aproximavam dos interesses defendidos pelo grupo ao qual era ligado em Mato Grosso. Considera-se que a defesa da nacionalização na fronteira visava a desestruturar a fração burguesa ligada à Companhia Matte Larangeir², monopólio do matte na região, como se revela no decorrer desta análise. Ou, melhor explicando, suas preocupações estavam radicadas em Mato Grosso e se originaram das lutas travadas entre as frações locais da classe burguesa, embora pudessem, em alguns momentos, incorporar teses do nacionalismo.

A FRONTEIRA VISTA COMO LIMITE GEOGRÁFICO

Ainda que tenha se referido à fronteira e que este tema seja recorrente em seus escritos³, analisando a parte pertinente da produção de Corrêa Filho, uma evidência observada é a de que a fronteira só é referida por esse autor com a preocupação de discutir a definição de limites. Observa-se que são escassas, ou praticamente inexistentes, as informações sobre a fronteira na época analisada neste trabalho, ou seja, na época em que a fronteira foi efetivamente colonizada. Isso ocorre nas obras de caráter mais geral, ou seja, naquelas em que o autor trata a história em Mato Grosso. Essa lacuna se acentua pelo fato de grande parte de suas análises ser dirigida ao período colonial e imperial, fase em que a fronteira mereceu atenção, exclusivamente, como definição de limites e espaço a ser defendido pela metrópole ou mais tarde, pelo Império. Daí as fortificações e presídios militares

terem se sobressaído na estratégia de ocupação. Em *As Raias de Mato Grosso*, a fronteira é seu objeto de pesquisa nessa perspectiva. Essa obra é uma coletânea composta de quatro volumes: *Fronteira Septentrional* (vol. I, 1924), *Fronteira Oriental* (Vol. II, 1925), *Fronteira Meridional* (Vol III, 1925a) e *Fronteira Occidental* (vol. IV, 1926). Embora tenham sido escritos na década de 1920, nota-se que, em se tratando da fronteira meridional – com o Paraguai –, o autor não aborda os acontecimentos ocorridos após a Guerra com o Paraguai, senão os referentes ao processo de demarcação das *raias* correspondentes. Abre-se uma lacuna, então, em razão de que a colonização da região se deu após este conflito. Segundo ele, o objetivo da coletânea foi: “o estudo da fixação das raias de Matto Grosso” (1926, p. 212). A preocupação com as fronteiras fica, então, reduzida à definição dos limites.

Se quisermos analisar o pensamento do autor sobre a fronteira, no período tratado, é necessário adentrar as obras em que ele abordou temas específicos, como o da erva-mate, por exemplo. Mas, mesmo quando estuda a erva-mate e a fronteira, é possível observar que, nas obras correspondentes, as análises sobre o desenvolvimento, a economia, a cultura e a educação não têm a profundidade e a extensão requeridas. Seu enfoque é político-administrativo.

Outra observação é que, de uma maneira geral, suas posições políticas são amainadas, expostas sutilmente, o que obriga, para entendê-las, o estudo mais detalhado do contexto vivido pelo autor. O estilo conciliador se revela, ainda, na forma como aborda a historiografia. Polêmicas e controvérsias com autores não são flagradas nas obras de caráter geral, o que não significa que Corrêa Filho utilize poucas fontes. Percebe-se a riqueza de seus escritos, também, pelas inúmeras obras citadas e sua preocupação de lastrear, com elas, suas interpretações. Corrêa Filho tinha um vasto conhecimento das obras, não só as de caráter historiográfico, mas, também, as literárias e o uso dessas fontes servia ao autor para dar consistência empírica às suas teses e para florescer o estilo.

As polêmicas estão mais evidentes nos artigos de periódicos, em jornais locais, na *Revista do IHGB* e no *Jornal do Commercio*, nos quais polemiza com adversários políticos e com a historiografia⁴. Nesses escritos ficam evidenciadas a defesa do regionalismo, a fração de classe que representa, aspectos que tornam inteligíveis as suas abordagens sobre Mato Grosso e sobre a fronteira.

Observa-se em quase todas as obras, com exceção daquelas que tratam da erva-mate, que a fronteira só é referida para retratar e reviver os feitos heróicos dos militares responsáveis pelas lutas que garanti-

ram a expansão do território português e, após a independência, do território brasileiro.

Seus textos, inclusive *As Raias de Mato Grosso*, estão recheados de fatos heroicos do período colonial, época preferida do autor em seus escritos que dizem respeito a Mato Grosso, exceto naqueles em que discorre sobre tema mais específico. Chega a ser curioso o extenso volume de páginas dedicado a esse período em suas obras. A título de exemplo pode-se citar a obra *História de Mato Grosso*, publicada em 1969, uma das obras comentadas proximamente, em que das aproximadamente 600 páginas dedicadas à organização administrativa e política de Mato Grosso, mais de 400 cobrem o período colonial. Outras cem páginas são reservadas ao Período Imperial, enquanto pouco mais de 30 páginas são destinadas ao Republicano.

Uma de suas primeiras publicações de caráter geral é *Mato Grosso*, obra editada em 1920 e encomendada para compor o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, proposto pelo IHGB com a finalidade de comemorar o Centenário da Independência. Grande parte da obra, segundo Corrêa Filho (1939, p.VI), fora elaborada em 1919, para festejar as comemorações do bicentenário da colonização de Mato Grosso. O autor acrescentou mais informações e, obedecendo ao plano do IHGB, compilou dados sobre várias temáticas acerca do Estado. Editado novamente em 1939, no governo do Interventor Julio Muller (1937-1945), o autor acrescentou algumas informações de caráter estatístico sobre as décadas posteriores.

Basicamente é uma obra de conteúdo informativo; condensa informações descritivas e fragmentadas sobre História Política, Militar, Religiosa, Artística, Literária e Administrativa, Homens Notáveis, Limites, Clima, Fauna, Flora, Municípios, dentre outros assuntos. No entanto, é possível perceber que, mesmo obedecendo a um plano já determinado e limitado em virtude da finalidade a que se destinava, a concepção de Corrêa Filho aproxima-se do positivismo pelo desejo de descrever os fatos tais como eles se apresentam. Ainda percebe-se a influência do positivismo na exposição dos fatos, sobretudo os administrativos, que seguem uns após os outros, evolutivamente.

Em *Mato Grosso*, a fronteira aparece em segundo plano nos assuntos que tratam da defesa e definição de limites, durante os períodos colonial e imperial, ou nos municípios arrolados em que descreve dados informativos e estatísticas sobre instrução, economia, erva-mate etc.

Outro traço característico dessa obra é a falta de uma posição mais incisiva quando trata de temas controversos. Corrêa Filho mascara conflitos, não declara abertamente suas posições. Nesses momentos,

o autor torna-se ambíguo ou conciliador na exposição das disputas históricas em Mato Grosso. Um exemplo pode ser dado pela forma como trata dos conflitos entre jesuítas e bandeirantes. Corrêa Filho admite a existência de luta “entre a audácia forte dos bandeirantes e a energia abnegada dos jesuítas” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 71) e acaba lamentando a expulsão desses padres. Mas, ao mesmo tempo em que parece manter certa distância dessa questão, em várias partes da obra é possível verificar a apologia que faz aos bandeirantes: “Assim, balizaram os bandeirantes, com o seu trágico martírio, o heróico avanço para o Ocidente. Louvando-lhes a ousadia sem par, a Coroa Portuguesa, norteadada pelo espírito lúcido de Alexandre de Gusmão, valer-se-ia dessa colaboração espontânea dos seus patrícios, para sustentar as bases do tratado dos limites” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 18). Aliás, a imagem dos bandeirantes é construída sutilmente por ele. Isso pode ser observado em várias partes de seus escritos, nas quais sempre frisa a importância dos bandeirantes, ressaltando a coragem e o pioneirismo, características que teriam influenciado na constituição do povo cuiabano. Há um trecho, inclusive, em que o autor tenta redimir os bandeirantes, acusados de destruírem as missões jesuíticas e de serem identificados com o ateísmo. Busca, para tanto, uma compensação na formação religiosa desses pioneiros, argumentando que os bandeirantes, em suas andanças, não ficavam sem capelão (CORRÊA FILHO, 1939, p. 71-72).

Suas elaborações se iniciam sempre com a saga dos bandeirantes, indo do período colonial ao imperial, descrevendo, em seguida, as realizações dos mais afamados administradores de Mato Grosso, como Rolim de Moura, Luis de Albuquerque, Leverger dentre outros. Mas, à medida que vai se aproximando da República, a quantidade de informações diminui sensivelmente. Dos conflitos instalados nessa época, apenas deixa entrever alguns indícios por meio de expressões que reconheciam a ocorrência de “discontinuidades governativas” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53). Estas estariam no relato que faz da História Administrativa do Estado, que é vista evolutivamente, ao sabor de “movimentos de ascensão e descensão, no diagrama de sua marcha” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52-53). As disputas políticas são suscitadas por expressões como “fortes comoções”, “setenio agitado”, “intervaladas de calma asfixiantes” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52).

Ainda na obra, *Mato Grosso* (1939), faz questão de elogiar os governos com os quais teria se compatibilizado politicamente, tal como o dos republicanos de 1892, envolvendo o Presidente do Estado Manoel

Murtinho e o seu vice, Antônio Corrêa, ambos vistos como administradores que se esforçaram para desenvolver Mato Grosso, “dotando-o de órgãos apropriados ao trabalho” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52). O Primeiro governo de Pedro Celestino (1907-1912) é citado como reconstrutor, porém a sucessão, beneficiando seus adversários, teria desencadeado “agitações partidárias” que resultaram em Intervenção Federal. A administração de D. Aquino Corrêa, bispo cuiabano que assumiu em 1917, da qual participou como diretor da Repartição de Terras, também é ressaltada e seu titular é visto como “brilhante reconstrutor” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52). Na avaliação de Corrêa Filho, Pedro Celestino tinha “[...] a segurança de quem se dispunha a cumprir sensato programa administrativo, continuado pelo seu substituto interino, vice-presidente Dr. Estevão Corrêa” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53). Segundo ele, após este governo, Mato Grosso sofreu novamente *descontinuidades governativas*, referindo-se à gestão de seu inimigo político, o Dr. Mário Corrêa da Costa, dissidente do grupo de Pedro Celestino, que assumiu o Governo em 1926: “A discontinuidade (sic) governativa rompe, de novo, em 1926, e fomentada pelas conseqüências das revoluções de 1930-1932, vem até o surto do Estado Novo” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53).

Os governos pós Revolução de 1930, em Mato Grosso, quase não são referidos, a não ser em algumas estatísticas relativas às finanças, à educação, dentre outras. Quanto ao Estado Novo, percebe-se o otimismo do autor em face do Governo Vargas, que prometia “esplêndidas realizações” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53).

É importante esclarecer que o elogio aos governos anteriormente citados tinha suas origens nas opções políticas do autor. Mesmo não declaradas, podem ser facilmente detectadas se se consegue entrever as disputas travadas pelas frações da burguesia local, nesta época. As divergências políticas de Corrêa Filho só aparecem ao se referir aos “inimigos” de Pedro Celestino, quais sejam, os políticos dissidentes deste chefe local, ligado aos interesses da casa comercial.

As origens desses conflitos tinham suas raízes na disputa entre as frações da burguesia pelas concessões de terra e pelo domínio econômico regional, sobretudo nos finais do século XIX e início do XX, quando a região sul começa a se desenvolver, alterando todo o quadro político de Mato Grosso.

Essas disputas começaram a se agravar com a entrada das empresas monopolistas no cenário local. Segundo Alves (1984), com a instalação das empresas monopolistas em Mato Grosso, iniciou-se um processo de disputa pelo controle político entre os representan-

tes destas empresas e os das casas comerciais. Antes do advento das empresas monopólicas estrangeiras, a casa comercial controlava o cenário econômico regional. De acordo com Alves (1984), desde o final do século XIX até a primeira década do século XX, o papel da casa comercial não se restringia à comercialização de mercadorias, pois, também, representava os bancos, ainda inexistentes na região, intermediando os interesses do capital financeiro, as concessões e os investimentos regionais. Dessa forma, os produtores regionais, proprietários de terras, usineiros, dependiam da casa comercial até mesmo para a obtenção de créditos

Deduzindo todas as conseqüências do monopólio que a casa comercial exerceu sobre a navegação, do comércio de importação e de exportação, pode-se afirmar que todos os produtores regionais, sem exceção, dependeram da casa comercial para efeito de abastecimento e escoamento de mercadorias, o que os colocou sob controle irrestrito desta. Também insinuou-se claramente, nesse momento em que a casa comercial era a principal incentivadora da diversificação da produção mato-grossense, a presença de um novo mecanismo, que passava a mediar as relações entre comerciantes e produtores: o *crédito*. (ALVES, 1985, p.28)

Além disso, a casa comercial passou, ainda no final do século XIX, a se envolver diretamente na produção, arrendando e comprando terras para a exploração da borracha e criação de gado. Após esse período, a casa comercial foi substituída diretamente pelas empresas estrangeiras monopólicas, iniciando-se, assim, uma luta intensa da casa comercial contra os novos representantes do capital financeiro. Especificamente no caso da fronteira com o Paraguai, a disputa foi com a Companhia Matte Larangeira, o monopólio combatido por Corrêa Filho.

As lutas coronelistas, no início do século, tiveram como principais representantes o Cel. Generoso Ponce e a família Murtinho. Ponce era comerciante e influente coronel do final de século XIX e início do século XX. Liderou várias “revoluções” armadas em Mato Grosso. As lutas mais intensas iniciaram-se com a derrubada do General Antônio Maria Coelho, primeiro Presidente do Estado após a República, que tentou afastar de seu governo membros do ex-Partido Liberal, isto é, os partidários de Ponce, criando o Partido Nacional. Em contrapartida, Ponce fundou o Partido Republicano e se uniu a Antônio Azeredo e a Joaquim Murtinho, conseguindo a exoneração de Maria Coelho. No ano seguinte, em 1892, essa aliança foi efetivada com a eleição

de Manoel Murтинho, irmão de Joaquim Murтинho, pela Assembleia Constituinte.

Em 1899, a aliança foi rompida com a indicação de candidatos diferentes para assumir a Presidência do Estado. O candidato de Ponce venceu as eleições, mas o usineiro Totó Paes, com o apoio de seu aliado Joaquim Murтинho, à época Ministro da Fazenda de Campos Sales, liderou a Divisão Patriótica Campos Salles a fim de derrubar o candidato de Ponce. Totó Paes sitiou Cuiabá e realizou um acordo com a Assembleia, impedindo a posse do candidato eleito (CORRÊA, 1995, p. 92-93). Essa luta se refletiu em todo o estado envolvendo, também, os coronéis sulistas (CORRÊA, 1995, p. 94). Anos depois, em 1906, os ex-adversários, Ponce e Murтинho, uniram-se e formaram a *Coligação* visando lutar contra o Governo de Totó Paes (CORRÊA, 1995, p. 99).

Assim, desde o advento da República até os anos de 1910, quando foram substituídos por outras lideranças, Ponce e Murтинho controlaram o poder, aliando-se quando os seus interesses convergiam e desentendendo-se quando suas reivindicações se confrontavam. Murтинho era presidente do Banco Rio e Mato Grosso, que tinha como um de seus fundadores o Banqueiro Mayrinck, também fundador, segundo Faria (1993, p. 215), do Banco Constructor do Brazil. Carone (1978) afirma que Mayrinck foi diretor do Banco dos Estados Unidos do Brasil, proprietário do Jornal *O Paiz* e que se ligara a “uma série de outras empresas” (CARONE, 1978, p. 107- 108). Além disso, a família Murтинho associou-se ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, que já possuía negócios com Larangeira, o pioneiro na exploração dos ervais do sul, e era importante representante do capital financeiro, vinculado a Buenos Aires⁵. A família Murтинho, com amplos poderes tanto no Estado quanto no Governo Federal, passou, então, a controlar as concessões em Mato Grosso em favor de suas empresas. As lutas entre essas duas frações da burguesia, na época em consideração, manifestaram-se numa disputa por controle político e econômico da região sul do Estado, acarretando inúmeros conflitos na região fronteira.

Em 1911 morreram Joaquim Murтинho e Generoso Ponce. A Companhia Matte Larangeira passou a ter o apoio do senador Azeredo que, desde então, disputou com Pedro Celestino, herdeiro político de Ponce, o controle do Estado.

O Governo de Murтинho e de Antônio Corrêa, exaltado por Corrêa Filho, teve seus membros indicados pela aliança da qual participou, também, o grupo defendido por Corrêa Filho, qual seja, o

grupo de Ponce e de Pedro Celestino. Este último, Pedro Celestino, à frente de outra administração, também figura como bom governo. A administração Dom Aquino, igualmente reverenciada por Corrêa Filho, que nela assumiu, inclusive, um cargo de primeiro escalão, teve como base angular a conciliação política entre as duas principais facções políticas de Mato Grosso. As “descontinuidades”, expressão utilizada pelo autor para caracterizar as gestões administrativas de adversários, foram associadas, por exemplo, às “revoluções” como a que derrubou Ponce. A “descontinuidade” também teria marcado o Governo de Mário Corrêa da Costa, que se incompatibilizou com Pedro Celestino. Corrêa Filho sentiu-se atingido, daí a disputa com Mário Corrêa.

Essa luta política desembocou em diversas publicações⁶, organizadas e condensadas por Corrêa Filho na série *Polêmicas*. As primeiras animosidades iniciaram-se com a recusa do nome de Virgílio Corrêa Filho para Presidente do Estado, devido às divergências entre Azeredo e Pedro Celestino (SABOYA, 1999). Em seu lugar foi indicado Mário Corrêa da Costa, candidato originário de um acordo entre os diversos grupos. Segundo Saboya (1999, p. 84), Mário Corrêa da Costa foi escolhido por Pedro Celestino, a partir de uma lista de oito nomes, encaminhada pelos deputados Aníbal de Toledo e João Celestino e indicada pelo Ministro Afonso Pena Junior. Assim que assumiu, Mário Corrêa da Costa fundou o Partido Democrata e nomeou como Secretário Geral o Dr. Manoel Paes de Oliveira, cargo almejado por Corrêa Filho. Essa secretaria, alguns meses depois, foi desmembrada em duas, que “tomaram respectivamente as denominações de Secretaria do Interior, Justiça e Finanças e Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas [...] cuja presença já se impunha há quinze annos passados pelos congestionamentos dos serviços públicos” (MATO GROSSO, 1926, p. 13-14). Assumiram-nas, respectivamente, Dr. Manoel Paes Oliveira e Dr. Carlos Gomes Borrvalho (MATO GROSSO, 1926, p. 39). Para Saboya (1999), Corrêa Filho foi chamado para reorganizar os serviços da administração do norte do Estado, cargo este recusado por ele. Mais tarde, Mário Corrêa da Costa, em sua Mensagem de 1926, publicada posteriormente na *Gazeta Oficial*, criticou a administração das finanças do governo anterior. Tendo dela participado, Corrêa Filho reagiu e publicou uma série de artigos, transformados, mais tarde, nas publicações referidas.

O que importa destacar é que essa disputa, no fundo, teve suas origens na adesão de Mário Corrêa e de seus secretários, Manoel Paes de Oliveira e Carlos Gomes Borrvalho, ao grupo do senador Azeredo,

ou melhor traduzindo, à política da Companhia Matte. No Governo de Mário Corrêa foram renovadas as concessões e revogadas, pela Lei n°. 694 de 1927, as Resoluções n°. 911 de 1924, que limitava em 1 milhão de hectares a área de arrendamento dos ervais, e a n°. 930 de 1925, que reservava para venda uma área pertencente ao município de Ponta Porã, por meio de lotes de 3.600 hectares, ambas do Governo anterior de Pedro Celestino. No ano seguinte, o governo de Mário Corrêa aumentou em mais 900 mil hectares as terras arrendadas à Companhia, totalizando 1,9 milhão de hectares a área arrendada. (MATO GROSSO, 1927 *apud* ARRUDA, 1986, p. 308). Os três administradores, Mário Corrêa, Manoel Paes e Carlos Borralho são as personagens atacadas nos artigos da coletânea *Polêmicas*. Manoel Paes era acusado por Corrêa Filho de influenciar Mário Corrêa nos ataques à administração anterior e Carlos Borralho por ter “preocupações rasteiras dos gorjeteiros” (CORRÊA FILHO, 1927 *apud* SABOYA, 1999, p.103). Saboya (1999) deixa entrever, numa das citações de Corrêa Filho, que essa acusação referia-se ao fato de Carlos Borralho ter recebido propina no processo de medição das terras arrendadas à Companhia Matte, em 1922, período em que era Secretário de Agricultura do Governo Pedro Celestino.

A descrição exposta demonstra que as disputas entre as frações da burguesia mato-grossense aparecem de maneira sutil nas obras gerais de Corrêa Filho, mas ganham clareza nos artigos da imprensa periódica. Revelam-se, então, tomadas pelo regionalismo da burguesia comercial, francamente contrária ao monopólio e que, à época, disputava com os representantes locais do capital financeiro o controle político em Mato Grosso.

Também, em *Mato Grosso* (1939), é possível perceber a postura conciliadora do autor ao analisar a atuação do Estado em relação à questão de terras. Segundo Corrêa Filho (1939), este, em Mato Grosso, não teria conseguido promover eficientemente o serviço de colonização, daí as famílias terem se organizado espontaneamente para conseguir terras. Excetua, somente, a colônia de Terenos, organizada por Pedro Celestino, que teria conseguido prosperar (CORRÊA FILHO, 1939, p. 180-181). Não encontrou-se, em nenhum momento, alusões ou crítica à falta de apoio à colonização; nenhuma denúncia sobre a posse indevida de terras, sobre a conivência do Estado nos casos de grilagem, sobre a omissão ou inoperância do governo, suas lutas internas e os conflitos que envolviam migrantes, bastante comuns e problemáticos. Ainda em se tratando da questão de terras, Corrêa Filho (1939, p.197) defendeu a necessidade da formação de latifúndios

exclusivamente em determinadas áreas, como o Pantanal, local em que, pelas enchentes e características naturais, tornam-se necessárias grandes áreas para a exploração lucrativa da pecuária.

Essa característica dos escritos de Corrêa Filho de não polemizar, de não assumir posição clara e objetiva e de não expor abertamente as mazelas da sociedade, também pode ser percebida em *História de Mato Grosso*, escrita em 1959 e publicada somente em 1969, por dificuldades de financiamento (SABOYA, 1999, p.173). Essa obra, de caráter geral, retrata a História de Mato Grosso desde o período colonial até a República.

Mesmo sendo publicada dez anos depois de ter sido escrita, não inseriu dados posteriores a 1959. Talvez para não alterar os originais, o autor se limitou a tecer poucas considerações sobre acontecimentos e dados mais recentes na introdução da obra.

Na parte introdutória, afirma que, após 1959, Mato Grosso viveu “indícios inequívocos de transformação” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 17), referindo-se aos financiamentos que visavam à construção das obras de aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Paraná, iniciados nos anos 1950 e intensificados nos anos 1960. Vê com otimismo os investimentos nas áreas agrícolas e industriais, bem como os “destinos do estado, acorde com os vaticínios otimistas do Embaixador Lincoln Gordon” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 22). Em visita ao Estado, Gordon teria assegurado que estar em Mato Grosso era “recordar nosso próprio país, tal a semelhança na sua dimensão e característica de grandeza” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 20). Acerca da ditadura de 1964, nada comenta abertamente.

A obra é dividida em capítulos assim intitulados: A Terra, O Homem, A Conquista, Na Hinterlândia Mato-grossense, Ciclo da Mineração Aurífera, Organização Política, Criação da Capitania, Lutas Fronteiriças, Consolidação, Ocaso do Regime Colonial, Pacificação Perturbada, Atividades Políticas e Aspectos Sociológicos.

O peso atribuído ao período colonial no processo de formação de Mato Grosso também se repete.

Nesta obra, ao contrário de *Mato Grosso*, há uma descrição mais pormenorizada das “revoluções”, “embates” e “vinganças partidárias”. Mas tais lutas são descritas sem que haja uma análise de seus determinantes econômicos. O discurso não direto e floreado, bem ao gosto barroco, torna mais difícil a compreensão.

É facilmente detectada, como já foi observado anteriormente, a sua identificação com o Governo de Manoel Murinho e Antônio Corrêa da Costa, com o governo de Pedro Celestino e com o de Dom Aquir-

no Corrêa. Foram eles os únicos que mereceram uma descrição mais detalhada das obras empreendidas. É possível observar, também, sua oposição à Companhia Matte Larangeira e a adesão a Pedro Celestino na Questão do Matte e nas resoluções de seu governo que diminuíram a área arrendada. Acerca de Mário Corrêa é bastante irônico e crítico. Segundo ele, Mário Corrêa, ao romper com o celestinismo, “esperdiçou energias em lutas estéreis, que inspiraram as suas mensagens, transformadas em pelourinho dos adversários” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614). Comenta, também, a “desorientação administrativa” de seu governo e ironiza o partido criado por ele, o “Democrata”, para combater Pedro Celestino e seus aliados (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614).

Crítica, ainda, o segundo Governo de Mário Corrêa afirmando ter ocorrido uma intervenção federal, em 1935, pois, em seu entendimento, essa administração “desmandou-se, provocando reação parlamentar, contra a qual ocorreu inominável atentado” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614). Superficialmente, alega, em nota final, que esse atentado teria ocorrido contra dois senadores e que, à época do governo Mário Corrêa, eram poucas as garantias de vida aos opositores. Acerca dos governos dos interventores federais, nos inícios dos anos 1930, afirma que foram breves e se sentiam “inseguros em suas comissões, à mercê das agitações políticas no país”, daí ter o autor se limitado apenas a *relacionar seus nomes* na lista de governantes de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614).

A posição de Corrêa Filho, com exceção de seus adversários mais diretos, mais uma vez se revela ambígua, pois preferiu não assumir nenhuma opinião clara em face desses últimos governos. Também o estilo pouco direto e floreado contribuiu para impedir que fossem explicitados os determinantes das “agitações” por ele referidas (CORRÊA FILHO, 1969, p.614). Quanto a Julio Muller, só comentou que teria sido eleito pela Assembleia, em 1937, e, com pouco mais de um mês após sua posse, teria aceitado o cargo de Interventor durante o Estado Novo. Não apresentou nenhuma realização das administrações após 1930, inclusive da referente a Julio Muller. A exceção foi o governo de Fernando Corrêa da Costa, que, assumindo em 1951, realizou negociações para a construção de obras visando ao aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Paraná.

Corrêa Filho expõe os governos sucessivamente como se a tendência natural fosse a de uma evolução contínua. As administrações às quais se ligou politicamente realizavam a tendência natural, mas não as de oposição, as responsáveis pelo aguçamento dos conflitos. Elas

interrompiam e comprometiam essa tendência. Ou seja, está-se diante de uma forma de interpretação de história, como o próprio autor informa em sua obra *Mato Grosso* (1939), marcada por “movimentos de ascensão e descensão, no diagrama de sua marcha” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52).

Ainda em *História de Mato Grosso*, há um capítulo que aborda a fronteira, intitulado *Lutas fronteiriças*. Nele, essas “lutas” se resumem àquelas travadas no século XVIII, para a definição dos limites territoriais da colônia.

No capítulo denominado *Aspectos sociológicos*, dispõe os dados dentro de temáticas intituladas *Evolução demográfica, Hábitos e costumes, Peculiaridades lingüísticas, Vida religiosa, Evolução financeira e Desenvolvimento econômico*. É possível detectar que o grosso de sua pesquisa, mesmo tratando de Mato Grosso, tem como referência Cuiabá e, sobretudo, o período colonial. Cuiabá teria sido, ao contrário de Vila Rica e de Vila Boa de Goiás, um “condensador demográfico”, a vila que se manteve fiel ao núcleo bandeirante. Nota-se a preocupação do autor em ressaltar a peculiaridade cuiabana.

Vivaz flor de civilização, desabrolhada no coração da América do Sul, a mais de quinhentas léguas do litoral atlântico, ingressou Cuiabá na História do Brasil, como surpreendente e espontânea criação do gênio bandeirante, extreme de influxos externos. Nenhuma das contemporâneas se lhe equipara no tocante à legitimidade da sua origem, em que não colaboraram fatores estranhos. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 205)

Nas demais vilas citadas, segundo sua ótica, a colonização não foi iniciativa exclusiva dos bandeirantes. No caso de Vila Rica, houve interferência dos emboabas e, no de Vila Boa de Goiás, a dos administradores da Capitania de São Paulo.

Os heróis e até mesmo os traços culturais mato-grossense eram cuiabanos ou *cuiabanizavam-se*. Na descrição relativa aos “hábitos e costumes” dos mato-grossenses, é clara sua tendência de se restringir aos costumes cuiabanos. Para ele, Cuiabá teria preservado a cultura bandeirante, até mesmo no âmbito da língua e da pronúncia (CORRÊA FILHO, 1969, p. 654). . Em Corrêa Filho é possível observar a necessidade de buscar o passado pioneiro de Cuiabá, ressaltando a coragem dos bandeirantes e a permanência de sua “cultura”. Intrépidos e enérgicos, os bandeirantes teriam imposto costumes que se difundiram e passaram a caracterizar os cuiabanos. As danças, músicas, festas retratadas pelo autor são as setecentistas, isto é, permanece sempre a

influência do período colonial sobre todos os outros. Em nenhum momento há uma condenação ou visão moralista sobre as manifestações culturais, sobre os costumes ou sobre a maneira de ser dos cuiabanos. No fundo, há a defesa das qualidades raciais e os costumes bandeirantes, que determinaram a formação do povo e foram preservados graças, também, à distância dos centros mais desenvolvidos e a falta de comunicação eficiente. O mato-grossense – cuiabano – aparece sem nenhuma mancha em sua história, é sempre forte e destemido.

Em *Mato Grosso* (1939) há uma parte intitulada *O Cuiabano*, onde descreve a contribuição das “raças” para a formação da população que habitava a capital. Confirma a existência da contribuição do negro e do índio para a composição e formação do povo cuiabano, mas o peso maior dessa formação “provém da mais legítima estirpe dos bandeirantes” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 253).

Mas essa “legítima estirpe” já fora, antes, alvo de cruzamento com o índio, que teria assegurado ao bandeirante certas qualidades de comportamento. Numa passagem de *História de Mato Grosso*, incorpora as idéias de Paulo Prado, citando, inclusive suas afirmações sobre os benefícios desse *cruzamento*.

O cruzamento com o indígena, sintetizou a propósito Paulo Prado, corrigiu de modo feliz a excessiva rigidez, dureza, inteiriça e fragueira do colonizador europeu do século XVI; o índio, nesse amálgama, trouxe o elemento mais afinado, a agilidade física, os sentidos mais apurados, a intensa observação da natureza quase milagrosa para o homem branco. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 99)

A valorização das origens bandeirantes e a prevalência destes pioneiros na composição da “raça” cuiabana se manifestam em referências nas quais os mato-grossenses são vistos como os “genuínos descendentes dos bandeirantes que lhes formaram o componente racial preponderante” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 104). Em outra passagem, na qual discute os “componentes étnicas modernas (sic)”, faz questão de reforçar que a formação do cuiabano provém de boa parte da população de São Paulo e, em proporções reduzidas, de outros componentes raciais (CORRÊA FILHO, 1969, p. 112).

Ainda nesse item, apresentando apenas dados estatísticos de forma muito sucinta, discutiu a chegada de migrantes no sul do Estado: as famílias mineiras que povoaram o sul pela fronteira meridional, bem como estrangeiros assim elencados: italianos, franceses e, em menor número, uruguaio e argentinos que se fixaram em Corumbá devido

à abertura do Rio Paraguai após a Guerra. Os gaúchos também foram lembrados, atraídos pelos campos da fronteira meridional, e os nordestinos, mobilizados pelos garimpos, bem como “populações da América do Sul”. Não citou a migração paraguaia, contingente que influenciou de forma bastante expressiva o sul do estado. Também omitiu a presença do boliviano. Certamente, estariam engrossando as estatísticas daquilo que Corrêa Filho denominou “América do Sul”, correspondente à maior composição estrangeira em termos numéricos⁸ (CORRÊA FILHO, 1969, p. 113).

Após essa descrição, é possível afirmar que o desvelamento das idéias do autor, sobre o sul e sobre a fronteira, demanda a análise de suas obras temáticas, sobretudo *À sombra dos ervais matogrossenses* (1925 b) e *Ervais e ervateiros do Brasil* (1957).

À sombra dos ervais mato-grossenses, volume quatro da coletânea denominada *Monografias Cuiabanas*, foi publicada em 1925. Das obras de Corrêa Filho que versam sobre a fronteira ou a ela se referem, esta é a mais rica em informações e, sobretudo, a mais expressiva por captar as contradições do período abordado, a que mais expõe as divergências políticas do autor. Virgílio Corrêa Filho, à época, era Secretário de Estado e a Matte Larangeira detinha o domínio econômico local. A obra é um expressivo registro das posições assumidas pelo grupo contrário ao monopólio, ainda no calor dos acontecimentos. O autor aborda a exploração da erva-mate mato-grossense, com atenção especial às concessões dos ervais e aos conflitos políticos que derivaram do monopólio exercido pela Companhia Matte Larangeira. A obra realizou, sobretudo, uma exposição de suas divergências com relação à Matte; a fronteira tornou-se pano de fundo para o autor fazer a defesa dos interesses do capital comercial instalado em Mato Grosso.

Nessa obra o autor é mais enfático na defesa de suas posições e bastante objetivo nos ataques à Empresa e ao monopólio que exercia.

Denunciou a política de arrendamento dos ervais que, em sua opinião, resultava na concessão de “privilégios”. A onda de “privilégios” teria se iniciado com Tomaz Larangeira, que arrendou os ervais sem concorrência em razão da ação de seus “protetores”, Barão de Maracaju e Antônio Maria Coelho (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 15-18). Larangeira vendeu a concessão em 1892 e os favores foram estendidos, então, para os Murtinho, que formaram uma “pseudo-companhia”¹⁰, a Companhia Matte Larangeira. Ou seja, Larangeira teria constituído uma empresa para vendê-la, logo depois, para que os Murtinho pudessem assumir a concessão, intransferível à época. O autor denunciou os privilégios obtidos por esse grupo e a relação

entre o público e o privado em Mato Grosso. Denunciou, também, a destruição ecológica decorrente do corte sem controle dos ervais, praticado pela empresa (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 33- 35).

Colocou-se politicamente ao lado dos gaúchos, pequenos posseiros que realizaram uma acirrada campanha contra a Companhia, promovendo revoltas armadas e vários conflitos localizados no sul do Estado. Os comerciantes, visando minar ao monopólio, aliaram-se aos gaúchos que já se manifestavam contra a Matte Larangeira.

Foi clara sua posição contra os “latifúndios”, na região, ao apoiar o grupo que tentou diminuir a área de concessão para a Companhia, a partir de 1906, quando esta empresa enviou projeto para aprovação da Assembléia, procurando antecipar a prorrogação do monopólio. Corrêa Filho se manifestou favoravelmente à Comissão de Indústria, da qual seu pai, o deputado Virgílio Alves Corrêa, era um dos membros. Nessa Comissão, segundo ele, “contra a idéia da criação de latifúndios dominados por sindicatos estrangeiros, prevaleceu a tendência proteccionista de colonização nacional, que á primeira visava refrear” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 53). Discutiu nessa obra, ainda, a disputa travada na *Questão do Matte*, campanha movida por Pedro Celestino que visava negar a renovação de arrendamento à empresa e vários favorecimentos por ela requeridos. A Questão do Matte iniciou-se em 1912, quando a Companhia resolveu discutir a renovação do contrato, apresentando algumas alterações de cláusulas. Nesse momento, Pedro Celestino assumiu a liderança da oposição, antes comandada por Ponce, e passou a afrontar o grupo defensor dos direitos da Companhia, liderado pelo senador Azeredo. A nova proposta, segundo Pedro Celestino, era ainda mais nociva ao Estado que a anterior, já que requeria mais vantagens, solicitando a permissão para explorar produtos florestais, agrícolas, industriais, minerais, etc, sem pagar os impostos devidos, que a Companhia “habilidosamente incluía nas quotas de arrendamento” (COSTA, 1912 *apud* QUESTÃO MATTE, 1912, p. 38). Além disso, a empresa ainda propunha pagar taxa fixa não proporcional à produção. Pedro Celestino iniciou, então, uma campanha contra a nova proposta. Os membros da Assembléia, nesse período, já haviam sido renovados em eleição recente e a comissão, ao contrário da anterior, era favorável à nova proposta da Companhia Matte. Daí Pedro Celestino ter promovido uma campanha por meio do jornal *Mato Grosso*, conclamando os deputados a analisarem melhor a proposta, sabendo “honrar o seu mandato não homologando esse contracto leonino” (QUESTÃO MATTE, 1912, p. 38). A solução encontrada pela oposição foi a de obstruir a votação do projeto pelo não comparecimento à sessão, inviabilizando a sua

aprovação. Corrêa Filho (1925 b, p. 73) apontou essa luta como “das mais renhidas” do período.

A Companhia resolveu retirar a proposta, esperando nova oportunidade para discutir o arrendamento. No governo seguinte, as concessões foram renovadas pela Resolução nº. 725, que autorizava o Poder executivo a “[...] contractar com a Empresa Larangeira Mendes & Comp., ou com quem nas mesmas condições de idoneidade, melhores vantagens oferecer, o arrendamento e a exploração dos heraves do estado” (MATO GROSSO, 1915 *apud*, CORRÊA, 1986, p. 287). Também autorizava a firmar novo contrato, após concorrência pública, não podendo o mesmo exceder o arrendamento de uma área de 400 léguas quadradas (1.440.000 hectares). A empresa poderia escolher entre as melhores áreas de ervais. A resolução resguardava o direito dos posseiros, ocupantes da área do contrato em vigor, dando-lhes preferência para a compra, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916. A área de compra não poderia ser superior a dois lotes de 3.600 hectares cada um, devendo, para tanto, o posseiro provar “cultura efectiva e morada habitual anteriores ao ano de 1914” (MATO GROSSO, 1915, *apud* ARRUDA, 1986, p. 288). De fato, a diminuição da área e a demarcação de terras aos posseiros ocorreu somente em 1919 e a área da Companhia ultrapassou o acordo firmado, chegando a ocupar 504,4 léguas quadradas, ou seja, 1.815.905 hectares (CENTENO, 2000, p. 121).

Após 1919, quando se reduziu a área de exploração da Matte Larangeira, o autor concluiu que esta empresa entrara numa espécie de *nova fase*. Corrêa Filho (1925 b, p. 86) acreditava numa “nova era aos heraves permeabilizando-os á penetração dos pequenos posseiros” e no fim do monopólio da Companhia. Para ele, a empresa teria compreendido “que já não poderia conter a evolução da industria hervateira nos mesmos moldes do monopólio em que se engrandecera” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 95). O que Corrêa Filho não explicita é que a Companhia se beneficiou desta situação, já que os pequenos proprietários, não tendo como escoar a produção a entregavam diretamente à empresa. Segundo Alves, os gaúchos acabaram, dessa forma, se transformando “numa reserva de mão-de-obra explorada com regularidade” (ALVES, 1985, p. 53). A Matte, que enfrentava grandes problemas com a evasão de trabalhadores de origem paraguaia, resolvera essa dificuldade, em parte, utilizando os braços dos pequenos proprietários.

Corrêa Filho defendia, também, a necessidade de mudar o sistema de arrecadação, realizado com o uso de taxas fixas. Essa questão,

informa, teria sido resolvida numa Resolução do Governo Pedro Celestino que introduziu taxa *ad valorem*. Ressaltava, ainda, que essa mesma resolução limitava a área em 1 milhão de hectares.

Corrêa Filho viu essa “nova fase” com certo otimismo. Acreditava que, após a redução da área arrendada à Companhia Matte Larangeira e a exploração dos ervais pelos pequenos proprietários, a região pudesse ser explorada pela livre-concorrência.

[...] o futuro contracto com a própria Empresa Matte, ou qualquer outro pretendente, deverá representar mais um avanço na evolução da indústria hervateira que, iniciada por meio de monopólio absoluto, tende progressivamente a parcellar-se, para acolher a actividade de novos concurrentes. (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 104-105)

De fato, as áreas que possuíam ervais foram disponibilizadas aos pequenos proprietários, mas, efetivamente, era a Companhia que comprava toda a produção e a exportava. O monopólio ainda se mantinha, mas agora de forma mais velada. Ainda é preciso esclarecer que mesmo com a redução da área legal, a Companhia ainda possuía cerca de 2.115.905 hectares se somarmos a área arrendada (1.815.905 hectares) e as terras de sua propriedade, cerca de 300.000 hectares (GUILLEN, 1991, p. 78; CENTENO, 2000, p. 71).

É necessário observar, também, que o processo desejado por Corrêa Filho não se verificou na fronteira. A instalação dos posseiros enfrentou dificuldades, com a contestação realizada pela Companhia Matte às áreas ocupadas e com financiamento aos pequenos proprietários. Na realidade, esses pequenos domínios se transformaram em médias e grandes propriedades.

Como foi observado, a maior parte de *À sombra dos hervais mato-grossenses* é dedicada à análise política, mas há, também, trechos acerca do trabalho nos ervais, que discorrem sobre a necessidade de trabalhadores especializados e sobre o regime de trabalho.

Corrêa Filho preocupa-se em relatar, ainda, o regime compulsório adotado na exploração da erva-mate e o denuncia por meio de citação de trechos de relatos de administradores espanhóis e viajantes que visitavam os ervais no Paraguai, nos séculos XVII e XVIII. Um deles, um “observador arguto”, o “geographo” Azara, teria dito no final do século XVIII:

El principal giro de estos vecinos es conchavar se, para los beneficios de la yerba, á los que emprenden estas faenas, las cuales

son lucrativas en ciertos casos á los amos, y nunca á los peones, que trabajando barbaramente ningún adelanto consiguen: porque pagarles la yerba que trabajan com generos, dan estos tan subidos de precio que aseguran todos que es un asombro. (AZARA, *apud* CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 12-13)

Cita, também, casos relatados pela literatura, como o de Rafael Barret, que teria denunciado a escravidão nos ervais do Paraguai, no início do século XX. Mas, numa passagem, Corrêa Filho observa que esse tipo de exploração do trabalho já estaria modificado, sem dar maiores detalhes: “veja-se a tocante descrição de Rafael Barret em Los que son lês yerbales. Hoje o regimen está um tanto modificado” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 37). Parece que o autor não se interessou em denunciar o regime escravo adotado nos ervais, em sua época, fato que poderia comprometer juridicamente o Governo do qual era Secretário.

Entretanto, é preciso esclarecer que o regime de trabalho adotado nos ervais foi mantido mesmo após a década de 1930 (CENTENO, 2000). O regime de trabalho adotado nos ervais era denominado regionalmente de *escravidão por dívidas*. Era uma espécie de contratação da força de trabalho— o conchavo — que consistia em “adiantar” o pagamento para o trabalhador, endividando-o antes mesmo de começar a trabalhar. Com o tempo, a dívida ia se avolumando descontroladamente, em virtude dos altos preços dos gêneros comercializados no local de trabalho, fornecidos pela própria empresa contratadora. Isso assegurava a manutenção da força de trabalho e tornava o trabalho obrigatório, já que o trabalhador nunca conseguia quitar a dívida. Na região fronteira, a contratação era realizada no Paraguai, local em que se encontrava grande número de trabalhadores ervateiros. Em pesquisa acerca do trabalho nos ervais (CENTENO, 2000), foi constatado que o regime de dívidas se manteve porque o número de trabalhadores era escasso e por isso, buscado fora do País, isto é, no Paraguai. Não tendo como substituir esse trabalhador, era necessário assegurá-lo por esse tipo de regime de trabalho. Isso se manteve enquanto predominou a organização manufatureira do trabalho nos ervais de Mato Grosso. O trabalho manufatureiro adota a divisão do trabalho, subdividindo o processo segundo as suas operações constitutivas. Embora já conte com trabalhadores especializados, eles realizam operações complexas que exigem habilidade e o manejo de ferramentas, ao contrário de sua fase mais avançada, a maquinaria (CENTENO, 2000). No caso da fronteira, existiu uma singularidade:

eram de nacionalidade paraguaia os trabalhadores que dominavam esse processo. Estes se tornaram extremamente importantes como força de trabalho especializado na região e são sempre referenciados como herdeiros da “tradição” guarani.

O aproveitamento da força de trabalho guarani é antigo na exploração da erva-mate, encontrando-se registros nas Missões Jesuíticas. Lá, deduz-se que o trabalho ainda era artesanal. Assim como outras atividades do sistema capitalista de produção, o trabalho nos ervais passou por modificações que acabaram se refletindo no domínio que esse trabalhador tinha do processo. A primeira dessas modificações foi a fragmentação desse conhecimento com a implementação da divisão do trabalho, dando origem às manufaturas. Contudo, mesmo com a adoção da divisão do trabalho a especialidade se manteve. No caso da atividade ervateira da fronteira, os trabalhadores especializados eram de nacionalidade paraguaia.

Memorialistas e até mesmo viajantes que passaram por Mato Grosso, nas décadas de 1920 e 1930, registraram a violência contra os trabalhadores dos ervais, contribuindo para comprovar que esse regime ainda se manteve por algumas décadas (CENTENO, 2000, p. 151-152).

Ervais do Brasil e ervateiros, escrita em 1957, mantém, em grande parte, as idéias do autor, mas ampliadas com comentários sobre a produção ervateira no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, lugares identificados com a “geografia do mate” (1957, p. 9).

A obra, um dos volumes da série *Documentário da Vida Rural*, foi encomendada pelo Serviço de Informação Agrícola que, em convênio com o Instituto Nacional do Mate, objetivava oferecer “um valioso subsídio ao estudo do mate no Brasil” (VIEIRA, 1957, p. VIII).

Corrêa Filho analisa as origens da exploração ervateira, mostrando erudição e conhecimento ao citar autores que trataram da erva-mate, inclusive sob a forma de poemas, tanto no período colonial como no passado recente da produção. Todavia, diferentemente do trabalho anterior em que o autor tratava de problemas conjunturais, as polêmicas já estão amainadas e seu objetivo, neste estudo, é o de enriquecer as informações sobre a atividade. Corrêa Filho faz um estudo sobre as formas de produção e sobre as suas “consequências sociológicas”. Estas são entendidas como as formas de socialização ocasionadas pela disseminação do uso do mate, “admirável polarizador de estímulos sociológicos, causadores de peculiaridades da vida regional”.

Adaptado a todas as condições sociais, tanto o mate anima o convívio dos que dispõem de abundante haveres, como alegra os menos providos de recursos. Enquanto os primeiros se utilizam de cabaças decorativas, cintadas de prata e não raro de ouro, acompanhadas de bombilhas de igual estilo, aos outros bastará uma cuia comum, e o canudo de metal mais barato (...) na casa do rico, porém, como igualmente nos galpões, o mate irmana os circunstantes como se filiassem à mesma família. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 79)

Ressalta as peculiaridades do mate, abordando as características culturais das rodas de chimarrão, das rodas dos repentistas, do churrasco e até mesmo da “filosofia de vida”, citando para exemplificá-la versos do folclore paranaense.

Peço pouco nesta vida
 P’ra minha felicidade,
 Uma cabrocha destorcida,
 Uma viola bem sentida
 Facão, mate e liberdade.
 (CORRÊA FILHO, 1957, p. 81)

Considera importante o costume de tomar mate que, por ser coletivo, envolve “solidariedade”, diferentemente do costume de tomar café que é uma bebida tomada isoladamente.

Mais do que seu consumo, por bebedores isolados, porém, sobleva a ação eficaz agente de sociabilidade, que não somente promove a aproximação entre si até de desconhecidos, como ainda reforça a amizade dos que se deliciam ao ‘matear’ em companhia amistosa, utilizando a mesma cuia e bomba comum. Não admira que facilite a reconciliação dos desavinhos (sic) por motivos somenos, nem que participe, como fator agremiativo, nos lances mais festivos da vida familiar. Inspiradores de afeições, centenas de noivados deram-lhe não pequeno quinhão de incentivo inicial e intensificação ulterior. Mais insinuante do que a praticada nas regiões cafeeiras, onde ao visitante não falta a bebida afamada, a hospedagem proporcionada pelo mate adquire feições afetuosas. Acordes com o temperamento reservado dos seus proprietários, as casas acostumadas ao uso do café, servem-no em xícaras individuais, não admitem maior cerimônia nas aproximações. Ainda que sejam oferecidas a pessoas estranhas, não importa. A água se

encarregará, em lavagem ulterior, de apagar quaisquer vestígios nocivos. Com o mate, porém, a bombilha passa de boca em boca, evidenciando intimidade. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 82)

A obra é rica em fontes e informações sobre a produção da erva-mate no país, mas em relação à anterior, no que diz respeito à suas posições sobre a fronteira, não traz novidades.

Conforme foi demonstrado ao longo da descrição, em suas obras de caráter mais geral, Corrêa Filho ignora a história da fronteira em seu período mais recente de desenvolvimento, isto é, no período em que foi colonizada. Isso não acontece somente com a fronteira, mas também com o sul de Mato Grosso.

Corrêa Filho é o historiador das raízes cuiabanas, não por acaso suas raízes. Isso não significa que o autor tenha desconhecimento acerca do sul do estado ou que não o tenha estudado, sobretudo em algumas obras monográficas. Significa que procurou reservar grande parte de suas análises ao período colonial e imperial, época em que o norte e Cuiabá tiveram primazia política e econômica.

Nas obras que versam sobre a erva-mate, a fronteira aparece como pano de fundo e as questões que mais o preocupam são as de natureza política. Não se encontra na obra de Corrêa Filho uma reflexão sobre a fronteira com o Paraguai com vistas ao seu desenvolvimento. Quando trata dos posseiros, por exemplo, o apoio a esses pequenos proprietários era motivado, sobretudo, por suas diferenças políticas em relação à Matte Larangeira. Quando incorpora algumas idéias nacionalistas, como os ataques à dominação estrangeira ou aos latifúndios, é preciso ressaltar que elas são formas de combate à Companhia Matte Larangeira. Sua proposta para a fronteira é muito simplista: tão somente a eliminação do monopólio da Matte, daí a inexistência de elaborações outras sobre a região, tanto no que se refere à economia como à cultura, à educação ou à ocupação.

Corrêa Filho é o ideólogo dos comerciantes e, nesse sentido, aflora o regionalismo contido nos seus escritos. Suas posições e suas teses expressam os interesses dessa fração de classe. As disputas políticas, entretanto, não são anunciadas claramente, como já foi comentado, sobretudo nas obras de caráter mais geral. A intenção do autor, nessas obras, é a de projetar Mato Grosso e ressaltar suas potencialidades. Mas, assim como o nacionalismo, o regionalismo é multifacetado e apresenta várias formas de incorporação de ideias, havendo necessidade de deslindá-las. O regionalismo de Corrêa Filho, por exemplo, não pode ser identificado com separatismo, como o que ocorreu no sul de

Mato Grosso. O regionalismo de Corrêa Filho tem origens em Cuiabá e se expressa na luta do capital comercial contra o capital financeiro. Ele foi o intelectual orgânico da burguesia comercial mato-grossense e, por isso, suas ideias deixam transparecer os interesses e necessidades dessa fração de classe social.

Sintetizando, verifica-se que, de um modo geral, Virgílio Corrêa Filho reduz a história de Mato Grosso à de Cuiabá. Nas obras de caráter mais geral, ele não se debruçou sobre a fronteira com o Paraguai no período em que ocorreu a ocupação dessa região. A preocupação do autor acerca da fronteira restringiu-se à definição de seus limites geográficos, daí centralizar-se sobre a época colonial e, em menor escala, sobre o período imperial.

Em trabalhos de caráter temático, como os relacionados à erva-mate, a fronteira aparece como pano de fundo. Sua preocupação com esta região advém de suas opções políticas, associadas aos interesses da burguesia comercial mato-grossense, que visavam à eliminação do monopólio exercido pela Companhia Mate Larangeira. Se existe um projeto para a fronteira, em sua obra, ele se resume à extinção desse monopólio.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história – 1870-1929: Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 61, p. 5-61, 2º sem.1985.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP, 1989.
- CARONE, Edgard. *A República Velha I (Instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difel, 1978.
- CENTENO, Carla Villamaina. *A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura*. Campo Grande, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS.
- CORRÊA. Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *As raias de Matto Grosso*. São Paulo: Secção de Obras d'O estado de S. Paulo, 1925a. Vol. III
- _____. _____. São Paulo: Secção de Obras d'O estado de S. Paulo, 1926. Vol. IV.

_____. *Á sombra dos herveaes mattogrossenses*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1925b. (Monographias Cuiabanas, 4)

_____. *Questões de ensino*. São Paulo: Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925c. (Monographias Cuiabanas, 1)

_____. *Evolução do erário*. São Paulo: Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925d. (Monographias Cuiabanas, 2)

_____. *À cata de ouro e diamantes*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. (Monographias Cuiabanas, 3)

_____. *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. (Monographias Cuiabanas, 6)

_____. *Considerações acerca da peste da cadeira*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1927. (Monographias Cuiabanas, 7)

_____. *Indústrias mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1945b. (Monographias Cuiabanas, 5)

_____. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, [1939].

_____. Oeste: obra do Cap. Nelson W. Sodrê, pelo Eng. Virgílio Corrêa Filho. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano V, n. 2, abr/jun, 1943, p. 267-277.

_____. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945a.

_____. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Documentário da vida rural, nº 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de informação agrícola, 1957.

_____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

FARIA, Fernando Antonio. *Os vícios da re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890–1945)*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do IFCH. UNICAMP, 1991.

MATTO-GROSSO. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa em 13 de Maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mário Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Matto-Grosso*. Cuyabá: Typographia Oficial, 1926. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u479/000002.html> Acesso em: 02.02.2006.

QUESTÃO MATTE. Cuiabá, MT: Avelino de Siqueira, 1912.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade de. *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutora-

do em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1999.

VIEIRA, José A. Apresentação. In: CORRÊA FILHO Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Documentário da vida rural, nº 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de informação agrícola, 1957.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1998.

NOTAS

1 – Pedro Celestino (1860- 1932) governou Mato Grosso nos períodos de 1908 a 1911 e de 1922 a 1924. Chefe do Partido Republicano Mato-grossense – PRMG, participou da organização de várias “revoluções” ocorridas no início do século, que tentaram derrubar o monopólio da Companhia Matte Larangeira. A admiração do autor pelo seu sogro levou-o a escrever uma biografia sobre o mesmo, intitulada *Pedro Celestino: o guia dos mato-grossenses* (CORRÊA FILHO, 1945a).

2 – Os ervais na fronteira de Mato Grosso começaram a ser explorados no final da Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870), em uma vasta região do cone sul do Estado de Mato Grosso. Tomás Larangeira, tendo participado como fornecedor de alimentos para os combatentes desta Guerra, conseguiu, em 1882, permissão do governo imperial para explorar a erva-mate da região. Apesar de não ter sido o único a explorar ervais na região, Larangeira obteve mais benefícios e monopolizou por mais tempo essa atividade (CENTENO, 2000, p.130-134). No ano de 1892, Larangeira se associou aos irmãos Murтинho, poderosa família de políticos locais e maiores acionistas do Banco Rio e Mato Grosso, formando a Companhia Matte Larangeira. Configurou-se, pela primeira vez em Mato Grosso, a interferência do capital financeiro na produção (ALVES, 1985, p. 31). Através do favorecimento político, essa Companhia chegou a arrendar cerca de 5 milhões de hectares, tendo sido essa área reduzida, em 1916, para menos de 2 milhões. Com sede em Buenos Aires, tornou-se uma potência na região do Prata. Essa empresa teve uma importante atuação na economia mato-grossense, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região. Além de controlar toda a região que circundava seus domínios, esteve ligada à política local e nacional, exercendo grande influência e indicando aliados para participar das decisões parlamentares. Possuía direito e exclusividade de exploração de

todos os rios e Portos que estavam em seu arrendamento, dispunha de uma estrada de ferro de sua propriedade, que ligava Guairá a Porto Mendes, e as instalações do referido porto, além de possuir polícia e moeda própria em seus domínios. Em 1929, ocorreu uma separação entre a empresa argentina e a situada no Brasil. No entanto, a maioria das ações era ainda de posse da empresa estrangeira. Após a década de 1930, devido à política nacionalista de Vargas, seus sócios procuraram nacionalizar a empresa. A década de 1930 foi desfavorável à empresa e à produção ervateira como decorrência da crise econômica e política. Afetada profundamente, o resultado foi a diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção. Também nessa época, o governo de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia, que monopolizava grandes extensões. Contudo, seu declínio acentuou-se após a autossuficiência da produção dos ervais argentinos (CENTENO, 2000).

3 – Fato também observado em Zorzato (1998, p. 64) e Saboya (1999).

4 – Os artigos, nesse sentido, são fontes expressivas na sua trajetória intelectual, que revelam suas diferenças teóricas. Os combates teóricos que o autor trava são dirigidos aos intelectuais que fizeram críticas a Mato Grosso ou foram, para ele, *superficiais* em suas análises. Uma delas é dirigida à obra *Oeste* de Nelson Werneck Sodré. Corrêa Filho reconhece a grandeza de Sodré, admitindo que o autor é de uma “inteligência vivaz e brilhante”, mas “à procura de aplicação” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 267). Para Corrêa Filho, Sodré refere-se ao Estado como desconhecido, já que ao utilizar somente os livros de cultura geral, “aliás dos mais insignes mestres”, ignora a extensa literatura produzida sobre Mato Grosso: “Não apontou as monografias do Visconde de Taunay, de seu filho, A. de Taunay, sagaz historiador das Bandeiras, os relatórios da Comissão Rondon, indispensáveis ao conhecimento da parte ocidental do Estado, de Arrojado Lisboa, de Glyncon de Paiva, Milward, Erichsen, e outros, que estudaram a região sulina e oriental, de Leverger, historiador e geógrafo, assim como Ricardo Franco e Luiz D’Alincourt, de fase anterior, as memórias históricas de Barbosa de Sá, Nogueira Coelho, J. Costa Siqueira, as contribuições dos naturalistas H. Smith, C. Von Den Steinen, Lindmann, M. Smith, Ehrenreich, Evans, os ensaios de José de Mesquita e seus companheiros do Instituto Histórico de Mato Grosso. (CORRÊA FILHO, 1943, p. 269). O autor tece outras críticas, como o desprezo a “componente cuiabana, mais antiga e fundadora” no regime pastoril (CORRÊA FILHO, 1943, p. 269). Refuta

também a generalização da caracterização da população com o regime dos “fora da lei”, isto é, do banditismo. Afirmo o autor: “Infratores do código penal sempre houve e haverá em toda a parte, até nas cidades supercivilizadas como Nova Iorque, onde operam ‘gangsters’. Em Mato Grosso, não é mais freqüente do que alhures o fenômeno, que se torna discutido quando surge um bandoleiro do feitio do Silvino Jaques, que parece ter inspirado os comentários do autor”. Segundo Corrêa Filho, a interpretação de que o regime pastoril teria provocado essa civilização marginal ou esse “primitivismo social” é incorreta. Mas, diz o autor, isso só se afirma em certos locais de Mato Grosso: “Ao frasear elegante falta a consistência da concordância com os fatos. Não quer dizer que seja falsa a afirmativa do autor, inteligente demais para resvalar em tal cincada. Mas a sua observação, em área reduzida, ampliou-se desmedidamente, perdendo assim a precisão” (CORREA FILHO, 1943, p. 272). Acerca da afirmação de Sodré de que o homem do oeste possuía desestima pela terra, fruto da cultura pastoril, rebate Corrêa Filho: “Entretanto qualquer estatística elaborada com esmero apontaria centenas de fazendas em Mato Grosso, que permaneceram por prazo longo sob o domínio do proprietário primitivo e seus sucessores, prova do poder agarrativo da terra.” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 274)

5 – “Segundo Horácio Nazar [19--], em 1884, Francisco Mendes Gonçalves foi incorporador, com outros comerciantes estrangeiros, do Banco de Comércio, situado na Argentina, associado ao capital inglês proveniente do London Bank of México and South América. Francisco Mendes foi, também, vice-presidente do Banco de la Província de Buenos Aires, desde 1906 até 1930, ano de sua morte.” (CENTENO, 2000, p. 90)

6 – Esta série constituiu-se, inicialmente, de seis volumes: *Em legítima defesa*, *Versatilidade presidencial*, *Depenando uma gralha empavonada*: respostas às injúrias do Bacharel Manoel Paes, *O Siamês da gralha empavonada*: respostas às injúrias de Borralho, *O detrator oficial*: respostas às injúrias do Dr. Mário, *Relendo a mensagem*: continuação da resposta às injúrias do Dr. Mário. Posteriormente, foi acrescentada mais uma publicação, *Política de Mato Grosso*: como se desmascaram e se esmagam as perfídias de um paranóico e imbecil (SABOYA, 1999, p. 68). Sobre o mesmo assunto foram publicados, ainda, *Política de Mato Grosso*: o cérebro de um mentiroso é a oficina do diabo (1929), *Desmascarando um grande canalha e imbecil* (1929) e *O sr. Mário Corrêa*: um caso político - um caso patológico (SABOYA, 1999, p. 75).

7 – Augusto Leverger era chamado por Corrêa Filho de “bretão cuiabani-zado”. (CORRÊA FILHO, 1945a, p. 7).

8 – No censo realizado em 1940, havia em Mato Grosso, 426 alemães,

319 espanhóis, 516 italianos, 1.105 japoneses, e 910 portugueses. Quanto ao contingente da “América do Sul”, seriam 17.216 pessoas (CORRÊA FILHO, 1969, p 113).

9 – Grande parte dessas obras foram escritas na década de 1920, época em que o autor ocupou o cargo de Secretário na administração de Pedro Celestino e Estevão Corrêa. As *Monografias Cuiabanas* compõem-se de seis volumes: *Questões de ensino* (1925), *Evolução do erário* (1925), *À cata de ouro e diamantes* (1926), *À sombra dos herbais matogrossenses* (1925), *A propósito do boi pantaneiro* (1926), *Considerações acerca da peste da cadeira* (1927) e *Indústrias mato-grossenses* (1945b).

10 – Expressão utilizada por Antônio Corrêa, que rompe com Murtinho e se alia a Generoso Ponce na “revolução” de 1899. Começa, então, a atacar seu antigo aliado e os negócios nos quais se envolvera, usando artigos publicados no jornal *A Reação*, editado no Paraguai. Num deles, teria feito acusações à forma pela qual a Companhia foi formada, denominando-a de “pseudo Companhia” (CORRÊA, 1902, apud CORRÊA FILHO, 1925b, p. 28).

ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS

AS REPRESENTAÇÕES DA CAPITAL CUIABÁ E SUA
GENTE NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

loiva Canova¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo problematizar as representações construídas sobre a capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, e quanto aos indivíduos considerados, de certa forma, incômodos à sociedade. A escolha do tema é resultado de pesquisa realizada em jornais lidos pela sociedade cuiabana no período e em documentos oficiais produzidos pelas instâncias do poder público, entre os mais relevantes, os Relatórios de Presidentes de Estado. Foram analisadas algumas representações e práticas concernentes a esses indivíduos e o discurso a respeito da necessidade de um espaço que se pretendia ordenado, higienizado e moderno. O espaço urbano precisava ser modernizado e, sobretudo, deveria atender aos apelos dos discursos da eugenia.

Palavras-chave: Cuiabá. Representações. Indivíduos.

ABSTRACT: This article aims to discuss the representations constructed on the capital of Mato Grosso, Cuiabá, and the individuals considered somewhat troublesome to society. The theme is the result of research carried out in newspapers read by the society in Cuiabá in the period and in official documents produced by the organs of the government, among the most relevant, the President of State reports. We analyzed some representations and practices concerning these individuals and a discussing about the need of a space that was tidy, sanitized and modern. The urban space needed to be modernized and, besides, it should attend the calls of the discourses eugenics.

Keywords: Cuiabá. Representations. Individuals.

1 Doutora em História, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

A PROBLEMÁTICA E OS OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão do modo como as informações a respeito dos pobres, dos marginais e da cidade de Cuiabá foram escritas nos jornais que circulavam na capital do Estado de Mato Grosso na época da Primeira República.

A escolha do tema é resultado de pesquisa realizada em jornais lidos pela sociedade cuiabana no período e em documentos oficiais produzidos pelas instâncias do poder público, entre os mais relevantes, os Relatórios de Presidentes de Estado. Com o intuito de problematizar as representações produzidas sobre a capital e sobre indivíduos considerados de algum modo incômodos à sociedade, foi privilegiada a leitura de jornais e demais documentos. As fontes citadas estão sob a guarda de dois principais arquivos: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR/UFMT e Arquivo Público de Mato Grosso - APMT).

As leituras de algumas matérias mostram que pobres, loucos, prostitutas, mendigos, alcoólatras e órfãos são representados como um problema a mais, entre outros relativos à ordenação do espaço urbano. Nas apreciações dos redatores, os pobres, de maneira geral, emergem como personagens perniciosos aos olhos da elite e aos princípios de um espaço que, por parte significativa de seus moradores, se pretendia civilizado. Essa constatação foi motivo de interesse para entender como a sociedade cuiabana lidou com pessoas consideradas inoportunas à ordem nos primeiros anos da República.

A questão do espaço urbano, em que se fundamentam as representações dos citados indivíduos como problemáticas sociais, também é assunto do texto. A partir dessa proposta, reflete-se sobre algumas representações e práticas concernentes a esses indivíduos e o discurso da necessidade de um espaço que se pretendia ordenado, higienizado e moderno.

Por meio da leitura dos jornais é possível problematizar a visão, os discursos, conceitos, estereótipos e preconceitos constituídos pela elite, pelo poder e pela sociedade acerca dos pobres. Por meio dessa documentação foi possível recuperar as representações dos múltiplos sujeitos que se ocuparam na organização da disciplina urbana sob o amparo teórico da eugenia que, segundo Jurandir Freire Costa, foi:

[...] o artefato conceitual que permitiu aos psiquiatras dilatar as fronteiras da Psiquiatria e abranger, desta maneira, o terreno social. A nova noção justificou psiquiatricamente a expressão dos anseios culturais dos psiquiatras que, sem ela, teriam que tomar os

caminhos políticos e ideológicos adequados à sua manifestação. (COSTA, 1980, p. 29).

Conforme menciona Costa (1980, 13-19), é “o preconceito racial um elemento constitutivo da classe burguesa” sob o qual a elite política, a sociedade e os intelectuais procuravam explicar por meio da eugenia as psicopatologias do crime e os comportamentos considerados imorais. Os usuários de bebidas alcoólicas foram também inseridos no grupo dos que sofriam ataques do discurso eugênico. Esse período é marcado pelo mito do saber científico. “A este saber é pedido, entre outras coisas, que ele estructure os valores que coordenam e harmonizam a hierarquia social. Coube à medicina – como parte deste saber – a tarefa de definir o que é ‘bom’ ou ‘mau’ para os indivíduos”.

O referencial metodológico utilizado na discussão do objeto de estudo em questão baseia-se na obra de Roger Chartier, que permite contextualizar a realidade social do período republicano, construída e pensada pelos sujeitos disciplinares. Pela leitura da obra é possível entender como tal realidade foi arquitetada por um grupo social capaz de tornar os próprios discursos práticas sociais, bem como possibilitar a transformação destas (CHARTIER, 1990).

É a partir da reflexão de Chartier que são discutidas as representações feitas pelo mundo social cuiabano a respeito dos pobres e, ainda, quanto ao espaço urbano. Explicita-se quais preocupações e interesses estavam em jogo nas falas que afirmavam a necessidade de cuidar da pobreza, vinculando-as às discussões dos assuntos relacionados à modernidade e à civilização.

Para o historiador Francisco José Calazans Falcon, a representação, como “um conceito-chave do discurso histórico” indica uma característica dele – sua dimensão ou função cognitiva – constituindo, assim, um conceito teórico-metodológico, isto é, epistemológico. O autor, ao descrever as relações entre história e representação, indica que:

[...] representar pressupõe uma atividade ou “faculdade” da consciência cognitiva em relação ao mundo exterior: [...] Representar [...] remete a uma atividade do sujeito do conhecimento e a sua capacidade de conhecer, isto é, de apreender um real verdadeiro para além das aparências de um real produzido pelo senso comum. [...] A representação é um conceito-chave da teoria do símbolo, uma vez que o objeto ausente é re-apresentado à consciência por intermédio de uma “imagem” ou símbolo, isto é, algo pertencente à categoria do signo. (FALCON, 2000, p. 46).

A CAPITAL CUIABÁ E O ESTADO DE MATO GROSSO NOS ANOS INICIAIS DA REPÚBLICA

Conforme relata Lylia da Silva Guedes Galetti (2000), é na República que se dão as reais transformações na procura da construção da identidade nacional. Os sertões, considerados lugares bárbaros, em nada se assemelhavam aos tidos como civilizados. Para conferir os efeitos da civilização era preciso relativizar, entre os Estados da federação, as diferenças geográficas, culturais, econômicas e sociais. Construir uma nação significava, em certo sentido, ser capaz de amenizar a dicotomia entre litoral civilizado e interior bárbaro. As representações deveriam necessariamente harmonizar-se com o *ideário progressista*, profundamente associado à República.

Era papel da República construir um novo tempo, “acabando com o atraso colonial, com o modelo político, construído durante o Império”. É a partir dessa mudança de perspectiva para o novo modelo de nação, articulado com a ideia de civilização, que foram estabelecidas certas representações sobre Mato Grosso. A capital de Mato Grosso, “distante e desconhecida”, não tinha meios de comunicação eficazes com o litoral, nem mesmo com os Estados mais próximos, implicando a região ser “identificada pela negatividade” (GALETTI, 2000, p. 55-64).

Ao representar a ambivalência sertão/litoral e sertão/civilizado, esses ideais serviram para aprofundar as desigualdades no período republicano, as quais permaneceram quase que inalteradas em Mato Grosso. De modo que o Estado não perdia o estigma de bárbaro, distante e atrasado.

Os discursos apresentados pelos diferentes grupos sociais mostram interesse em modificar o panorama do atraso e da barbárie. O considerado atraso colonial era discutido pelos intelectuais pessimistas, que enfatizavam o estigma de “bárbaros” que tinham os habitantes de Mato Grosso, bem como alertando para a necessidade de primar por novos comportamentos sociais e morais e valorizando atitudes condizentes com a ética cristã e burguesa.

Por ser uma região distante, Mato Grosso enfrentava enormes dificuldades de comunicação com os centros mais desenvolvidos do país, o estado “era identificado por representações negativas”. Além do problema da distância do centro-sul, houve disputas políticas, assassinatos e vários conflitos armados, lamentáveis acontecimentos que contribuíram para que fosse formado um conceito de “região ocupada por gente incivilizada, lugar povoado por índios e bugres”, lugar de gen-

te portadora de qualidades raciais indesejáveis. “Em contrapartida, era também o espaço da abundância. Terra de muitas riquezas, com uma geografia favorável ao transporte da produção, permitia o progresso e a civilização ao futuro de Mato Grosso”. (GALETTI, 2000, p. 48-49).

Conforme a historiadora Lúcia Helena Gaeta Aleixo menciona em sua tese, naquele período a produção econômica do Estado resumia-se a atividades primárias, voltadas

basicamente para as atividades agrícolas, pastoris e extrativas, a construção do mercado de trabalho se concentrou, notadamente, na zona rural. Extensas áreas, cuja densidade demográfica até a década de 1950 situava-se em torno de 0,42 habitantes por quilômetros quadrados, não permitiram a expropriação total de sua população. (ALEIXO, 1995, p 212).

Em muitas fontes, as riquezas naturais do Estado de Mato Grosso são relatadas pela diversidade e exuberância. É igualmente o que informa o Relatório de Presidente de Província:

A feracidade de suas terras apropriadas à industria agrícola e pastoril, a riqueza de sua flora, onde sobressaem os preciosos productos extractivos mais procurados, taes como a gomma elástica, a baunilha mexicana, a ipecacuanha, a quina e outros, que são adquiridos nas praças do velho continente por preços avultados; tendo isso aí está a desafiar a nossa iniciativa para o progressivo dessas industrias. (APMT, 1899, p. 17).

Nas três primeiras décadas do século XX, a cidade de Cuiabá ainda apresentava características de uma cidade colonial. Como percebeu um escritor da época, José de Mesquita, “A Cuiabá de cem annos atraz era – revelem-me tão dura verdade – quasi a Cuiabá de hoje”. Não havia, segundo Mesquita, no cadastro municipal ruas que não fizessem parte do conjunto de ruas conhecidas durante o século XIX. Não havia bairros novos, “a disposição urbana se conservou invariavelmente a mesma” (MESQUITA, 1978, p. 107).

Nas ruas eram vendidos os produtos da terra, entre os quais peixes, rapadura, milho e cigarros. A classe dominante era composta por profissionais liberais, proprietários de terras e militares. Nas grandes propriedades produzia-se gado, cana-de-açúcar, rapadura e aguardente. Os pequenos sitiantes, em sua maioria localizados próximos à cidade, forneciam gêneros de abastecimento para o mercado consumidor de Cuiabá. Os alimentos mais comuns eram a mandioca, a banana e a cana-de-açúcar.

Em torno da Freguesia da Sé localizavam-se a casa da Câmara, o largo do Palácio, a residência dos presidentes de Província e a sede do governo Provincial. Próximos à Matriz estavam situados os prédios da Tesouraria, do Correio e do comando das Armas. Ainda, fazendo parte da cidade, havia os arredores da Mandioca, do Baú, o Lavapés e o Mundéu, sendo que mais distantes estavam o Barbado, o Coxipó e o São Gonçalo.

O largo da Presidência, a Delegacia e a Fazenda Pública continuavam localizados no coração da cidade. As ruas ainda eram aquelas do período colonial. A Rua de Cima, “a melhor artéria urbana”, as ruas de Baixo e as do Meio compunham o principal conjunto da espacialização viária da cidade. No Largo da Matriz viam-se o Quartel Militar e o Cárcere Público. Havia, ainda, o Beco do Candieiro, a Rua Formosa, a Rua da Matriz, a Rua Bela, a Rua do Porto, da Prainha, o hospital da Santa Casa de Misericórdia, o bairro Mundéu, a Rua do Campo, a Rua da Fé, a da Boa Morte, a Ladeira da Misericórdia, os bairros Baú e Bom Despacho.

A rua que maior número de casas continha era a do Meio, de 92 edificações, depois a de Baixo, com 63, a do Campo, com 54, a da Esperança com 49, a da Matriz, com 43 e a Formosa, com 39. Ruas pobres de casas eram a de Cima, com 37, a Bela, que não passava de 28 e a da Fé, não excedente de 24. (MESQUITA, 1978, p. 108).

Contudo, apesar das distâncias dos centros mais desenvolvidos e das dificuldades de acesso à comunicação, Cuiabá não estava isolada dos ideais de civilização, tão diligentemente propagadas pela elite intelectual. Assuntos discutidos no conhecido “mundo civilizado” eram analisados por Olegário de Barros, por exemplo, ao fazer uma análise sobre a poesia de José Barnabé de Mesquita relacionando o conteúdo poético à teoria dos sonhos defendida pelo psicanalista Freud e discutindo questões do inconsciente e da inconsciência.

[...] que a psicanálise de debate na indistigável aridez científica. Armada, engenhosamente, por um genio, profundo investigador das nevroses que sacodem o espirito humano, as suas raizes descem atravez de todas as camadas até o lôdo dos instinctos, mergulhando-se no pansensualismo-concepção singular que reduz as mais nobres ambições do homem aos impulsos grosseiros do inconsciente. (MESQUITA, 1932, p. 44).

Essa obra é, além do mais, uma produção regional que trata de estudos, análises ou simples menções das teorias ou assuntos e temáticas afins com o conteúdo da psicanálise. Assuntos, temáticas e discussões de autores locais que, em seu universo intelectual, apresentavam apropriações das teorias que vinham sendo discutidas na Europa.

Após algumas informações das imagens produzidas sobre a região e sobre as atividades econômicas do Estado, é preciso compreender que mudanças históricas vindas com o término da Guerra entre Brasil e Paraguai, somadas aos ideais de progresso, projetadas das regiões do centro-sul, consideradas regiões mais ricas, animavam os homens da cidade de Cuiabá, cujos discursos mostravam pretensão de transformar o espaço urbano.

A leitura das fontes pesquisadas revela um frequente desejo de modernização e de ter instaladas medidas de controle social. Muitos sujeitos foram alvos mais aguerridos das ações e do gerenciamento do Estado. O discurso da civilização e do ordenamento social possibilitou ao Estado um projeto de segregação dos leprosos, dos infratores e a bem posterior exclusão dos loucos (SILVA, 1988; CANOVA, 2000; CANOVA, 2006; CANOVA, 2011).

É nesse contexto de uma pequena cidade pacata, com alguns símbolos do progresso, que a elite política e intelectual ocupa-se com a pobreza.

Segundo Laura Antunes Maciel, grupos da cidade de Cuiabá apresentavam, nas décadas iniciais do século XX, modelos e discursos que previam instituições que permitissem a implantação da disciplina urbana.

Nesse período, vários setores da elite cuiabana, como proprietários de terra, comerciantes, professores e responsáveis pelo aparelho policial, discutiram e propuseram, através de jornais, a criação de instituições de caráter diverso, como colônias correccionais, asilos, institutos agrícolas, escolas profissionais, etc., com o intuito de disciplinar os indivíduos refratários ao trabalho. (MACIEL, 1992, p. 33).

Foram representações que fizeram parte do imaginário das lideranças políticas do Estado – e que puderam ser observadas em denúncias feitas a respeito dos problemas relativos à organização do espaço urbano, como a falta de iluminação pública, abastecimento de água, sistemas de esgoto e hospitais. Nessas declarações, o espaço é percebido como desordenado e são idealizadas mudanças significativas para o seu ordenamento, vigilância e inspeção.

Algumas medidas preventivas direcionadas ao espaço urbano e relativas às ações de agentes municipais põem em dúvida algumas práticas, com discursos pouco dignos de uma sociedade civilizada:

Começou a matança dos cães. S.Exa., a municipalidade, quer executar, à risca, os seus deveres. A gente toda, que tem o destino de habitar esta cidade accidentada, regala-se em sentir esse decidido desejo em que se anda a inspirar, depois de muito tempo esquecido, S.Exa., a municipalidade. Faz bem. O peor é não fazer. No Rio, não precisa tanto, em Corumbá mesmo, ha uma carrocinha que passeia pela rua recolhendo os caes vadios. Desde que não pagou o imposto de matricula, que não tem ao pescoço a licença legal, vai o canino preso por um laço até à carrocinha e dahi ao deposito municipal onde permanece por 3 dias, à espera que o seu dono pague a multa respectiva, e, não aparecendo, este é sacrificado para dar graxa às fabricas de sabão. É isso que fazem. Aqui o negocio è bem mais differente. Por esta [...], as bolas venenosas fazem uma verdadeira faxina nos cães que perambulam e agridem livremente nas ruas. Logo após a ingestão da substancia venenosa, o canino infeliz representa um papel bisarro, e à criançada desoccupada das ruas dando salto cabriolando, até esbugalhar os olhos e *c'est fini*. [...]. Multiplicam-se as carcassas apodrecendo ao sól, embalsamando o ar ambiente com o cheiro caracteristico das materias putrefactas. A moscaria pestilencial faz nuvem e acompanha impertinentemente o desgraçado burguez ou funcionario publico que não quer perder o ponto da repartição e não pode desviar do caminho. (APMT, 1917a, p. 1).

Entende-se que a representação, nesse caso, está associada à percepção. Uma não existe sem a outra. Assim, a percepção é um processo seletivo de apreensão, a qual está intrinsecamente ligada à vivência de cada sujeito, de modo que a percepção abarca determinada cena e exterioriza o que foi apreendido como resultado de um processo de saber histórico-cultural. A percepção é entendida como a interposição de uma camada de julgamento ou interpretação entre o que é visto e a consciência de quem observa. As percepções são carregadas de intenções, mesmo que não “percebidas” por aquele que observa. No simples fato de olhar existe uma carga de interpretação, visto que o olhar é sempre o resultado de uma elaboração cognitiva, fruto de um reconhecimento das coisas representadas.

É sob esse aspecto que devem ser lidas as matérias publicadas nos jornais, nos quais há informações que divulgam o desagravo de

ações adotadas pelos agentes municipais que incomodam os relatores e demonstram uma realidade apreendida, que se distancia dos atributos da modernidade. Ou, por vezes, há que supor que grupos políticos são atacados por outros, vinculando as disputas às fontes de produção e circulação de informações àquela época, quando os jornais desempenhavam esse importante veículo de crítica e divulgação de interesses. Em outra matéria, de diferente jornal, a polêmica sobre a forma de dizimar os cães da cidade continua:

Muitas pessoas têm vindo à nossa redacção nos pedir reclamemos perante o operoso sr. tenente coronel Intendente do municipio contra o perverso modo, adoptado pela municipalidade, de exterminar os cães encontrados nas ruas. O meio empregado pelos fiscaes para matal-os é a strychnina, que em pequena dose collocam n'um pedaço de carne verde, e jogam para o lado desses infelizes, que innocentemente, agradecendo talvez tão espontanea gentileza dos mata-cachorros, devoram o bocado bem feito. E, envenenados, os pobres animaes, esses fidelissimos amigos do homem, sentindo as torturas ardentes do veneno abrazador, tendo em fogo as entranhas, uns, sob estertores e convulsões da morte, expiram nas ruas, sob os olhos injectados de seus irresponsaveis algozes, e outros, ao presentir que a vida foge, e dores, nunca d'antes sentidas, os cruciam, correm desesperadamente até as casas em que moram seus donos, sob cujos olhos se passa o sinistro espectaculo de uma vida que foge. E' tão barbaro e iniquo semelhante processo, que não ha capital nem cidade civilisada que o adopte, e o povo desta terra, educado como o é, não póde permitir que semelhantes scenas de perversidade se desenrolem aos olhos do publico e, principalmente, das creanças, cujos corações infantis se corrompem assistindo a factos impregnados de tanta deshumanidade. [...]. Está, aos olhos e sentimentos de todos os civilisados, condemnado este máo costume de propinar venenos aos pobres animaes, pelo que, confiados nos bons sentimentos do sr. Intendente Municipal, em nome das pessoas que nos têm trazido reclamações a respeito, pedimos a s. s. que adopte e ponha em pratica medidas mais humanas, bem da civilisação e dos proprios interesses da Municipalidade. (APMT, 1915a, p. 1).

Essa evidência da falta de civilidade dos agentes municipais é um dos problemas denunciados nos jornais pelos redatores, num esforço de argumentar a hostilidade de certas ações públicas que constituem

a construção do conjunto de representações negativas sobre o imaginário da cidade e dos habitantes da capital.

Com recorrência, os discursos produzidos sobre a população e sobre a cidade são deveras contraditórios; ora transitam entre a narrativa que reafirma os problemas da falta de modernidade, ora enaltecem os atributos da sociedade cuiabana. Sobretudo, o olhar do redator sobre os moradores da cidade, e especificamente sobre os problemas que dela narra, apresenta níveis de percepções que mostram as dimensões de um cotidiano muito além do idealizado:

Ninguém pôde negar que Cuyabá, nestes ultimos annos, tem feito um progresso bastante sensivel, quer moral, quer materialmente. Muitas de nossas ruas e praças têm sido melhoradas; em pontos varios da cidade erguem-se novos edificios, alguns de elegante architectura moderna; abrem-se casas de commercio dos mais variados generos, demonstrando tudo que seguimos para uma nova éra de prosperidades. E apesar dessa febre incipiente de acompanharmos o progresso das demais cidades brazileiras, o nosso povo é sempre o mesmo povo calmo, bom, amigo da paz, da ordem, do respeito. Mesmo nas camadas inferiores da sociedade, onde as condições [sic] mesologicas tanto influenciam no caracter, encontram-se, geralmente, homens de costumes comedidos, almas nobres e dedicadas. É muito raro registrar-se um crime de sensação e, mais raro ainda, um roubo. Isso, numa cidade de mais de dezesseis mil habitantes, é bem difficil de encontrar-se, noutra parte. E' um facto que diz bem alto dos nossos bons costumes. Mas... (Eis o *mas* impertinente). (APMT, 1915a, p. 1, grifo nosso).

Um olhar mais atento às citações permite entender a avaliação do redator e como suas representações contribuíram para a formação do imaginário da cidade e das pessoas. Imagens semelhantes a essas ganharam circularidade e continuam dando forte sustentação às práticas, conceitos e pré-conceitos em relação à região e ao Estado de Mato Grosso.

Temos quasi repugnancia de cumprir as posturas municipaes. Quem ler o edital que váe publicado na secção competente deste jornal, verá a razão da nossa affirmativa. O carregador atravanca os passeios com a mercadoria que transporta; fatigado, por ali mesmo se deita ou dorme, pachorrentamente; à noite ha ruas onde se não pode passar: os passeios estão tomados de pessoas muito bem refesteladas nas suas cadeiras, obrigando os transeuntes a irem

pelo meio da rua; o tropeiro enche a rua, impedindo completamente o transito, com os seus animaes de carga; o cavalleiro só sabe amarrar a sua montaria à porta da casa onde desmonta ou à grade do jardim; os proprietarios de animaes de todas as especies, não acham melhor logar para criá-os do que as proprias ruas, e assim vemol-as invadidas por cavallos, burros, porcos, gallinhas, gatos, cachorros, o diabo, emfim; e para terminar, as paredes e muros das casas, estão cobertas de figuras obscenas, de palavras, de palavras torpes, de toda uma immundice. A que attribuir isso? O povo é bom e respeitador, mas é povo, e, porisso, naturalmente adverso a esses artigos a esses artigos das posturas municipaes. É preciso educal-o e esse respeito e para esse fim a Intendencia mantem um corpo de fiscaes. Cumpram'os srs. Fiscaes os seus deveres e teremos a satisfação de ver desaparecerem essas coisas que tanto depõem contra os nossos tóros de povo civilizado. Com isso teremos dois resultados: Cuyabá tomará o aspecto de uma cidade à altura da sua civilização e as rendas da Intendencia serão augmentadas. (APMT, 1915a, p. 1).

As narrativas também contêm informações que caracterizam as ruas, as casas e pessoas desprovidas do grau de “civilização” similar, talvez, ao das outras sociedades.

As representações negativas do ambiente e das pessoas não aparecem apenas nos jornais, mas, sobretudo, nos relatos de viajantes. Conforme descreveu o viajante Ferdinand Nijs, o povo cuiabano pouco conhecia o luxo, tudo lhe parecia desprovido de requinte. O lugar não lembrava em nada os adornos da civilizada Europa:

[...] as casas, são separadas por quintais fechados com muros de taipas. Esses quintais se compõem de algumas árvores plantadas ao acaso. [...] as casas são construídas com cacos de tijolos e terra batida: um bom número delas é mal construída, mal cuidada, dando um aspecto de cidade em ruína. Os materiais e a mão-de-obra são muito caros, e isto explica o estado de abandono desses pardieiros [...]. Em regra geral, o luxo é aí totalmente desconhecido. Em Mato Grosso, assim me parece, ignora-se aquilo que em nosso país se constitui no indispensável bem estar. Falo do requinte e do charme dos adornos [...]. Tudo é nu, frio e desprovido de charme nessas tristes habitações, nelas nada é cativante. (NIJS, 1992, p. 7-11).

Em seu relato, o olhar de Nijs apresenta críticas severas em relação ao comportamento do povo cuiabano e à aparência de Cuiabá, em nada se moldando às cidades europeias que, na opinião de Nijs e de outros viajantes, haviam atingido graus de desenvolvimento ou industrialização. Em outro trecho, o autor menciona as possíveis causas da degenerescência da população cuiabana, causadas especialmente pela insalubridade do clima e pelos comportamentos considerados imorais.

Imaginem vocês, pessoas de tez uniformemente pálida e doentia, preguiçosas, atingidas por uma espécie de languidez indolente que formarão uma imagem do aspecto físico dos habitantes de Mato Grosso. A verdadeira saúde é quase desconhecida entre eles; cada um clama de um certo mal, todas as dentições são péssimas, os portadores de tumores são numerosos, os tuberculosos, os raquíticos formam a maioria dos indígenas. Esta degenerescência, aliás, tem sua explicação na insalubridade do clima, na inobservância dos casamentos [...] esta raça é muito feia. (NIJS, 1992, p. 10).

Nos anos da República, as contradições dos ideais encontrados nas narrativas documentais divulgadas, ainda, uma cidade que apresentava problemas em diversos aspectos. Para citar exemplos, a precária iluminação e a falta de melhores condições nas vias públicas:

Uma das coisas de que a Intendencia deve cogitar é do melhoramento da nossa iluminação publica. O augmento dos lampeões é indispensavel. Trechos ha da cidade completamente sem luz. Numa cidade quasi sem calçamento, e cuja maioria das ruas não é nivelada essa falta causa um grande prejuizo ao publico, pondo-o as vezes em serias difficuldades. [...] Também a fiscalisação deve ser feita mais escrupulosamente. Hontem, a illuminação do jardim Alencastro esteve pessima, e durante toda a noite esteve apagado o lampeão collocado no angulo formado pela rua Pedro Celestino, e travessa Candido Marianno. Uma parte minima de zelo dos senhores fiscaes e tal irregularidade não mais se repetirá, pois estamos certos que o contractante da illuminação publica não tem outro desejo se não bem cumprir o contracto que assignou. (APMT, 1915b, p. 1).

O mobiliário domiciliar, as casas e os edifícios públicos eram marcados pela simplicidade. O saneamento urbano, a ordenação das ruas, a limpeza das águas e dos logradouros públicos dependiam de determinação da Câmara Municipal. Serviços que, pelo visto, muito desejava a população:

Desde que o nosso jornal começou a circular, temo-nos abtido de tratar de assumptos referentes ao estado em que se acha a nossa cidade. É o que não devemos fazer. Carece abrimos espaço para falarmos sobre as nossas ruas que vão em decadencia, quando todos esperavam vel-as melhoradas. Nas mais centraes crescem capim e mattas pelas taipas, sem que ninguem por isso se incommode. Os trabalhos de melhoramentos estão abandonados. Assim ha tempo que se iniciou o calçamento da Praça da Matriz e nisso ficou, tendo-se aberto enormes regos os quaes só servem de perigo aos transitantes que alli passam pela noite. E disto sabemos os que do mesmo serviço são encarregados, mas se contentam com o dinheiro recebido e não se importam de ao menos melhorarem o transito, já que não pode prosseguir no trabalho. Precisamos sempre falarmos no descaso que fazem pelos trabalhos que visem melhorar esta cidade e assim teremos cumprido o nosso dever. (APMT, 1917b, p. 3).

As reclamações que tratam da carência dos equipamentos urbanos, do saneamento, da falta de civilidade dos cuiabanos são alguns dos assuntos contidos nas leituras. Há também discursos que revelam a necessidade de instituições que se responsabilizassem pela reclusão dos loucos, pela punição dos infratores da lei, pelo internamento de doentes e pela formação de crianças desamparadas. Nessa perspectiva, lê-se em matéria de jornal intitulada “Repressão à vadiagem”, algumas informações que revelam tais assuntos:

Tem sido preocupação de quasi todos os governos nos ultimos tempos, a organização de um serviço de protecção à infancia, como sendo o mais practico de reprimir a vadiagem, que leva às infelizes creanças, quasi sempre, à senda do crime. Na França, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos, principalmente, as estatisticas têm demonstrado a baixa do numero dos criminosos, desde que os governos desses paizes tomaram a serio a solução desse difficilimo e importante problema. Entre nós, é bem conhecido o resultado brilhante obtido pelo dr. João Pinheiro, quando presidente do Estado de Minas, fundando os institutos de protecção à infancia, recolhendo das ruas os menores desamparados para collocar-os sob o tecto sadio de uma officina. Hoje, a instituição de João Pinheiro está sendo adoptada por quasi todos os Estados do Brazil, como Bahia, Espirito Santo, S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, obtendo em todos elles os mesmos resultados. A situação

precária que atravessamos, não permitirá ao governo, actualmente, cogitar da fundação de taes instuítos [sic] Pode-se porém, desde já, cuidar de organizar um serviço de protecção, por intermedio das autoridades policiaes, obrigando se aos paes desses menores que infestam as nossas ruas, em correrias desenfreadas, invadindo os jardins, que danificam, commettendo toda sorte de vadiagem, a mettel-os nas escolas, onde encontrarão o pão do espirito e os meios de se prepararem para as luctas da vida. [...] Há meios varios e simples de chamar ao bom caminho esses infelizes menores. A Escola de Artifices ahi está para [sic] recebê-los. É um dever nosso proteger a infância. (APMT, 1915b, p. 1).

O discurso do poder público revelava preocupações não somente em zelar pela infância desvalida, mas também em alojar os doentes, de modo geral, em casas de caridade e/ou hospitais. O desejo de modernizar a cidade, de segregar o louco, o leproso, a prostituta, o infrator ganhou maior dimensão a partir da República. A modernização, tão presente nos discursos, não deixou de apresentar-se por meio de práticas sociais. Marcante foi o início da construção do Tesouro do Estado, em 1896. Originalmente idealizado para abrigar as repartições de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização e o Tesouro do Estado, a construção foi iniciada no governo de Antônio Corrêa da Costa e concluída em 1898, no governo do Coronel Antônio Cesário de Figueiredo. Actualmente, essa construção faz parte do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, tombada pela Fundação Cultural de Mato Grosso em 11 de março de 1983. Assim, outras obras significam essa incipiente inauguração da modernidade em Cuiabá, como o hospital Santa Casa de Misericórdia (1817), o hospital São João dos Lázaros (1816), a construção do mercado do peixe (iniciada nos últimos anos do século XIX às margens do Rio Cuiabá), o asilo dos alienados (na década de 1930), a Colônia Correccional de Palmeiras e a criação de várias escolas primárias no interior do Estado.

A modernização de espaços e a necessidade da construção de prédios públicos são assuntos contidos nos discursos presidenciais. Os presidenciais também se ocuparam com mensagens que tratavam de apresentar soluções para conter os indômitos e atender os desamparados. São relatórios que expressam as dificuldades e urgência em acatar demandas num Estado que dizia arrecadar poucos recursos.

Bem sensível é a falta que temos de um estabelecimento destinado a receber e educar os orphãos desvalidos, que nas nossas cidades

crecem ao desamparo, sem receberem a indispensável instrução elementar, nem aprenderem qualquer arte ou ofício mecânico do qual possam mais tarde tirar os meios de honesta subsistência. Compreende-se facilmente qual poderá ser o futuro desses tantos menores que devem cercar a infância, para que não se perca no caminho do vício, que facilmente conduz ao crime. Não desconhecendo, porém, que temos ainda outras necessidades a atender, por ventura mais urgentes do que essa, não vos proporei a criação de um tal estabelecimento, que acarretaria ao Estado não pequena despesa para montá-lo e custeá-lo em condições bem preencher os seus grandes e humanitários fins. Mas entendo que se poderia ao menos atenuar os efeitos perniciosos de semelhante falta, subvencionando anualmente com uma quantia razoável o collegio de [sic] e officios que nesta capital existe sob a direção dos reverendos padres salesianos, com a obrigação para elle de admitir também annualmente uns tantos meninos indigentes, cujo número seria previamente fixado pelo governo do Estado, a fim de dar-lhes a conveniente instrucção literária e ensinar-lhes as artes e officios para que tiverem vocação. Desse modo, com um ônus relativamente pequeno para o thesouro, attenderem-se a essa necessidade e cumpriremos o dever de não deixar ao abandono esses infelizes desfavorecidos da sorte, que, entregues a si mesmos, sem terem quem cuide do seu futuro, perder-se-hão fatalmente no caminho do vicio a que os mostrará a ignorância e a falta de um meio honesto de subsistência, quando, em outras circunstâncias, poderem vir a ser bons cidadãos. (APMT, 1899, p. 36).

Esses dados são exemplos concretos de que os cuiabanos tinham um forte desejo de se modernizar e de atender às questões sociais. Os artefatos urbanos, de forma incipiente, mostravam-se no cenário da pacata cidade, simbolizando uma promessa de futuro que a elevasse de algum modo à lista das cidades modernas.

Na cidade não havia apenas a arquitetura definidora de um projeto modernizador – possibilitando ao cenário urbano um novo tempo, o da construção dos primeiros símbolos da civilização –, valores sociais baseados em novos códigos de postura delineavam o ideal de vida de uma população civilizada, devendo apresentar-se obediente aos novos códigos impostos pelas autoridades públicas. É assim que Aleixo (1995, p. 194) analisa a situação dos trabalhadores nas usinas de açúcar na província e no futuro estado de Mato Grosso. A autora argumenta que as autoridades públicas definiam medidas disciplinares, induzindo

os proprietários das terras a “domesticarem” seus trabalhadores sob um sistema de coação. O instrumento da disciplina não foi apenas um mecanismo de controle da vida cotidiana dos trabalhadores, mas conduziu um sistema de vigilância “nos caminhos, nos portos, nos lugarejos e nas cidades”.

Apresentavam-se estigmas morais e sociais como argumentos que pudessem explicar as fugas dos trabalhadores. Ao exporem os motivos da transgressão ao trabalho nas minas, os administradores buscavam explicações nas práticas do alcoolismo, da vadiagem, da loucura e da valentia dos trabalhadores, e nunca os maus-tratos integraram o conjunto de álibis usados para explicar as fugas.

Aleixo reporta-se ao período do Império, tratando também da República, mencionando a grande necessidade que tinha o poder público de moralizar e ordenar a sociedade mato-grossense. O governo preocupava-se em civilizar os vagabundos, desordeiros e marginais, entendendo que “a ordem e racionalidade só poderiam ser instauradas através de comportamentos institucionalizados, apoiados em regras e códigos específicos, cabíveis, o mais das vezes, somente nesta região”. (ALEIXO, 1995, p. 88).

A representação do cenário da devassidão e demais problemas fora construída pelos viajantes e pelos cronistas quando andavam nas terras de Mato Grosso e da capital, Cuiabá. Conforme análise de Maciel:

Essa imagem de depravação, da inocência reinante em Cuiabá, além dos outros problemas, como criminalidade, o jogo e a vadiagem, amplamente divulgada pelos viajantes e compartilhada pelos cronistas da cidade, era associada e explicada pela origem e composição de sua população. (MACIEL, 1992, p. 20-28).

Grande parte da população cuiabana era composta por negros e índios. Muitos brancos, de origem europeia, haviam adquirido o poder por meio do processo de conquista e de sucessão dos herdeiros aos cargos públicos.

Os índios, negros e mestiços, por serem pobres, eram os mais visados pela política eugenista. Eram também avaliados pelos intelectuais como indivíduos propensos ao vício, à promiscuidade e à criminalidade. Os atributos variavam entre a “selvageria, a docilidade, a pacatez, a psicose, a indignidade e a perniciosidade” (MESQUITA, 1978, p. 55).

Galetti (2000) analisou várias e diferentes narrativas de viajantes que percorreram o território mato-grossense entre meados do século

XIX e os primeiros anos do XX. O conteúdo dessas narrativas aglomera um conjunto de representações acerca do espaço social e natural de Mato Grosso. A região foi concebida por esses viajantes como o espaço da barbárie. Em relação à sociedade, o discurso acentua-se na ordem do atributo da incivilização. O mato-grossense era avaliado como o resultado da mistura racial do índio com o africano, considerados indivíduos inferiores, preguiçosos e fadados a hábitos de indolência. Nesse conjunto de representações acerca da população cuiabana, justificava-se a necessidade de medidas preventivas com o objetivo de conter a desordem:

Por volta de 1880, a dinamização da vida urbana, que se fazia sentir por meio de novos investimentos em pequenas indústrias e oficinas e pela criação de alguns serviços públicos e de escolas, trouxe também a necessidade de manter sob controle os elementos perturbadores da ordem, da segurança e da moral públicas. (MACIEL, 1992, p. 30).

É nesse contexto de maior dinâmica do espaço urbano que foram feitos, na mesma proporção, investimentos do governo na tentativa de criar estratégias de repressão, moralização e segregação com objetivos bastante claros: efetivar o controle sobre a sociedade cuiabana.

O dr. Chefe de polícia deste Estado acaba de fazer uma determinação que absolutamente não pode ser cumprida. Quer o illustre moço que a criadagem receba cadernetas da Secretaria de Polícia, afim de coibir a vagabundagem. Quer por outras palavras, tornar o trabalho obrigatório e fiscalizado pela polícia. (NDHIR, 1913, p. 1).

A responsabilidade da Câmara Municipal era a de decretar posturas que deveriam ser observadas pela polícia do Município, tratando de legislar sobre a higiene e sobre todos os objetos próprios à ordem, bem como estabelecendo penas contra os infratores. Há registros sobre o papel da polícia, que tinha por missão a vigilância, prevenção e pesquisa dos crimes e contravenções, assim como a prisão de delinquentes e a tomada de medidas de segurança para sustentação da ordem e manutenção da tranquilidade pública. Ao Chefe de Polícia competia, além da manutenção da ordem e tranquilidade pública, “fazer por em custódia o bêbado durante a bebedice, os loucos e os menores perdidos ou abandonados, para serem logo apresentados ao juiz de órfãos” (MATO GROSSO, 1892).

Os inspetores de quarteirão – cargo ao qual se era nomeado pelos delegados, sobre propostas dos subdelegados de polícia – deveriam cumprir critérios de bons conceitos morais e sociais e ter qualidades de eleitor. Aos inspetores de quarteirão competia vigiar sobre a prevenção dos crimes, admoestar os vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas turbulentas ou quaisquer que viessem a perturbar o sossego público, ou que, por palavras ou ações, ofendessem os bons costumes, a tranquilidade pública e a paz das famílias. Essas pessoas deveriam ser corrigidas, do contrário, era obrigação dar disso parte circunstanciada à autoridade policial superior (MATO GROSSO, 1892).

As estratégias de organização do espaço urbano não são sentidas apenas com a criação de cargos policiais e as obrigações profissionais diante de suas responsabilidades e funções sociais. A Câmara Municipal atribuía às autoridades sanitárias atividades que também autorizavam os serviços de cumprimento de regras que pudessem efetivar a fiscalização, inspeção, visitas e vacinação. É com essa expectativa que, em 1901, o governador do Estado relata a necessidade de melhorias no saneamento da capital:

O digno cidadão Dr. Inspetor de Hygiene em seu relatório que junto vos remeto, reclama certas providências, como a da calanição das águas pútridas da cidade, a da compra de uma carroça apropriada para a condução do lixo e outras que acho atendíveis. (APMT, 1901, p. 8).

Aos delegados de higiene cumpria fiscalizar e observar os preceitos higiênicos dentro do distrito de sua jurisdição, relatando, quando necessário, ao inspetor geral as infrações encontradas. A eles também cabia

[...] inspecionar em relação a higiene, os arsenais, os quartéis, as prisões, os asilos e outros estabelecimentos públicos, inclusive casas de caridade, obtida prévia licença das autoridades diretoras de tais estabelecimentos. (MATO GROSSO, 1892, p. 14).

É nesse contexto de criação de cargos e de valores sociais, discutidos enquanto possibilidades de civilização, que os pobres, alcoólatras, órfãos, mendigos, prostitutas e loucos passam a ser citados com mais frequência nos jornais e fontes oficiais. Serão figurantes da cidade sujeitos à alçada institucional. Estes passaram a ser, com o tempo, representados por meio de um conjunto discursivo em que apareciam como personagens sociais responsáveis, em parte, pela indisciplina

urbana. O controle social passou a integrar definitivamente as preocupações dos dirigentes no período republicano.

Em resumo, é no contexto da Ordem e do Progresso preconizados pela República que os “transgressores da ordem” – ou seja, os pobres, mendigos, loucos, órfãos e prostitutas – aparecem com mais nitidez na cidade de Cuiabá, cujo aparecimento implica vê-los como um objeto da ordem jurídica, médica, passível de ser controlada em instituições policiais e hospitalares.

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

A Santa Casa de Misericórdia exerceu no ocidente o papel de pôr em ordem o mundo da miséria. Evidencia-se nos discursos o desejo de ajudar e a necessidade de reprimir (FOUCAULT, 1995, p. 53). Em Cuiabá, a Santa Casa de Misericórdia prestou serviços assistenciais aos pobres, aos doentes, aos loucos, às mulheres desamparadas e aos famintos.

A comprovação de que os presos doentes eram tratados na Santa Casa de Misericórdia está no pedido que o tesoureiro do hospital, Antônio Roberto de Vasconcelos, fez ao presidente de Província Antônio Herculano de Souza Bandeira.

Em data de 1º de junho do anno passado o Thesoureiro deste Estabelecimento requereu á Presidencia da Província pagamento da quantia de um conto quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reis (1.576.859), importancia das rações dos presos da cadêa publica desta cidade tratados nas enfermarias do hospital da Santa Casa de Misericórdia desta cidade no decurso dos annos de 1880 a 1887, conforme a relação inclusa. (APMT, 1889, p. 1).

Não havendo na delegacia da capital uma enfermaria disponível ao atendimento de presos doentes, era a Santa Casa a instituição que deveria prestar esse serviço ao setor policial e à sociedade de modo geral. Os indigentes, os decrépitos, os presos doentes e os alienados iam para o hospital da Santa Casa de Misericórdia, instituição capaz de oferecer abrigo e alimento aos marginalizados. Através de seu trabalho beneficente, respondia aos anseios de uma sociedade que pretendia civilizar-se. Em relatos da administração havia, por vezes, reclamações a respeito da presença dos mendigos, dos doentes mentais ou de infratores atendidos no hospital.

O hospital desta Santa Casa ultimamente, está se transformando em hospício de alienados e asylo de mendicidade sem que esta sociedade disponha de acomodações e recursos suficientes para por-se em execução o que é determinado em artigo. (APMT, 1908, p. 12).

Contudo, ao que parece, as falas sobre a precariedade econômica da instituição são recorrentes. O hospital não possuía verbas suficientes para acolher a todos que para ali acorriam. Vê-se que, com o avançar dos anos, tornava-se incômoda a permanência de mendigos e doentes mentais na Santa Casa. Conforme relato de Firmo Rodrigues, a instituição não possuía riquezas, não sendo possível, portanto, cuidar de todos que para ela se dirigiam.

Instituição de poucos recursos, não pode atender as necessidades de quantos lhes batem a porta, mas a maioria da pobreza que ali tem entrada julga que basta estar hospitalizado para ter a dieta de galinha, leite, marmelada, etc., qualquer que seja a moléstia que sofram. (RODRIGUES, 1959, p. 54).

A título de curiosidade, lemos a listagem do patrimônio da instituição, de forma a apresentar uma mostra dos compartimentos internos e de outros bens. Os bens compreendiam as enfermarias, capela, dois pavilhões construídos em 1914, um terreno em parte murado, chamado de Chácara Maranhão, necrotério, uma casa térrea a dois quilômetros da cidade, onde funcionava o hospital dos lazarentos, e que tinha em suas proximidades outra casa térrea para residência do encarregado do hospital. Havia uma casa térrea à rua Coronel Peixoto, um imóvel conseguido através de adjudicação na rua Coronel Pedro Celestino, um na rua das Laranjeiras, um no Areão, um na Joaquim Murinho, um na rua do Carmo e um na Cândido Mariano.

Essa casa do Areão foi doada por escritura pública com cláusula de *causa-mortis* pela senhora Maria Gomes da Conceição, que estava recolhida no hospital São João dos Lázaros (APMT, 1923).

Além dos recursos dos imóveis, Rodrigues relata alguns detalhes interessantes vividos por pessoas pobres que contavam com o auxílio da instituição. Conforme afirma o autor, havia os que reclamavam da alimentação que recebiam no hospital, e diz ter ouvido certa vez de “um negrão forte, gordo,” à porta de uma venda, que este não recebera e nem sentira cheiro de galinha e nem de um copo de leite durante o tempo de internamento no hospital para a cura de umas feridas bravas (RODRIGUES, 1959, p. 54).

Essa história relatada por Rodrigues reafirma, de certa forma, as dificuldades financeiras enfrentadas pela Santa Casa de Misericórdia e a deficiência no papel enquanto instituição assistencialista. Essa função permitia o saneamento do espaço, representando um refúgio aos problemas enfrentados no cotidiano da cidade e das situações em vida doméstica.

Rodrigues comenta, também, que conheceu uma mulher japonesa, vendedora de verduras, que passava diariamente em sua casa com duas latas de ervas.

Um dia, ela apareceu-me em casa pedindo, com lágrimas e soluços, para ser recolhida no hospital para descansar dos maus tratos do marido. Realmente, ela apresentava sinais evidentes de ter sido es-covada e eu, penalizado promovi sua hospitalização na Santa Casa, onde ela permaneceu dez dias. (RODRIGUES, 1959, p. 54).

Esse texto evidencia que, na ausência de outras instituições destinadas a cumprir determinadas funções sociais, era a Santa Casa de Misericórdia a instituição “habilitada” a resolver os vários assuntos e problemas de ordem policial, médica, sanitária e social.

Ao lidar com os problemas de ordem social e moral, psiquiatras, intelectuais e parte da sociedade envolveram-se no combate ao abuso do álcool. Informavam os significativos males físicos e psíquicos causados pelo frequente uso e a ele atribuíam grande parte das mazelas sociais, sobretudo os crimes e as doenças mentais. Sob a mira dos médicos e de intelectuais estava a população pobre e negra. Foram visados nessa política de segregação antiliberal e racista e, portanto, se tornaram os principais alvos do poder dos novos conceitos científicos. Em outra passagem é possível problematizar a complexa discussão sobre o alcoolismo que, entre os grandes vilões da transgressão, da degradação moral e da intervenção dos poderes institucionalizados, era mencionada nos jornais.

A’ rua 13 de Junho, principal arteria da cidade, reside, a titulo de protegida, em companhia de uma familia, na casa nº. 59, uma tal Ritinha, que pelos seus costumes desregados, ha muito devia estar trancafiada em um dos cubiculos da Cadeia Publica. Como louca ou como ebria habitual, Ritinha, mulher immoral, ofende todos os transeuntes com palavras que fazem arrepiar os cabelos. Nenhum dos leitores que por alli passam, terá deixado, sem duvida, de assistir uma dessas scenas indecorosas que a referida mulher

ha por bem offerecer aos olhos do publico. Os visinhos daquellas immediações vêem-se privados de sahir á janella quando Ritinha se põee a arengar. Chamamos a atenção de quem de direito para, a bem da moralidade, providenciar retirada daquella mulher licenciosa, da rua a que acima reportamos. (APMT, 1917c, p. 4).

A contenção de mendigos, idosos “decrépitos” e loucos que não podiam andar pela cidade, passando a ficar sob a guarda da polícia, era um dos indicativos de que os preceitos da civilização tornavam o espaço urbano organizado. A iniciativa de repressão e vigilância era incumbência das autoridades policiais, responsáveis pela ordem pública. A Santa Casa mantinha, por vezes, a pobreza em suas dependências, mas, quando não se sentia mais forçada, entregava-os à responsabilidade das forças policiais.

A administração do hospital tem sido forçada a conservar no hospital diversos doentes, velhos decrepitos e tres dementes, pois atrai-los á rua seria dolorosa desumanidade. A falta de um manicômio obrigou a administração a aproveitar dois quartos pequenos para a reclusão de duas mulheres dementes uma das quais é furiosa. (APMT, 1923, p. 19).

Cabia à Santa Casa de Misericórdia parte do papel de prisão e de preservadora da ordem moral. A privação da liberdade não devia apenas ser vista como um instrumento de interdição à liberdade, mas um recurso que facilitava a organização da cidade.

As instâncias que compartilhavam, pelo sequestro, o direito de internar e de legitimar a ordem social eram o poder judiciário, o executivo e o médico. Eram saberes médicos e forças políticas capazes de oferecer controle sobre a indigência e sobre os doentes mentais. Na cidade de Cuiabá já funcionava, há algum tempo, nas dependências da Chefatura de Polícia, o gabinete médico-legal, realizando “atividades indispensáveis aos trabalhos de corpo delicto, exames de sanidade, autópsias”. (APMT, 1926, p. 46).

A partir dos discursos de vários grupos de poder, houve a realização mais contundente do sistema de repressão. Exemplos dos trabalhos desenvolvidos pelo governo no combate à desordem estão na atuação dos Serviços de Repressão à Mendicância. Em Cuiabá, nos anos de 1940, havia 50 mendigos devidamente registrados. Mendigos que andavam à solta, “sem freios” e sem assistência social, trazendo ao cenário urbano a proliferação dos males da penúria, ficavam sob a órbita da polícia (APMT, 1940, p. 12).

Cuiabá, aos poucos, ingressava no modelo civilizador, e os organismos de controle foram sendo instituídos de forma a permitir a organização do Estado Republicano. Esse princípio civilizador esquadrinhou a organização do espaço urbano, procurou conhecer a população, cadastrou mendigos, soube dos andarilhos, alicerçou o espaço da loucura, atendeu em parte as demandas sociais.

Há também nesses discursos da modernidade um novo elemento científico, a eugenia, através da qual são instituídos, por força dos agentes do poder público e do poder médico, novos códigos morais e sociais impostos à sociedade. A eugenia serviu como um mecanismo de controle da população cuiabana, que se fez presente também com o ideal de enfrentar a diversidade social. O poder eugênico foi capaz de atravessar todas as esferas da existência dos espaços domiciliares, dos comportamentos sexuais aos políticos. Era um desafio que implicava construir a aceitação da ordem e da disciplina e, dessa forma, funcionou como uma técnica do poder.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia pelo Tesoureiro Antônio Roberto de Vasconcelos*. Cuiabá, 10 maio 1889, lata C, p. 1.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Mensagem Presidencial, Presidente Antonio Cesário de Figueiredo*. Cuiabá, 1 fev. 1899.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Mensagem Presidencial de Antônio Pedro Alves de Barros*. Cuiabá, 2 fev. 1901.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia pelo Presidente Eloy Hardaman*. Cuiabá, 1908. p. 12.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Morte aos cães*. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: Diário da Tarde. Cuyabá: fev./mai. 1915. Cuyabá, anno I, n. 9, 5 mar. 1915a, p. 1.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Repressão à vadiagem*. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: Diário da Tarde. Cuyabá: fev./mai. 1915. Cuyabá, anno I, n. 3, 26 fev. 1915b, p. 1.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. **Com a Municipalidade**. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: A Juventude. Cuyabá (1916-1917). Periodico literario, critico, sportivo e noticioso. Cuyaba, anno I, n. 11, 28 jan. 1917a, p. 1.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *As ruas desta cidade (Lindolpho)*. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: A Juventude. Cuyabá (1916-1917). Periodico literario, critico, sportivo e noticioso. Cuyabá, anno I, n. 24, 10 maio 1917b, p. 3.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Louca ou ébria habitual*. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: A Juventude. Cuyabá (1916-1917). Periodico literario, critico, sportivo e noticioso. Cuyabá, anno I, n. 34, 8 set. 1917c, p. 4.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Relatório da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado no ano de 1923*. Cuiabá, 1923.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Mensagem Presidencial de Mario Correa da Costa*. Cuiabá, 13 maio 1926.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Relatório da Chefatura de Polícia*. Cuiabá, 1940.

CANOVA, Loiva. *A loucura é uma loucura: as representações sobre o louco e a ordenação do espaço urbano em Cuiabá (1889-1931)*. 2000. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

CANOVA, Loiva. A loucura e as construções discursivas na história cuiabana. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 991-1007, nov./dez. 2006.

CANOVA, Loiva. A questão da loucura na historiografia ocidental e nos jornais da cidade de Cuiabá na Primeira República. *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 5, n. 1, p. 143-166, jul-dez. 2011.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

FALCON, Francisco José Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papius, 2000. (Coleção Textos do Tempo).

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado

em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MACIEL, Laura Antunes. *A capital de Mato Grosso*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. Leis Municipais. *Decreto n° 21*, de 29 de janeiro de 1892, p. 12-15.

MESQUITA, José Barnabé de. Olegário de Barros: nossos poetas á luz da psicanálise. *Revista do Centro Mattogrossense de Letras*, n. 1647, ano XI, 1932.

MESQUITA, José Barnabé de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: SMEC/DCT, 1978.

NIJS, Ferdinand. Voyage au Mato Grosso in Etudes Coloniales. *Bème Année, Aout.*, n. 8, 1901. Trad. João Mariano Oliveira. Cuiabá, 1992. (Mímeo).

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDHIR/UFMT). *A Reacção*. Cuiabá, p. 1, 23 fev. 1913.

RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra*. Cuiabá: [s.n.], 1959.

SILVA, Lisle Maria da. *Hospital de alienados: esboço para um enfoque histórico-social*. 1988. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1988.

IDENTIDADES PARTIDÁRIAS EM MATO GROSSO (1945-2002)

IDENTITIES IN PARTY MATO GROSSO
(1945-2002)

Vinicius de Carvalho Araújo¹

RESUMO: Este artigo aborda a continuidade das identidades partidárias ao longo da segunda metade século XX e início do século XXI. O sistema partidário vigorou entre 1946 e 1965, cujos grandes partidos foram PSD, UDN e PTB, acabou sendo congelado após a implantação do bipartidarismo. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) internalizou a disputa PSD-UDN, com os grupos de outrora vinculando-se às sublegendas (Arena I e Arena II). Já o PTB manteve uma forte identidade do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os principais episódios em que as identidades pessedistas e udenistas foram reavivados no bipartidarismo foram a fundação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a eleição de 1978. Após a criação de Mato Grosso do Sul em 1979, as identidades arenistas e emedebistas foram conservadas por um bom tempo, ao lado daquelas que vinham do período do multipartidarismo. Alguns episódios importantes foram a extinção do Partido Popular (PP) e sua posterior incorporação pelo PMDB, com as tensões daí resultantes, como na disputa de 1985 entre Dante de Oliveira e Rodrigues Palma; na filiação ao PMDB de egressos do PDS, como Agripino Bonilha Filho, candidato a Governador em 1990; e na reafirmação da tradição pessedista nas eleições de 2002 com Jonas Pinheiro.

Palavras-chave: Identidades partidárias. Elites políticas. Partidos. Eleições. Mato Grosso.

¹ Mestre em História. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Analista político. Gestor governamental em Mato Grosso.

ABSTRACT: This article explores the continuity of the party identities during the second half of the twentieth and the beginning of the twenty-first century. The party system lasted between 1946 and 1965, in which the great parties were PSD, UDN and PTB, was frozen after the installation of the Arena and MDB. The Aliança Renovadora Nacional (Arena) interiorized the struggle PSD-UDN, when the ancient groups linking to the sublegends (Arena I e Arena II). Meanwhile, the PTB maintained a strong identity in the MDB. The main events in which the PSD and UDN identities were resurrected were the foundation of the Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) and the election of 1978. After the creation of Mato Grosso do Sul in 1979, the Arena and MDB identities were conserved for a good time, by the side of those that came from the multiparty system. Some important episodes were the extinction of the Partido Popular (PP) and its further incorporation by the PMDB, with resulting tensions, like in the struggle of 1985 between Dante de Oliveira and Rodrigues Palma; in the filiation to the PMDB of egressed of the PDS, like Agripino Bonilha Filho, governor candidate in 1990; and in the reaffirmation of the PSD tradition in the election of 2002 with Jonas Pinheiro.

Keyword: Party identities. Political elites. Parties;. Elections. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Araújo (2012) adotou em seu trabalho sobre a dinâmica política mato-grossense um olhar estrutural adotado, para ampliar a sua capacidade analítica, em conformidade com a renovação teórico-metodológica da historiografia política. Para tanto, foram considerados os mandatos anteriores à divisão, a formação dos grandes partidos em Mato Grosso (PSD, UDN e PTB) e como eles organizaram a disputa política. Como seu surgimento deu-se ao final do Estado Novo (1945) e foi sentida a necessidade de recuar a narrativa para alcançar este momento de estruturação partidária e definição de identidades, muito fortes no período subsequente.

A principal razão é que o subsistema partidário que vigorou nesta época pode ser considerado como aquele de maior duração nacional do século XX, já que permaneceu ativo durante 20 anos. No caso de Mato Grosso, a instabilidade partidária do período acompanhava as disputas entre os grupos mais fortes no cenário estadual, como apontou Póvoas (1995). Mesmo se forem consideradas identidades partidárias mais duradouras, não seria um conjunto de partidos, mas apenas uma sigla ou movimento isolado.

As elites políticas de Mato Grosso congelaram estas identidades partidárias, pela forma como se deu a transição para o bipartidarismo posterior ao AI-2. Em função da liderança do Senador Filinto Müller junto ao PSD e seu alinhamento com o regime civil-militar em fase de articulação no Congresso Nacional, a maior parte do PSD mato-grossense optou por migrar para a Arena, quebrando o padrão dos outros Estados, que indicava uma divisão em duas metades. Como a UDN manteve seu comportamento nacional e se filiou em massa na Arena, e os sobreviventes do PTB se dirigiram ao MDB, o partido governista em Mato Grosso acabou internalizando a disputa PSD-UDN.

O movimento permitiu que os grupos políticos atravessassem o período, relativamente intactos, a despeito dos esforços de “arenização” realizado nos Governos Pedrossian e Fragelli. Os problemas de relacionamento de Garcia Neto como Governador terminaram no trauma da divisão do Estado e nas eleições de 1978, em que ex-PSD e ex-PTB se juntaram para derrotar a UDN, como nos velhos tempos. O multipartidarismo nasceu no Estado, portanto, contaminado por este legado e influenciou na identificação do PDS e depois PFL com o grupo do antigo PSD e depois Arena II; o PP, depois incorporado ao PMDB, PTB e fragmentado a partir da década de 1990, reuniu os antigos udenistas ou aqueles formados nesta tradição e, por fim, o PMDB e depois PDT, PSDB e PPS herdaram a maior parte da estrutura do MDB que, como foi apontado, nasceu das sobras do PTB na sequência do golpe militar de 1964.

FORMAÇÃO DOS PARTIDOS NO PÓS-ESTADO NOVO

Cabe abordar a formação dos três principais partidos existentes neste período, PSD, UDN e PTB. Na montagem do PSD, Vargas tentou manter intacta a rede de sustentação que articulava ao longo dos seus quinze anos de mandato (1930-1945), em particular no período do Estado Novo (1937-1945).

Skidmore (1992) denominou os atores integrantes desta rede como os “de dentro”, com ênfase em: 1 – As elites políticas e burocráticas com acesso ao aparelho do Estado no período varguista, bem como as respectivas clientelas vinculadas a elas; 2 – O capital agropecuário e industrial que obteve bons resultados com Vargas, admirava a ênfase urbana das mudanças (com a intocabilidade da propriedade concentrada da terra) e temia a instabilidade política que uma transição mais radical entre regimes poderia acarretar, prejudicando os seus negócios; 3 – Os trabalhadores urbanos, mobilizados pela legislação

trabalhista, previdenciária e sindical aprovada por Vargas e tutelados de forma paternalista.

Para Gomes (1988), a proposta inicial era construir um único partido “situacionista”, reunindo os interventores estaduais, suas respectivas máquinas políticas e os sindicatos. O projeto foi abortado pela dificuldade em compatibilizar um partido de massas (que se pretendia para o trabalhismo) e a cúpula governamental estadonovista, que optava por uma organização gerida por um colegiado e com bases políticas regionais.

Do lado oposto, a União Democrática Nacional (UDN) se formou como uma imensa frente de oposição a Getúlio Vargas e aglutinada pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, tenente participante da revolta do Forte de Copacabana, em 1922. Reuniu, portanto: 1 – As antigas oligarquias estaduais desalojadas do aparelho do Estado, em 1930, cujos líderes eram Otávio Mangabeira, Júlio Prestes e o ex-Presidente Artur Bernardes; 2 - Outros setores oligárquicos que só romperam com Vargas durante a década de 1930, como os tenentes Juarez Távora, Juraci Magalhães e o candidato a Presidente na abortada eleição de 1938, José Américo de Almeida; 4 - Os signatários do “Manifesto dos Mineiros”, de 1943, que representava o velho constitucionalismo liberal, órfão de 1930 e da candidatura de Armando Sales de Oliveira a Presidente, em 1937, como Afonso Arinos, Odilon Braga, Milton Campos e Pedro Aleixo; 5 - A denominada “Esquerda Democrática”, composta por setores do Partido Comunista descontentes com o movimento queremista e a aproximação com Vargas. Eles consideravam possível uma “união nacional” substanciada numa organização de massa que pudesse representar o antigetulismo. Com a ampliação da UDN, acabaram saindo desta proposta e fundaram o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em Mato Grosso, a construção do PSD seguiu o padrão nacional. A família Müller, em particular os irmãos Júlio e Filinto, foi o eixo ao redor do qual se formaram os partidos no Estado, conforme o critério situação-oposição. O ex-deputado estadual e federal Milton Figueiredo afirmou que os partidos em Mato Grosso foram fundados contra ou a favor de Filinto Müller². Quer dizer, o grupo do PSD procurou manter o situacionismo anterior.

Já Vespasiano Barbosa Martins filiou-se à UDN possivelmente pela postura oposicionista que as forças políticas da região sul faziam a

2 Depoimento de Milton Figueiredo em Neves, Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos Políticos*. Rio de Janeiro: Mariela, 2001b.

Vargas e aos Müller e sua vinculação aos grandes pecuaristas³. A UDN surgiu em Mato Grosso, portanto, do agrupamento daqueles que se consideravam excluídos dos benefícios que o bom relacionamento com o aparelho do Estado conferia, bem como do acúmulo de forças por parte dos que se opunham à política de Vargas e seus representantes no Estado, liderados pelos irmãos Müller. Segundo Paulo Machado, a UDN foi formada pelos jovens do sul (ele próprio, José Fragelli, Wilson Barbosa Martins), porque os mais velhos ficaram esperando as definições das lideranças maiores para se posicionarem⁴.

PRESERVAÇÃO DAS IDENTIDADES APÓS O GOLPE MILITAR DE 1964

Logo após o golpe militar de 31/03/1964, um dos principais problemas enfrentados pelo Marechal Castelo Branco foi a montagem de um dispositivo partidário para suportar o novo regime, em particular no Poder Legislativo. Esta dificuldade, acrescida da fragilidade do quadro partidário, vinda da fase democrática (1945-1964)⁵, impôs um realinhamento dos partidos. Isso foi feito por intermédio do AI-2, que reagrupou as forças conforme seu apoio ao regime civil-militar, garantindo um partido estável de suporte ao Poder Executivo e uma oposição exercida dentro dos marcos definidos pela institucionalização em curso.

Na eleição de 1965 para Governador de Mato Grosso, na qual concorreram Pedro Pedrossian e Lúdio Coelho, o PSD pôde superar a UDN que, no Estado, tinha maior identidade com as camadas de renda mais baixa (em particular no norte do Estado). Augusto Mário Vieira recordou que a UDN em Cuiabá era “povo” e talvez não houvesse outra tão popular no Brasil.

Para Neves (1988), as eleições de 1965 são o fechamento de um ciclo no Estado, com dois candidatos sulistas típicos (Pedrossian nunca

3 Bittar (1999) lembrou que Vespasiano era descendente da família Barbosa, composta de importantes pecuaristas na chamada região dos “campos grandes”. Ele nasceu numa fazenda em Rio Brillante e seu avô (Ignácio Gonçalves Barbosa) era fazendeiro da região da Vacaria.

4 Depoimento de Paulo Coelho Machado em Neves, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

5 Como destacou Brum (2000), os partidos gerados ao final do Estado Novo (PSD, UDN e PTB), além de outros menores, já vinham demonstrando sinais de fraqueza e debilidade. O autor lembrou que durante o mandato de João Goulart (1961-1964), em função das “reformas de base” propostas pelo Plano Trienal, elaborado quando Celso Furtado era o Ministro do Planejamento, tinham se formado no Congresso Nacional duas grandes frentes matriciais em relação aos partidos. Uma era a Frente Parlamentar Nacionalista, formada na maioria por integrantes do PTB e a Ação Democrática Parlamentar, composta por quadros da UDN e PSD. No interior dos partidos também havia diversas cisões, como a “Ala Moça” do PSD que preconizava renovação dos quadros partidários e a “Bossa Nova” na UDN, que apoiava o Plano Trienal contra a “banda de música”. Num certo sentido, estas clivagens já apontavam para a formação dos dois partidos após o AI-2, com a Arena herdando a Ação Democrática Parlamentar e o MDB constituindo dos egressos da Frente Parlamentar Nacionalista, após os expurgos praticados pelo regime.

estivera em Cuiabá antes) e sem nenhuma tradição eleitoral. A autora apresentou duas hipóteses que podem explicar o comportamento dos atores políticos nessa eleição. Na primeira, enfatizou o fato dos dois candidatos serem sulistas típicos, o que demonstraria a hegemonia da representação política do sul, refletida nas decisões partidárias. A escolha de candidatos passaria a ser, portanto, uma “exclusividade” sulista e o divisionismo triunfaria pela via eleitoral, o que exigiria mais astúcia das lideranças do norte. A segunda hipótese é um aspecto da primeira, o crescimento do PTB, que, mesmo freado pelas cassações e perseguições do golpe militar, vinha se impondo. E como este partido era mais forte na região sul, isso “disfuncionalizava” o sistema anterior e ajuda a compreender as eleições de 1965.

O “vazio” de lideranças, tanto no sul quanto no norte, pelo “envelhecimento” de uma geração (Filinto Müller, Vespasiano Martins, João Villasbôas, Júlio Müller, João Ponce, Dolor de Andrade, Demóstenes Martins, Fernando Corrêa da Costa) sem a “maturação” de outra a tempo, acabou oportunizando o surgimento de nomes novos, como Lúdio e Pedrossian. O golpe militar de 1964 fortaleceu a campanha de Lúdio e de Fragelli, pela UDN.

Do lado do PSD, o golpe foi do mesmo modo determinante, porque vitimou João Ponce de Arruda, que era o candidato nato do norte a um segundo mandato, e cassou Nelson Trad, vice-prefeito de Antônio Mendes Canale em Campo Grande, que lhe impediu de renunciar para concorrer a Governador. Pedrossian pôde construir o discurso vitimista que lhe garantiu os votos ideológicos antigolpe, em particular do ascendente PTB. Vale conjecturar se é possível uma transição pacífica de uma “geração” para outra em ciclos de 20 a 25 anos, no caso de Mato Grosso ou mesmo em nível nacional, num ambiente político com lideranças fortes e centralização da capacidade decisória nas cúpulas partidárias. Por transição pacífica entende-se uma passagem do comando político-partidário de uma geração para outra sem grandes disputas ou sequelas, com os próprios titulares dos cargos incentivando a formação da juventude. Ou se, como os fatos sugerem, é necessário um momento de “blecaute” das estruturas tradicionais para que surja um *outsider* que dê tempo para adaptação e troca de comando, efetivando a transição geracional. Fenômeno semelhante ocorreu nas eleições de 1978 e 2002 em Mato Grosso, melhor descrito adiante.

IDENTIDADES PARTIDÁRIAS NA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Na luta pela instalação da universidade federal em Mato Grosso e sobre a sua sede (Cuiabá ou Campo Grande), a Arena I esteve presente por meio do deputado federal José Garcia Neto, mais votado na eleição de 1966 (em particular na região norte⁶). Quando soube que Campo Grande estava postulando a sede da universidade, entrou com projeto para garantir sua permanência em Cuiabá. Sobre esse assunto, ele se recordou que

Eu fui partícipe desta luta pela universidade. Tenho documentos sobre isto. [...] Estou em casa, eu recebia jornais daqui e de Campo Grande, e leio que estava se organizando uma caravana de estudantes, profissionais e comerciantes de Campo Grande para virem a Brasília pleitear a criação da universidade federal de Mato Grosso, em Campo Grande. [...] Então eu fui à Câmara. Tinha uns projetos lá de criação de universidade. E fiz um projeto no mesmo dia, criando a universidade federal de Mato Grosso com sede em Cuiabá. [...] No dia seguinte, pode ser, no discurso que eu fiz, como inconstitucional, mas pelo menos eu registrei a intenção. E aí começou a campanha. (06/07/2006, entrevista).

Garcia Neto acompanhou de perto a tramitação deste Projeto de Lei e fez vários outros pronunciamentos no plenário da Câmara dos Deputados. Neles, sempre ressaltava a importância dessa instituição para o Estado e seus vizinhos e a própria rearticulação da Amazônia à economia brasileira, ora sob proposição. Num deles, leu em plenário uma indicação feita pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, sobre a necessidade de implantação da universidade federal no Estado, com sede em Cuiabá. Fez também algumas reclamações ao Ministério da Educação e à Presidência da República, no sentido da aprovação mais acelerada do projeto⁷. Apesar dessa participação do deputado federal Garcia Neto, a Universidade Federal foi considerada um reduto dos antigos “pessedistas” ou, de modo mais específico, do pedrismo.

6 Na eleição para deputado federal em 1966, Garcia Neto obteve 81,63% de seus votos na região norte e apenas 18,36% no sul. Foi o mais votado em quase todas as Zonas Eleitorais do norte (Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Poxoréu, Diamantino, Barra do Garças, Alto Garças e Barra do Bugres) e ficou em segundo lugar em algumas (Rosário Oeste, Poconé, Guiratinga, Alto Araguaia, Rondonópolis e Dom Aquino). Isso lhe caracterizava como um deputado “nortista”, do ponto de vista da representação. Ajuda a explicar também seu comportamento em relação à sede da UFMT e, depois, na polêmica sobre a divisão do Estado. Para mais detalhes, leia Tribunal Regional Eleitoral – MT. *Relatório Eleição 1966*. Cuiabá: TRE-MT, 1966.

7 Pronunciamentos do Deputado Federal José Garcia Neto na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, 12/08/1967.

O acontecimento teria se dado, como recordou o professor Alfredo da Mota Menezes, pelo fato da instituição ter sido instalada durante o mandato de Pedrossian e ter tido como primeiro reitor o Secretário de Educação do Estado (Gabriel Novis Neves). Além disso, outros quadros do ex-PSD tiveram participação relevante, como Benedito Pedro Dorileo, Sub-Reitor durante todo o período de Novis Neves (1970-1982); Oscar Ribeiro, técnico da universidade e diretor do seu Departamento Administrativo; Osvaldo Fortes, professor titular e integrante do Conselho Diretor; Bento Lobo, integrante do Conselho Diretor; e João Celestino Corrêa Cardoso Neto, o “João Balão”. Para Alfredo da Mota Menezes, após o final do Governo Pedrossian e com a posse de José Fragelli, muitos militantes que vinham do ex-PSD e tinham cargos no Estado foram exonerados e transferiram-se para a UFMT. A instituição teria se tornado, neste período, um “reduito pessedista” e, por ironia, foco de oposição a Garcia Neto (seu grande defensor no Congresso Nacional), o que ficaria claro na sua campanha para o Senado, em 1978.

PRESERVAÇÃO DAS IDENTIDADES ANTERIORES NA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA)

Durante o Governo Pedrossian (1966-1971), a Arena I foi para a oposição. No entanto, com a edição do Ato Institucional Nº 2, foram extintos os partidos políticos vigentes e instituídos apenas dois (Arena e MDB). A ex-UDN de Mato Grosso seguiu a tendência nacional transferindo-se, de forma majoritária, para a Arena. Mas as identidades partidárias foram mantidas durante todo o período do bipartidarismo, internalizando a antiga disputa PSD x UDN. Os quadros do PTB migraram, na sua maioria, para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se formou na oposição ao regime civil-militar. Em nível nacional, a maior parte dos formadores do MDB veio do PTB (cerca de 90%) e em Mato Grosso a tendência se manteve.

Contudo, o MDB contou também com algumas adesões da ex-UDN, como os deputados federais Wilson Barbosa Martins e Edson de Brito Garcia. O Senador Vicente Bezerra Neto e o deputado federal Miguel Marcondes, que assumira a vaga de Wilson Fadul quando este ocupou o Ministério da Saúde no mandato de João Goulart (1963-1964) e depois de sua cassação, eram filiados ao PTB, transferindo-se para o MDB. Na bancada estadual, sete deputados passaram a compor o MDB. O MDB teve, portanto, muita dificuldade de se estruturar em Mato Grosso, por sua pouca expressão político-eleitoral e pelas cassações que atingiram os seus principais líderes. Mesmo na porção

sul do Estado, era muito difícil formar um partido de oposição pela atuação da Associação Democrática Matogrossense (Ademat) na perseguição aos dissidentes do golpe de 1964. A comissão provisória foi composta pelo deputado Wilson Barbosa Martins, seu irmão Plínio, Lenilton Nasser, Plínio Rocha e mais cinco militantes⁸.

Neves (2001a) qualificou os engajamentos na Arena na transição de regimes como orientados pela matriz da racionalidade e não da ideologia. Para a autora, “[...] os interesses aglutinadores tinham o objetivo da manutenção do poder na órbita dos antigos grupos dirigentes, agora compatibilizados com o projeto ‘revolucionário’.” (NEVES, 2001a, p. 297). A Arena I teria comandado a Arena de Mato Grosso na representação estadual, secundada de perto pela Arena II. Dos 30 deputados da legislatura 1967-1971, 23 foram para a Arena e apenas 7 para o MDB. Dos 23 da Arena, 13 eram da Arena I (ex-UDN) e apenas 08 da Arena II (Ex-PSD). Na bancada federal, houve uma divisão mais pronunciada. Dos quatro deputados federais da UDN, eleitos em 1962 (Rachid Saldanha Derzi, Ítório Corrêa da Costa, Wilson Barbosa Martins e Edson de Brito Garcia Neto), dois foram para a Arena (Rachid e Ítório) e dois para o MDB (Wilson e Edson). Do ex-PSD, todos foram para a Arena (João Ponce de Arruda, Philadelpho Garcia Neto e Rachid Mamed).

As explicações para semelhante comportamento podem estar nas singularidades dos partidos em Mato Grosso. O ex-PSD teria migrado em massa para Arena, por força de seu líder maior (Senador Filinto Müller), que se decidiu por este partido. O fato de estar exercendo o Poder Executivo estadual com Pedro Pedrossian pode ter influenciado também, dadas às restrições que este possuía diante de alguns setores das Forças Armadas.

O caso da UDN é mais curioso. Como já foi dito, este partido acabou “substituindo” o PTB em boa parte das regiões do Estado (inclusive em Cuiabá), em especial até o final da década de 1950. O fato de se posicionar como oposição ao PSD e o caráter conservador e aliancista dado ao PTB pela liderança do ex-interventor Júlio Müller afastaram este partido de suas bases sindicais. Vale registrar também o fato de que os trabalhadores com maior tradição sindical e capacidade de organização política mais expressiva se concentravam na região sul, em municípios como Corumbá, Dourados, Três Lagoas e Campo Grande.

⁸ TEBET, Ramez. A História do PMDB no Mato Grosso do Sul. *Revista da Fundação Ulisses Guimarães*. Disponível em http://www.fugpmdb.org.br/Rev20_RTebet.htm. Acessado em 17/05/2007.

Outro fator importante, apontado por Neves (2001a), é que a herança de ex-UDN e ex-PSD se tornou mais presente pela pouca renovação dos quadros políticos durante a vigência do bipartidarismo. Segundo a autora, apenas três nomes sem filiação anterior foram eleitos para a Assembleia Legislativa. Este comportamento conformaria a oligarquização e o engessamento das relações políticas ao redor de Arena I e Arena II, no interior da Arena, bem como sua teia de compromissos com as bases municipais. Na formação da Arena, surgiu a disputa pelo controle do novo partido por parte dos correligionários de Arena I e Arena II. Como a Arena I estava mais fortalecida, por sua bancada estadual e a proximidade com os militares, partiu para uma ofensiva contra o governo Pedrossian. Nos dois principais episódios que marcaram este mandato (universidade e cassação), a Arena I teve participação destacada.

Skidmore (1988) observou que a nova regulamentação eleitoral permitia também a criação de sublegendas dentro dos dois partidos (Arena e MDB). O objetivo era trazer a disputa entre UDN e PSD para dentro da Arena e somar o eleitorado destes dois partidos, pela identidade anterior. Esta medida foi de suma importância, arrastando até a Constituição de 1988 e condicionando grande parte dos resultados eleitorais posteriores. Uma aliança, portanto, que rearticulasse o velho PSD (agora Arena II) e o PTB, convertido em sua maioria em MDB, sob a coordenação do senador Filinto Müller, assustava os egressos da ex-UDN (Arena I) e deve ter contribuído para a promulgação deste ato. A eleição de Fragelli para a Presidência da Arena e, depois, para Governador do Estado, alinhava-se, portanto, com este contexto nacional de harmonização das “duas arenas”, sob hegemonia udenista.

É interessante observar a preservação da identidade pessedista em Mato Grosso após a morte de seu grande líder, o Senador Filinto Müller, em 1973. Quem seria o herdeiro do comando político dos antigos pessedistas, agora filiados à Arena II? Não faltavam candidatos. Cabe citar aqui seus sobrinhos (o então deputado federal Gastão Müller e Gabriel, Presidente da Codemat); o deputado federal Emanuel Pinheiro; o ex-prefeito de Campo Grande Antônio Mendes Canale e; por último, mas não menos importante, Pedro Pedrossian. As circunstâncias do destino, como algumas fatalidades, erros políticos e, sobretudo, a divisão do Estado, fizeram com que o bastão da liderança política dos pessedistas fosse cair nas mãos do então prefeito de Várzea Grande, que contava na época com 24 anos. Seu nome: Júlio José de Campos.

O próprio Senador Filinto Müller teria dito a Júlio Campos, meses antes de seu falecimento, que via uma linha sucessória para os próximos Governadores, que deveriam ser todos do grupo da Arena II. Na sucessão de Fragelli, o candidato deveria ser Antônio Mendes Canale (1974), depois, Emanuel Pinheiro (1978) e, por fim, Júlio Campos (1982). Ele se recordou ainda que Filinto Müller não era adepto da “familiocracia” e ter-lhe-dito que nem Gastão, nem Gabriel Müller deveriam ser Governadores. Em pronunciamento no Senado Federal, em 12/07/1993, por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Filinto Müller, Júlio Campos se recordou de um encontro que teve com Filinto em Brasília poucos meses antes de sua morte. A data foi 15/03/1973 e Filinto presenteou Júlio com uma caneta, com a inscrição “Governador Filinto Müller”, que correligionários do ex-PSD entregaram a Filinto na eleição de 1960 para ser usada na assinatura do termo de posse. Filinto disse a Júlio que este ainda seria Governador de Mato Grosso e deveria assinar o termo de posse com aquela caneta, como prova da sua “linhagem” pessedista e da troca de comando de uma geração para outra⁹.

Onofre Ribeiro considerou Júlio Campos como o último “pessedista” em Mato Grosso, por seu perfil articulador, de bastidores e pelo trabalho de base feito nos municípios. Em cada município, ele identificava lideranças e nomeava como seus representantes, cujo apelido era “julinheiros”.

Durante o Governo Garcia Neto (1975-1978) e, em particular nas eleições de 1978, as identidades partidárias anteriores ao bipartidarismo foram reavivadas. Houve dificuldade de montagem da chapa majoritária, com o desafio de acomodar as “duas arenas”. A vaga de Governador, embora preenchida por eleição indireta, entrava no cálculo, somada com os dois senadores, já que uma das vagas foi o chamado “biônico”. Com a candidatura do então deputado federal José Benedito Canellas a Senador contra Garcia Neto na mesma vaga, estava dado o cenário para a reedição do enfrentamento político daquele momento. Seria de novo UDN x PSD, com destaque neste último para a ala pedrista, representada em Mato Grosso por Canellas, que adotou aqui o mesmo discurso de Pedrossian no sul, qual seja, o embate entre o homem comum e sem recursos para campanhas milionárias (ele mesmo) contra os grupos dominantes do Estado, que só

9 Pronunciamento do Senador Júlio Campos no Senado Federal em Brasília. *Diário do Congresso Nacional* 2, p. 6.885, 13/07/1993.

se preocupavam com os seus próprios interesses (Garcia Neto). O desenvolvimento contra o tradicionalismo personificado na Arena I.

Motta (1979) observou que a votação de Canellas (125.434) se aproximou da soma dos votos obtidos por Raimundo Pombo (83.381) e Vicente Vuolo (47.668), o que sugere que os eleitores, que escolhiam qualquer um destes na vaga B, optavam por Canellas na vaga A. Garcia Neto (82.065), por sua vez, teve votação próxima à soma dos resultados do seu ex-Secretário Bento Porto (43.728) e Joaquim Nunes Rocha (31.989). A exemplo do que acontecia no período 1945-1965, quando o PSD se aliava ao PTB contra a UDN, era imbatível nas urnas. Para Canellas, as identidades partidárias pré-65 estavam arrefecendo no mandato de Garcia Neto (1975-1978), de acordo com os esforços de “arenização”. No entanto, a partidarização excessiva apresentada pelo Governador reativou as disputas anteriores ao bipartidarismo, o que foi decisivo para as eleições de 1978 e as seguintes, como apontou o deputado estadual Carlos Bezerra, na posição de líder da bancada do MDB na Assembleia Legislativa¹⁰.

Para Motta (1979), as candidaturas de Gilson de Barros e Carlos Bezerra a deputado federal pelo MDB contribuíram para o desempenho de Canellas na eleição de Senador. Bezerra tinha forte sentimento antiudenista, foi da juventude trabalhista e participou da defesa do mandato de Pedrossian contra a tentativa de *impeachment*, em 1967, na liderança do movimento estudantil. Gilson de Barros compôs o mesmo movimento e depois passou a exercer o cargo de Subsecretário de Fazenda sob Pedrossian e José Fragelli.

Neste eleição, toda a bancada do norte mato-grossense foi “promovida” para o Senado, com o único que manteve a posição contrária à divisão até o final, ficando na suplência de Vuolo (Rochinha), que reviu a sua posição durante a tramitação da matéria, ficou com o mandato de 4 anos e a dupla Gastão/Canellas, que sempre explicitaram seu divisionismo, ficaram com os mandatos de oito anos, sendo o primeiro deles com o “biônico”. Na esteira dessa “promoção”, foram abertas as 8 vagas na Câmara dos Deputados, o que permitiu a eleição de uma nova geração de políticos com menos de 40 anos, que marcaria o pós-divisão (Louremberg, Carlos Bezerra, Gilson de Barros e Júlio Campos).

10 A Arena há 10 anos está tendo um mando político em Mato Grosso e ela vem através deste mando, trazendo sérios prejuízos para o nosso Estado, para a nossa administração [...] nós sabemos que Mato Grosso, houve sim uma udenização da Arena, o ex-PSD está totalmente marginalizado e contrariado, trazendo rivalidades dentro da Arena. A rivalidade existe, ela é um fato, ela vem trazendo prejuízo enorme à vida pública em Mato Grosso. Lima, Yara. Carlos Gomes Bezerra: Perfil Parlamentar de um Líder – 1975/1978.

MANUTENÇÃO DAS IDENTIDADES ANTERIORES NO MULTIPARTIDARISMO DO PÓS-DIVISÃO

Após a divisão do Estado em 1979 houve uma diluição das identidades partidárias anteriores ao golpe militar de 1964. Isto explica-se pela forte renovação de quadros ocorrida neste período, em função da opção por Mato Grosso do Sul das principais lideranças políticas do Estado como Pedrossian, Fragelli, Canale, Rachid Saldanha Derzi somada à morte e aposentadoria de outros nomes como Emanuel Pinheiro, Filinto Müller, João Ponce de Arruda e Fernando Corrêa da Costa. O único com mais de 50 anos e que mantinha fortes vínculos com o PSD era o Senador Gastão Müller.

Diante da relação difícil com o Governador Frederico Campos (1979-1983) e das sequelas deixadas pela disputa eleitoral de 1978, o grupo da Arena I, liderado por Garcia Neto, optou por não permanecer no partido sucedâneo da Arena, preferindo filiar-se ao Partido Popular (PP). A despeito de mais de uma década de tentativas de pacificação, as rivalidades PSD-UDN foram reativadas com toda força em 1978, em grande medida pelo próprio comportamento de Garcia Neto como Governador. Na reforma partidária de 1979, o PP foi criado para acomodar disputas regionais e compor com o PDS nas questões nacionais, reunindo os dissidentes da Arena e do MDB.

Os parlamentares federais e estaduais do PP passaram a fazer oposição aberta a Frederico Campos, com destaque para Milton Figueiredo na Câmara dos Deputados e Osvaldo Sobrinho na Assembleia. O próprio Garcia Neto apontou que a maioria dos que ficaram no PDS eram os egressos do antigo PSD que votaram contra ele nas eleições de 1978. Ele destacou que “[...] os amigos, entre aspas, do ex-PSD, fizeram uma campanha tremenda contra mim. [...] Eu os tratava como irmãos da Arena. [...] porque o PDS era o PSD, era o PSD, aqui em Mato Grosso, nossos adversários [...]”.

Com a saída dos ex-udenistas para compor o Partido Popular em Mato Grosso, o espaço ficou mais livre no PDS. O único ex-pessedista que foi para o PP foi o Senador Gastão Müller. Num pronunciamento na Câmara dos Deputados, ele afirmou que:

O bipartidarismo não funciona, é uma situação caolha, artificial e até chega as raízes do imoral, pois o bipartidarismo não existe de fato e está-se sendo hipócrita e fingido, ao falar-se nele, diante da sublegenda, que é, por excelência, o antibipartidarismo. Dai

repetir eu Rousseau: “Tudo que é mal em moral é mal também em política”¹¹.

Estas razões, portanto, podem ter se somado às nacionais. Gastão Müller, que já era crítico de alguns aspectos do sistema político adotado pelo regime civil-militar desde sua passagem pela Câmara dos Deputados (como a sublegenda e o bipartidarismo), adotou a mesma posição para com a direção do PDS, enfatizando seu autoritarismo e artificialismo. Ele passou a articular a criação de uma terceira legenda, no momento da reforma partidária de 1979. Filiou-se ao grupo que pedia a renúncia de Sarney da Presidência do PDS (um ex-udenista) e preconizava a fundação do Partido Democrático Independente ou Social Independente. Não por coincidência, os dois adjetivos que precedem “independente” (que demarcava a posição do momento) eram aqueles que compunham o nome do velho PSD. O líder maior desta bancada, o Senador Tancredo Neves, também fora do ex-PSD. Gastão Müller chegou, inclusive, a reivindicar a linhagem direta deste partido com seu PSD de origem, requerendo a mesma sigla, se não fosse proibido pela legislação vigente¹².

Uma matéria do *Jornal de Brasília* confirmou as filiações pesse-distas dos articuladores do PP ao dizer que:

O movimento que a cada dia ganha novos adeptos vai desaguar seguramente na criação de outro partido que, tenha o nome que tiver, na verdade será um prolongamento do ex-PSD, agremiação de origem dos principais dissidentes. A “escola de sabedoria política”, como muitos destes parlamentares insistem em chamar o velho PSD, vai reunir em seus quadros, caso se confirmem as atuais tendências, políticos bons de voto, embora sem grande liderança atualmente em seus Estados¹³.

Outro aspecto importante para explicar o engajamento de Gastão Müller nesta articulação foi a posição do Senador Filinto Müller de reativação do ex-PSD assim que fosse possível. Como Gastão Müller

11 Pronunciamento do Deputado Federal Gastão Müller na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, p. 12.043-12.044, 02/12/1976.

12 Mineiros lançam hoje partido independente. *Jornal de Brasília*, Brasília. 11/10/1979; Müller não desiste de criar o PI. *Correio Braziliense*, Brasília. 08/10/1979; Reunião do Ex-PSD mineiro. *Correio Braziliense*, Brasília. 10/10/1979; “Biônico” prefere um novo PSD. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 23/05/1979; PSD vai nascer do “racha” da Arena. *Última Hora*, São Paulo. 25/04/1979.

13 O velho PSD ressurgiu em seis Estados. *Jornal de Brasília*, Brasília. 06/10/1979.

se considerava herdeiro político de Filinto e estava ocupando a cadeira que fora de seu tio (o último mandato de Filinto, concluído por seu suplente Italívio Coelho, terminou em 1979), ele buscou uma continuação do líder pessedista. Este trecho do *Correio Braziliense* apontou esta identidade política ao afirmar que:

A ideia de recriação do PSD não é nova. Ela nasceu no instante mesmo em que o AI-2, no tempo do Governo Castelo Branco, o extinguiu, juntamente com as antigas siglas partidárias. E um dos baluartes dessa cruzada foi o falecido Senador Filinto Müller, que em verdade nunca se conformou com o fim de uma agremiação “que prestou os mais assinalados serviços ao País, e que legou à Nação quase trinta anos de estabilidade política.¹⁴

Entretanto, a maior movimentação no PMDB nesse período foi a incorporação do grupo do PP. A opção foi tomada pela Executiva Nacional do PP, da qual o ex-Governador Garcia Neto era membro. O objetivo era manter a postura oposicionista do partido. Este grupo do PP, originado da Arena I saiu enfraquecido eleição de 1982, pois, após a segunda derrota consecutiva (desta vez para Roberto Campos), Garcia Neto decidiu se aposentar das contendas eleitorais. Dos quatro deputados federais eleitos pelo PMDB nesta eleição, apenas Milton Figueiredo era integrante do grupo.

O PMDB elegeu quatro deputados federais, sendo três da “ala histórica” do partido, quer dizer, que vinham da militância no antigo MDB. Márcio Lacerda apontou que o resultado esperado a princípio era o inverso e que a grande disputa não foi com os candidatos do PDS, mas entre as duas alas do PMDB. Os ex-pepistas eram muito temidos pela força política e a articulação com o empresariado que detinham, pelo fato de terem pertencido à antiga Arena. Os eleitos foram Gilson de Barros (2º mais bem votado do Estado), Dante Martins de Oliveira, Márcio Lacerda e Milton Figueiredo.

Já na eleição para a Prefeitura de Cuiabá, em 1985, Dante de Oliveira aceitou ser candidato em acordo com Bezerra e Márcio Lacerda, tendo como adversário interno no PMDB o ex-prefeito e então deputado estadual Manuel Antônio Rodrigues Palma, representante do grupo do ex-PP. Os integrantes mais experientes deste, como o ex-Governador Garcia Neto, Estevão Torquato e Aecim Tocantins, sugeriram uma fórmula para permitir a convivência entre os dois

14 Ex-pessedistas articulam volta da antiga legenda. *Correio Braziliense*, Brasília, 20/05/1979.

grupos no interior do PMDB. O acordo previa a candidatura de Rodrigues Palma para a Prefeitura, em 1985, com ampla possibilidade de vitória em face do desgaste do Governo Júlio Campos em Cuiabá e do crescimento do PMDB, e a indicação de Dante de Oliveira como candidato a Governador pelo partido, em 1986. Seria uma forma de manter o comando político estadual em Cuiabá, com dois filhos da cidade em posições de destaque. A este respeito, Márcio Lacerda destacou que:

[...] Acabamos fazendo entre nós uma aliança que, por exemplo, todo o PP naquela eleição de 1986 queria a candidatura do Dante a Governador. E o Dante já tinha saído das “Diretas Já”. Mas o Dante foi para a eleição de 85 pra prefeito dentro de um entendimento conosco, tanto que fazia parte da ruptura. O quê que seria um acordo possível, que era o PP vinha trabalhando antes? E era facinho de fechar. O quê que era? Palma prefeito e Dante Governador, pronto !!! Por conta do nosso projeto de criar hegemonia do nosso grupo dentro do MDB, do novo MDB, do novo PMDB com a presença do PP, nós entramos com a candidatura do Dante na Prefeitura de Cuiabá para disputar com o Palma, para romper, pra inviabilizar o entendimento. [...] eles tinham o entendimento, que a grande forma de fazer o acordo interno era Palma Prefeito, Dante Governador. E realmente era, porque não teria dado a ruptura que deu depois. Na verdade eles tinham razão. A família do Dante originariamente era da UDN.

A eleição de Roberto França para a Presidência da Assembleia Legislativa em 1987 foi mais uma etapa do conflito do grupo do PP contra os egressos dos antigos MDB, porque ele fora o deputado estadual mais votado em 1986 e, pela regra informal adotada, teria direito a postular a cadeira de Presidente. Além disso, pela boa votação obtida em Cuiabá, ele se posicionava como candidato a Prefeito, em 1988, em contraposição ao candidato escolhido por Dante de Oliveira e Bezerra (José Meirelles). A imprensa captou este embate, na época, identificando a ala autêntica do PMDB como “xiita”, tendo o Vice-governador Edison de Freitas como seu líder. As suas posições contra a candidatura de Roberto França à Prefeitura de Cuiabá eram tidas como inconsequentes e divisórias para um partido que já enfrentava contradições internas.

Após a exclusão do PMDB deste grupo do PP, Carlos Bezerra buscou esvaziar também o poder da chamada “ala histórica” do par-

tido, que reunia os egressos do MDB. Ele articulou a candidatura a Governador em 1990 do Presidente do Bemat, Agripino Bonilha, que teria feito um bom trabalho na recuperação do banco e tinha bom relacionamento com o empresariado. Para o próprio Bonilha, Bezerra considerava a vitória do candidato governista muito difícil naquela eleição e, por isso pensou nele como um nome neutro e que não se tornaria uma ameaça no interior do PMDB. Ele trabalharia com a famosa tese da alternância com o grupo dos Campos, mais um exemplo de cultura política e permanência de identidades.

No entanto, pelo fato de Bonilha não pertencer ao quadro histórico do PMDB e ter ocupado posições de destaque na Arena e PDS, sua candidatura não foi bem aceita pelo partido. Este fato, somado ao ceticismo que havia sobre a sua capacidade de enfrentar o favoritismo de Jayme Campos, transformou a sua candidatura em mais um complicador para o PMDB. Carlos Bezerra, que renunciara ao Governo do Estado com o objetivo de se candidatar à Câmara dos Deputados, se viu pressionado pela militância a se candidatar ao Senado, contra Júlio Campos, para estruturar melhor a chapa majoritária e trazer apoio político para a candidatura de Agripino Bonilha para Governador. Márcio Lacerda, então presidente do PMDB, avaliou que:

Na eleição de 90, ainda no impacto do efeito Collor, achavam que tinha que tirar político, aí inventaram a candidatura do Bonilha, Bezerra, com Edson. Que foi a maior burrada política da minha vida. [...] O erro não é deles, o erro foi meu. Claro !!! Eu tinha que ter ido pra convenção. Mas aí por comodismo. Eleição pra perder. Toda a estrutura do partido querendo inventar, eu vou meter minha cara pra quê, de gaiato. Porque se eu fosse candidato, claro que o PMDB se alinharia mais com uma candidatura histórica ligada ao PMDB, do que o Bonilha, que tinha sido do PDS, tinha sido candidato a deputado estadual e não se elegeu. [...] Só que a candidatura do Bonilha não passou pra dentro do partido, ninguém aceitava. Aí o feitiço virou contra o feiticeiro. Aí o pessoal do partido veio pra cima do Bezerra, que o Bezerra era candidato a deputado federal. Não você vai ter que ser candidato a Senador. [...] Aí o Bezerra foi obrigado a ser candidato a Senador, pra que? Pra ele puxar o partido.

Ainda no final deste ciclo político iniciado no pós-divisão, permaneciam algumas identidades partidárias anteriores ao golpe de 1964. Mauro Cid comentou sobre a força da tradição pessedista em Mato Grosso e seu peso na eleição de 2002, apontando o conselheiro

Oscar Ribeiro como preceptor político de Gabriel Novis Neves e Júlio Campos, “guardião” desta herança:

Júlio gosta muito do Gabriel [...] Só que politicamente tem essa coisa de saber que o Gabriel poderia ser um grande líder, maior que ele até. Porque o Gabriel tinha um grande conselheiro, que é o mesmo do Júlio, que é Oscar da Costa Ribeiro. [...] Taí Oscar até agora, até hoje, orientando Jaime. [...] Com a paixão do PSD, não é com a paixão do PFL [...] Jonas, que a origem é PSD. [...] só está acontecendo Blairo Maggi neste momento pela exclusão do Roberto França [...] pelo endosso do Jonas ao Blairo [...] O Jonas puxou o restante do tradicionalismo da política. Puxou o Jaime [...] Puxou várias outras lideranças consolidadas de Mato Grosso, principalmente nesta região do médio-norte. [...] O tradicional da política de Mato Grosso, já olhava essa coisa toda de uma maneira pé atrás. [...] E sabia que não poderia competir com este pessoal, principalmente por uma questão: recurso financeiro, dinheiro. [...] A do Roberto Campos teve dinheiro pra fazê-lo, mas não teve a influência do dinheiro para poder transformar isto num mote político, porque tinha um candidato a Governador que era a própria representação da política de Mato Grosso tradicional, que era o Júlio. [...] Se o Jaime tivesse topado ser candidato ao Governo essa época, o Blairo teria endossado [...] Acontecesse que ninguém assumiu e deixaram pro Blairo ficar, porque ninguém acreditava na vitória. [...] Mato Grosso a partir da reeleição do Blairo zerou, outra vez, o quadro político (30/10/2006, entrevista).

Roberto França foi o último representante do grupo da originado na UDN em Cuiabá a postular posições estaduais. Mais uma vez esse grupo desempenhou papel importante no processo político, decidindo a eleição em favor de quem pendesse. E mais uma vez perdeu a chefia do Executivo estadual por erro de cálculo de um de seus líderes.

Vale observar que este grupo, dividido desde o Governo Jayme Campos, quando Roberto França se juntou a Luiz Soares no PSDB, foi quase reunificado no apoio a Blairo Maggi. Os seus expoentes e/ou pessoas próximas (Joaquim Sucena, Rodrigues Palma, Roberto França, Osvaldo Sobrinho, Louremberg) deram apoio político e ocuparam cargos no aparelho do Estado. Os bons resultados obtidos por Maggi em Cuiabá podem ser creditados, em certa medida, à influência política deste grupo. É possível inferir, portanto, que o grupo originado na velha UDN cumpriu no período pós-divisão uma função semelhante ao velho PTB, entre 1945-1965.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a leitura deste artigo pudemos observar que Mato Grosso apresentou um forte histórico de preservação das identidades partidárias no período trabalhado (1945-2002). PSD, UDN e PTB já foram considerados por muitos analistas como os partidos nacionais que despertaram mais identidade durante a República. Eles deixaram marcas no período do bipartidarismo, como pudemos averiguar nos episódios da função da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Embora o grande defensor da instalação da universidade com sede em Cuiabá tivesse o então deputado federal Garcia Neto, de origem udenista, a instituição acabou tornando-se um reduto dos ex-pessedistas pela sua montagem no Governo Pedro Pedrossian (1966-1971) e pela forte influência do Senador Filinto Müller na administração pública federal.

Outra situação curiosa foi a eleição de 1978, que reativou as identidades partidárias prévias ao AI-2 ao reeditar a aliança PSD-PTB para derrotar a UDN. A Arena II de José Benedito Canellas uniu-se ao MDB do padre Raimundo Pombo para derrotar a Arena I do ex-Governador José Garcia Neto. A despeito dos esforços de “arenização”, realizados sobretudo no Governo José Fragelli, a convivência entre as duas alas tornou-se difícil e o conflito eclodiu.

As sequelas de 1978 tiveram efeitos deletérios, com a migração do grupo da Arena I (ex-udenistas) para o Partido Popular (PP), depois incorporado pelo PMDB. Tal incorporação também internalizou as disputas no PMDB, como nas eleições de 1985 e 1988 para a Prefeitura de Cuiabá. A composição citada por Márcio Lacerda em seu depoimento e já denominada por Araújo (2012) de “tríplice aliança” entre Carlos Bezerra, Dante de Oliveira e o próprio Lacerda demonstra claramente a preservação das identidades oriundas no período em que os três militavam no MDB.

Por fim, ainda no pós-divisão, impressionam as referências ao pessedismo de Júlio Campos, Gabriel Novis Neves, Oscar Ribeiro e Jonas Pinheiro. Assim como a desistência de Roberto França na eleição de Governador em 2002 aponta o encerramento deste grupo originado na UDN na ocupação da chefia do Poder Executivo estadual. São quase sessenta anos, portanto, no qual os partidos fundados contra ou a favor de Getúlio Vargas tiveram grande peso na formação das identidades partidárias no Brasil e também em Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e Separatismo na Elevação de Campo Grande a Capital*. Campo Grande: EdUFMS, 1999.

BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1988.

LIMA, Yara. *Carlos Gomes Bezerra: Perfil Parlamentar de um Líder – 1975/1978*.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Coisas do Cotidiano*. Cuiabá, s/ed., 2003.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1988.

_____. *Relatos Políticos*. Rio de Janeiro: Mariela, 2001b.

PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso Volume II*. Cuiabá, s/ed., 1995.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TEBET, Ramez. A História do PMDB no Mato Grosso do Sul. *Revista da Fundação Ulisses Guimarães*. Disponível em http://www.fugpmdb.org.br/Rev20_RTebet.htm. Acessado em 17/05/2007.

Depoimentos

Entrevista com José Garcia Neto.

Entrevista com Márcio Lacerda.

Entrevista com Mauro Cid.

Entrevista com Onofre Ribeiro.

Documentais

Tribunal Regional Eleitoral – MT. *Relatório Eleição 1966*. Cuiabá: TRE-MT, 1966.

Pronunciamentos parlamentares

Pronunciamento do Deputado Federal José Garcia Neto na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, 21/06/1967, p. 3550.

Pronunciamentos do Deputado Federal José Garcia Neto na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, 12/08/1967.

Pronunciamento de Senador Gastão Müller no Senado Federal em Brasília. *Diário do Congresso Nacional (Seção II)*, p. 2746, 12/08/1982;

Pronunciamento de Senador Gastão Müller no Senado Federal em Brasília. *Diário do Congresso Nacional (Seção II)*, p.1.841, 26/05/1982;

Pronunciamento de Senador Gastão Müller no Senado Federal em Brasília. *Diário do Congresso Nacional (Seção II)*, p. 5.100, 27/09/1980.

Pronunciamento do Deputado Federal Gastão Müller na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, p. 12.043-12.044, 02/12/1976.

Jornalísticas

Mineiros lançam hoje partido independente. *Jornal de Brasília*, Brasília. 11/10/1979;

Müller não desiste de criar o PI. *Correio Braziliense*, Brasília. 08/10/1979;

Reunião do Ex-PSD mineiro. *Correio Braziliense*, Brasília. 10/10/1979;

“Biônico” prefere um novo PSD. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 23/05/1979;

PSD vai nascer do “racha” da Arena. *Última Hora*, São Paulo. 25/04/1979.

O velho PSD ressurge em seis Estados. *Jornal de Brasília*, Brasília. 06/10/1979.

Ex-pessedistas articulam volta da antiga legenda. *Correio Braziliense*, Brasília. 20/05/1979.

Gastão Müller afirma que sucessão não terá problemas. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 04/03/1978.

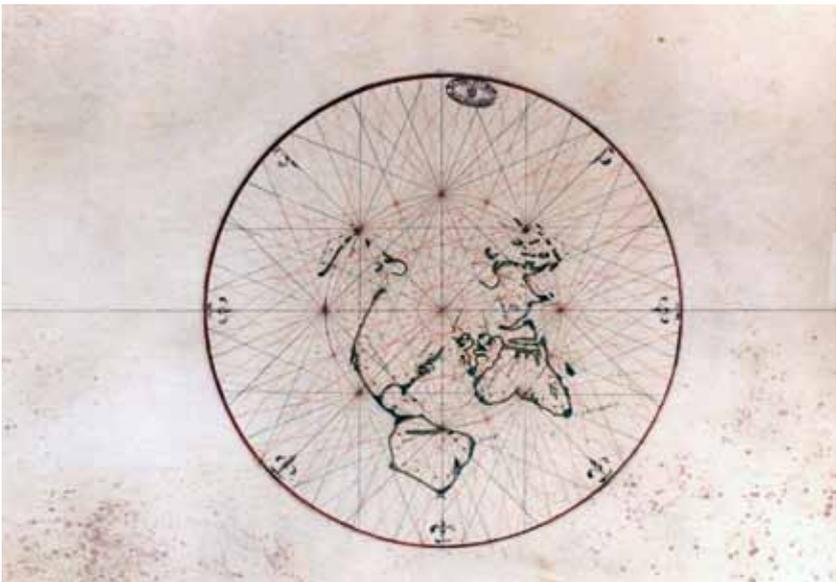
Palma continua na frente na luta pela sucessão de Anildo. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 08/05/1985.

ARTIGOS

O DESCOBRIMENTO DO RIO DA PRATA

THE DISCOVERY OF THE RIVER PLATE

Paulo Pitaluga Costa e Silva



Fonte: LISBOA, João de. Globo, Lisboa: 1514

RESUMO: Existem dúvidas tanto da data da descoberta do rio da Prata, como o nome de seu verdadeiro descobridor. Portugueses e brasileiros defendem a descoberta do rio da Prata por Américo Vespuccio na expedição de 1502. Por outro lado os historiadores espanhóis, paraguaios e argentinos afirmam que o descobridor foi Juan Diaz de Solís, no ano de 1516. E tanto espanhóis como portugueses não se entendem nem cedem espaço nos seus pontos de vista. O caso não chega a ser uma polêmica entre historiadores, mas as posições são manifestadas de forma bem imperativa por parte de uma e outra linha de pensamento. E a verdade está num acidente geográfico, certo cabo de Santa Maria localizado na entrada do rio da Prata. Os portugueses defendem que, estando o cabo de Santa Maria localizado na

foz do rio Prata, quem chegou até esse cabo, chegou até o rio da Prata. Os espanhóis dizem que o cabo de Santa Maria na realidade é o cabo de Santa Marta, localizado no litoral de S. Catarina, contestando a linha de pensamento dos portugueses. Assim, com base em documentação e cartografia da época, e na localização desse cabo, relatamos os prováveis descobridores, suas viagens e as datas em que chegaram até o rio da Prata.

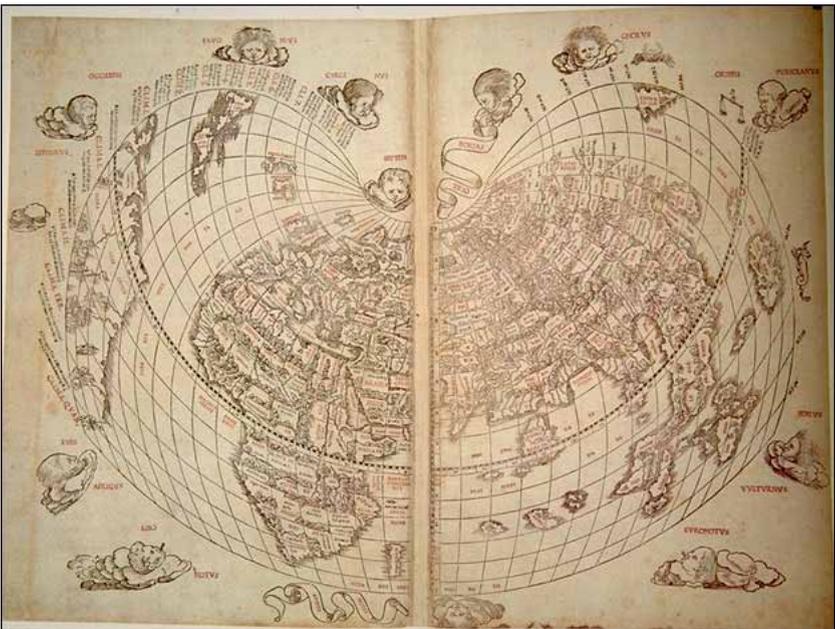
Palavras-chave: Rio da Prata. Santa Catarina. Cabo de Santa Maria. História da América.

ABSTRACT: There are questions both the date of discovery of the River Plate, as the name of your true discoverer. Portuguese and Brazilians advocate the discovery of the river Plate by Americo Vespucci's expedition in 1502. On the other hand the spanishes, paraguayans and argentines historians say the discoverer was Juan Diaz de Solis, in 1516. And both Spanish and Portuguese do not understand or give way in their point of views. The case does not become a controversy among historians, but the positions are so well expressed by an imperative and another line of thought. And the truth is a geographical accident, named cape of Santa Maria located at the entrance of the River Plate. The Portuguese argue that, while the cape Santa Maria located at the mouth of the River Plate, who came to this cape, came to the river Plate. The Spanishes say that the cape is actually Santa Maria is the cape Santa Marta, located on the coast of State of S. Catherine, challenging the line of thinking from the Portuguese. Thus, based on documentation and mapping of the time and location of this cape, we report the probable discoverers, his travels and the dates that reached the River Plate.

Keywords: River Plate. Santa Catarina. Cape Santa Maria. American History.



MAGGIOLO, Visconte de. Mapa Mundi. [Italia]: 1511.



SYLVANUS, Bernard. Mapa Mundi. [Amsterdam]: 1511.



Fonte: CANÉRIO, Nicoló. Mappa Mundi: [Italia], 1504.

INTRODUÇÃO

O rio da Prata foi por vários séculos um dos mais importantes meios de penetração para o interior do Novo Mundo. Os seus primeiros conquistadores acharam que nas cabeceiras dos rios que o formavam poderiam encontrar riquezas incomensuráveis. No decorrer das primeiras décadas da conquista espanhola, em suas margens foram fundadas Buenos Aires, e Paraguay arriba, Assunção, inúmeros puertos, além de uma difícil subida até os limites navegáveis deste rio já no hoje estado de Mato Grosso.

Mas uma coisa é certa, existem discrepâncias históricas com relação à data correta e o nome de seu descobridor. Juan Diaz de Solís é o mais citado e com mais abundante documentação histórica conservada nos arquivos e bibliotecas. São seus defensores historiadores de língua espanhola. Por lado outro lado existe uma séria possibilidade desse rio ter sido descoberto por Américo Vespúcio ou mesmo João de Lisboa, hipóteses essas defendidas por pesquisadores portugueses e brasileiros.

Mas o fato é que essas divergências são tão díspares como irreconciliáveis e cabe algumas análises e explicações com base em documentos e mapas quinhentistas para se tentar resolver ou dar pistas para a solução do problema da descoberta do rio da Prata.



CONTARINI, Giovanni, Mapa Mundi, [Italia]: 1506

O RIO DA PRATA

O rio da Prata tem uma história muito importante, não só para a América do Sul espanhola mas também para a do Brasil.

No século XVI os primeiros expedicionários que foram ter às costas do Brasil ouviam as histórias das serras de Prata e de um rei branco que comandava um colossal e riquíssimo império. E essas ricas regiões estavam situadas rio da Prata acima e para lá se dirigiram as atenções dos conquistadores espanhóis e portugueses no primeiro século da conquista do Novo Mundo.

Sobre esse rio existem um sem número de dúvidas históricas e geográficas.

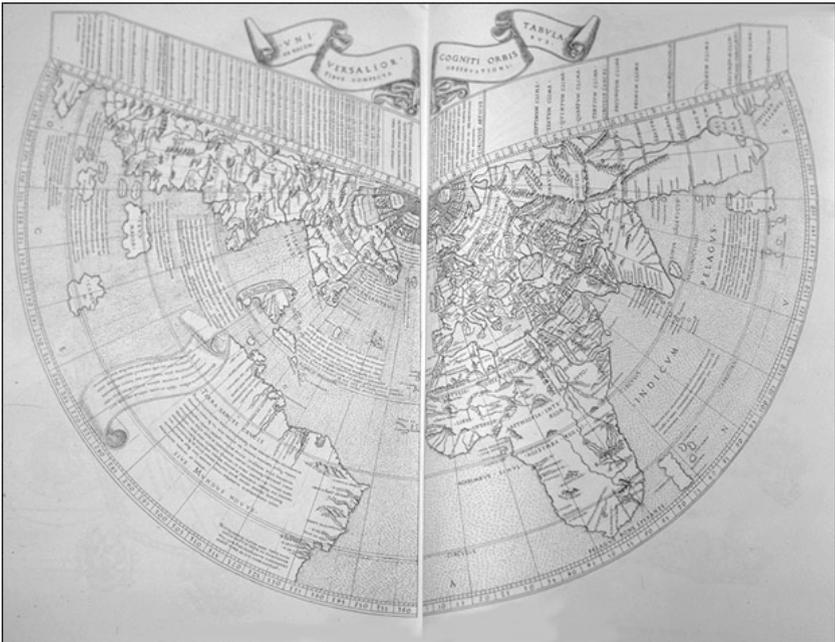
No complexo da história de sua descoberta, por mais que historiadores tenham pesquisado e com páginas e mais páginas produzidas no decorrer dos tempos, ainda existem névoas e lacunas que, após cinco séculos fica muito difícil, senão impossível, de se dissipar ou de serem preenchidas.

Alguns historiadores do Brasil e a unanimidade dos argentinos e paraguaios afirmam que o descobridor do rio da Prata foi Juan Diaz de Solís. Todavia, estudiosos portugueses e alguns brasileiros contestam veementemente essa descoberta por parte do reino de Castela, atribuindo-a a navegantes portugueses. Litígios eruditos e discussões acadêmicas em prol da primazia do Império espanhol ou do Reino português.

Os primeiros navegantes europeus que no novo continente chegaram, de plano viram-se envolvidos e atraídos ao litoral brasileiro primeiramente pelas informações dadas pelos índios a respeito de grandes riquezas em ouro e prata, de certo rei branco e ainda uma serra inteira de prata e metais preciosos.

Essas notícias chegavam aos europeus de forma bastante desencontradas, vazias, inconsistentes e sem firmeza ou sem uma garantia maior da existência dessas riquezas. Acreditavam totalmente na palavra dos índios apenas por querer acreditar, com base apenas no “ouvir dizer”. E mesmo sem provas, com pouquíssimas amostras de algum ouro litorâneo que os naturais exibiam e entregavam aos conquistadores quinhentistas, estavam os europeus fascinados e enfeitiçados com a possibilidade de encontrar pelos sertões adentro os grandes tesouros, a tal serra com toneladas de Prata e um certo rei branco. E essa ambição desmedida os havia impelido da Europa até as costas atlânticas do Novo Mundo.

CABO SANTA MARIA OU CABO SANTA MARTA



RUYSCH, Johannes. *Universalior cogniti orbis tabula*. Amsterdam, 1507.

Antes de explanar sobre as versões portuguesas e espanholas, devemos colocar um ponto fundamental para o perfeito entendimento da descoberta do rio da Prata, certo Cabo Santa Maria. Inúmeros autores têm como preciso de que na entrada do rio da Prata, existe ou existia um cabo denominado de Santa Maria, daí acharem que, quem navegou até atingir esse cabo, necessariamente também deve ter chegado ao rio da Prata. Essa explicação é fundamental para o bom entendimento das versões dadas por historiadores portugueses e alguns brasileiros, sobre a primazia da descoberta do rio da Prata.

Por outro lado, temos a ressaltar que historiadores platinos apontam que esse referido cabo de Santa Maria, mencionado na foz do rio da Prata, hoje em território uruguaio, na realidade se trata do cabo denominado de Santa Marta, situado no estado de Santa Catarina.

Aí começam sem dúvida as divergências históricas, geográficas e cartográficas. E dependendo dessa específica situação, caberá a honra do descobrimento do rio da Prata ou a espanhóis ou a portugueses.



WALDSEEMÜLLER, Martin. Mapa Mundo. [Alemanha]: 1507.

VERSÕES PORTUGUESAS

O historiador brasileiro Varnhagen dá como certa a descoberta do atual rio da Prata por Américo Vespuccio, piloto de uma expedição exploradora financiada por D. Nuno Manuel. Este era um comerciante português, proprietário de caravelas e naus e, principalmente, amigo do rei D. Manuel. Essa armada partiu de Lisboa em 1501 e tocou em terras do Brasil em 28 de agosto desse mesmo ano.

Varnhagen assim referiu:

Da Cananéa seguiu a flotilha para o sul até o cabo Santa Maria, ao qual deu este nome, que pouco tempo depois foi dado também ao rio que hoje denominamos da Prata (...). (VARNHAGEN, 1926, p. 94).

Ainda em nota de rodapé, o historiador dá uma consistente pista para corroborar com sua hipótese:

(4)- No mappa de Cantino vem marcado e escripto o “cabo de Santa Maria” (...). Aquelle planisfério foi feito em Lisboa antes de 19 de novembro de 1502 (...). (VARNHAGEN, 1926, p. 94, nota 4).

Alberto Cantino, cosmógrafo então a serviço de Portugal, recebeu essa e outras informações do litoral brasileiro através de Américo Vespuccio, que aportou em Lisboa vindo do Novo Mundo em 22 de julho de 1502.

Essa hipótese de Varnhagen é muito contestada, embora mostrando uma clara prova cartográfica que serviu de subsídio e base às suas análises históricas sobre o tema.

Assim, para ele, o descobridor do rio da Prata foi realmente Américo Vespuccio em 1502.

No seguinte ano de 1503, o próprio armador D. Nuno Manuel preparou uma nova expedição ao Brasil, sendo o comandante da mesma o piloto português João de Lisboa. Este era um experimentado navegador, tendo inclusive participado da armada de Vasco da Gama que descobriu o caminho marítimo para as Índias em 1497. Acompanhou também a viagem de Tristão da Cunha em 1506 na rota das especiarias. Faleceu em 1525.

João de Lisboa produziu um Tratado da Agulha de Marear em 1514, sendo depois o mesmo transcrito e inserido no seio de certo Livro de Marinharia. (PEREIRA, 1921, v. II, p. 358).

O professor Esteves Pereira assim se manifestou sobre o trabalho de João de Lisboa:

(...) há uma parte que contém as alturas, derrotas, sondas e marés do Atlântico e Mediterrâneo; nesta parte há uma secção contendo as alturas da costa do Brasil, em que é dada a latitude de 36 lugares da costa do Brasil desde a embocadura do rio Maranhão até a do Prata. (PEREIRA, 1921, v. II, p. 358).

E continuou o professor Esteves Pereira que (...) Advirta-se que o último lugar, cuja altura é dada na mencionada secção [do Tratado da Agulha de Marear] é o cabo de Santa Maria (...) XXX grãos. (IBIDEM)

Pelos seus trabalhos de observações e apontamentos náuticos, com registros até bastante científicos, verificamos quão competente e cioso era o piloto João de Lisboa, demonstrando realmente que tinha profundos conhecimentos de náutica, astronomia, cartografia e cosmografia. Assim anotando Lisboa em seus registros de bordo, temos que os dados mencionados comprovam que realmente ele esteve no ano de 1503 no rio da Prata, ou melhor, em sua foz no oceano Atlântico, justamente nesse tal cabo Santa Maria.

Por outro lado, João de Lisboa escreveu o seu Tratado de Agulha de Marear em 1514 e nele inseriu o mapa denominado Globo, onde claramente desenha a reentrância do rio da Prata. Tal seja, João de Lisboa já sabia da existência desse rio bem antes da descoberta oficial do mesmo.

Outra citação de Esteves Pereira que merece ser realçada quando trata do livro de Gaspar Correia, Lendas das Índias, relatando a viagem de Fernão de Magalhães em 1519, onde transcreve interessante parágrafo sobre a descoberta do cabo de Santa Maria:

(...) Partiose das Canarias de Tenerife e foy demandar o Cabo Verde, donde atravessou a costa do Brasil (...) e daqui forão navegando até chegarem ao cabo de Santa Maria, que João de Lisboa descobrira no anno de 1514 (...). (PEREIRA, 1923, v. II, p. 359).

Essa data de 1514 está claramente errada no registrado por Gaspar Correia e esse erro Esteves Pereira observou e o corrigiu. O ano de 1514 foi quando João de Lisboa escreveu o seu Tratado de Agulha de Marear. E mais, nesse trecho não existe informação geográfica desse cabo de Santa Maria, se no Prata ou no litoral catarinense.

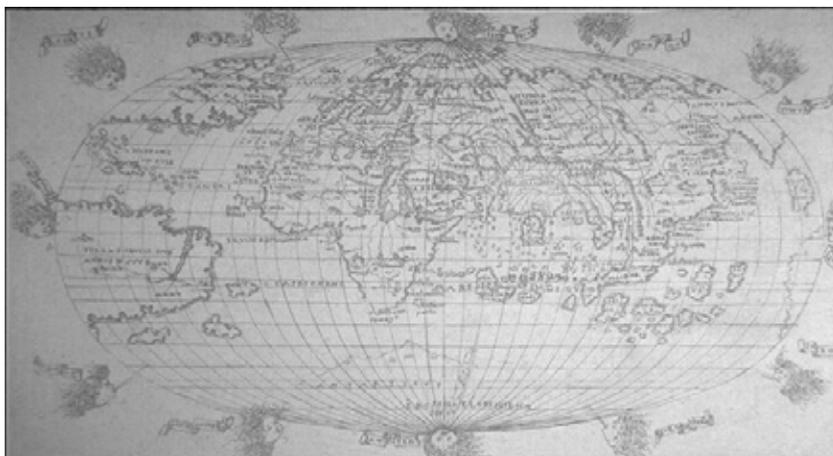
Provas cartográficas dessa viagem são encontradas no Atlas de Vaz Dourado, no Atlas das Necessidades de autor anônimo e no Atlas de Lázaro Luís, todos publicados nas três primeiras décadas do século XVI, onde apontam no sul da costa do Brasil o mencionado Rio de João de Lisboa.

Desta forma, Esteves Pereira identifica João de Lisboa, posteriormente nomeado Piloto Mór da Navegação da Índia e Mar Oceano, justamente pela sua competência, estudo e prática de navegação, como o segundo descobridor do rio da Prata.

Todavia temos que anotar um registro interessante efetuado pelo cronista espanhol Luís Ramirez, quando esteve conversando ou o

interrogando o português Melchor Ramirez, náufrago em Santa Catarina. O cronista, registrou sobre o mesmo que Este [Melchor] también dijó mucho bien de la riqueza de la tierra, el qual dijó haver estado en el rio de Solís por lengua de un armada de Portugal. Rememoramos que a história apontou que apenas três expedições possam ter alcançado o rio da Prata, a de Américo Vespuccio em 1502, João de Lisboa em 1503 e Juan Diaz de Solís em 1516. Há que se perguntar se, além da expedição espanhola de Solís, Melchor Ramirez participou das expedições portuguesas de 1502 ou 1503? É uma questão instigante, mas praticamente impossível de ser respondida.

A despeito dos argumentos apresentados por Varnhagen e Esteves Pereira e da comprovação cartográfica das hipóteses mencionadas, achamos insuficientes as tais alegações, vez que baseada unicamente num ponto geográfico que, a rigor, não se pode efetivamente determinar. Além do mais, se João de Lisboa houvesse descoberto um rio imenso, ou o que poderia ser considerada uma nova passagem para as Índias e ilhas das especiarias, essa nova rota para o Mar del Sur ¹ teria sido mais amplamente explorada diplomaticamente, com o Rei de Portugal invocando junto à Coroa de Castela e ao Papa a posse dessa nova possível passagem ou a conquista do imenso rio para seu reino.



ROSSELLI, Francesco. Mapa Mundi. Roma: 1508.

¹ Mar del Sur foi o primeiro nome dado pelos espanhóis ao Oceano Pacífico, descoberto por Vasco Nuñez de Balboa em 1513, através de uma expedição terrestre pelo interior do território atual do Panamá.

VERSÃO ESPANHOLA

A versão espanhola sobre o descobrimento do rio da Prata é uma só ², e que nos interessa sobremaneira, tendo sido feito por Juan Diaz de Solís.

Sobre esse intrépido navegador existem arcaicas discussões sobre sua nacionalidade e que só interessam a alguns poucos entusiasmados biógrafos. Tudo indica que Solís era português, mas estava a serviço da Espanha nessa empreitada, portanto, seus possíveis descobrimentos seriam creditados à Coroa de Castela e não à sua pátria de origem, obviamente.

Não existem dados biográficos sobre Solís, em seus anos de juventude.

Julian Rubio, historiador sempre atento, informou que:

(...) Hacia 1498 el piloto Pedro de Ledesma conoció a Solís y ya por conjeturar-se que se dedicaba practicamente a la navegación y posiblementr realizó algún viaje al Novo Mundo em compañía de Vicente Yáñez Pinzón, en 1499. (RUBIO, 1942, p. 14).

Salientamos que Varnhagen dá como certa uma viagem de Solís acompanhando a famosa expedição de Americo Vespuccio em 1497 às Antilhas, costa mexicana e península da Flórida.

Em 20 de junho de 1508, Solís e Pinzon saíram da Espanha rumando para um destino tão secreto que nenhum registro a respeito foi encontrado nos arquivos espanhóis. Rubio registrou o historiador colonial Antonio de Herrera ter mencionado que nesse ano ambos os navegantes descobriram a foz do rio da Prata. Mas parece que Herrera é o único historiador a mencionar essa data de 1508, mas sem grandes comprovações.

Pela sua experiência náutica, em 1512 Solis foi nomeado para o cargo de Piloto Mayor de España, em face da morte de seu antecessor Américo Vespuccio.

Rubio, que bastante pesquisou e escreveu sobre o rio da Prata, citou em sua obra que o navegador em 1513 já havia chegado a esse rio, pois realizó este descubrimiento en 1513 en viaje organizada clandestinamente y con asentimiento de la Corona para burlar a los portugueses. Mas Rubio descartou por completo essa possibilidade aventada por outros historiadores. Apenas mencionou essa hipótese mas a descartou de plano.

² Existem alguns poucos autores que mencionam o ano de 1512 como sendo a data da descoberta do rio da Prata por Juan Diaz de Solís.

No ano de 1514, Juaz Díaz de Solís recebeu uma Capitulación do Imperador espanhol D. Fernando, O Católico, para organizar o que seria a sua última viagem marítima de exploração no novo continente, mas que maior glória lhe pôde proporcionar.

A armada de Solís compunha-se de três caravelas, uma de sessenta e duas de trinta toneladas cada uma.

Deixou o porto de Sanlúcar de Barrameda em 8 de outubro de 1515 com direção ao Atlântico e depois tentaria chegar ao desconhecido Mar del Sur por alguma passagem que certamente deveria existir ao sul do Novo Mundo. Nessa época já se conhecia o oceano Pacífico, descoberto que foi em 1513 por Vasco Nuñez de Balboa.

Solís iniciou descendo pelo litoral a partir do cabo de Santo Agostinho, onde lançou âncoras no porto de Nossa Senhora da Candelária. Nesse local oficialmente tomou posse da terra em nome da Coroa de Espanha. Descendo mais, a armada chegou ao rio dos Patos, situado a 34° e 1/3 de latitude sul e logo a seguir entrou em um mar onde a água era doce. Juan Díaz de Solís havia chegado ao rio da Prata. Naquele momento chamou o rio de Mar Dulce, obviamente em função de sua água doce.

Julian Rubio supõe que a sua entrada em águas do rio da Prata tenha ocorrido no mês de fevereiro de 1516.

Embora o objetivo da expedição não fosse penetrar pelo Mar Dulce acima, sua caravela foi navegando junto à costa em sua margem setentrional, chegando a um local onde resolveu ancorar com a finalidade de entabular conversas com os índios que avistou em suas margens.

Através de sinais mútuos e amistosos entre os indígenas e a tripulação, o piloto mor sentiu-se seguro para ter um contato mais imediato com aquele povo que alegremente acenava para ele.

Em um batel, com mais duas autoridades e alguns marinheiros, Solís foi aportar nas margens do rio da Prata e todos desembarcaram junto a um pequeno riacho. Nesse ponto, os índios que já haviam preparado uma emboscada aos europeus, atacaram Solís e seus homens, trucidando a todos. Somente um grumete chamado Francisco del Puerto foi poupado e segundo alguns historiadores isso ocorreu em face de ser o mesmo ainda muito jovem.

Os índios que assassinaram Solís provavelmente eram Charruas.

Com a morte de Juan Díaz de Solís e de algumas das autoridades maiores da armada, o piloto Francisco de Torres assumiu o comando dessa frota. Com os outros comandantes das demais caravelas, acharam por bem retornar à Espanha por volta de março de 1516.

Uma das caravelas que ficou para trás e se desencontrou das outras em seu retorno à Europa, naufragou em uns baixios em frente à ilha de Santa

Catarina. Desse desastre salvaram-se, entretanto, um número razoável de tripulantes num total nunca determinado convenientemente e que sobreviveram simplesmente nadando até as praias da terra bem defronte.

Dentre esses naufragos estavam Melchor Ramirez, Enrique Montes, o mulato Francisco Pacheco, Durango e ainda Aleixo Garcia.

As duas outras caravelas seguiram seu rumo para a Europa e chegaram à Sevilha em setembro de 1516.

Dessa maneira drástica terminou a vida de Juan Diaz de Solís, um navegador notável pela sua experiência, técnica náutica e conhecimento específico de marinharia, o Piloto Mayor de España. Participou de inúmeras navegações pelo Mar Oceano e quando estava prestes a descobrir uma passagem marítima para o Mar del Sur, o que poderia inserir ainda mais o seu nome na História do Mundo, foi barbaramente assassinado pelos indígenas do Rio da Prata. Se passasse pelo estreito e tivesse chegado às ilhas das especiarias, provavelmente também teria completado a primeira viagem de circunavegação do globo. A glória do descobrimento dessa nova passagem e da primeira viagem em volta do planeta coube à expedição de Fernão de Magalhães em 1519/20.

Realmente Solís, por imprudência pessoal, mudou o destino de sua própria vida. Não é exagerando que historiadores platinos registram que Solís era um exímio navegador, porém péssimo soldado.

Solís foi el más excelente hombre de su tiempo en su arte, mencionou Julián Rubio, transcrevendo frase do historiador colonial Antonio de Herrera.

O rio da Prata primeiramente foi chamado pelos espanhóis de rio de Solís, não em homenagem a Juan Diaz de Solís como seu descobridor³, mas em face desse piloto ali ter sido morto pelos índios Charruas. O rio seria então o “mausoléu” de Solís. Mas de qualquer forma foi uma homenagem ao grande navegador.

Lopez de Gómara, em sua obra sobre a História das Índias, assim se manifestou: Llamam a este rio de la Plata y de Solís, en memoria de quien lo descubrió. (GÓMARA, 1922, tomo I, p. 211) contrariando a colocação de Rúbio e Herrera.

Menciona-se também que o próprio Solís o teria chamado de Mar Dulce, ao deparar-se com aquela inacreditável extensão e volume de água doce.

A partir da viagem de Diego Garcia, que através dos índios da região conseguiu certa quantidade de prata, tudo indica vinda dos Andes, o rio passou a ser conhecido na Europa como rio de La Plata.

3 O professor Esteves Pereira que vimos mencionando, dá crédito a essa frase ao frei Bartolomé de las Casas, em seu livro *Historia de las Indias*, com primeira edição de 1547.

Esse caso da primazia da descoberta do rio da Prata é uma disputa intelectual sem fim. Historiadores e pesquisadores portugueses e brasileiros contra argentinos e paraguaios, que nunca vão se entender, nem jamais vão ceder por mais comprovada e justificada que seja a hipótese contrária. Cada um puxando para si o prêmio desse feito histórico e grandioso por certo. Ou para navegadores a serviço de Portugal ou a serviço da Espanha.

A dificuldade documental é uma tônica no tocante à história dos descobrimentos de fins do século XV e princípios do XVI. Havia uma política de sigilo das navegações e descobrimentos marítimos por parte das duas Coroas ibéricas, com mais ênfase para Portugal, o que motivou o não registro oficial de muitas viagens ultramarinas. Daí a desinformação e escassez documental acerca de nomes de pilotos e comandantes, as datas de partida e de chegada e principalmente, as terras, ilhas e pontos geográficos nos litorais descobertos, explorados e mapeados.

Toribio Medina assim transcreveu uma Relação do Imperador dirigida à Solís, onde fica patente a política de sigilo com relação às expedições marítimas, onde se verifica que (...) é porque el viaje que sea muy secreto por muchas causas (...). Apesar de citar as muitas causas pelas quais as expedições tinham a chancela de secretas, o Imperador não especificou quais seriam essas mesmas causas.

A falta de registros nesse período é o problema maior dos desencontros históricos. Agora, cabem três perguntas: Quem descobriu a América, Colombo ou seus antecessores? Quem descobriu o Brasil, Cabral ou seus antecessores? Quem descobriu o rio da Prata, Juan Diaz de Solís ou seus antecessores?

Mas podemos resumir a questão num só ponto. O cabo mencionado nas cartas, nos atlas e na correspondência e ainda nas análises de Varnhagen e Esteves Pereira seria realmente o de Santa Maria que estaria supostamente localizado na foz do rio da Prata? Ou esse cabo seria na realidade o de Santa Marta que estaria em litoral catarinense? Se o cabo era o Santa Maria, realmente o descobridor do rio da Prata foi Américo Vespuccio e depois João de Lisboa. Estavam certos os historiadores Varnhagen e Esteves Pereira. Porém se esse cabo de Santa Maria fosse na realidade o de Santa Marta localizado bem mais ou norte já em território brasileiro, então o descobridor foi realmente Juan Diaz de Solís.

Todavia temos importantes dados a inserir nessa disputa, que são dos primeiros mapas representativos do Novo Mundo. Os Mapa Mundi de Nicoló Canerio (1504/5), de Martin Waldseemüller (1507) e o de Francesco Rosseli (1508) apresentam claramente a profunda reentrância da foz do rio da Prata; O Western Hemisphere de Joannes

Stobnicza (1512) mostra um contorno perfeito de ambos os lados das América do Sul e do lado do Atlântico uns contornos ao sul que podem ser perfeitamente o rio da Prata; O mapa representativo do Novo Mundo de Piri Reis (1513) aparece claramente, não só a foz, como o traço do rio da Prata; O mapa *Universalis Cosmographie* de Louis Boulengier (1514) mostra os contornos atlânticos da América do Sul e algumas reentrâncias, e um desses acidentes geográficos pode ser perfeitamente o rio da Prata. Ainda apontam claramente um rio nas partes meridionais da América do Sul o Mapa Mundi de Giovanni Contarini (1506), o *Universalior Cogniti Orbis Tabula* de Joahanes Ruysch (1506), Mapa Mundi de Francesco Rosselli (1508), o Mapa Mundi de Lenox (1510) e o Mapa Mundi de Bernard Sylvanus (1511) e o globo de João de Lisboa (1514).

As mais impressionantes peças cartográficas sem dúvida são o Mapa Mundi e o Globo de Lenox, desenhados em 1510. Nessa época, de acordo com os historiadores espanhóis, não se conhecia o rio da Prata, Vasco Nuñez Balboa não havia descoberto o Pacífico, nem Fernão de Magalhães havia encontrado a passagem para esse oceano Pacífico e tampouco se conhecia o contorno do litoral oeste da América do Sul. E todos esses pontos estão apontados no mapa de Lenox com uma estranha precisão e similitude com os mapas atuais.

Como pode ser explicado nesses trabalhos de Lenox o apontamento desses contornos, essas nítidas reentrâncias no litoral meridional do Novo Mundo e o formato bem aproximado da América do Sul ainda na primeira década do século XVI? Certamente podem ser recortes imaginativos do litoral sul por parte do cartógrafo. Mas como pôde o mesmo desenhar a clara representação da foz do rio da Prata? E mesmo nos outros mapas acima referidos sempre se sobressai um contorno bem maior, mais profundo que os outros, apontando de forma nítida o desaguadouro de um grande rio no oceano Atlântico.

Tantos mapas, tantos cartógrafos diferentes, tantos locais de edição levam a crer que esses precisos apontamentos cartográficos, surgidos de uma hora para outra na primeira década do século dos descobrimentos, foram feitos a partir de informações precisas acerca da existência de um grande rio que desaguava no Atlântico sul. E mais, um dos prováveis descobridores, o português João de Lisboa, sendo exímio navegador, cosmógrafo, astrônomo, poderia muito bem ter sido o informante do exato ponto da foz desse rio. Um detalhe, com 290 km em seu estuário, o rio da Prata pode aparecer bem visível como uma grande reentrância mesmo nos Mapa Mundi da época.



LENOX, Mapa Mundi, Londres: 1510.

CONCLUSÃO

Tendo em vista a política de sigilo imposta por ambas as cortes ibéricas com relação aos seus descobrimentos marítimos, não abundam documentos nos arquivos históricos que possam precisar a data e o nome do descobridor do rio da Prata. Os seguidores de ambas as correntes históricas têm indícios menos ou mais precisos em favor da descoberta espanhola ou portuguesa. Obviamente são robustos os dados que induzem a primazia da descoberta por Solís, mas não mais consistentes. Mas a base documental para comparação não permite uma afirmativa definitiva acerca da data e do navegante descobridor.

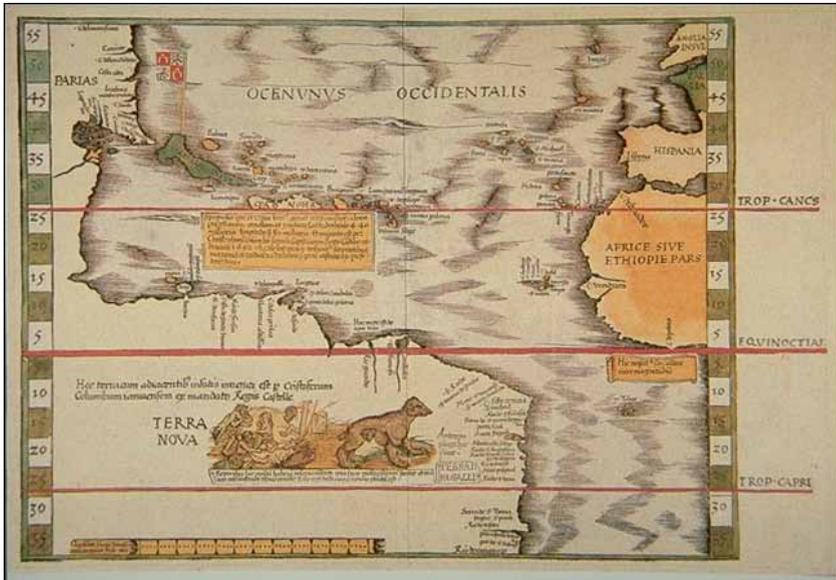
Por outro lado, fica patente que através das provas cartográficas, não subsiste a teoria da descoberta do rio da Prata por Juan Diaz de Solís em 1516 defendida por historiadores de língua espanhola. Obviamente algum navegante deva ter relatado o descobrimento da foz de um rio imenso nas costas do Atlântico com 290 quilômetros de extensão. E com base nessa informação os cosmógrafos e cartógrafos europeus passaram a desenhar esse acidente geográfico em seus mapas, apontando-o como uma reentrância no relevo da costa atlântica ainda na primeira década do século XVI.

Não havendo forma de comparar a documentação portuguesa e espanhola para um resultado minimamente aceitável e com provas cartográficas abundantes, resta dizer que o rio da Prata já era conhecido

na Europa na primeira década do século XVI e os navegantes Américo Vespúcio ou João de Lisboa, foram os seus verdadeiros descobridores nos primeiros anos desse século.



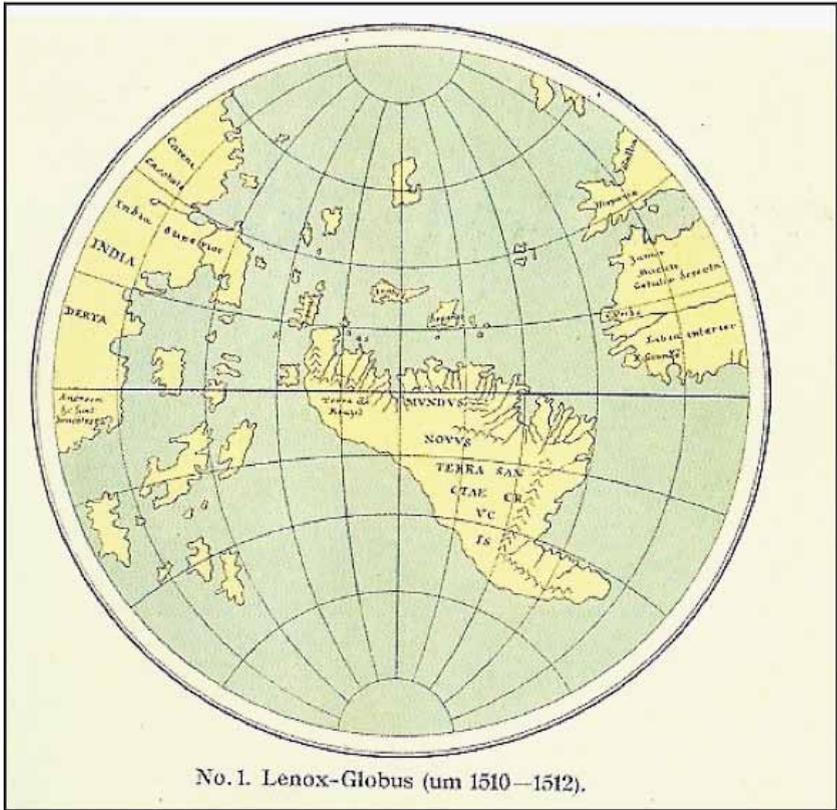
REIS, Piri. [Mapa Mundi], Istambul: 1513.



WALDSEEMULLER, Martin. Terra Nova. [Alemanha]: 1513.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Luis de. O “Tratado da agulhar de marear” de João de Lisboa, reconstituição de seu texto, seguida de uma versão francesa com anotações. In: Revista da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa de Coimbra, v. XXIX, 1981.
- CHAVEZ, Julio César. Descubrimiento y conquista del rio de la Plata y el Paraguay. Asunción: Nizza, 1968.
- GÓMARA, Francisco Lopez de. Historia General de las Indias. Madrid: Calpe, 1922, 2v.
- GUZMÁN, Ruy Diaz de. Anales del Descubrimiento, Población y Conquista del Rio de la Plata. Asunción: Comuneros, 1980.
- HISTÓRIA da Colonização Portuguesa no Brasil. Porto: Litographia Nacional, 1921, 3v.
- MEDINA, José Toribio. Los Viajes de Diego Garcia de Moguer al Rio de la Plata: Estudio Histórico. Santiago de Chile: Ezelviriana, 1908.
- MEDINA, José Toribio. Juan Diaz de Solís – Estúdio Histórico. Santiago: Casa del Autor, 1897, 2v.
- PEREIRA, F.M. Esteves. O Descobrimto do rio da Prata. In: História da Colonização Portuguesa no Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1923, p. 351/90.
- RAMIREZ, Luiz. Carta de Luiz Ramirez do rio da Prata a 10 de julho de 1528. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: v.15, 1852, p.14/41.
- RUBIO, Julián Maria. Exploración y Conquista del Rio de la Plata siglos XVI y XVII. Buenos Aires: Salvat, 1942.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho. História Geral do Brasil. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1926.
- VESPUCIO, Américo. Carta de Amerigo Vespucci a Lorenzo de Medici, datada de Sevilha a 28 de julho de 1500. In: SOUZA, T.O.Marcondes de. O Descobrimto do Brasil. São Paulo: Michalany, 1956.



SORRISO, MATO GROSSO: A VERTICALIZAÇÃO RESIDENCIAL É A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

SORRISO, MATO GROSSO: THE RESIDENTIAL
VERTICALIZATION AND REPRODUCTION
OF THE URBAN SPACE

Zenilda Lopes Ribeiro¹

RESUMO: Este texto analisa a produção imobiliária de edifícios e o papel das construtoras e incorporadoras na reprodução do espaço urbano. Objetiva conhecer quem são os consumidores deste tipo de produção imobiliária na cidade de Sorriso. Os resultados revelaram que os consumidores são, sobretudo, proprietários rurais, empresários e profissionais liberais relacionados com a economia do agronegócio; moradores que viviam em Sorriso há décadas e estão trocando as casas pelo apartamento em busca de segurança, conforto e praticidade.

Palavras chave: Sorriso/MT. Verticalização. Produção Imobiliária.

ABSTRACT: This paper analyzes the housing production of apartment buildings and the role of building companies and developers in the reproduction of the urban space. It aims to know who the consumers of this type of housing production in the city of Sorriso are. The results revealed that the consumers are mainly farmers, businessmen and professionals related to agricultural business; residents who lived in Sorriso decades ago and are now moving from houses to apartments, looking for safety, comfort and convenience.

Keywords: Sorriso/MT. Verticalization. Housing Production.

¹ Professora de Geografia Humana da Universidade Federal de Mato Grosso-Campus do Araguaia.

INTRODUÇÃO

O município de Sorriso se localiza na microrregião de Alto Teles Pires, porção norte do estado de Mato Grosso, distante a 341,6 km da capital, Cuiabá. É um dos municípios que, sob a influência da BR-163, destaca-se como área de agricultura moderna, com forte concentração da produção, com atividades e relações ligadas à economia internacional.

Desde sua fundação em 1986, a atividade agrícola foi propulsora da economia e do processo de urbanização. Durante 20 anos, a ampliação da base territorial da cidade ocorreu com a expansão horizontal, mas recentemente surgiu a expansão vertical.

Essa verticalização, que vem ocorrendo em Sorriso-MT, com edifícios acima de cinco pavimentos e com elevadores, destina-se às classes sociais mais abastadas, e se equipara à verticalização de outras cidades brasileira conforme pesquisa realizada Maria Adélia de Souza (1994) no estudo sobre a verticalização de São Paulo.

Os agentes fomentadores dessa verticalização são os agricultores. A economia do município, fundamentada no agronegócio, proporcionou uma forte capitalização no campo, produziu na cidade um grupo de pessoas com grande reserva de capital. Esse grupo vislumbra a aquisição de apartamentos e até a construção de edifícios como uma forma de investimento. E, é esse capital concentrado, que vem se manifestando na transformação da paisagem urbana.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi entrevista e questionários. Realizou-se entrevista junto às construtoras, com horário marcado previamente, perguntas semiestruturadas, mas permitindo uma flexibilidade aos entrevistados. O questionário foi aplicado aos moradores dos edifícios, que o receberam juntamente com uma carta explicando o teor da pesquisa e solicitando a colaboração com um prazo de 30 dias para o preenchimento. A administração dos prédios auxiliou na entrega e recolhimento dos questionários. Foram deixados 64 questionários distribuídos por três edifícios: Muriama, Imigrantes e Portal da Amazônia. Destes, somente dezoito foram devolvidos, o que representa um índice de 28,12%. Apesar do índice de devolução ser considerado baixo, a amostragem foi bastante significativa.

Esta pesquisa compreende o período de 2000 quando do lançamento do primeiro edifício estritamente residencial a outubro 2011, época das últimas entrevistas. O levantamento dos dados foi realizado no período de 01 de julho de 2010 a 01 de outubro de 2011.

CIDADE COMO FONTE DE PESQUISA

O município de Sorriso está localizado ao longo do eixo da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no início da chamada “pré-amazônia”, essa área forma a micro região de Sorriso. No censo 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou uma população de 66.521 habitantes distribuídos em 9.329,554km².

Sua fundação no Estado de Mato Grosso está diretamente associada às políticas públicas do Plano de Integração Nacional (PIN), as quais buscavam a integração dessa região à economia nacional. A construção da BR-163, na década 1970, tinha como estratégia a ocupação da Amazônia, ligando as cidades de Cuiabá-MT a Santarém-PA, contribuindo para a (re) ocupação da área e para a formação da cidade.

Além do PIN, foi criado, em 1970, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a finalidade de promover, executar e controlar a reforma agrária. Segundo Moreno (1998), esse órgão promoveu também a distribuição de terras por meio dos programas fundiários de Colonização oficial e particular, incentivados pela União.

Vários e diferenciados modelos de projetos de colonização foram implantados em Mato Grosso e o município de Sorriso surgiu a partir desses projetos.

O município faz parte de um projeto de colonização privada, da empresa Colonizadora Sorriso, criada para regularizar a venda de terra, oficializar a colonização e ordenar o crescimento da área urbana. Os sócios da colonizadora chegaram à região em 1975 e construíram as primeiras casas às margens da rodovia, as quais, aos poucos, com atração de migrantes sulistas, formaram um povoado.

Dessa forma, a reprodução territorial da cidade ocorreu com a expansão de forma horizontal. O processo atual inclui a expansão vertical, que permite ao empreendimento imobiliário, vender muitas vezes a mesma localização. A reprodução territorial da cidade, tanto no que concerne à expansão horizontal quanto à vertical, é acionada por agentes concretos: proprietários fundiários, empreendedores imobiliários, corretores, compradores e o Estado, que agem conforme os seus interesses

O PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO

O marco da verticalização estritamente residencial em Sorriso foi a construção do edifício Residencial Imigrantes iniciado no ano de 2000 e inaugurado em 2004. Esse edifício, construído pela EMG Construtora Ltda., do casal Luiz José Semkiw de Andrade e Leonides Helena Riedi de Andrade e seu sócio Paulo César Scheirhaus, está localizado na Avenida Imigrantes, bairro Centro Sul, com oito andares e 27 apartamentos, sendo três apartamentos por andar.

Antes desse edifício, a construtora, que iniciou as atividades em Campo Novo dos Parecis, já havia inaugurado a construção vertical na cidade. O primeiro edifício foi o *Victoria Régia*, construído em 1998, e, em seguida, com nova carteira de clientes, foi lançado o Residencial *Village* em 2000. Ambos os edifícios têm quatro pavimentos, elevadores, uso residencial e comercial e se localizam na Avenida Tancredo Neves uma das mais movimentadas da cidade.

Nota-se que a construção desse edifício de quatro pavimentos abre espaço para a construção de outros. Em sendo assim, a partir do ano 2000, moradia em Sorriso toma novos rumos. O concreto armado revoluciona, portanto, a paisagem da cidade e vai permitindo a construção de prédios de vários pavimentos.

Milton Santos (1997) aponta que a paisagem é objeto de mudança, isto é, uma mudança estrutural implicaria mudança da forma. Ao construir prédios com maior número de andares, de modo geral, é sinal de que outros também poderão ser construídos, pois terão atividades e gente para enchê-los e justificar a sua construção.

Após lançamento do Residencial Imigrante, a mesma construtora lançou o Edifício Portal da Amazônia. Esse empreendimento, localizado na Avenida Porto Alegre, bairro Centro Sul, foi entregue em 2006 com treze andares, vinte e seis apartamentos mais a cobertura. Segundo o sócio proprietário, esse edifício tem padrão e acabamento melhor que o anterior e, no início da construção, já havia comercializado 60% dos apartamentos, os quais foram adaptados conforme a preferência do cliente.

Para a construção do Residencial Imigrante, realizaram uma pesquisa, pois havia, na época, uma procura por apartamentos. Fizeram um *folder* que foi entregue aos possíveis clientes. Todos os apartamentos foram vendidos na planta diretamente com a construtora.

A Coenza é outra construtora que está apostando no filão da verticalização. Em 2010, iniciou a construção de três edifícios residenciais na cidade. O Residencial Villa Brasil, localizado na Avenida

Brasil, tem sete pavimentos, dois apartamentos por andar, e o edifício Muriama, localizado na Avenida Blumenau bairro Centro Sul, tem cinco pavimentos, dois apartamentos por andar. O Residencial Vale do Verde também está localizado na Avenida Blumenau, pertence ao produtor rural Belmiro Bedin que o construiu para locação. A Coenza foi apenas contratada para realizar a obra. ”

Sobre as campanhas publicitárias, utilizadas para atrair compradores, a Coenza informou que não fizeram campanha, porque havia uma carteira de clientes, fez somente um folder com a planta baixa. Os excertos extraídos dos *folders* trazem uma ideia dos atributos utilizados para convencer o adquirente a comprar um apartamento.

- *Um novo conceito para viver em Sorriso.*
- *Para você, que busca conforto e segurança.*
- *Esperamos sua visita para conhecer melhor seu próximo investimento em Sorriso.* (faltou fonte)

Esse novo conceito de moradia se refere à mudança gradativa do costume de morar em casa. A cidade, durante 20 anos, teve uma expansão horizontal. Mas a procura por apartamentos vem mudando conceitos.

De acordo com o diretor da Coisa, “os compradores são empresários e profissionais liberais, compram como investimento, faz a compra na planta para revender depois”.

O sócio proprietário da EMG afirma que os agricultores têm procurado apartamentos por investimentos e também para morar, pela questão de segurança, pois, como passam um tempo fora nas fazendas, deixam a esposa, os filhos e seus pertences sozinhos e o apartamento oferece segurança maior que nas casas.

Outro lançamento que promete mudar a paisagem urbana de Sorriso é o Residencial Costa do Sol, empreendimento de alto padrão, da Construtora e Incorporadora América. Esse edifício se localiza na Avenida Brescansin, tem quinze andares, trinta apartamentos, com dois apartamentos por andar, com previsão de conclusão para 2014, apresenta um preço médio inicial de R\$ 800.000,00 cada apartamento.

Durante a entrevista, Fabiana Debastiani supervisora administrativa da Construtora América, define o edifício “esse empreendimento pertence a um grupo de amigos, que o adquiriu na planta, é um condomínio fechado para poucos”. Informou ainda que o edifício não tem apartamento decorado e nem *folder* que visa fazer o *marketing*, porque, para atender uma clientela específica, já está vendido na planta.

A construção do edifício será realizada pelos adquirentes que iniciaram o pagamento na planta, com financiamento direto na construtora com pagamento de uma entrada, mais 50 parcelas com valores acima de R\$5.000,00. Esse valor sofrerá variação conforme o desenvolvimento da obra. A cada seis meses é feita uma assembleia para avaliar os custos, fazer o balancete e entregar aos condôminos. Além de fazer a revisão de valores a cada seis meses, fazem um balão – injeção de recursos no valor acima de R\$ 20.000,00 por cada adquirente.

Na aquisição, muitos compraram mais de um apartamento, também foi utilizada a permuta de apartamentos pelo terreno e também com cimento. Alguns compraram para investir, mas outros para morar. A maioria dos compradores são produtores rurais, empresas ligadas ao agronegócio na venda de máquinas agrícolas e empresas ligadas à construção civil.

A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA

O processo de construção, incorporação e venda é realizado por três imobiliárias, a saber:

- EMG - Construtora Ltda. Proveniente de uma empresa de Campo Novo dos Parecis formada por três sócios: Paulo César Scheirhaus e o casal Luiz José Semkiw de Andrade e Leonides Helena Riedi de Andrade, os quais atuam na construção civil em Sorriso desde 1998.
- Coenza Construções Civas Ltda. É uma empresa Sorrisense, que exerce atividades na construção de setores público e privado, fundada em 04 de outubro de 2004, oriunda da fusão das empresas Endres Engenharia, com 12 anos de forte atuação no mercado de obras públicas e Incorporações no Rio Grande do Sul, e Zanenge Projetos e Construções, com 4 anos de atuação no mercado de projetos e obras privadas em Mato Grosso, segundo informação colhida no site: <http://www.coenza.com.br>.
- Construtora e Incorporadora América. Empresa criada em 2009 para este projeto em parceria com a Gralha Azul de Sinop e com a Construtora e Imobiliária América Insumos. São três sócios administradores que se conheceram na faculdade e imaginaram o projeto que vem sendo planejado há muitos anos. O projeto trata do edifício Residencial Costa do Sol cuja construção é fruto da ideia da América Insumos com a vontade da construtora (Fabiana Debastiane construtora América, 2011).

O principal instrumento (agente financeiro) no processo de verticalização em Sorriso é o capital privado. Os adquirentes pagam a vista, por empréstimos bancários, permuta por materiais de construção e também por terrenos.

Na construtora Coenza, os apartamentos são vendidos a vista ou financiados. A própria construtora financia o imóvel dividido em vinte parcelas mensais e 04 parcelas semestrais no total de vinte e quatro parcelas, ou seja, quem compra o apartamento deve quitá-lo antes de completar dois anos.

O PADRÃO ARQUITETÔNICO

Os edifícios construídos objetos de pesquisa são de alto padrão, no excerto do edifício Muriama, a construtora Coenza aponta o tipo de material que será utilizado na construção:

Neste empreendimento, as áreas sociais foram tratadas com especial zelo, para atender as necessidades de clientes que não se contentam com o padrão convencional, onde se ressalta que todas as unidades possuem amplas sacadas frontais com churrasqueira, piso em porcelanato e forro de gesso em todos os ambientes, dormitórios com janelas venezianadas em alumínio pintado e duas vagas na garagem por unidade. (faltou fonte)

Segundo a construtora EMG, o padrão arquitetônico de seus edifícios foi elaborado de acordo com a necessidade do cliente, a planta foi adaptada e todos têm churrasqueira. Em seu último lançamento, utilizou na obra, “laje nervurada *trelissada*, que oferece maior possibilidade de alteração e adequação”.

Para Leonardo Zanchetta, diretor da Coenza, os edifícios em Sorriso seguem uma tendência comum daqueles construídos nas grandes cidades, mas também têm aspectos que os singularizam. Disse ele que

As preferências são por apartamentos de alto padrão com acabamento de primeira, sacada com churrasqueira. Nesses apartamentos não tem área comum com o objetivo de diminuir os custos de condomínio, em outras cidades brasileiras a preferência por área com piscina e *playground*, mas em Sorriso grande parte dos moradores tem fazendas e chácaras. (faltou fonte)

No Residencial Costa do Sol da Construtora América, os apartamentos têm um padrão único, o que os distingue são as três vagas na garagem e a área social com piscina, academia, salão de festas,

playground e quadra de esportes. Como foi planejado por um grupo de amigos produtores rurais, mostra que também existe um grupo que está disposto a pagar mais para ter um maior conforto e uma área de lazer de uso coletivo.

OS CONSUMIDORES DA VERTICALIZAÇÃO

A verticalização tem sido associada aos tempos modernos e os edifícios como elementos que marcam e mudam a fisionomia e a paisagem urbana. Nessa perspectiva, também vêm sendo apontados os signos e símbolos que ela representa na sociedade num determinado momento do tempo e no espaço.

Apesar de algumas experiências que mostram a construção de edifícios para camadas de baixo poder aquisitivo, a verticalização no Brasil vem sendo dirigida, sobretudo, para a classe média e alta da sociedade. E foi por essa razão que esta pesquisa buscou conhecer quem são os consumidores desse tipo de produção imobiliária na cidade de Sorriso. Em entrevista com as construtoras, foi possível perceber que os moradores dos edifícios são produtores rurais capitalizados, pessoas jovens e famílias pequenas. Como Sorriso tem poucas pessoas idosas, estas preferem morar em casas mais espaçosas, que oferecem maior liberdade para entrar e sair. Embora os agricultores sejam em maior número de adquirentes, a verticalização também oferece perspectivas futuras além desses, é o que declara o senhor Luiz José S. Andrade sócio proprietário da EMG:

Existe uma procura por apartamentos menores, pois chegam a Sorriso um público de engenheiros, advogados, agrônomos, dentistas e profissionais liberais, uma população jovem, que tem costume de morar em apartamento ou moravam, família pequena buscam apartamentos menores. (faltou fonte)

De acordo com os moradores dos edifícios pesquisados, 72,2% são proprietários dos imóveis, enquanto 27,8% pagam aluguel. Verificou-se que, entre os que responderam os questionários, 88%, ou seja, a maioria possuem outros imóveis como investimento, tais como casas, terrenos e imóveis rurais, inclusive, a parcela que paga aluguel, apenas 12%, declarou não possuir outro imóvel.

Quanto à forma de aquisição dos apartamentos pelos adquirentes, 33,3% fez o pagamento à vista, 27,7% financiamento junto a construtora, 27,5% comprou por meio de permuta e 12% por meio do sistema de condomínio. O sistema de condomínio consiste em

um grupo de pessoas que se reúnem, avaliam o projeto e iniciam o pagamento na planta. O preço desses apartamentos (\$ de 200.000 a 1.000.000) varia no tempo, espaço e conforme as alterações/reformas internas.

O padrão socioeconômico dos moradores de três edifícios pesquisados é demonstrado/avaliado pelo nível de renda mensal. Entre os moradores, 55,5% dos responsáveis pelo domicílio declararam que ganham entre R\$5.000,00 a R\$30.000,00. Entre os que ganham acima de R\$30.000, estão 16,6%, e 27,7% não responderam ao quesito da renda. Os dados sobre a renda mostram uma discrepância, pois a maioria declarou que possui outros imóveis além do apartamento, são terrenos, casas, propriedades rurais, empresas, salas comerciais.

No que se refere à atividade principal de trabalho dos adquirentes/moradores dos imóveis, verificou-se que, na maioria, são compostos por profissionais ligados ao setor primário da economia. Entres estes, 55,56% se definiram como agricultores e os que declararam como empresários são também produtores rurais; 44,44% são profissionais liberais: veterinário, advogado, médico, contador e, sobretudo, agrônomos. Não houve entres as respostas, profissionais ligados ao setor secundário da economia, isso ocorre, porque a produção agrícola vendida *in natura* tem a destinação prioritária para exportação, não ocorrendo à industrialização no município.

O grau de escolaridade dos moradores (Tabela I) também é um indicativo das ocupações de quem compra os apartamentos. Verificou-se que a maioria dos responsáveis pelo domicílio não tem nível superior. Entre aqueles que declararam ter nível superior são os agrônomos, veterinários, médicos e advogados; entre aqueles que não declararam o nível de escolaridade apontam no questionário que são agricultores.

Tabela I - Nível de escolaridade dos moradores

Fundamental	Ensino Médio	Superior incompleto	Superior	Pós-graduação	Não declararam
12%	34%	6,0%	30,0%	6,0%	12%

Fonte: Pesquisa de campo – Organização da autora, 2011.

Quanto às vantagens de morar em apartamento, as respostas foram unânimes, 100% consideram a segurança. Outras vantagens também foram apontadas concomitantemente com a segurança, tais como comodidade, praticidade, localização e conforto. O fator *status*, não foi citado por nenhum dos que responderam os questionários. Em

muitas cidades brasileiras morar em apartamento em determinada localização significa *status*, esse quesito não foi considerado relevante entre os moradores dos edifícios de Sorriso.

Com relação ao tempo que residem na cidade, 83,3% responderam que vivem em Sorriso há mais de 20 anos, outros 11,2% disseram que estão na cidade há menos de 10 anos. Entre estes, moravam anteriormente em casas, alguns têm casa no campo e na cidade e trocaram essa forma de habitar pela moradia nos edifícios. Apenas 5,5% chegaram a Sorriso com menos de um ano e viviam antes em apartamentos.

Esses dados demonstram que não são os novos migrantes que trazem essa forma de habitat, mas moradores antigos que estão trocando o espaço amplo das residências, com quintais e jardins gramados pelo espaço privativo e coletivo dos edifícios.

Essa mudança, pela análise dos dados, demonstra que esses moradores estão passando por um processo de adaptação. Quando questionados sobre quais as desvantagens de morar em apartamentos, 94,5% responderam ser a falta de privacidade. Essa resposta foi seguida de considerações sobre a dimensão espacial, apontando “espaço restrito”; “limitação de espaço interno e externo”; “pouco espaço doméstico para o lazer”; falta de espaço”; “espaço limitado”.

A essas desvantagens acrescentam a “falta de vaga na garagem”, “barulho no apartamento de cima”, “convivência com estranhos” “morar de frente com desconhecido”. A falta de vaga na garagem demonstra que a família possui mais de dois veículos ou pretende adquiri-los, pois os edifícios pesquisados têm duas vagas na garagem. O habitar em edifício requer uma convivência maior com outras pessoas, o fato de o morador considerar os demais condôminos como desconhecidos demonstra que não conhece o vizinho e também não tem interesse em conhecer; mostra que aqueles que procuram os apartamentos, além da segurança, querem se segregar e se tornar reclusos em seus espaços.

Entretanto, há de se considerar que existem pessoas que consideram o contato com outros como algo bom. Uma moradora, que vivia anteriormente em Cuiabá e habitava em apartamento, demonstra que está acostumada a essa forma de moradia. Há seis meses vivendo em Sorriso e três meses morando no Residencial Imigrante, quando questionada sobre a desvantagem de morar em apartamento, respondeu “não vejo nenhuma, não gosto de casa. De repente, menos liberdade, espaço para crianças”. Essa consumidora aponta como vantagem “maior segurança, tranquilidade, maior convivência com

outras pessoas”. Nota-se que a convivência com “outros” é apontada como um valor positivo o “viver coletivo” que diferencia dos atributos negativos elencados por moradores que antes viviam em casas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este estudo evidencia a produção de um espaço destinado às classes de maior poder aquisitivo, tendo como construtor, incorporador, vendedor os agentes privados. A verticalização em Sorriso apresenta características singulares, porém, outras em comum, com a expansão vertical de demais cidades brasileiras.

Para os promotores da verticalização, a aquisição do terreno em boa localização torna-se uma problemática. Em Sorriso, as construtoras vêm solucionando o conflito fazendo associação com o proprietário fundiário e realizando a permuta. O proprietário do terreno, ao realizar a troca pelo apartamento, vende uma dada localização, mas mantém o direito de usufruir dessa localização, que irá valorizar com o tempo, tornando assim mais lucrativo que manter o terreno “vazio”. Para a construtora, é compensador, porque paga uma “mercadoria” o terreno após a construção.

O estudo realizado mostra que a verticalização vem ocorrendo em áreas já valorizadas e dotadas de equipamentos urbanos, infraestrutura e fácil acesso. As construções verticais estão concentradas nas avenidas, área designada pela Lei de uso do solo urbano de Sorriso como Centro Sul, área dotada de praças, comércio, equipamentos de lazer, academias e escolas.

A análise dos dados revelou que os adquirentes optaram por morar em edifícios, porque precisam se sentir seguros. A segurança não se refere apenas no lugar de moradia (apartamento), mas também em relação aos demais moradores, que necessitam se sentir livres de intrusos.

Ao que tudo indica, a segurança é um quesito que vem sendo utilizado como mercadoria para promover a verticalização. Por uma questão de lógica, primeiro se cria um problema, depois aponta a solução. Os empresários e produtores agrícolas capitalizados se unem, aliam-se aos promotores da construção, constroem prédios, vão morar neles e, dessa forma, valorizam o empreendimento, que, por sua vez, faz surgir novas demandas.

REFERÊNCIAS

- DIAS, E. A.; BORTONCELLO, O. *Resgate Histórico do Município de Sorriso: portal da agricultura no cerrado mato-grossense*. Cuiabá: Eletrônica, 2003.
- IBGE, *Sorriso/MT*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>
- Acesso: 05 set. 2011.
- SOUZA, M. A. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, Edusp, 1994.
- MORENO, G. Terra, Poder e Corrupção: a política fundiária em Mato Grosso. 1970/ 1990. In: *Revista Mato-Grossense de Geografia*. Departamento de Geografia. ICHS/UFMT Ano. 02, n. 01 e 02 dez. 1996/1997. Cuiabá: Edufimt, 1998 p. 7-45.
- REVISTA SORRISO, *Novos recordes de produção e progresso na terra da soja e dos campeões*. Sorriso, Edição especial. dez. 1992.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

DISCURSOS

DISCURSO INAUGURAL PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO (IHGMT)

26/07/2011

INAUGURAL ADDRESS AS PRESIDENT
OF IHGMT

Vinicius de Carvalho Araújo

Cumprimento a todos os presentes em nome da Presidente Elizabeth Madureira. Aproveito para agradecer pela presença na nossa organização.

Antes de começar o pronunciamento, peço licença aos ouvintes para citar como epígrafe um trecho um trecho da obra *Corumbá: terra de lutas e de sonhos*, de autoria de Valmir Batista Corrêa, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul: “Fazer um livro é sempre um ato de paixão. É o clímax de uma trajetória de vida e deve representar, aos leitores, o passaporte para uma viagem através dos tempos. E, se permitir ainda transmitir uma mensagem de resgate e valorização da memória coletiva, então valeu a pena escrevê-lo”. (CORRÊA, 2006, p. 11.).

Quando o autor fala em livro, estendo para qualquer tipo de produção intelectual. Um filme, uma peça de teatro, a organização e catalogação de um determinado arquivo exigem de seus autores a mesma paixão citada por Valmir Batista Corrêa. Portanto, somos todos aqui apaixonados esta noite. Tanto os sócios do instituto quanto aqueles que nos brindam com sua presença.

Após esta reflexão, entro no tema desta noite. Dividirei minha breve fala em algumas partes. Primeiro farei os habituais e merecidos agradecimentos que cabem em circunstâncias desta natureza. Depois falarei um pouco sobre a organização que a partir de hoje tenho a honra de presidir. Na sequência, relembrarei alguns pontos da minha trajetória profissional e, para finalizar, tratarei da composição da diretoria que ora assume junto comigo e também apresentarei as linhas mestras do plano de gestão a ser implementado durante o período vindouro.

Já que minha posse como sócio efetivo deu-se a menos de um ano, repetirei uma boa parte dos agradecimentos ali contidos. Quero agradecer a Deus por ter dado-me a vida e as plenas faculdades mentais, a minha família pela oportunidade de adquirir minha formação e a meu avô pela forte inspiração para o universo da escrita. Agradeço também à família que formei, composta por minha esposa Mônica Cristina e meus filhos Carlos Alexandre e Natália Cristina. Sem eles nada seria possível, em particular pela compreensão nos momentos de ausência.

Agradeço também ao confrade Paulo Pitaluga Costa e Silva, ex-secretário de Estado de Cultura, que foi o proponente do meu nome como sócio efetivo do IHG-MT e vem manifestando todo o apoio necessário nesta nova empreitada. Agradeço também aos colegas confrades e confeitras que aceitaram compor a chapa comigo e, de modo mais atencioso, à professora Elizabeth Madureira Siqueira.

Primeiro por sua participação na organização. Sua obra se destaca como uma das mais profícuas e relevantes da historiografia recente em Mato Grosso, não apenas pelo volume de produção, como também pela circulação de seus livros. Vários milhares de estudantes do nível médio, superior, candidatos de vestibulares e concursos públicos ou mesmo leitores interessados já ampliaram seus conhecimentos sobre a história regional por meio de suas obras.

É bem notório que a demanda por informações históricas por parte da sociedade é cada vez maior. Para se ter uma ideia, basta olhar a lista dos livros mais vendidos de qualquer revista semanal. Na lista da Revista Época desta semana constam seis livros que tratam de temas históricos, incluindo biografias, entre os dez mais vendidos, na categoria não ficção. São eles: *Uma Breve História do Cristianismo*, de Geoffrey Blainey, *Getúlio 1882-1930*, do jornalista Lira Neto, *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, de Leandro Narloch, *Steve Jobs – uma biografia*, de Walter Isaacson, *O X da Questão*, de Eike Batista e, por fim, *1808*, de Laurentino Gomes.

Este último consta nesta mesma há 203 semanas. Isto, sem contar com as várias revistas de ampla circulação tratando do assunto que abastecem o interesse do grande público, inovando no formato, abordagem e narrativa. Agradeço, portanto, professora, em nome de todos os sócios, sua presença nesta organização e a oportunidade ímpar de ter uma autora deste nível dentre nós.

Em segundo lugar pela sua experiência administrativa adquirida na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) ao longo da carreira. A passagem por diversos cargos naquela organização, com destaque para a sua editora, lhe qualificou bastante também na área de gestão e permitiu que mais este seu talento fosse emprestado ao IHGMT, o que contribuiu em muito com o seu progresso.

Neste sentido, dentre as suas realizações nesta última presidência, detalhadas no seu relatório de gestão, quero ressaltar apenas a organização e digitalização do acervo da Casa Barão de Melgaço, o prosseguimento do Ponto de Cultura em convênio com o Ministério da Cultura e também o encontro com os institutos municipais, encerrado na manhã de hoje.

Por fim, quero destacar seu papel de esteio do IHG-MT desempenhado nos últimos anos. Uma breve consulta ao livro do Jubileu dos 90 anos me permitiu visualizar sua participação nas diretorias desde 1996. Ora como vice-presidente, ora como presidente, oradora oficial, 2ª secretária, membro do conselho fiscal e, por fim, presidente de novo.

Desta forma, a senhora tem sido o elemento de continuidade não apenas na gestão do instituto, mas também no cuidado para com suas duas principais colunas técnico-científicas, quais sejam: a curadoria do acervo da Casa Barão de Melgaço e a Revista do IHGMT. Em turbulências recentes enfrentadas pela organização, a senhora foi uma âncora segura que manteve os rumos, por meio de sua liderança junto aos demais sócios.

Liderança esta que permitiu a articulação de uma chapa para a sua sucessão encabeçada por um “neófito”, como já tive a oportunidade de ser chamado, em virtude de meu pouco tempo de casa. Eleger para a presidência o sócio efetivo que ingressara no grupo mais recente quando da abertura do processo e, além disto, o mais novo dos sócios na faixa etária é uma grande realização, sobretudo numa organização tão tradicional como esta.

Portanto, professora, considere a eleição desta diretoria como sua “reeleição”. Primeiro, pela elevada presença de membros da diretoria anterior, chegando a cinco, o que corresponde à metade do quadro

diretivo. Segundo, pelo importante trabalho de articulação dos componentes e endosso ao meu nome, até então desconhecido da maioria.

Eu que venho exercitando a função de analista político na imprensa cuiabana, não poderia me furtar a observar esta situação. Num momento eleitoral como o atual, fala-se muito em transferência de votos ou apoios de líderes políticos a determinadas candidaturas. Portanto, tenho clareza de que os votos a nós conferidos e a eleição por aclamação são, na verdade, um elogio à sua gestão à frente da organização e à sua liderança. Considere-se, portanto, uma avalista ou “madrinha” da atual diretoria.

Vejam, portanto, a carga de responsabilidade que se coloca em nossos ombros. Carga esta que fica mais evidenciada quando olhamos para o retrospecto da organização. Além dos dados que já passei, pude verificar na leitura ao livro do Jubileu que sou o segundo presidente mais novo da sua história. Com meus 36 anos, fico abaixo apenas do ilustre Dom Aquino, que tinha 34 anos quando o IHG-MT foi instalado sob sua presidência em 1919.

Dom Aquino, aliás, sempre demonstrou seu caráter precoce, porque além do dado que mencionei, teve a oportunidade de ser ordenado bispo da Igreja Católica aos 29 anos e ser eleito Governador do Mato Grosso em chapa de consenso aos 32 anos. Ademais, é um dos dois mato-grossenses que tiveram assento na Academia Brasileira de Letras, junto com o ex-Ministro Roberto de Oliveira Campos.

Os sócios contemporâneos de Dom Aquino tiveram que esperar muito para assumir a presidência do IHG-MT, já que o Arcebispo de Cuiabá foi designado seu Presidente Perpétuo. Tanto Isaac Póvoas quanto Francisco Alexandre Ferreira Mendes, da mesma geração de Dom Aquino, assumiram a Presidência com 74 anos. Depois deste período fundador, a idade baixou e Luiz Phillipe Pereira Leite assumiu com 43 anos. Já Paulo Pitaluga, Elizabeth Madureira Siqueira e João Carlos Vicente Ferreira atingiram esta posição em torno de 50 anos de idade.

Reitero, portanto, a honra que é para mim estar dentre estes vultos, que acostumei-me a ver como nomes de logradouros públicos em Cuiabá, de municípios como Dom Aquino, Barão de Melgaço e Rondonópolis ou mesmo do Estado de Rondônia. Ao conviver com eles durante a minha infância, nunca pude pensar que lhes faria companhia.

Isto me permite refletir um pouco sobre a minha trajetória profissional. Alguns ditados são importantes para se compreender a

evolução em cada profissão. Um deles é “quem quebra as regras, corre o risco” e “o prêmio é do tamanho do risco”. Quer dizer, aquele que violenta as regras estabelecidas para se fazer uma boa carreira assume todo o risco sozinho, mas, por outro lado, descobre que as melhores oportunidades estão muitas vezes nestas rupturas.

Há um ditado romano, popularizado pela obra Eneida do poeta Virgílio que diz o seguinte: “*Fortes fortuna adiuvat*”. Em português significa “a sorte favorece aqueles que se atrevem”. A tradição apontava que a deusa romana da sorte, chamada Fortuna, tendia a ajudar aqueles que assumiam os maiores riscos.

Fiz esta citação porque, em minha trajetória profissional, tomei várias decisões que podem ser consideradas temerárias sob a perspectiva da corrente dominante. Contudo, tais escolhas me trouxeram até este momento. Primeiro, optei na minha graduação pelo curso de Administração. A maior parte dos estudantes desta área vem de famílias com tradição empresarial, seja como proprietários, gerentes ou mesmo funcionários. Eles vêm das empresas, continuam nelas durante o curso como empregados ou estagiários e lá seguem suas carreiras após a formatura. No meu caso, eu não tinha praticamente nenhuma tradição familiar neste sentido.

Administração é hoje o curso superior que mais cresce e aquele que conta com o maior número de estudantes no Brasil. Isto deriva do baixo custo de tais cursos (do lado da oferta) e da elevada demanda por profissionais com esta formação, em particular no setor privado. Portanto, Administração é um curso que dota seu egresso de elevada empregabilidade.

Entretanto, trata-se de um curso muito genérico, pelo próprio perfil do gerente de um “generalista no meio de especialistas”. Friederick Von Hayek dizia em relação ao ofício do economista que “não é bom economista quem é só economista”. Como Administração é filha do casamento entre Engenharia e Economia, é possível dizer que “não é bom Administrador quem é só Administrador”.

A busca, portanto, por uma área para se especializar ao final do curso, importante para qualquer profissional, é determinante para o Administrador. Optei pela área de Administração Pública, compreensível quando considera-se que durante minha graduação fiz praticamente um curso paralelo com leituras autodidáticas em Sociologia, Direito, Ciência Política, Economia, Antropologia, Filosofia dentre outras.

Mas dentro da Administração esta área é considerada marginal, pelo enfoque do curso ser ainda muito empresarial. A maioria dos

analistas e operadores da Gestão Pública no Brasil vem das áreas que citei antes. Neste campo fiz minha monografia de graduação e cursei a especialização, com amparo de uma bolsa. Isto me oportunizou aprovação em concurso público realizado pelo Governo do Estado em 2001 para a recém-criada carreira de Gestor Governamental.

Ao optar por uma das três secretarias da área sistêmica do Governo, como era exigência legal à época, mais uma vez subverti a opção mais óbvia que seria a Secretaria de Administração. Escolhi para minha lotação inicial a Secretaria de Planejamento, tradicional casa de engenheiros e, sobretudo, economistas.

No mestrado, cometi mais um atrevimento e optei pela área de História. Como já tinha um livro publicado sobre reforma do Estado, quis continuar meus estudos em história política e administrativa. Esta área, por sua vez, é considerada na História também como fora das grandes matrizes teóricas que hoje predominam e associada com tradicionalismo e elitismo. Acabei escrevendo uma dissertação que me abriu várias portas profissionais, será publicada na forma de livro em breve e contribuiu sobremaneira para a minha entrada no IHG-MT.

No Governo passei por órgãos que não são o foco da maioria dos servidores do Poder Executivo, como a Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado de Cultura. A passagem por estes dois órgãos me oportunizaram mais uma vez ampliar meus horizontes e ser visto por pessoas da área. Por meio do trabalho na área de cultura, pude conviver com o ex-secretário Paulo Pitaluga, que viu em mim potencial para sócio efetivo do IHG-MT.

Podemos perceber, portanto, que tais decisões foram temerárias ou atrevidas no sentido adotado neste texto. Entretanto, a fortuna deve ter me brindando e consegui chegar até aqui. Sinto-me confortável nesta organização que situa-se, como eu, na fronteira entre a ciência, a política e a gestão pública.

Falo um pouco agora da diretoria que ora inicia seu mandato junto comigo. Enfatizo que não se trata de um time qualquer, mas sim de uma verdadeira seleção.

Aníbal Alencastro, 1º vice-presidente, com passagem por vários organismos importantes na área como a extinta Fundação Cândido Rondon, Secretaria de Estado de Cultura e o Arquivo Público Estadual. Destaca-se pela atuação na área de geografia, com particular atenção na cartografia e também na história urbana.

Isis Catarina Martins Brandão, 2ª vice-presidente, concilia seu currículo acadêmico com a direção de um dos principais centros de

documentação do Estado, de valiosa importância para a sua memória política. O Instituto Memória do Poder Legislativo, vinculado à Assembleia Legislativa, é ponto de encontro dos mais diversos pesquisadores, dentre os quais me incluo.

Na sequência temos a professora da UFMT Sônia Romancini como 1ª secretária. Ela reforça bastante o lado geográfico da organização, em função do Doutorado e Pós-doutorado na área, ambos realizados em instituições de peso no cenário acadêmico nacional e internacional (Unesp e Usp).

Na 2ª secretaria está a confreira Nileide de Souza Dourado. Possui formação em História pela UFMT, em nível de graduação e mestrado, além de ser doutoranda em educação pela mesma instituição. Ademais, é técnica de outro centro de documentação importante do Estado, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR), vinculado à UFMT.

Como 1º tesoureiro temos o professor da UFMT Fernando Tadeu Miranda Borges, que não pôde estar presente por motivo de viagem internacional. Fernando vem se projetando por sua produção nas áreas tanto de História quanto de Economia e como membro de ambos os programas de pós-graduação da UFMT.

Na 2ª tesouraria está a confreira Suíse Monteiro Leon Bordest, também professora da UFMT com doutorado em Geografia. No Conselho Fiscal e Consultivo estão Joel Leão, destaque regional e nacional na produção de documentários com a temática histórica para o cinema e televisão. A professora da UFMT Tereza Higa, com forte contribuição para compreender a região de Mato Grosso e seu entorno. Por fim, temos o prazer de contar a confreira Nilza Queiroz, também presidente da Academia Mato-Grossense de Letras. Sua posição me permite reiterar neste momento a parceria entre as duas instituições, que são consideradas coirmãs, dividem o mesmo espaço físico e boa parte do acervo.

Como pudemos ver trata-se, de fato, de uma seleção. É um grupo bem representativo da atual equipe de sócios efetivos do IHG-MT, das principais organizações da área no Estado e também do ponto de vista das áreas do conhecimento e de atuação profissional.

Agradeço novamente por terem aceito o convite de participação nesta diretoria. Meu desafio será exercer a liderança e mobilizar os talentos que cada um tem em prol da organização, na magia do trabalho em equipe. Como já tive a oportunidade de salientar em outras ocasiões, pretendo fazer uma gestão democrática, colegiada e

descentralizada, permitindo a participação e o envolvimento de todos, membros da diretoria e demais sócios.

Para terminar, falo um pouco do plano de gestão para o IHG-MT no próximo biênio. Eu o dividi em cinco partes principais, quais sejam:

1. Área de ensino e extensão: a proposta é intensificar as atividades que já vêm sendo realizadas pelo instituto, com a realização de cursos e palestras em vários níveis.
2. Na pesquisa friso a execução de projetos pelos sócios e a instalação de grupos de pesquisa, além de manter a edição da revista e das publicações avulsas. Não podemos esquecer o aprimoramento das ferramentas de disponibilização e consulta do acervo digital na internet.
3. Na parte referente ao Centro de Documentação a proposta trata de ampliação de seu acervo, incentivo à realização de visitas técnicas por estudantes e a sequência na digitalização.
4. Na área política estão a intensificação das relações com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os municipais em Mato Grosso. Entra também a maior participação da organização no debate público em questões pertinentes à sua área de atuação.
5. Já na área de gestão ressalto a busca pela qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a celebração de convênios de prestação de serviços e o melhoramento da estrutura física, para permitir a realização de mais eventos em suas dependências. A palavra mágica hoje em gestão do setor terceiro setor é parceria e, desta forma, pretendemos ampliar o diálogo com todos os atuais e futuros parceiros.

O desafio é, portanto, equilibrar a tradição com a necessária renovação. Espero contar com todos nesta empreitada. Muito obrigado pela atenção.



Prof. João Pedro Gardés

DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT

Alex de Matos

Boa noite,
Excelentíssima Prof.^a Elizabeth Siqueira Madureira, Presidente
do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso,
Excelentíssima Sr.^a Nilza Queiroz Freire, Presidente da Academia
Matogrossense de Letras,
Autoridades presentes,
Descendentes de João Pedro Gardés,
Senhoras e senhores,

Quero agradecer a minha madrinha neste Instituto, Sr^a. Nilza Queiroz Freire, imortal da Academia Matogrossense de Letras e também confeitira no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Sr^a Nilza, tenho-lhe estima e sincera gratidão, e peço a sua “benção confeitira”.

O patrono que escolhi homenagear é o professor **João Pedro Gardés**, pioneiro nesta entidade cultural, científica, educacional, guardião da história e geografia do nosso Estado. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, criado em 1919, é o “irmão” mais velho da Academia Matogrossense de Letras, criada em 1921. Ambos compartilham, em harmonia, este templo de conhecimentos.

Jean Pierre Gardès, seu nome original, nasceu em 30/08/1844, na vila de Laussonne no Haute Loire, na França. Depois de ter sido seminarista na cidade de Le Puy e perceber a sua vocação maior, o magistério, parte para estudar na Academia de Letras em Grenoble, cidade dos Alpes franceses. Lá, tornou-se bacharel em Letras em 1869, recebendo o diploma das mãos de um ministro do Imperador Napoleão III.

O ainda jovem bacharel deixa a vetusta Europa, e parte para cumprir a sua missão acadêmica, no então atraente, Hemisfério Sul. Veio em busca de novos ares, que lhe propiciasse oportunidades de exercer o magistério em um novo mundo, ainda carente de conhecimentos. Chega primeiro à Argentina em 1870, onde por quinze meses, lecionou em uma escola de Buenos Aires; na época, a mais europeia das cidades deste continente. Depois sobe, usando embarcações movidas a vapor, os rios da Bacia Platina, em direção ao coração sul - americano. Chega ao porto de Cuiabá em 1871, na capital que já “cheirava à flor de laranjeira”, cheia de vida pujante, receptiva e ensolarada, que se opunha ao frio alpino da sua pequenina vila, localizada nos maciços montanhosos do centro-sul da França. Aqui, casa-se em 1882 com uma delicada donzela – Anna Edwiges Moraes Carvalho – filha desta terra, e com ela, constrói a sua história.

Estabelecido na “Cuyabá” ainda imperial, naturaliza-se brasileiro, com o consentimento expresso da Corte Imperial e adapta o seu nome para João Pedro Gardés. Lecionou no Liceu Estadual, no Liceu Salesiano e no Arsenal de Guerra. Foi professor de latim, grego, francês, inglês, matemática, geometria e história natural. Além das línguas que lecionava, falava português, espanhol e um dialeto francês.

Estabilizado em sua profissão, o professor Gardés doou um terreno, no centro desta capital, ao Governo do Estado. A condição era a

de que se construísse uma escola pública e gratuita, direcionada aos filhos dos trabalhadores dos arredores do antigo Campo D'ourique. Considerando a vultosa doação, foi uma atitude filantrópica louvável, até mesmo para aquela época.

Proclama-se a República e o professor João Pedro Gardés é convidado a candidatar-se a Deputado Constituinte de 1891. É eleito e colabora principalmente com a elaboração conjunta da primeira constituição de Mato Grosso. Deixa a política, depois de cumprir a sua missão contributiva com a histórica Carta Magna. Foca-se em seu grande sonho e organiza a “Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso” de 1909, tornando-se o primeiro Diretor dessa escola, denominada mais tarde de “Escola Industrial”, “Escola Técnica Federal”; depois “Cefet”; hoje o “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso”.

O professor Gardés, apesar de exercer diversos cargos e funções importantes durante a sua vida, teve no magistério, a sua vocação maior. Há indícios de que ele tenha adotado uma metodologia de ensino inovadora. Sabe-se que, para ensinar determinado idioma ou mesmo geometria, ele começava falando, por exemplo, um pouco de história; depois, fazia a conexão com o assunto principal, formando um sistema integrado de ensino. Era um pesquisador por natureza; tanto é, que em 1899 foi eleito presidente da “Sociedade Internacional de Estudos Científicos”, mas a instituição não prosperou, porque não houve o apoio fundamental do Governo da época, indignando o entusiasta bacharel. Acredito que aquela tentativa de fundar uma sociedade de estudos científicos teria sido um dos embriões formadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que floresceria vinte anos mais tarde.

José Barnabé de Mesquita, no seu texto intitulado “Elogio a João Pedro Gardés,” escreve que a expressão “ora, pois!” era típica do ilustre professor, que a pronunciava com sua voz grave. Nesse mesmo texto, Mesquita define o professor Gardés, como possuidor de um caráter elevado e uma história de vida exemplar. Os imortais José Barnabé de Mesquita, Cesário Prado e Alexandre Ferreira Mendes, pareciam venerar o dedicado mestre.

Escreveu Mesquita sobre o Professor Gardés: “... *Orientou a sua vida por um ideal - a instrução. Velho, doente, alquebrado, era de vê-lo já aposentado, exercer a função gratuita de inspetor escolar da povoação do Coxipó da Ponte, rompendo a pé, apoiado na tosca bengala de madeira, a distância de 6 km que separa a capital daquela povoação... Porque*

ele de fato, exercia as funções que lhe cometiam.” Outra passagem interessante na vida do pontualíssimo professor Gardés, foi registrada por Rubens de Mendonça: “... *Contam que certa vez o austero Prof. João Pedro Gardés, ao penetrar na sala de aula encontrou ali um burro amarrado. Percebendo o trote de mau gosto, não se aborreceu. Abriu o livro de presença e fez a chamada, lendo calmamente os nomes dos alunos. Estes que observaram de longe o professor ouviram-no voltar-se para o burro e dizer: Vá avisar aos seus colegas que não dou aula só para um, que venham todos amanhã.*” Acredito que poucas pessoas colocadas em uma charada como essa teriam o humor controlado e sob rédeas, como teve o ilustrado professor. João Pedro Gardés tinha a paciência de um sábio e vocação explícita de um verdadeiro “lente”. Lecionou bem mais que meio século. Nunca destratou um aluno, mas também não se submetia a eles. As situações constrangedoras em sala de aula, ele as combatia com a sabedoria de um mestre justo; parecia ter um carisma especial, pois era um professor estimado por todos.

Esse cidadão do mundo, que se fez cuiabano por opção, e que amou esta terra e nossa gente, filantropo, modesto, linguista, geômetra, espirituoso e dedicado; enfim, um cidadão incomum e de integridade reconhecida, não pode cair no esquecimento. É neste momento atual, de inversões de valores, que me ponho à disposição – senhora presidente – para resgatar e tornar públicas as memórias ainda desconhecidas da vida desse venerado professor, que é ainda uma referência a seus descendentes, também possa ser uma referência ética para toda nossa sociedade. Pois, foi octogenário de uma vida reta e incontestável, tendo por testemunhas primárias “os filhos ilustres” deste Instituto que registraram algumas passagens da sua vida em nossa história regional. Para ratificar isso, farei uma dedicada pesquisa sobre a sua vida e buscarei novos documentos históricos relacionados ao respeitado educador, João Pedro Gardés.

Finalmente, fico feliz “ora, pois!” trago uma parte consanguínea desse confrade pioneiro e como seu herdeiro genético possa de alguma maneira prosseguir o seu trabalho. Torno-me sócio efetivo deste templo áureo, levantado para preservar a memória e resgatar a essência da cultura do nosso Estado; e nesta “Casa do Barão” que abriga quarenta cavalheiros e damas, intitulados “confrades e confreiras”, terei a oportunidade de conviver com esses nobres consócios, que falam a linguagem da múltipla geografia e da agitada, calorenta e, às vezes, polêmica História Regional Matogrossense.

Muitíssimo obrigado.

DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT

Miramy Macedo

Cumprimento a mesa, na pessoa da Presidente Elizabeth Madureira Siqueira do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Boa noite Senhoras e Senhores.

Sinto-me feliz pelo convite que recebi para o ingresso neste Instituto que se deu por meio de uma pessoa muito querida amiga e colega Suíse Monteiro Leon Bordest. A Suíse foi minha colega no Ginásio Coração de Jesus, aqui em Cuiabá, e na Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. Tenho certeza que aqui terei a oportunidade de aprender e somar conhecimentos com os demais associados.

A minha trajetória se deu em sua maioria no magistério na área da botânica, incluindo pesquisas e formação de humanos visando sempre a conservação do meio ambiente através da Sustentabilidade.

A escolha do nome de Aziz Nacib Ab'Saber como meu patrono neste Instituto vem resgatar o legado de estudos importantes na ecologia, biologia evolutiva, fitogeografia, geologia, arqueologia, além da Geografia que este geógrafo deixou como contribuição para o nosso País.

Paulista da cidade de São Luiz de Paraitinga, filho de um libanês com uma brasileira muda para a capital São Paulo para continuação de seus estudos. Cursa Geografia e História na Universidade de São Paulo, onde foi Professor, chegando a Professor Titular e Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, assim como Professor Honorário do Instituto de Estudos Avançados da mesma Universidade.

As pesquisas que permearam toda a sua existência são evidenciadas por: Estudos que corroboraram a descoberta de Petróleo na porção continental da Bacia Potiguar, Criação de parques de preservação na Serra do Mar; Domínios morfoclimáticos e fitogeográficos, Superfícies aplainadas no Brasil, Estudos amazônicos, Teorias dos refúgios, dentre outras.

Recebeu o título de Professor *Honoris Causa* da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Este Geógrafo foi Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC - 1993-1995) e continuou nessa entidade como Presidente Honra. Deixou neste Órgão, para ser publicado, o terceiro volume da coleção *Leituras Indispensáveis* (Trabalhos dos primeiros geógrafos do Brasil).

No período que era Secretário Regional da SBPC em Mato Grosso, ele esteve em Santo Antônio de Leverger, neste Estado, para dar uma palestra sobre Meio Ambiente e, na rodovia de Cuiabá a Santo Antonio de Leverger, ele ia observando a vegetação do Cerrado às margens desta Rodovia e ia me perguntando sobre as bocaiuveiras, os pequiseiros, as lixeiras para eu confirmar os nomes científicos e fez explicações sobre a formação do Morro de Santo Antônio; isso ocorreu até a sede onde proferiu a palestra. Deu atenção às perguntas e conversou com inúmeras pessoas que ali se encontravam, sem se preocupar com o tempo.

Aziz foi também Membro da Academia Brasileira de Ciência e Membro da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Ocupou a Presidência do Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo. Dentre os Prêmios recebidos destacam-se: o Internacional de Ecologia, o da UNESCO para Ciência do Meio Ambiente e o Nacional de Ciência e Tecnologia.

Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico pelo Presidente da República do Brasil (set 1994).

Essa foi parte da trajetória deste inesquecível Geógrafo brasileiro.

Quero agradecer a minha família, que sempre me incentivou em todo o meu caminho para galgar meus objetivos. À amiga Suíse e demais membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, pela oportunidade de estar aqui. Aos meus amigos presentes e àqueles que se encontram distantes.

Agradecida.

DISCURSO DE POSSE COMO SÓCIO EFETIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

(21 DE JUNHO DE 2012)

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT

Fernando Tadeu de Miranda Borges

Senhora Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Professora Doutora Elizabeth Madureira Siqueira, Senhora Presidente da Academia Mato-Grossense de Letras, Acadêmica Nilza Queiroz Freire, demais membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, autoridades civis e militares, meus estimados alunos e alunas da graduação e pós-graduação, meus amigos, minhas amigas, convidados, convidadas, colegas de ofício: Professora Miramy Macedo, Professor Neurozito Figueiredo Barbosa, Arquiteto Alex de Matos, e Dona Lilia Cuiabano Lino da Silva, esposa do Coronel Octayde Jorge da Silva, e familiares.

Hoje é um dia muito especial na minha vida. Ganhei o maior presente de aniversário. Consegui a eternidade. Estou no céu. A indicação do meu nome para ingressar no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso pela Professora Mestre Nileide Souza Dourado, Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, ex-coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT e ex-pró-reitora Administrativa da UFMT, alegrou os meus dias e reafirmou que estou no caminho certo: *lutar sempre por Mato Grosso sem nunca esquecer Cuiabá.*

Participar do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso ao lado de tantas personalidades ilustres é uma honra. Tenha certeza, Professora Mestre Nileide Souza Dourado, da minha eterna gratidão, a qual estendo à Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Professora Doutora Elizabeth Madureira Siqueira, e seus demais membros.

Escolhi para patrono no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso um membro efetivo do próprio Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, um imortal, um membro da Academia Mato-Grossense de Letras (tomou posse em 1986 na Cadeira n. 09, que tem como Patrono D. José Antônio dos Reis), um membro do Conselho Estadual de Educação (1978 a 1986), um Coronel formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (1948), o intelectual e escritor Coronel Octayde Jorge da Silva, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Mato Grosso, e por representar o mentor intelectual de uma geração desta Terra, e também pela firmeza de caráter, abnegação, disciplina e pelo excelente trabalho como chefe do departamento de ensino, vice-diretor e diretor interino da antiga Escola Técnica Federal de Mato Grosso, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

O patrono Coronel Octayde Jorge da Silva amou Mato Grosso, amou Cuiabá com todas as letras da palavra amor! Era cuiabano, nascido em 03 de fevereiro de 1926, e em vida fez tudo que podia para colocar tanto Cuiabá quanto Mato Grosso entre os melhores dos lugares do mundo, deixando em jornais o registro do nosso cotidiano, que encontra-se editado num importante livro, que tive o prazer de organizar, para ser lançado em breve, *Tempos Idos, Tempos Vividos*. Sentiu muito a divisão de Mato Grosso. Acreditou nos nossos trens (material e espiritual). Gostava de História. Tinha um português refinado. Admirava uma boa música. Tocava piano. Fazia presépio com pitombas. No mês de junho organizava uma linda festa de São João. Estimulava campeonatos esportivos. Tinha um grande orgulho da Universidade Federal de Mato Grosso (foi condecorado pela UFMT, em 1972, com a “Medalha e o Diploma do Sesquicentenário da Independência do Brasil”). Colecionava quadros (com destaque para os lindos quadros de Marcelo Velasco). Tinha uma oratória eloquente. Cantava o Hino Nacional. Era um bom filho (pai Octário Cassiano da Silva e mãe Alayde Jorge da Silva).

Em 1957, Coronel Octayde Jorge da Silva casou-se com Lilia Cuiabano Lino da Silva. Pai de quatro jovens maravilhosos: Clara

Maria, Edson Luís, Ana Luiza e Lúcia Maria. Vizinho e amigo do saudoso e querido Rubens de Mendonça. Publicou, em 1979, pela Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso o livro *Um estudo de História de Mato Grosso*, que foi reeditado em 1983.

No ano de 1982, Coronel Octayde Jorge da Silva foi condecorado com a Medalha “Nilo Peçanha”, pelo MEC, e no ano de 1983, com “Medalha e Diploma do Mérito de Mato Grosso”, pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Lia jornais diariamente. Escreveu em revistas e vários jornais da capital, e deixou sua marca no “Cantinho Cuiabano” do Jornal *Diário de Cuiabá* e no Caderno de Cultura do Suplemento Literário do Jornal *O Estado de Mato Grosso*. Amigo de Antonieta Ríeis Coelho, a quem rendo minhas homenagens pela instalação da televisão em Cuiabá. Despertava nos jovens o orgulho por Rondon, Dom Francisco de Aquino Corrêa e todos os que lutaram por esta Terra. Rezava. Ia à missa. Conheceu de perto o mundo todo através dos livros. Nadava. Dormia na rede. Adorava literatura. Fazia a sesta. Molhava as plantas. Gostava de tamarindo e dos animais. Rei de uma das festas de São Benedito. Apreciador dos bailes de carnaval e das batalhas de confete. Exerceu a função de Presidente do Clube Náutico de Várzea Grande. Foi um exemplo de que a leitura alimenta o corpo e o espírito. Tinha na alma a cultura cuiabana, a cultura regional. Sempre manifestou o maior orgulho de ter pertencido ao Exército Brasileiro.

É da autoria de Coronel Octayde Jorge da Silva a frase: “*Não é errando que se aprende, mas aprendendo que não se erra*”. Faleceu em 18 de janeiro de 1991, em Cuiabá, Mato Grosso. Espero poder corresponder à altura do patrono Coronel Octayde Jorge da Silva nos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Obrigado!

DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT

Neurozito Figueiredo Barbosa

Ilm^a Sr^a professora Elizabeth Madureira, mui digna presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a quem peço a permissão de, em seu nome, cumprimentar todos os componentes da mesa. Cumprimento também os confrades e confreiras aqui presentes, os colegas de trabalho da Universidade Federal de Mato Grosso, meus filhos, amigos e demais presentes.

Inicialmente quero agradecer a professora Sônia Regina Romancini, por ter indicado o meu nome para membro desta casa, bem como aos componentes da comissão que analisou e aprovou o processo para minha admissão.

Não me foi difícil escolher o nome da pessoa a ser homenageada nesta solenidade de posse. Assim que me foi colocada essa incumbência, de imediato pensei numa pessoa que foi muito importante para a minha vida, como também o foi para a vida social e cultural do estado de Mato Grosso.

Nazi Bucair, descendente de libaneses, filho de José e Helena Bucair, nasceu em Cuiabá em 01 de fevereiro de 1926. Da sua união com Ercília Bucair nasceram os filhos Roberto e Míriam. Formou-se em Direito pelo Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá e logo assumiu o cargo de advogado do Banco da Amazônia, onde ocupou também a pasta de Gerente de Análise e Aprovação de Projetos.

Mas a sua grande vocação era mesmo a de empresário. Como membro do Clube das Chaves, começou a “namorar” uma área às

margens do Rio Coxipó, contígua a esse clube. Comprou o terreno e, já em meados da década de sessenta, criou uma área de lazer para amigos, que mais tarde pela sua visão empresarial, se transformou na Boate Sayonara, que por muitos anos foi um dos lugares mais comentados e frequentados do estado de Mato Grosso. O advento dessa boate mudou o comportamento da população cuiabana, que viu naquele lugar um novo conceito de casa noturna e uma nova opção de lazer. A partir daí, ela se transformou em palco para eventos das mais diversas características, inclusive acontecimentos políticos, com representantes do poder público, empresários, poetas e outros intelectuais se utilizando daquele ambiente para suas reuniões ou para seus devaneios.

Sayonara recebeu quatro presidentes da República, diversos ministros, mais de 1000 artistas, entre nacionais e internacionais e abrigou revolucionários, que lutando contra o regime militar, ali se reuniam para estruturarem o processo oposicionista na região. Dentre os presidentes da república que ali estiveram, foi João Goulart quem mais contato teve com Nazi Bucair, transformando-se mesmo em um amigo do empresário. Todas as vezes que vinha a Mato Grosso para ver sua fazenda, Jango ia a Sayonara para rever o amigo, para curtir aquele ambiente e para se encontrar com os revolucionários locais. O presidente inclusive mandou construir o asfalto que liga a Avenida Fernando Corrêa da Costa à boate Sayonara.

Casamentos e aniversários de gente importante da sociedade mato-grossense, bem como concursos de Miss Cuiabá e de Miss Mato Grosso, foram realizados naquela casa por diversas vezes. Por muitos anos o seu carnaval foi considerado o melhor de Cuiabá e um dos melhores de Mato Grosso.

Dessa forma, o nome de Sayonara percorreu o Brasil, quando passou a ser chamada de “a maior boate do Centro-Oeste Brasileiro”. Todos que por aqui passavam, inclusive empresários que investiam no Nortão do estado e na Amazônia, tinham essa casa como referência.

Nazi Bucair construiu ainda a boate Maloca, na Avenida Fernando Corrêa da Costa, além do restaurante Palhoça e de um campo de futebol nos quintais de Sayonara, o primeiro de futebol society construído em Cuiabá e que passou a atender associações, empresas privadas e instituições públicas municipais, estaduais e federais.

Durante toda a sua vida empresarial, Nazi Bucair foi condecorado com diversos títulos, diplomas, placas, moção de louvor e honra ao mérito, por ter contribuído para a formação do arcabouço histórico

e cultural do estado de Mato Grosso. Por outro lado, muitas pessoas ainda hoje se dizem gratas a ele, por ter aprovado seus projetos no BASA, para exploração dos recursos naturais do Cerrado e da Amazônia Matogrossense.

A minha relação com o empresário, durante os seis anos em que com ele trabalhei, como guitarrista e líder da banda musical, sempre foi muito boa, pois havia um respeito mútuo, além do que ele sempre me estimulava a seguir em frente, indicando o melhor caminho. Não raro, Nazi dizia para as pessoas: “Esse menino é inteligente e um dia ainda vai ser gente”.

Como reconhecimento pelos serviços prestados à sociedade matogrossense, em 2000 a Prefeitura Municipal de Cuiabá urbanizou a Praça em frente à boate Sayonara e deu-lhe o nome de Praça Nazi Bucair, uma homenagem ainda em vida.

Mas com o passar dos anos, ao perder sua força como casa de diversão, por falta de investimentos e especialmente por causa da concorrência do Balneário Santa Rosa, a idéia era transformar aquele ambiente num museu do artista, ou num museu da música, o que acabou não acontecendo, justamente por falta de interesse do poder constituído.

A casa foi vendida e alguns anos depois, demolida, para dar lugar a um grande empreendimento. Cansado e doente, Nazi não suportou assistir ao processo de sucateamento da grande obra de sua vida e, com o agravamento das doenças faleceu em agosto de 2004. Morre o empreendimento, mas fica registrado na história do estado o nome do grande empresário que foi Nazi Bucair.

Resta-me dizer que, como novo membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tudo farei para participar dos eventos e da produção científico-cultural-literária da casa, na certeza de que com isso estarei contribuindo para elevar bem alto o nome desta instituição.

Obrigado a todos!

NOTÍCIAS

NANÁ MACIEL

NANA MACIEL

Aecim Tocantins

Decorridos alguns dias do lamentável falecimento da querida amiga NANÁ MACIEL, vêm-me à memória agradáveis e saudosas reminiscências da grande e respeitável dama.

Ela mantinha com a minha família carinhosa e sincera amizade.

Não sei o que mais sobrelevava a personalidade de Naná, se o seu espírito alegre ou a sua formação fidalga e humana.

Participava ativamente dos acontecimentos sociais e movimentos de filantropia de nossa Capital.

Com entusiasmo e dedicação, dirigiu o Abrigo dos Velhos, o Abrigo das Crianças e a presidência do Lions Clube Norte, que era uma das suas paixões.

Na qualidade de empresária, administrou com segurança e eficiência a sua propriedade rural no Pantanal Mato-Grossense.

Na função pública, destacou-se no exercício de Cartorária do 3º Ofício de Cuiabá.

Casada com o meu parente Pedro d'Abadia Maciel, constituiu uma exemplar família, tendo sido modelar companheira, Pedrinho, como era carinhosamente chamado, faleceu cedo.

Ela soube ser uma grande viúva, assumindo com galhardia e responsabilidade os encargos da família.

Por tudo isso, Naná é merecedora de nosso respeito, administração e lembrança.

BRASIL – FRANÇA

UMA INTEGRAÇÃO ENTRE MEMBROS DE INSTITUTOS HISTÓRICOS

BRAZIL - FRANCE: AN INTEGRATION BETWEEN
MEMBERS OF HISTORICAL INSTITUTES

Alex de Matos – Membro do IHGMT



Vista do centro histórico de Laussonne. Como Cuiabá, Laussonne tem um córrego cortando o centro da cidade. Foto e Acervo de Alex de Matos

No ano de 2012, quando assumi uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT, escolhi como patrono o meu bisavô João Pedro Gardès, que foi um dos fundadores do referido Instituto em 1919. Em discurso de posse, me propus buscar mais informações sobre a vida desse carismático professor. Recentemente, viajei à cidade natal de Jean-Pierre Gardès, o seu nome original. Laussonne, o berço da família Gardès, está localizada nas montanhas centrais francesas.

Na França, na “Commune de Laussonne”, hospedei-me na casa da prima francesa, Annie, também escritora e presidente do instituto histórico local. Uma integração familiar e de institutos históricos havia se formado naquele encontro Cuiabá-Laussonne. Ou seja, Brasil-França, se considerarmos que representamos nossas cidades e países, informalmente.

Robert Louis Stevenson, famoso escritor escocês que trilhou por essas montanhas e escreveu sobre elas, denominou os seus habitantes de “highlands”, comparando-os aos habitantes das “terras altas” escocesas. O referido escritor fez referências ao então Jean-Pierre Gardès em seu livro de 1878, transformando-o em uma “lenda anônima”. Stevenson não cita claramente o nome do lausonense que partiu em 1870 para a América do Sul. Foram das pesquisas de Annie, aliadas às minhas, que chegamos ao nome de João Pedro Gardés. Essa e outras lendas que ele gerou serão contadas em meu próximo livro sobre a sua vida, a ser lançado em 2013, em Cuiabá.



Arredores de Laussonne. Este autor, ladeado por Jacky, de calça preta, e Pierre, o Prefeito. Marcelle Gardès e Annie, de blusa laranja. Foto e acervo de Alex de Matos

Tomei conhecimento de que Jean-Pierre Gardès era o primogênito de uma família de 18 filhos, o que é uma das novidades para os seus descendentes do Brasil. Buscamos muitas informações documentais sobre João Pedro e refizemos os seus passos. Primeiro, fomos à fazenda Feypot, a 2 km de Laussonne, onde ele nasceu em 1844; depois, fomos ao pequeno Seminário onde estudou a partir dos 12 anos e recebeu o primeiro diploma de Bacharel. Conhecemos o Grande Seminário em Le Puy, capital do Haute Loire, localizado a 18 km de Laussonne, onde Jean-Pierre também estudou. Partimos para Grenoble, nos Alpes franceses, para conhecermos a famosa universidade em que ele se tornou bacharel pela segunda vez. Segundo Annie, o título que ele recebeu equivale ao de “Doutorado”, por ser expedido por uma universidade daquela época. A formação que João Pedro obteve na França, seja nos Seminários ou na Universidade de Grenoble, lhe capacitou a trabalhar com um leque de possibilidades.



Alex e Dirce sobre a histórica ponte do riacho Laussonne.
Foto e acervo de Annie Gentes.



Alex e Annie. Acima Igreja de S. Michel em
Le Puy. Foto e acervo de Annie Gentes.



Família Gardés - Em pé da esquerda para direita: Saturnino Nicola Maiolino; Pedro Maiolino com sua filha Uster no colo; Ademar Gardés; Claudio Florêncio Gardés; Jefferson Craveiro de Sá, Odilon Gardés; João Craveiro de Sá. Sentados, da esquerda para a direita: Veleda Gardés com seu filho Ibsen; Anna Tereza Gardés; João Pedro Gardés com Duílio no colo, Maria Conceição Gardés, Luísa Rosa Gardés. Pela idade das crianças, essa foto data de 1913. João Pedro Gardés havia enviuvado em 1912 e assim permaneceu até o fim da sua vida. OBS. Saturnino Nicola Maiolino e Pedro Maiolino são irmãos e italianos, que casaram com duas irmãs e filhas de João Pedro Gardés, Veleda e Anna Tereza respectivamente. Portanto, todos os Maiolinos cuiabanos são também Gardés. Por aproximação, o venerando professor Gardés nesta foto está com 67 anos de idade. Meus avós são Saturnino Nicola Maiolino e Veleda Gardés. Foto e acervo das famílias Gardés e Maiolino.

João Pedro Gardês foi um “francês das terras altas” que imigrou para a América do Sul. Chegou primeiro em Buenos Aires, em 1870, depois em Cuiabá, em 1871. Aqui, na “cidade verde”, fez a sua história. Sempre humilde, teve seu primeiro trabalho como “chacareiro”. Mas logo descobriram suas múltiplas habilidades e o contrataram como farmacêutico. Nos intervalos de seu trabalho na farmácia e à noite lecionava a particulares. Ele foi nomeado Lente da Cadeira de Geografia e História do Curso Noturno, até assumir uma cadeira efetiva de professor de Francês no recém-criado “Lyceu Cuyabano”. Portanto, foi um dos primeiros mestres desse Lyceu. Mais tarde, ascenderia ao cargo de Diretor.

Além do Português, que aprendeu rapidamente, falava o Inglês, o Grego, o Latim, o Espanhol e o dialeto Patuá, da sua terra natal. Mais tarde daria aula no Liceu Salesiano e no Arsenal de Guerra. Era atuante e formador de opinião. Optou pela “*terra brasilis*” e pelo solo cuiabano se naturalizando brasileiro em 1874. Casou-se com a cuiabana Anna Edwirges de Moraes Carvalho e formou uma família com 10 rebentos. Candidatou-se a Deputado Estadual pelo partido Republicano e foi eleito Deputado Constituinte em 1891. Colaborou com a primeira Carta Magna Republicana do Estado de Mato Grosso.

São por amplos conhecimentos obtidos nas escolas francesas, que João Pedro Gardês, de formação em Letras, atuou como farmacêutico, manipulando medicamentos; como engenheiro agrimensor, medindo terras; como arquiteto, planejando e construindo suas próprias casas. Foi também um empreendedor montando uma pequena fábrica de tijolos e atuou intensamente como professor de diversas matérias, como o Inglês, Francês, Latim, Grego, História, Geografia, Geometria, Matemática e Ciências Naturais. Foi designado para construir e organizar a Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso, tornando-se o primeiro Diretor (1909 a 1914). Assumiu o cargo de Diretor do Departamento de Terras; de Engenheiro Municipal; de Diretor da Instrução Pública. Foi eleito Presidente da Sociedade de Estudos Científicos. Dirigiu a Sociedade Mato-grossense de Agricultura. Doou um terreno na Rua Barão de Melgaço para o Estado construir uma escola destinada aos filhos dos trabalhadores do Campo D’Ourique. Portanto, uma escola gratuita. João Pedro, também se preocupava com a evolução da cultura brasileira no aspecto literário. Contribuiu financeiramente para que um importante livro de João Severiano da Fonseca pudesse ser publicado: “*Viagem ao redor do Brasil*”.



Constituintes de 1891- em pé, da esquerda para a direita: Luís da Costa Ribeiro, João de Moraes e Mattos, Major Juvenílio Barbosa, Francisco Gonzaga Cícero de Sá, Joaquim Caraciolo Peixoto de Azevedo, Salomão Alves Ribeiro, Pedro Celestino Corrêa da Costa, Antônio Alves Ribeiro, Antônio da Silva Albuquerque, João Pedro Gardés, Flávio Crescêncio de Mattos. Sentados, da esquerda para a direita: José da Silva Rondon, Ten. Cel. João Maciel da Costa, Manoel José Murinho, José Magno da Silva Pereira, Gen. João Nepomuceno Medeiros Mallet – Governador do Estado, José Maria Metelo – Presidente da Assembleia Legislativa, Cel. Generoso Paes Leme de Souza Ponce, Manoel Escolástico Virgílio, Gen. João S. Cerqueira Daltro, João Batista de Oliveira Sobrinho, Delfino Augusto de Figueiredo, João Maria de Souza. Foto e acervo das famílias Gardés e Maiolino.

A aptidão daquelas instituições de ensino francesas, por onde João Pedro Gardés passou, era a de fornecer a seus alunos, conhecimentos nas mais variadas áreas. Pedro Gardés, como às vezes assinava, aprendeu, além de idiomas, outras ciências. O seu nome consta como um dos melhores alunos por onde passou. Há citações de prêmios que ele recebeu como estudante.

José Barnabé de Mesquita e Cesário Prado, seus alunos e depois confrades no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, veneravam o “*velho professor.*” Deixaram registrados na história de Mato Grosso as suas manifestações de gratidão a esse dedicado mestre. Mesquita chamava-o de “*Crônica viva*”, devido a excelência de sua memória. Em seu “*Elogio Fúnebre a João Pedro Gardés*”, Mesquita relata uma passagem interessante sobre o venerando professor: “... *Orientou a sua vida por um ideal - a instrução. Velho, doente, alquebrado, era de vê-lo já aposentado, exercer a função gratuita de inspetor escolar da povoação do Coxipó da Ponte, rompendo a pé apoiado na tosca bengala de madeira, a distância de 6 km que separa a capital daquela povoação... Porque ele, de fato, exercia as funções que lhe cometiam*”.

Existem duas citações, que se complementam e formam uma interpretação sobre João Pedro Gardés. Firmo Rodrigues em seu livro: “*Figuras e Coisas de Nossa Terra*” escreve: “... *João Pedro Gardés que tudo lecionava...*”. José de Mesquita em seu “*Elogio Fúnebre a João Pedro Gardés*” registra ainda: “... *Gardés será sempre o paradigma da dedicação ao ensino...*”. João Pedro era um professor múltiplo, e isso o colocava em destaque em relação aos professores especialistas. Também era um professor arquetípico e referência para todos os demais. Mesquita, Rodrigues, Cesário Prado, Alexandre Ferreira Mendes dentre outros, transformaram João Pedro Gardés num ícone da educação mato-grossense.

Cuiabá, 30/10/2012

RANULPHO PAES DE BARROS

Benedito Pedro Dorileo

Ainda jovem, ouvia no meio político que futuramente viria para Mato Grosso uma ‘tropa de ocupação’, fazendo sucumbir a nossa memória cultural e política.

Vive hoje um diferenciado povo mato-grossense. Decisivamente, a Universidade Federal, criada em 1970, acelerou uma mescla adventícia de pessoas em movimento saudável de oxigenação dos costumes e dos pensamentos.

Dividido territorialmente em boa hora é a unidade da Federação que acentua o desenvolvimento brasileiro, com ressalva para distorcidas investidas econômicas em nossos biomas, degradando a floresta amazônica.

Que existe uma amnésia cultural, existe. Temos, por exemplo, instituições de história e letras, fundadas na Província pelo presidente Dom Aquino Corrêa (IHGMT e AML), pouco lembradas e desprovidas de política pública de apoio. Governo e empresas são de escassa sensibilidade a projetos culturais da Casa de Barão de Melgaço.

É preciso ter memória fiel – *‘vigere memoria’*. Da veneração ao passado emana a tradição, que compõe a nobre força que levanta o espírito coletivo.

Nessa linha de pensamento, não se pode por no limbo o legado de Ranulpho Paes de Barros: em 17 de março do vindouro 2013 ocorrerá o centenário do seu nascimento. Veio à luz no sul do Estado indiviso da época, em Campo Grande, trazido pelos pais ainda jovem para Cuiabá.

Trago no espírito uma memória indelével deste cidadão, desde que o conheci, no sentimento da sua morte em 2 de fevereiro de 1975 e para sempre.

Nasceu numa 2ª feira e partiu num domingo, bem a caráter da sua conduta de tempo integral no magistério da Língua Portuguesa, no jornalismo, na gestão pública e no esporte.

Dentre os maiores, foi esteio do futebol mato-grossense, gestado no simpático amadorismo. Foi o primeiro presidente da Federação

Mato-Grossense de Desportos. Na década de 70 houve a mais comovente consagração popular no estádio Presidente Dutra, quando torcedores de todas as camisas aplaudiramem pé o retorno do velho cacique do desporto bororo.

O mestre ligava-se ao Mixto Esporte Clube com afinidade quase orgânica, capaz de despender recursos próprios a favor do clube.

– Ah Ranulpho, onde está o estádio ou ginásio com o seu nome? Sabe-se que você pediu ao seu filho Antero, depois senador, que fosse à Câmara Municipal sustar a proposta em torno do seu nome para o Verdão. Que você publicou longa carta ao professor Lídio Modesto da Silva, em 1975, que, como acessor do meu gabinete na vice-reitoria da UFMT, saiu com a incumbência de estimular tal iniciativa. Mas você apoiou o nome do companheiro de juventude, José Fragelli. Você declinou, era a humildade – condição do sábio.

Folha Mato-Grossense era o seu jornal, que assumia as aspirações da sociedade, oferecendo largo espaço para a cultura e o esporte. Escrevia muito, deixou incompleta a História do Futebol em Mato-Grosso. Colaborava com o Social Democrata, do qual foi diretor. Certa feita por pouco não perdeu a vida em tentativa de homicídio, mas sofreu lesão corporal. Não foi o autor de um artigo que criticara um homem de Estado. Imolou-se no silêncio, não revelou o nome do articulista. Lembra William Mason: ‘a lealdade é uma virtude que embeleza até a própria escravidão’.

Há meio século, em 1962, elegemo-nos vereadores e por unanimidade escolhido Ranulpho para presidente da Câmara Municipal de Cuiabá. Não existia salário, cada edil exercia a própria profissão. As sessões eram noturnas com percepção de jetom de presença.

Logro a felicidade de, como presidente da Câmara de Vereadores, ter-lhe concedido o diploma de Cidadão Cuiabano, em 15 de dezembro de 1965.

A inteligência dos conterrâneos por certo celebrará o seu centenário. Jornalistas, gestores educacionais, esportistas, instituições culturais poderão colocar o seu nome onde melhor mereça a sua memória.

BENEDITO PEDRO DORILEO
É Advogado e foi Reitor da UFMT

INSTALAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO MUNICIPAL DE JACIARA-MT¹

INSTALLING THE HISTORICAL AND
GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF MUNICIPAL
JACIARA-MT

Elizabeth Madureira Siqueira



Membros do IHGMT e do IHGM de Jaciara. Ao centro, o Prefeito municipal e ao seu lado a Secretária Municipal de Educação, sua esposa. Ao lado dele, Vinicius de Carvalho Araújo, presidente do IHGMT
Foto: Cleuta Paixão (IHGM de Nova Xavantina)

¹ Esse texto foi redigido tendo por base as informações repassadas pela Presidente do IHGM de Jaciara, Selma de Fátima Moura, a quem agradecemos.

No dia 26 de setembro de 2013, foi instalado o Instituto Histórico e Geográfico Municipal de Jaciara, evento de grande significação para o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, visto que integrará, ao lado de outros Institutos Municipais já instalados, mais um ponto de preservação da memória histórica de Mato Grosso no interior do Estado.

A organização da viagem esteve a cargo do presidente do IHG-MT, Vinicius de Carvalho Araújo, que se incumbiu de convidar o conjunto de associados, assim como providenciar o transporte. O IHGMT fez-se representar pelo citado Presidente e pelos associados: Suíse Monteiro Leon Bordest, Elizabeth Madureira Siqueira, Nileide Souza Dourado e Fernando Tadeu de Miranda Borges.

Ao chegar em Jaciara fomos recepcionados pela presidente do IHGM de Jaciara, Selma de Fátima Moura, que nos honrou com sua companhia, assim como agregou os demais sócios em nosso convívio, fazendo dos eventos um momento de confraternização e troca de experiências.

A primeira Diretoria do IHGM de Jaciara ficou assim composto:

MEMBROS DA PRIMEIRA DIRETORIA

Antonio Bastos Pereira
Primeiro Prefeito 1963 a 1967

Presidente: Selma de Fátima Moura

Vice-Presidente: Castorina Magalhães Leandro

1ª Secretária: Ângela Eleonora Catharino

2ª Secretária: Nerly Paes Ferreira de Lacerda

1º Tesoureiro: Sérgio Lúcio da Silva

2º Tesoureiro: Cloves Pereira da Silva

Conselho Fiscal

Elizene Barbosa Teixeira

Everaldo Cruz

Miguel Cezário

Assessora Jurídica

Samantha Alcântara Santos

Nessa mesma cerimônia, tomara posse os seguintes sócios, considerados, portanto, fundadores: Ângela Eleonora Catharino, Antonio Bastos Pereira, Castorina Magalhães Leandro, Cloves Pereira da Silva,

Elizene Barbosa Teixeira, Everaldo Cruz, Lúcia Elena Marcidelli de Almeida, Marília de Fátima Silva de Arruda, Marlene Gaio, Miguel Cezário, Nerly Paes Ferreira de Lacerda, João Pedro Ricardo de Arruda, Selma de Fátima Moura, Sergio Lúcio da Silva, Wanderlucy Batista Ferreira, Samantha Alcântara Santos e Simone Freire Araújo Rodrigues.

Ficaram consignados como **Presidentes de Honra** Vinicius de Carvalho Araújo (Presidente do IHGMT) e Elizabeth Madureira Siqueira (Curadora da Casa Barão de Melgaço), homenagem do IHGM de Jaciara ao IHGMT.

Foi escolhido como **Patrono** da instituição Márcio Roberto Ferreira (neto da família Ferreira CIPA), colonizadora responsável pelas primeiras levas de migrantes para Jaciara.

Como **Sócios Beneméritos** foram escolhidos André Luiz Coelho, Armstrong Bastos Pereira, João Batista Vasconcellos Júnior, João Batista da Silva e Rosely de Oliveira Martins Paula.

Selma de Fátima Moura, presidente eleita do IHGM de Jaciara, nasceu em Minas Gerais, descende de Família de 12 Irmãos. Veio para Jaciara com sua família em 29 de julho de 1964. Estudou em Escola Rural, concluindo o Curso de Magistério,. Formou-se em História na UFMT, Campus Rondonópolis. Em Junho De 1994, ingressou no magistério municipal, por concurso público trabalhando, em Jaciara, nas séries iniciais. Em 1997 assumiu uma cadeira como professora de História, onde leciona até hoje. Fez Especialização na Universidade de Cuiabá - UNIC junto ao curso *Dinâmica da ocupação e transformações sócio ambientais*. Assumiu o cargo de Diretora de Cultura em 2011, tendo como proposta a criação de um Museu no Município. A base física e mobiliária do Museu foi uma doação da Família Ferreira. O Museu, até hoje, já recebeu mais de 1.500 visitas.



Municipal de Jaciara-MT



Lateral do Museu Municipal de Jaciara-MT

FOTOS: IHGM JACIARA

O III ENCONTRO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS MUNICIPAIS

No ano de 2011, o IHGMT patrocinou o II Encontro dos Institutos Históricos e Geográficos Municipais, evento que objetiva reunir e congregar os Institutos de Mato Grosso, organizando atividades e publicações comuns. Ao final desse evento, ficou consignado que Jaciara sediaria do III Encontro.

O evento ocorreu no dia 27 de setembro, quando se reuniram todos os sócios do IHGM de Jaciara, os Institutos de Nova Xavantina, representado por Cleuta Paixão, e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, representado pelo seu presidente, Vinicius de Carvalho Araújo, da Curadora da Casa Barão de Melgaço, Elizabeth Madureira Siqueira e pelos sócios: Fernando Tadeu de Miranda Borges, Nileide Souza Dourado e Suíse Monteiro Leon Bordest.

Ao final do evento, ficou determinado que Cuiabá sediará o IV Encontro dos Institutos Históricos e Geográficos Municipais, em 2014.

O encerramento contou com a presença do Prefeito Municipal de Jaciara, da Secretária Municipal de Educação e membros da comunidade, e contou com um almoço de confraternização.

Os dois eventos foram realizados na sala anexa à Paróquia São Francisco de Assis, à Avenida Antônio Ferreira Sobrinho – Centro de Jaciara. Igreja foi construída entre 1960 e 1980, com recursos da Alemanha, material como pedra e madeira retirada da própria região. A mão de obra consubstanciou um esforço voluntário dos fiéis. O projeto arquitetônico e os recursos financeiros vieram da Alemanha, tendo sido os principais responsáveis os clérigos: Frei Raimundo, Padre Gunther, Padre Martin dentre outros. O último trazia verba de sua própria família que residia na Alemanha e aplicava na obra.

PLACA PARA DUNGA RODRIGUES

BOARD FOR DUNGA RODRIGUES

Icleia Lima e Gomes

Amanhã, dia 15 de julho de 2013, a professora Dunga Rodrigues completaria 98 anos de idade. Morreu aos 81 anos em Santos (SP), onde mantinha uma segunda residência, mais próxima de suas irmãs e sobrinhos. Lá foi cremada e as cinzas foram trazidas para Cuiabá e depositadas no túmulo da família, juntamente com seus pais e avós, no cemitério do Porto, numa cerimônia singela e emocionante, após uma missa na Catedral de Bom Jesus de Cuiabá.

No ano passado (2012), no dia de Todos os Santos, lavei a sepultura e coloquei flores. Nenhum sinal indicava que ali estavam os seus restos mortais, penso que ela própria preferisse o anonimato, e que suas cinzas fossem lançadas nas correntezas do rio Cuiabá. Porém, o que nos importa, é que o espírito dessa mulher maravilhosa e as lembranças de uma digna representante da cultura e do viver cuiabano, nos envolve em uma aura de alegria, música e poesia.

Num preito de gratidão e saudade, uma placa, confeccionada em aço inoxidável com retrato em porcelana, conforme ilustração abaixo, será instalada na sua sepultura, com o consentimento expresso de sua única irmã viva, a Sra. Olga Rodrigues.

O trabalho de arte gráfica foi elaborado gentilmente por Elaine Caniato e Ramon Carlini da Editora TantaTinta, sendo sua confecção custeada por mim, com o auxílio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e seus membros.

Sinto-me profundamente honrado em participar desse preito, agradecido a todos que colaboraram, mas, sobretudo, grato a Deus por ter tido em minha vida uma rica experiência de aprendizagem e de crescimento pessoal na convivência da professora Dunga, sentimentos que compartilho extensivamente com todos os seus amigos e admiradores.



Num dia qualquer dos anos 80, consegui levar Dunga Rodrigues para uma sala de aula de Literatura Regional, no Curso de Letras da UFMT. A intenção era mostrar pela mão de sua autora o livro “*Marphysa*”, um delicioso texto de delicadíssima prosa ambientada no dizer-fazer-sentir cuiabano. Dunga falou da personagem Marphysa mais que de si, mas acabou escancarando justamente essa “simplicidade, bom humor e sabedoria” aqui referida, marca muito forte no seu modo de ser no mundo. Também nessa época, participando da comissão julgadora de um concurso de contos promovido pelo Estado de Mato Grosso e examinando com os demais parceiros os textos anônimos dos candidatos, quase gritei: “-- Este conto é de Dunga!” Lembro-me da reação dos demais da banca, um misto de deboche e reprovação.”__ Imagine! Uma escritora, já consagrada, não iria participar de um certame para iniciantes!” Bati o pé que era dela, sim, continuamos o exame, definimos o 1º, 2º e 3º lugares etc. e daí abrimos as identificações: Bingo! Ali estava Dunga, autora do 1º e não sei se mais o 3º e a Menção Honrosa! Foi um *forfé* entre nós e os outros do evento. Claro que não importa aqui a referência ao extremo prazer intelectual pelo acerto do meu grito. Importa o que moveu Dunga para juntar-se aos outros contistas: segundo ela mesma, “não tinha certeza nenhuma da qualidade de seus escritos e precisava se misturar com os bons e que ninguém soubesse nada dela, nem que era uma mulher, nem que tocava piano”. Dunga Rodrigues foi mesmo um exemplo meridianamente claro de “sabedoria, bom humor e simplicidade” e, se eu pudesse e falasse a língua dos anjos, lavaria hoje, além de sua sepultura, os cenários das histórias que ela contou e de um certo perfume de violetas da personagem de um de seus contos...

Goiabeiras, Cuiabá, 14 de julho de 2013

NORMAS DA REVISTA DO IHGMT

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso está dividida nas seguintes seções: Dossiê, Artigos, Discursos e Notícias, podendo ainda incluir resenhas e transcrição de documentos. Os textos aceitos para a publicação deverão versar sobre o contexto regional ou nacional, previamente aprovados pelo Conselho Editorial da Revista. Em casos especiais, serão aceitos artigos para republicação, acompanhados de autorização dos autores e do diretor do periódico em que os mesmos foram originalmente publicados.

Para publicar na Revista, as colaborações devem seguir as seguintes especificações:

- Estudos de autoria de pesquisadores vinculados ao IHGMT ou a instituições públicas ou privadas.
- Normas de apresentação dos textos:
- Digitados em *Word for Windows*, fonte *Times New Roman tamanho 12*, espaço 1,5, com margens de 2,0 cm, formato de página A4;
- *Dimensão mínima* de 15 e *máxima* de 35 laudas para artigos, incluídas referências e notas, sendo que para os discursos e notícias essa margem de páginas é livre.
- *A revisão pelas normas da ABNT*, ortográfica e gramatical é de inteira responsabilidade do(s) autor(es), podendo esse serviço ser contratado ao IHGMT, sob a forma de pagamento por página.
- Expressões em *língua estrangeira*, títulos de obras e trechos de entrevistas devem ser digitados em *itálico*, evitando-se o uso do negrito.
- As *ilustrações* devem apresentar título e fonte, na parte inferior da imagem.
- As *referências documentais* de corpo do texto devem ser enunciadas entre parênteses (autor, data, página), com o nome do autor em caixa alta, seguido do ano e da página. Exemplo (SOUZA, 2008, p. 387).
- As *citações no corpo do texto*, até 4 linhas, devem estar grafadas em fonte 12, entre aspas e sem grifo (itálico). Com mais linhas,

devem apresentar-se em recuo de 2 cm da margem esquerda, grafadas em fonte normal, Times New Roman tamanho 11, com espaçamento entre linhas simples e alinhamento justificado.

- As *imagens* devem ser gravadas nas extensões JPG, com resolução de 300 DPI.
- As *notas de rodapé* deverão ser sempre de natureza explicativa.
- As *Referências finais* deverão vir no final, em ordem alfabética (conforme normas da ABNT), podendo incluir bibliografia e documentação.
- Para *notícia/discurso* não será exigido número mínimo de páginas, deverá conter, na primeira página, as seguintes informações:
 - * Título, nome do autor alinhado à esquerda;
 - * Em nota de rodapé ordinal deverá ser colocada: Instituição (Universidade, Departamento, Instituto etc.) – Formação, local de atividade *e-mail*.
- Os direitos autorais dos artigos publicados pertencerão aos respectivos autores. Os artigos, resenhas e outros deverão ser oferecidos gratuitamente pelo autor.
- Os textos entregues à publicação serão apreciados pelos membros do Conselho Editorial, membros do Conselho Consultivo da Revista ou por pareceristas *ad-hoc*, especialmente convidados para este fim. Após o processo seletivo, os autores serão informados sobre a situação de sua colaboração.

Encaminhamento dos originais:

O material para publicação deverá ser encaminhado via e-mail para o seguinte endereço: bethmsiqueira@gmail.com ou romanci@terra.com.br, em arquivo, anexado à mensagem de encaminhamento, contendo a identificação e endereço postal e eletrônico do remetente.

O periódico está cadastrado no IBICT – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia e possui ISSN: 1677-0897.